

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Deivis Cassiano Philereno

**A DINÂMICA DE LONGO PRAZO E O POTENCIAL DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO  
DO MUNICÍPIO DE TAQUARA-RS**

Santa Cruz do Sul

2014

Deivis Cassiano Philereno

**A DINÂMICA DE LONGO PRAZO E O POTENCIAL DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO  
DO MUNICÍPIO DE TAQUARA-RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Santa Cruz do Sul

2014

Deivis Cassiano Philereno

**A DINÂMICA DE LONGO PRAZO E O POTENCIAL DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO  
DO MUNICÍPIO DE TAQUARA-RS**

Esta tese foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado. Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr. Silvio Cezar Arend  
Professor Orientador – UNISC

Dra. Christine da Silva Schröder  
Professora Avaliadora – UNISC

Dra. Cidonea Machado Deponti  
Professora Avaliadora – UNISC

Dr. Weimar Freire da Rocha Junior  
Professor Avaliador – UNIOESTE

Dr. Christian Luiz da Silva  
Professor Avaliador - UTFPR

Santa Cruz do Sul

2014

Dedico este trabalho a todos os gestores públicos, empresários e acadêmicos que pensam e repensam na construção e no desenvolvimento de uma localidade mais harmoniosa e condizente para se viver.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, pela saúde e vida e família que tenho que, com toda a certeza, são pessoas que me serviram e servem de exemplo a ser seguido.

Quero agradecer, em especial, aos meus pais, José Carlos Philereno e Zeclér Hilário. A minha querida avó, Eclér Hilário. As minhas irmãs, Carla, Sônia e Solange. Aos meus cunhados, Daniel, Mauri e Flávio. Aos meus sobrinhos, Ariel, James (*in memória*), Michele, Maurício, Rafael, Roberto e Raí. Aos meus irmãos de coração, André, Ester e Isabela. Aos demais parentes e amigos de infância.

A minha esposa, Fernanda, que, com sua paciência e determinação, soube entender as minhas ausências nesta fase de minha vida e contribuiu me dando força para lutar pelo meu maior sonho, a concretização do doutorado.

Um agradecimento aos colegas e amigos da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG) Fernando Santini, Fernando Garcia, Vandrê, Tiago Scherer, Itacir, Vinícius, Horácio, Odir, Cleber, Iarlen e todos os demais companheiros da docência. Porém, quero desejar um agradecimento especial ao Cláudio Rotta, Edson Bassotti e Júlio Guimarães.

Aos diretores e coordenadores do curso de Administração, Engenharia da Produção e Ciências Contábeis da FSG, que acreditaram em mim para a realização e a concretização deste sonho.

Aos professores do curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, Virgínia Etges, especialmente, ao meu orientador, Silvio Cezar Arend, e aos demais, Rogério da Silveira, Marco Cadoná, Marcos Ferreira, Erica Karnopp, que, com seus conhecimentos, puderam repassar um pouco de suas experiências e conhecimentos a mim e a todos os discentes do curso.

Aos colegas e amigos do *mestrado* em Desenvolvimento Regional: Júlio, Ana, João, Renato, Juliana, Axel, Rozana, Cássio, Maria da Graça, Adilson, Adriana, Selma, Daiane, Carlos, André e Gabriel e do *doutorado*, Maurício, Tito, Osmar, David, Letícia e Ricardo, pelas horas preciosas de nossas vidas que passamos em companhia uns dos outros, na busca de uma melhor compreensão e entendimento dos fatores inerentes ao desenvolvimento/crescimento de uma dada região. Sem contar, as confidências pessoais e profissionais que cada um de nós compartilhou em momentos difíceis. Também não posso me esquecer das festas que fizemos juntos, momentos inesquecíveis, que somente quem esteve lá para saber o que realmente aconteceu.

Peço desculpas aos demais colegas que, por algum motivo, não tiveram seus nomes aqui mencionados, mas o que realmente importa não é a lembrança em um simples papel, mas a que tenho de todos em meu coração.

A todos vocês, que Deus lhes dê muita saúde, paz e amor e, mais uma vez, obrigado, por fazerem parte de minha vida (história)!

“Sábio é aquele que conhece os limites da própria ignorância”.

“Só sei que nada sei”.

**Sócrates**

## RESUMO

A literatura aponta que o baixo conhecimento de um território pode provocar utilização inadequada dos recursos humanos, tecnológicos, estruturais e naturais e/ou a escolha equivocada na implantação das políticas públicas que contribuem para o seu crescimento/desenvolvimento. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento municipal, utilizando, como estudo de caso, a realidade de Taquara (RS) e a sua relação com a região. A metodologia do estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa, realizada através de pesquisas documental e bibliográfica, com complemento do índice do Quociente Locacional (QL). Para a coleta de dados, aplicou-se uma entrevista em profundidade com gestores públicos, diretor do Sistema Nacional de Emprego, compradores dos supermercados e Secretária do Sindicato Rural de Taquara. A partir da pesquisa, observou-se que, além das perdas territoriais ao longo dos anos, o baixo desenvolvimento de Taquara pode ser explicado pela inadequada Administração Pública, pela incapacidade dos gestores em atrair e reter as empresas e pela falta de interação entre os gestores públicos e setor privado. Também, constatou-se, através do QL, que o município apresenta algumas especializações produtivas nos setores primários, secundários e terciários. Por sua vez, a população taquarense vem apresentando um leve crescimento nos últimos anos, bem como em seu PIB. Por outro lado, a sua participação no VAB vem caindo. Com isso, concluiu-se que o baixo desenvolvimento socioeconômico do município pode ser atribuído ao não aproveitamento das janelas de oportunidades, surgidas nas últimas décadas, devido à falta de alinhamento entre as políticas públicas municipais com as Estaduais e Federais.

**Palavras-Chaves:** Município de Taquara. Desenvolvimento Regional. Economia Regional. Desenvolvimento Socioeconômico. Políticas Públicas.



## ABSTRACT

The literature suggests that low knowledge of a territory can trigger an inadequate application of human, technological, structural and natural resources, and/or a wrong choice in the implementation of the public policies which may contribute to its the growing/development. Thus, the objective of this research was to analyze the social and economic dynamics in the long term as well as the municipal development, using, as a case study, the reality of Taquara (RS) and its relationship with the region. The methodology applied in this study consisted in a qualitative research that was carried out through documental and bibliographical data as well as the Location Quotient Calculator (LQ). In order to collect data, it was used a in-depth interview, with a semi structured script, in the interviewed with the public sector managers, the director of Jobs National System (Sistema Nacional de Emprego), the buyers of supermarkets and the secretary of the Rural Union of Taquara. The research observed that, besides the territorial losses verified during many years, the lower development of Taquara can be explained by the inappropriate Public Administration, the incapacity of the managers to attract and retain the companies and also the lack of interaction between the public managers and the private sector. It also observed that, through LQ, the county shows some productive particularities in the primary, secondary and tertiary sectors. Besides, the population of Taquara has shown a slight growing in the last few years, as well in its PIB. On the other hand, the participation in VAB has decreased. Therefore, the study concludes that the lower social and economic development can be explained by not exploiting the opportunities emerged in the last decades, due the lack of alignment between municipal public policies with state and federal ones.

**Key-words:** Taquara county. Regional development. Regional economy. Social and economic development. Publics Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relações regionais de Taquara.....	25
Figura 2 - Mapa de orientação conceitual .....	50
Figura 3 – Determinantes da competitividade nacional .....	65
Figura 4 - Divisão municipal – 1809 - 1850.....	88
Figura 5 – Divisão municipal – 1850 .....	90
Figura 6 – Divisão Municipal – 1900.....	91
Figura 7 – Divisão municipal – 1959 .....	92
Figura 8 – Divisão municipal – 2003-2007 .....	94
Figura 9 – Taquara e municípios limítrofes .....	95
Figura 10 – Diagrama estrutura viária.....	96

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Municípios fronteiriços que pertencem á RMPA .....	26
Quadro 2 – Municípios fronteiriços que não pertencem á RMPA .....	27
Quadro 3 – Demais municípios da RMPA com elevada interação econômica via cooperação e/ou concorrência.....	27
Quadro 4 – Municípios da RMPA secundarizados na análise .....	28
Quadro 5 - Principais ações realizadas pelo PAC .....	81
Quadro 6: Síntese das categorias de análise sobre o desenvolvimento de Taquara - RS .....	154

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tamanho dos municípios da região e ranking.....	97
Tabela 2 – Percentual de crescimento populacional dos municípios entre as décadas de 1970 a 2010 .....	101
Tabela 3 – População dos municípios de Taquara e Parobé nos anos de 1970 a 2010 .....	102
Tabela 4 – Crescimento Populacional entre os censos de 1970 a 1991 .....	103
Tabela 5 – Variação do crescimento populacional dos municípios estudados entre o período de 1970 e 2010.....	105
Tabela 6 – Empresas que permaneceram entre as 10 maiores arrecadoras de ICMS do município de Taquara entre os anos de 2008 a 2010.....	116
Tabela 7 – Evolução/Redução no Índice de arrecadação de ICMS da região no período compreendido entre 2001 a 2010.....	119
Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos .....	126
Tabela 9 – Rebanho taquarense em unidades (2000-2010).....	128
Tabela 10 – Participação do Valor Agregado Bruto (VAB) Total da região e municípios no VAB total estadual .....	130
Tabela 11 – Comparação entre o percentual de crescimento do VAB agropecuário, serviço e industrial entre o município de Taquara e a região. ....	133
Tabela 12 – Taxa de Crescimento Anual do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2001 a 2010 do Estado e da região .....	135

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pareto do tamanho da área dos municípios .....	99
Gráfico 2 - Percentual de aumento/redução da população rural entre os anos de 1970 a 2010 .....	106
Gráfico 3 - Percentual de aumento da população urbana entre os anos de 1970 a 2010.....	107
Gráfico 4 – Percentual de crescimento/redução do Índice de Mortalidade Infantil – IMI no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010.....	108
Gráfico 5 – Índice do QL com relação à indústria extrativa .....	110
Gráfico 6 - Índice do QL com relação à indústria de laticínios.....	110
Gráfico 7 – Índice do QL com relação à produção de produtos têxteis .....	111
Gráfico 8 - Índice do QL da fabricação de calçados .....	112
Gráfico 9 – QL da fabricação de produtos de madeira.....	113
Gráfico 10 – QL fabricação de produtos químicos.....	114
Gráfico 11 – Fabricação de produtos de borracha e materiais plásticos .....	114
Gráfico 12 – Seguros, resseguros, previdência complementar e plano de saúde .....	115
Gráfico 13 – Serviços domésticos .....	116
Gráfico 14 – Percentual de participação na arrecadação de ICMS do município de Taquara e Parobé entre os anos de 1971 a 2010, quando comparado com o estado .....	118
Gráfico 15 – Percentual da produção em toneladas dos 5 principais produtos das lavoura temporária do município de Taquara, comparada com a região entre (2000-2010).....	121
Gráfico 16 – Participação dos 5 principais produtos produzidos nas lavouras temporárias com relação ao VAB agropecuário do município de Taquara (2000-2009) .....	122
Gráfico 17 – Percentual da produção em toneladas dos 5 principais produtos das lavoura permanente do município de Taquara comparada com a região entre (2000-2010) .....	123
Gráfico 18 – Percentual de participação dos 5 principais produtos produzidos nas lavouras permanentes com relação ao VAB Agropecuário do município de Taquara no período entre (2000-2009).....	124
Gráfico 19 – Participação percentual do rebanho taquarense em relação à região (2000-2010) .....	128
Gráfico 20 – Evolução percentual do VAB (agropecuário, industrial, serviços e total) taquarense comparado com a região analisada entre os anos de 1990 a 2009. ....	132

Gráfico 21 – VAB agropecuário, serviço e indústria do município de Taquara nos anos de 1999 a 2009, em R\$ 1.000,00.....	132
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA	Central de Abastecimento
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CIMOL	Colégio Monteiro Lobato
CI	Consumo Intermediário
CORLAC	Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos
CRT	Companhia Rio-grandense de Telefonia
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EMATER	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FACCAT	Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Taquara
FEE	Fundação de Economia e Estatística
GM	General Motors
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPTU	Imposto Territorial Urbano
IMI	Índice de Mortalidade Infantil
INEP	Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
KM	Quilômetros
MEI	Micro Empreendedor Individual
MPME	Micro, Pequena, Média Empresa

ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PMT	Prefeitura Municipal de Taquara
QL	Quociente Locacional
RMPA	Região Metropolitana Porto-alegrense
SINE	Sistema Nacional de Emprego
VAB	Valor Agregado Bruto
VBP	Valor Bruto da Produção



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	19
2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS CONCEITUAIS .....	34
2.1 Formas de medir o desenvolvimento.....	35
2.2 Desenvolvimento regional e local .....	37
2.3 Espaço, território, região e regionalização .....	39
2.4 Redes, fluxos comerciais, meios geográficos, verticalidades e horizontalidades ....	46
2.5 Distrito industrial, Arranjos Produtivos Locais (APL) ou <i>clusters</i> , teorias clássicas de localização e teorias dos polos de crescimento.....	54
3 PRINCIPAIS FATORES CONTRIBUINTE PARA A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL NO PERÍODO DE 1970 A 2010 .....	68
3.1 Conjuntura econômica e política Nacional .....	68
3.2 Conjuntura econômica e política Estadual .....	82
4 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA E A ESTRUTURA PRODUTIVA DA REGIÃO. ....	88
4.1 A formação do município de Taquara .....	88
4.2 Estrutura produtiva de Taquara e da região.....	97
5 A PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE TAQUARA.....	137
5.1 Constatações do desenvolvimento de Taquara com base na análise empírica à luz da teoria .....	156
6 CONCLUSÕES.....	164
REFERÊNCIAS .....	168
APÊNDICE A .....	182
APÊNDICE B.....	184
APÊNDICE C.....	189
APÊNDICE D .....	191
APÊNDICE E.....	193
APÊNDICE F .....	195
APÊNDICE G .....	196
APÊNDICE H .....	197
APÊNDICE I.....	198
APÊNDICE J.....	199
APÊNDICE K .....	200
APÊNDICE L.....	201
APÊNDICE M.....	202
APÊNDICE N .....	203
APÊNDICE O .....	204
APÊNDICE P.....	205
APÊNDICE Q .....	206
APÊNDICE R.....	207
APÊNDICE S .....	208
APÊNDICE T.....	209
APÊNDICE U .....	210
APÊNDICE V .....	211
APÊNDICE W.....	212

APÊNDICE X .....	213
APÊNDICE Y .....	214
APÊNDICE Z.....	215
APÊNDICE AA.....	216
APÊNDICE AB.....	217
APÊNDICE AC.....	218
APÊNDICE AD.....	219
APÊNDICE AE.....	220
APÊNDICE AF.....	221
APÊNDICE AG.....	222
APÊNDICE AH.....	223
APÊNDICE AI.....	229
APÊNDICE AJ.....	230
APÊNDICE AK.....	232
APÊNDICE AL.....	234
APÊNDICE AM.....	235
APÊNDICE AN.....	236
APÊNDICE AO.....	237
APÊNDICE AP.....	238
APÊNDICE AQ.....	239

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, muito se tem abordado acerca do tema desenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional/local, sendo eles discutidos tanto nas áreas da geografia, economia, sociologia e, em alguns casos, multidisciplinares e interdisciplinares. Assinala-se que o desenvolvimento é um assunto, por si só, já muito complexo. Souza (2005), inclusive, argumenta que não existe uma definição que seja universalmente aceita no meio acadêmico sobre o desenvolvimento. Siedenberg (2001), por sua vez, reforça que a palavra “desenvolvimento” passou a ocupar lugar de destaque nas políticas públicas, mídias, revistas, congressos e outros a partir de 1980. Para o autor, muitas vezes, se fala em desenvolvimento sem se ter a noção do que significa esta palavra.

Além da sua complexidade, também existem duas correntes vigentes e distintas na literatura: uma que é formada por economistas clássicos que considera o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e a outra que percebe o crescimento como uma condição indissociável para o desenvolvimento, porém não, única (SEN, 1999, 2000; 2001; FURTADO, 1980; VEIGA, 2005; SACHS, 2002).

Na primeira vertente, a acumulação é suficiente para o desenvolvimento. Se a produção cresce, a renda é distribuída entre os proprietários, impactando automaticamente na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento econômico. Em contraponto, Furtado (1984) explica que, em algumas nações, que tiveram um processo de acumulação mais rápido, parte da população não alcançou um nível de renda suficiente para atender às suas necessidades básicas. Ressalta ainda que a elevação da renda é somente parte do processo, sendo uma condição indispensável, mas não, suficiente.

Colaborando com Furtado (2003), autores, como Boisier (1996), Benko (1999) Benko e Lipietz (1994), Raffestin (1993) e Santos (1999a), acreditam que um município ou uma região não é desenvolvido somente pelo quanto de recursos financeiros possui, ou pela quantidade de impostos que arrecada, ou se apresenta um Produto Interno Bruto (PIB), ou PIB *per capita* elevado, mas, sim, pelo quanto de recursos financeiros são investidos na qualidade de vida e no desenvolvimento, como um todo, dos integrantes desta localidade/região.

Assim, Arend e Orłowski (2012) sugerem que o crescimento econômico é a simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento proporciona alterações na qualidade de vida da produção. Neste sentido, surge a concepção do desenvolvimento humano, que passa a analisar não somente os índices econômicos, mas também, as condições

nas quais as pessoas vivem e o tipo de vida que valorizam, mediante uma ampla variedade de escolhas.

Sen (1999, 2000, 2001), seguindo a mesma lógica, insere um novo conceito de desenvolvimento humano, criando os direitos e os deveres de cada cidadão. Esses direitos estão calcados em vários aspectos, tais como: ter saúde, ser feliz, respeito mútuo e próprio e outros. Na realidade, esse índice foi criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do indiano Amartya Sen. Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma forma alternativa de medidas monetárias tradicionais, como era o caso do PIB *per capita*, que se tornou um dos principais fatores de avaliações multidimensionais, inclusive adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para medir como cada município, estado ou país distribui a igualdade dos seus recursos entre as classes econômicas. Apesar de o índice ser utilizado mundialmente, ele ainda traz consigo algumas distorções, entre elas podem ser observadas a desigualdade entre uma localidade e outra. Por isso, é importante que o pesquisador, ao analisar uma dada localidade/região, tenha o cuidado e, por que não dizer, o bom senso, de não somente olhar este dado, mas também, o contexto em geral, a fim de dirimir quaisquer dúvidas relevantes à análise do tema.

Com base nestas informações e com o objetivo de se identificar o potencial de uma determinada região, é importante que sejam identificados os setores que, uma vez mobilizados-fomentados, possam gerar o maior custo-benefício para o município. Segundo Paiva (2004a, p.16), o potencial regional é, antes de qualquer coisa, “a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente”. Para o autor, são esses os fatores que geram a sustentabilidade do crescimento.

Apesar dos esforços de se comprovarem empiricamente as distintas teses sobre os determinantes do desempenho desigual de municípios e regiões gaúchas, elas vêm esbarrando em um conjunto articulado de problemas que, de acordo com Paiva (S/D), são:

- 1) o processo de constituição de novos municípios, a partir da subtração de territórios, meios de produção, população e produto a municípios antigos, subverte a base de comparação e complexidade sobremaneira o cálculo da taxa municipal (ou regional) de desempenho; 2) não existe uma medida simples e consensuada de desempenho (econômico e /ou social) municipal, mas inúmeras alternativas de mensuração: PIB, PIB per capita, rendimento domiciliar total, rendimento domiciliar per capita, crescimento demográfico, produtividade do trabalho, IDH, etc.; 3) a determinação das variáveis explicativas do (por oposição à determinação de variáveis meramente correlacionadas ao desempenho é objeto de polêmica teórica e metodológica; e 4) o teste empírico de hipóteses teóricas específicas e bem determinadas (como, por exemplo, a hipótese de Putman (1996) de que o

desempenho é função da acumulação de capital social) esbarra na disponibilidade e qualidade dos dados e informações em nível municipal ou regional (PAIVA, S/D).

É importante que um município descubra qual é o seu potencial econômico regional, porque, uma vez que todos os investimentos realizados, em nível público, são oriundos da arrecadação de impostos, cabe aos administradores públicos a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações que ofereçam uma variada gama de benefícios a um número maior de pessoas pelo maior tempo possível.

Também compete aos gestores públicos conhecer todos os recursos subutilizados/subotimizados (recursos naturais, plantas industriais, infraestrutura, *know-how*, capital humano e outros), tanto do seu município quanto da região no qual está inserida, com o propósito de transformar estes recursos subutilizados/subotimizados em geradores de valores/vantagens para seu município. Cabe salientar que é muito raro um município ou até mesmo uma região apresentar vantagem absoluta em todos os setores produtivos, pois cada localidade tem as suas particularidades, cultura, bem como uma diversidade de recursos inerentes àquele município.

A partir dos estudos sobre o município de Taquara, verifica-se que ele foi fundado em 17 de abril de 1886 por Tristão José Monteiro, sendo que a sua população era composta principalmente por alemães e italianos, e este último, em menor número. Logo após a constituição da 1ª Comarca de Taquara, datada de 1880, ocorreu a primeira das sete cedências de território que o município taquarense iria sofrer ao longo de sua história (São Francisco de Paula, Gramado, Sapiranga, Canela, Três Coroas, Igrejinha e Parobé). Desta forma, em 1889, a Comarca de Taquara cedeu parte do seu território à criação do município de São Francisco de Paula, cuja extensão cedida é de 3.273,5 km<sup>2</sup>.

Em 1903, foi inaugurada a via férrea entre Novo Hamburgo e Taquara, o que colaborou para o escoamento do excedente de sua produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento do município.

Alguns anos depois, em 1930, Taquara era considerada a maior produtora de feijão preto do estado, e o seu declínio se deu, devido ao fechamento do mercado externo e à crise econômica mundial. Com a crise externa, os produtores taquarenses passaram a produzir com mais intensidade a flor de piretro, o que, em 1940, lhe rendeu o “título de capital do piretro”<sup>1</sup>, sendo que, no auge da sua produção, o município produzia em torno de mil toneladas por ano.

---

<sup>1</sup> Flor de piretro: nome científico “*Chrysanthemum (Pyrethrum)*” utilizada como inseticida natural. Disponível em: <http://lct.nutes.ufjf.br/toxicologia/mXII.piret.htm>. Acesso em: 20 mai. 2012

Porém, o fim desse cultivo se deu por volta dos anos de 1950, quando houve a substituição do inseticida natural pelo químico.

Como produto substituto da flor de piretro, alguns agricultores que possuíam terras propícias e menos devolutas<sup>2</sup> passaram a produzir leite, e outros que não as possuíam ofertaram sua mão de obra às indústrias calçadistas que começavam a se instalar na região.

Então, em 1945, o município taquarense cedeu território à constituição do município de Canela e, entre as décadas de 1950 a 1970, Taquara sofrera outras quatro perdas territoriais. Em 1954, cedeu parcialmente o território à criação do município de Sapiranga e, neste mesmo ano, também assim o fez com o território na íntegra, para a constituição do município de Gramado. Em 1959, cedeu totalmente o território à emancipação de Três Coroas e, em 1964, procedeu da mesma forma, cedendo integralmente o território para a constituição do município de Igrejinha.

Após essas perdas de territórios, no início da década de 1970, se instalou no município taquarense uma unidade de beneficiamento de laticínio, a CORLAC. Nesse período, o município era responsável pela produção de 120 mil litros de leite por dia. Mas, com o aumento da produção e a redução no preço pago aos agricultores no final dessa mesma década e início da década de 1980, a produção desse produto se tornou inviável para alguns produtores rurais.

Nesse mesmo período e em meio à crise agropecuária que o município vinha sofrendo, as indústrias calçadistas passaram a contratar mão de obra, em razão do aumento das exportações, o que gerou, na década de 1980 e nas seguintes, um elevado êxodo rural, como pode ser observado no Apêndice A.

Para colaborar com a crise agropecuária e com o êxodo rural, ocorreu, em 1982, a sétima e última emancipação no município taquarense. O até então distrito de Parobé, onde estava concentrado o distrito industrial de Taquara, se emancipou, ficando com grande parte das empresas que estavam instaladas no município.

Foi, em meio a todas estas turbulências ocorridas no município de Taquara, que o presente estudo teve como tema principal a “análise da dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento do município de Taquara-RS”.

Assim, ao se analisar um município, não se pode observá-lo isoladamente, e é importante que todos os demais, em seu entorno (periféricos ou não), também sejam considerados. Da mesma forma, cabe ao pesquisador levar em conta e corrigir todas as

---

<sup>2</sup> Terras menos íngremes, sem tantos morros.

possíveis divergências ocorridas entre os índices. Portanto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: Qual(is) o(s) fator(es) que influenciou(aram) na dinâmica de longo prazo e no desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara, com base no período de 1970 a 2010? Para isso, foi feita uma análise da região que, neste caso, foi determinada por nós, através das suas inter-relações, pois, como já identificado, é necessário que, ao se analisar um município, neste caso o de Taquara-RS, também sejam analisados os demais municípios que estão ou não, ao seu entorno e que compõem a região a ser estudada. Segundo Amorim (2007), as fronteiras regionais podem ou não coincidir com as divisões juridicamente estabelecidas, pois elas se ampliam ou diminuem no decorrer do tempo, em função de ajustes de natureza política.

A fim de que sejam dadas respostas ao questionamento proposto nesta tese, o objetivo geral foi o de analisar a dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento municipal, utilizando, como estudo de caso, a realidade de Taquara (RS) e a sua relação com a região.

Já os objetivos específicos foram:

1. identificar as principais especializações produtivas (agropecuária, indústria e serviço) do município de Taquara;
2. verificar as ações realizadas pela gestão pública entre os anos de 1970 a 2010 que contribuiriam para o desenvolvimento do município;
3. identificar as principais empresas arrecadoras de ICMS de Taquara, bem como o seu ramo de atuação, os mercados consumidores, os fornecedores e a percepção sobre a qualificação da mão de obra ofertada e a sua capacidade inovativa; e
4. identificar os principais mercados consumidores dos produtos agropecuários taquarenses.

Como justificativa para a realização deste estudo, notou-se que o município de Taquara há muito não consegue se desenvolver como os municípios limítrofes e os demais da região. Acredita-se que o não crescimento/desenvolvimento do município pode ser o resultado da falta de conhecimento do potencial regional e, desta forma, de uma má aplicação de seus recursos (humanos, estruturais, tecnológicos e/ou naturais) e, por consequência, de uma escolha equivocada na implantação das políticas públicas que possam contribuir para o seu crescimento/desenvolvimento ou, até mesmo, da perda de território, como aconteceu, quando cedeu espaço à emancipação de São Francisco de Paula (1889), Canela (1945), Gramado (1954), Sapiranga (1954), Três Coroas (1959), Igrejinha (1964) e Parobé (1982). No entanto,

os municípios de Gramado e Canela não fizeram parte do presente estudo, primeiramente, por não apresentarem divisa territorial com Taquara e, em segundo, por não fazerem parte da Região Metropolitana Porto-alegrense.

Com a realização deste estudo, buscou-se resgatar fatores históricos importantes e que passaram despercebidos pelos gestores públicos em seus devidos mandatos, os quais contribuíram para o fechamento de algumas “janelas”, pelo não aproveitamento das oportunidades. De acordo com Kingdon (1995), esta abertura da “janela de oportunidades” não somente deve ser determinada pelo reconhecimento do problema e do processo público, como também realizada por especialistas que reconhecem a existência de um clima político para a sua solução.

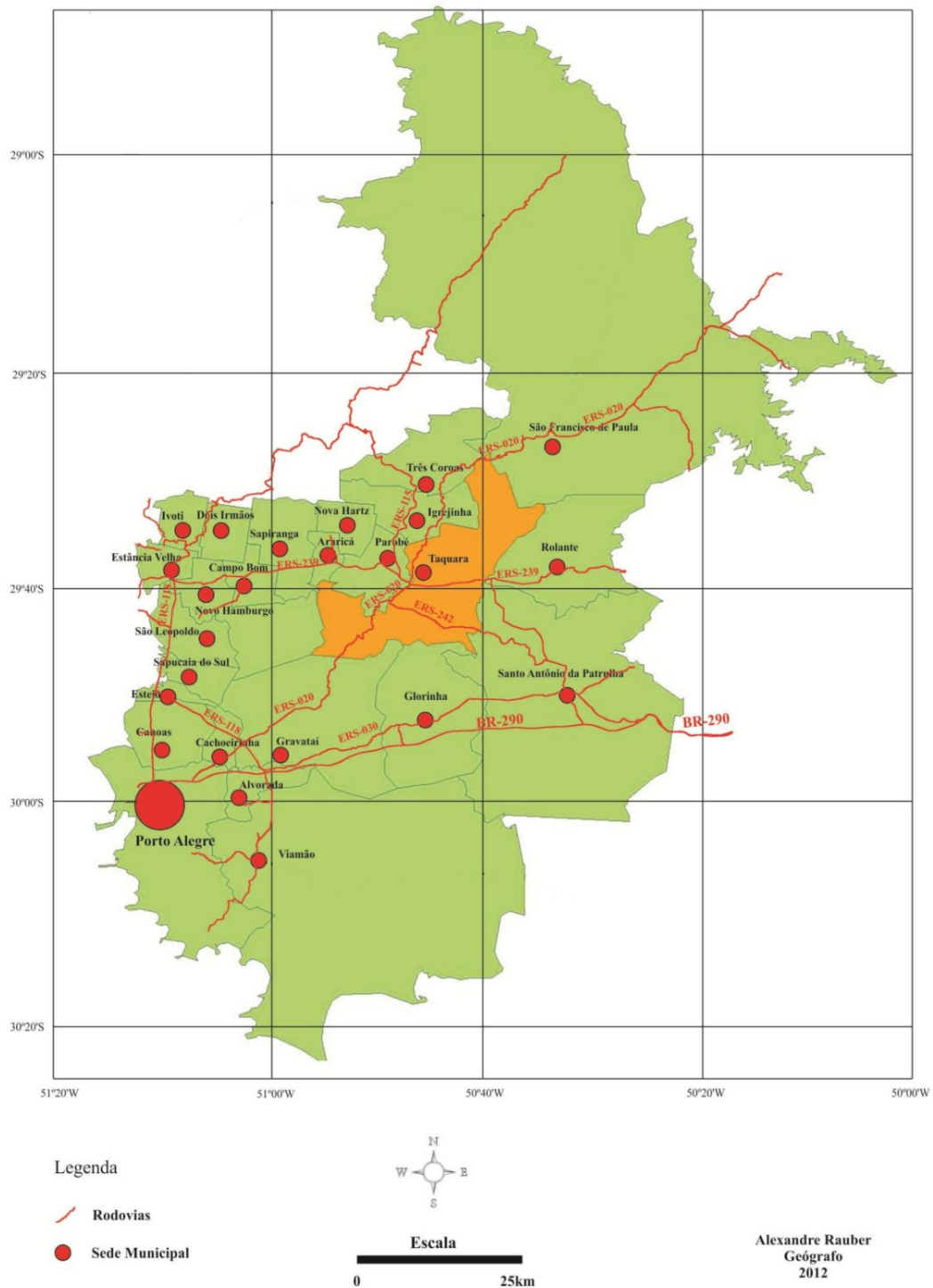
Entende-se que o perfil de desenvolvimento do município de Taquara é indissociável da relação que este estabeleceu com seu entorno, em particular, com alguns municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e com os outros três municípios que são limítrofes a Taquara, e que, contudo, não integraram a RMPA até o ano de 2010 (Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula). Nessa perspectiva, destaca-se que uma forma de integração entre estes municípios ocorre, devido à sua ligação com as principais vias de acesso rodoviário que interligam Taquara aos demais municípios da região. A principal rodovia de acesso entre o município de Taquara e os municípios de São Francisco de Paula, Três Coroas, Igrejinha, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre é a RS 020. Já a RS 115, por sua vez, interliga Taquara aos municípios de Parobé, Igrejinha e Três Coroas. A RS 239 faz a ligação entre Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Araricá, Nova Hartz, Parobé e Rolante. Entretanto, essas rodovias (RS 020, 115 e 239) também apresentam relações nodais com outras de suma importância e que ligam alguns municípios da RMPA, tais como: RS 474 (Rolante e Santo Antônio da Patrulha), RS 118 (Gravataí, Esteio, Porto Alegre, Viamão, Alvorada e Sapucaia do Sul), RS 242 (Taquara e Santo Antônio da Patrulha), BR 290 (*Freeway*) (Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre e Alvorada) e a BR 116 (Novo Hamburgo, Canoas, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti e Sapucaia do Sul).

Desta forma, a delimitação dos municípios que têm relacionamentos com Taquara se deu por meio dos seguintes critérios: a) ser limítrofe ao município de Taquara; b) estar a uma distância máxima de 75 km, pois a capital se encontra a 72 km do município de Taquara; e c) fazer parte da RMPA, além de apresentar ligação com alguma das principais vias de acesso ao município, ou seja, com as RSs 020, 115, 239, 242, 474, 030, 118 e/ou com as BRs 290 e 116.



Para melhor visualizar a formação da região, ver Figura 1. Cabe salientar que existem vias secundárias que também (inter)ligam os demais municípios, mas nenhuma destas é RS ou BR. No mapa, foram incluídas somente as BRs e RSs para a delimitação da região.

**Figura 1 – Relações regionais de Taquara**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Unisc (2012)

No Quadro 1, estão os municípios fronteiriços e que pertencem à Região Metropolitana Porto-Alegrense (Araricá, Glorinha, Gravataí, Novo Hamburgo, Parobé, Rolante, Sapiranga e Santo Antônio da Patrulha); no Quadro 2, os municípios fronteiriços que não pertencem à região metropolitana (Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula); no Quadro 3, os demais municípios da RMPA que apresentam elevada interação econômica através da cooperação e/ou concorrência (Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão); e, no Quadro 4, os municípios secundarizados na análise e que têm algum critério de ligação com o município em estudo.

Nesses quadros, estão dispostos os 24 municípios, com as suas devidas datas de emancipação, as leis que constituíram o município mãe (entendidos, aqui, como os municípios que cederam território, população e estoques produtivos aos municípios, constituídos após o período inicial) ou os múltiplos progenitores (município que teve sua origem, através da cedência de espaço de mais de um município), a sua área, a população no ano de 2010 e as principais vias de acesso.

**Quadro 1 – Municípios fronteiriços que pertencem á RMPA**

Municípios	Alvará/Decreto ou Lei Número	Data	Municípios Mãe ou Progenitores	Área km <sup>2</sup>	População em 2010	Principais vias de acesso
Araricá	Lei nº. 10667	28/12/1995	Sapiranga, Nova Hartz	35,3	4.868	RS 239
Glorinha	Lei nº. 859	04/05/1988	Gravataí	323,6	6.885	RS 030 e BR 290
Gravataí	Lei nº. 1247	11/06/1880	Porto Alegre	463,8	255.762	RS 020, RS 118, RS 030 e BR 290
Novo Hamburgo	Decreto nº. 3818	05/04/1927	São Leopoldo	223,6	239.051	RS 239 e BR 116
Parobé	Lei nº. 7646	01/05/1982	Taquara	109,0	51.481	RS 239 e RS 020
Rolante	Lei nº. 2527	15/12/1954	Santo Antônio da Patrulha	297,0	19.493	RS 239 e RS 474
Sapiranga	Lei nº. 2529	15/12/1954	São Leopoldo, Taquara	137,5	75.020	RS 239
Santo Antônio da Patrulha	Provisão	07/10/1809	Um dos 4 municípios iniciais do RS	1.048,9	39.679	RS 474, RS 030, RS 347, RS 242 e BR 290
<b>SUB TOTAL</b>				<b>2.638,70</b>	<b>692.239</b>	

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011) e Departamento Autônomo de Estrada e Rodagem (DAER-RS, 2011).

Como já comentado, o município de Taquara foi emancipado em 17 de abril de 1886, sob a Lei nº1568, apresentando, em 2010, uma área de 457,1 km<sup>2</sup> e uma população de 54.656 habitantes. As principais vias de acesso que cruzam o município são as RSs 020, 239 e 115 (FEE, 2011; DAER-RS, 2011).

No Quadro 1, tem-se oito municípios que fazem divisa com Taquara e que pertencem à região metropolitana de Porto Alegre, sendo que um desses municípios, Santo Antônio da Patrulha, já fazia parte da primeira divisão territorial do Estado, como poderá ser observado no Capítulo 4 que trata sobre a evolução do município taquarense.

**Quadro 2 – Municípios fronteiriços que não pertencem à RMPA**

Municípios	Alvará/Decreto ou Lei Número	Data	Municípios Mãe ou Progenitores	Área km <sup>2</sup>	População em 2010	Principais vias de acesso
Igrejinha	Lei nº. 4733	01/06/1964	Taquara	136,8	31.660	RS 115 e RS 020
Três Coroas	Lei nº. 3741	12/05/1959	Taquara	185,5	23.848	RS 115 e RS 020
São Francisco de Paula	Lei nº. 1152	21/05/1889	Taquara	3273,5	20.537	RS 484, RS 020, RS 110, RS 453, RS 486 e RS 476
<b>SUB TOTAL</b>				<b>3.595,80</b>	<b>76.045</b>	

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011) e Departamento Autônomo de Estrada e Rodagem (DAER-RS, 2011).

No Quadro 2, encontram-se os municípios fronteiriços de Taquara, mas que, até o ano de 2010, não faziam parte da região metropolitana. Nesse mesmo quadro, pode-se constatar que os mesmos tiveram Taquara como município progenitor.

**Quadro 3 – Demais municípios da RMPA com elevada interação econômica via cooperação e/ou concorrência**

Municípios	Alvará/Decreto ou Lei Número	Data	Municípios Mãe ou Progenitores	Área km <sup>2</sup>	População em 2010	Principais vias de acesso
Cachoeirinha	Lei nº. 5090	09/11/1965	Gravataí	43,8	118.294	RS 020, RS 118 e BR 290
Campo Bom	Lei nº. 3707	31/01/1959	São Leopoldo, Novo Hamburgo	61,4	60.081	RS 239
Canoas	Decreto nº. 7839	27/06/1939	Gravataí, São Sebastião do Caí	131,1	324.025	RS 386 e BR 116
Esteio	Lei nº. 2520	15/12/1954	São Leopoldo	27,5	80.669	RS 118 e BR 116

Porto Alegre	Alvará	23/08/1808	Um dos 4 municípios iniciais do RS	496,8	1.409.939	RS 040 RS 118 BR 116 e BR 290
São Leopoldo	Lei nº. 40	01/04/1846	Porto Alegre	102,3	214.210	RS 240 e BR 116
Viamão	Lei nº. 1247	11/06/1880	Porto Alegre	1.494,3	239.234	RS 118 e RS 040
<b>SUB TOTAL</b>				<b>2.357,2</b>	<b>2.446.452</b>	

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011) e Departamento Autônomo de Estrada e Rodagem (DAER-RS, 2011).

No quadro 3, estão disponíveis os municípios da região metropolitana que possuem elevada interação econômica com Taquara. Acredita-se que tal interação se dá em função da sua proximidade com a capital e o município, bem como da facilidade de acesso e de trocas entre os mesmos.

**Quadro 4 – Municípios da RMPA secundarizados na análise**

Municípios	Alvará/Decreto ou Lei Número	Data	Municípios Mãe ou Progenitores	Área km <sup>2</sup>	População em 2010	Principais vias de acesso
Alvorada	Lei nº. 5026	17/09/1965	Viamão	70,8	195.718	RS 118 e BR 290
Dois Irmãos	Lei nº. 3823	10/09/1959	São Leopoldo	65,2	27.572	BR 116
Estância Velha	Lei nº. 3818	08/09/1959	São Leopoldo	52,4	42.589	RS 239, RS 122 e BR 116
Ivoti	Lei nº. 4798	19/10/1964	Estância Velha, Dois Irmãos	63,1	19.877	BR 116
Nova Hartz	Lei nº. 8429	02/12/1987	Sapiranga	62,6	18.346	RS 239
Sapucaia do Sul	Lei nº. 4203	14/11/1961	São Leopoldo	58,6	130.988	RS 118 e BR 116
<b>SUB TOTAL</b>				<b>372,7</b>	<b>435.090</b>	
<b>TOTAL</b>				<b>9.421,6</b>	<b>3.704.482</b>	

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011) e Departamento Autônomo de Estrada e Rodagem (DAER-RS, 2011).

No quadro 4, tem-se os demais municípios secundários da região metropolitana de Porto Alegre, além do total da população da região analisada. Acredita-se que esses municípios, por serem menores que Taquara, com exceção de Alvorada e Sapucaia do Sul, possam apresentar uma relação menos significativa com Taquara do que os demais.

A delimitação dos municípios compreende o período de 1970 a 2010, já que, a partir de 1966, o Estado passou a ser composto por 232 municípios, número que não se alterou pela força da Lei Federal até o início dos anos de 1980. Porém, depois dessa década, surgiram mais

100 municípios na década de 1980 (11, em 1982; 29, em 1987; e 60, em 1988) e mais 164 na década de 1990 (94, em 1992; 40 em 1995; e 30, em 1996). Atualmente, o Estado é constituído por 496 municípios (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

A escolha do município de Taquara se deu, pela percepção de que a sua dinâmica é marcadamente distinta da dos municípios do entorno, sejam daqueles que se integraram ao *cluster* calçadista, nucleado por Novo Hamburgo (como Parobé, por exemplo), seja daqueles que se integraram como periferia industrial de Porto Alegre (como Gravataí). Ao contrário desses municípios, cujo dinamismo parece ter sido alavancado pela proximidade com a capital do Estado e pela integração com a RMPA, Taquara parece sofrer uma polarização perversa, à medida que a renda interna é centrifugada pelos sofisticados sistemas de serviços da RMPA, sem que este processo seja adequadamente compensado por ingressos associados à participação dos moradores do município no sistema de divisão do trabalho inter-regional da RMPA.

Com o propósito de identificar se os fatos observados até o presente momento se caracterizaram neste município, utilizou-se, como processo metodológico, a pesquisa explicativa, que visa a identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos observados nesta pesquisa, procurando aprofundar o conhecimento da realidade, porque explica os motivos pelos quais determinadas coisas ocorrerem. Geralmente, este tipo de pesquisa assume a forma de pesquisa *expost-facto*, ou seja, quando se realiza estudo depois dos fatos ocorridos (GIL, 1991).

Também foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica. Para Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e de análise de documentos científicos, como livros, periódicos, ensaios críticos, artigos científicos e outros. “[...] o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Já a pesquisa documental, continua a autora, “se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Objetivando melhor elucidar a diferença entre fontes primárias e secundárias, Andrade (1993) relata que as primárias estão baseadas em documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador, para a solução do problema, enquanto os dados secundários são aqueles que se encontram à

disposição do pesquisador em boletins, livros, revistas, entre outros. Com esses processos de pesquisa, foi possível reconstituir o contexto histórico cultural do município de Taquara, bem como o seu processo de colonização e a sua contribuição para a formação do município.

A fim de que fosse possível atingir o objetivo geral, assim como os quatro específicos, utilizou-se a abordagem qualitativa. Segundo Malhotra (2001), essa modalidade de pesquisa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema. Os pesquisadores que utilizam esse método buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos e se valem de diferentes abordagens.

Com o propósito de alcançar o primeiro objetivo, procurou-se identificar as principais especializações produtivas (agropecuária, indústria e serviço) de Taquara, e, para isso, aplicaram-se os dados secundários para a formulação do índice do Quociente Locacional (QL) que, conforme Crocco et al. (2003, p.5), “procura comparar duas estruturas setoriais-espaciais. Esse indicador é a razão entre duas estruturas econômicas: no numerador, tem-se a ‘economia’ em estudo e, no denominador, uma ‘economia de referência’”. Os dados secundários também contribuíram para a constituição do Valor Agregado Bruto (VAB total) e a análise do aumento da população urbana e rural, dos principais produtos produzidos nas Lavouras Temporárias e Permanentes, do rebanho, do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Mortalidade Infantil (IMI).

Observou-se que o cálculo dos PIBs municipais é feito por “rateio” e que a soma dos PIBs dos municípios deve ser igual ao PIB do Estado, que deve ser calculado anteriormente, visto que o PIB municipal informa o valor produzido na região, mas não, o valor apropriado pelos agentes domiciliados na mesma. Como se o exposto até agora não bastasse, o PIB municipal (ao contrário do PIB nacional) é uma *proxy* bastante insatisfatória da renda pessoal. Afinal, ao contrário do que ocorre entre países, o valor produzido em um município é facilmente transferido para outro.

Na realização do segundo, terceiro e quarto objetivos, utilizou-se um roteiro de perguntas semiestruturadas que contribuíram para a condução da entrevista em profundidade. Segundo Malhotra (2006), a entrevista em profundidade é realizada de forma direta, pessoal, individual e não estruturada, na qual um entrevistador sonda um único entrevistado, a fim de descobrir suas motivações, crenças, atitudes e sensações subjacentes sobre um determinado assunto.

No segundo objetivo específico, procurou-se verificar as ações realizadas pela gestão pública entre os anos de 1970 a 2010 que contribuíram para o desenvolvimento de Taquara. Para a realização deste, foram entrevistados seis ex-vereadores, sendo que três destes foram vereadores no período em que ocorreu a emancipação de Parobé (1977-1982), um, na gestão de (1989 a 1992), (1993 a 1996), (1997 a 2000), (2001 a 2004), (2005 a 2008) e (2009 a 2012), o qual está em seu sexto mandato consecutivo; um foi vereador nas gestões (2001 a 2004) e (2005 a 2008); e um, na gestão (2001 a 2004). Da mesma forma, foram entrevistados três ex-prefeitos: o primeiro foi o gestor municipal no momento em que houve a emancipação (1977-1982), sendo eleito novamente como prefeito no período de 1997 a 2000; o segundo teve o seu mandato entre os anos (1993 a 1996); e o terceiro, entre 2005 a 2008.

Visando à total realização do segundo objetivo, foi elaborado um questionário com perguntas abertas. De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p. 101), os questionários de perguntas abertas também são chamados de perguntas “livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”. Nas perguntas abertas, as pessoas, ao responderem as questões, o fazem com suas próprias palavras de modo dissertativo. Mattar (1996) acrescenta ainda que os questionários podem ser enviados pelo correio, *fax* e pela *Internet*.

Desta forma, para a concretização desse segundo objetivo, os questionários foram enviados por *e-mail* para os secretários dos municípios da região e os empresários taquarenses. Tanto para os secretários da região como para os gestores empresariais foi realizado previamente contato telefônico, e, nesse momento, todos se prontificaram a respondê-lo. No texto enviado por *e-mail*, foram dispostas as orientações de preenchimento, a fim de que não houvesse distorções na hora de interpretar e analisar os dados. Assinala-se também que não haveria a necessidade da identificação do respondente, mantendo-se, por conseguinte, o sigilo de suas respostas. Com relação aos secretários, somente 14 dos 25 responderam o questionário, tendo eles um prazo de 46 dias, para enviá-los, ou seja, o período de envio ficou entre o dia 19/09/2012 a 04/11/2012. Já os gestores empresariais tiveram um prazo de 42 dias, para responder o questionário, período que foi do dia 20/08/2012 a 30/09/2012.

Igualmente, foi utilizada a técnica de entrevista, para que fossem atingidos o terceiro e o quarto objetivos. No terceiro objetivo, foram entrevistados o Secretário do Desenvolvimento de Taquara e o diretor do SINE. Com o propósito de não fugir do foco da pesquisa em profundidade, foi utilizada uma entrevista gravada, pois este recurso é indicado, para que seja

ampliado o poder de registro e captação de elementos de comunicação de extrema importância para a pesquisa, tais como: pausas de reflexão, dúvidas ou entonação da voz, aprimorando a compreensão da narrativa (SCHRAIBER, 1995).

No terceiro objetivo, procurou-se identificar os principais mercados consumidores, fornecedores e a capacidade inovativa das empresas taquarenses, e, para isso, como já comentado, foi entrevistado o secretário do Desenvolvimento de Taquara, visando a identificar o nome e o ramo de atuação das dez empresas que mais arrecadaram ICMS no município. Ele informou o nome e o valor do ICMS das dez maiores empresas do município entre os anos de 2008 a 2010. Este estudo ficou limitado a esse período, visto que, conforme o relato do próprio secretário, não havia dados dos anos anteriores.

Para fazer parte deste estudo, as empresas deveriam estar entre as dez que mais arrecadaram ICMS nos três anos consecutivos, 2008 a 2010, com isso, se chegou à delimitação de seis empresas, mas duas delas foram descartadas, pelos seguintes motivos: a primeira relatou que não era norma da empresa dar informações ou participar de qualquer pesquisa; e a segunda, que o *e-mail* da empresa deveria estar com problemas, pois, de acordo com o relato do seu gerente, algumas vezes, recebia e outras não o *e-mail*, e que o enviado à empresa não estava chegando à caixa postal, e, desta forma, não tinha como ele responder. Com a exclusão destas duas empresas, limitou-se o estudo as quatro que mais arrecadaram ICMS no município de Taquara entre os anos de 2008 a 2010. Também foi entrevistado o diretor do SINE, para que fossem identificadas a qualificação e a oferta da mão de obra no município de Taquara.

Com o propósito de realizar o quarto objetivo, entrevistou-se a Secretária do Sindicato Rural de Taquara e três compradores de três supermercados distintos, situados em Taquara. Optou-se por entrevistar a Secretária do Sindicato Rural, porque, em contato com um funcionário da Receita Federal, este a indicou, para que pudesse ser realizada a pesquisa, alegando que ela tinha um conhecimento mais amplo sobre os produtos comercializados pelos agricultores, já que é ela quem emite as notas fiscais nos blocos dos produtores. Em relação à escolha dos três supermercados, estes são distintamente reconhecidos pela comunidade taquarense como os maiores. O objetivo foi identificar para quem os produtores taquarenses vendiam os seus produtos.

Para analisar os dados da pesquisa qualitativa, adotou-se a análise de conteúdo, bem como o seu relacionamento com a teoria. Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, no qual são utilizados procedimentos



sistemáticos e objetivos que servem para descrever o conteúdo das mensagens. Também Flick (2009, p. 291) informa que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

Assim, a presente tese está estruturada em sete capítulos. No Capítulo 2, estão dispostos o referencial teórico sobre Desenvolvimento Regional e os seus aspectos conceituais, no qual se procurou conhecer um pouco mais sobre os autores que pudessem colaborar para a compreensão do assunto. Ainda aqui, foram verificadas as divergências conceituais entre os diversos autores. No Capítulo 3, procurou-se entender um pouco mais sobre os principais fatores contribuintes à conjuntura econômica e política nacional e estadual e que pudessem interferir no crescimento/desenvolvimento do município taquarense. No Capítulo 4, realizou-se a reconstituição do processo de colonização do município de Taquara e apresentaram-se os aspectos histórico-culturais antes mesmo da sua fundação. No Capítulo 5, tem-se a estrutura produtiva do município e da região, e, para a sua elaboração, foram utilizados dados secundários (IBGE), (FEE), (PMT), entre outros. No Capítulo 6, buscou-se identificar a percepção dos atores locais sobre o desenvolvimento de Taquara, e, nesta parte da tese, foram feitas comparações entre os dados primários (pesquisa qualitativa), realizadas com o prefeito, os ex-prefeitos, os secretários, os vereadores e os ex-vereadores. Por fim, no Capítulo 7, se encontram as considerações finais, em que foi possível perceber que a região em estudo vem sofrendo nos últimos anos uma estagnação, a qual interferiu no crescimento/desenvolvimento do município de Taquara.

## 2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

Existem três tipos básicos de desenvolvimento, conforme Veiga (2005): o primeiro é aquele é tratado como sinônimo de crescimento econômico; o segundo, como um mito, uma ilusão, crença ou manipulação ideológica. O autor explica que, nessas duas correntes, a preferência é dada à expressão “desenvolvimento econômico” ao invés de “desenvolvimento”, mas, em sua concepção, a última é mais correta. O terceiro, continua ele, é a percepção do desenvolvimento, através das observações qualitativas-histórico-culturais, estruturais, sociais e ecológicas, e que estes aspectos, de uma forma ou de outra, interferem na viabilização dos “quase-Estados-nação subdesenvolvidos”.

Um estudo realizado pela *Independent Commission on International Development Issues (Brandt Commission)* demonstrou que:

o desenvolvimento nunca será, nem pode ser, definido de maneira a agradar a todos [...]. Desenvolvimento é mais do que a passagem da condição de pobre para rico, de uma economia rural tradicional para uma sofisticada: carrega ele consigo não apenas a ideia da melhor condição econômica, mas também, a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e equidade (CAIDEN; CARAVANTES, 1988, p.30-31).

Segundo a pesquisa, o termo “desenvolvimento” deveria estar concentrado nas pessoas e não, nas instituições ou tecnologias. Para Caiden e Caravantes (1988), o desenvolvimento deveria melhorar em todos os aspectos as condições de vida das massas.

Na concepção de Lopes (1995), o desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, por constituir um fim e não, apenas um meio. Em sua visão, o crescimento é necessário, para que possa ser atingido o desenvolvimento, o que leva a ter, como principal hipótese, a necessidade de regulação pública. Neste mesmo sentido, Sen (1999) sugere que o conceito de desenvolvimento deve transcender à regulação da economia e se relacionar com a liberdade, a justiça, o equilíbrio e a redistribuição.

Já Furtado (1988) acredita que o termo “desenvolvimento” tem sido empregado em dois casos: a) à evolução de um sistema social de produção que, através da acumulação e progresso tecnológico, torna-o mais eficiente, ou seja, o aumento da sua produtividade; e b) ao grau em que são satisfeitas as necessidades humanas. Entre essas necessidades, pode-se observar a de alimentação, vestuário, expectativa de vida, entre outras.

Assim, a ideia de desenvolvimento está ligada ao processo de inovação e transformação, pois o homem é um transformador de si, é ele quem modifica o mundo e se desenvolve ao mesmo tempo com este processo global (RIVERO, 2002). Essa ideia de

inovação e transformação de um país é um dos principais fatores de seu desenvolvimento, porém, na interpretação de Rivero (2002), não é exatamente e sempre que isso acontece. Para o autor, existe um vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países “em desenvolvimento”, e este é conhecido como o vírus da miséria científico-tecnológica.

“Quando o vírus da miséria científico-tecnológica coincide com outro vírus de inviabilidade – o da explosão demográfica urbana –, então o não desenvolvimento é quase inevitável” (RIVERO, 2002 p.135). No seu entendimento, isso acontece às receitas geradas pelos produtos de pouco valor agregado, como os minerais, os metais, a produção agrícola, as madeiras, têxteis, entre outros, já que não asseguram recursos suficientes à criação de empregos e também à satisfação das necessidades das populações que crescem demais nas cidades subdesenvolvidas. Segundo o autor, a demanda de produtos e serviços de alta tecnologia aumenta 15% ao ano, enquanto a produção de matérias-primas não chega aos 3%, e a produção de produtos, com baixo grau de transformação, não ultrapassa de 4% ao ano.

## **2.1 Formas de medir o desenvolvimento**

Verifica-se, conforme Veiga (2005), que há 33 quadros e aproximadamente 200 indicadores que contribuem para a mensuração dos resultados obtidos em diversos países. Entre os indicadores avaliados, estão a esperança de vida ao nascer, a mortalidade de crianças com menos de cinco anos, as taxas de analfabetismo, entre outros. Também são computados índices de acesso à água potável, os direitos entre homens e mulheres e a participação na política. Para o autor, essa quantidade de índices existentes é importante e fundamental para que o pesquisador complete a sua pesquisa com dados que julgar necessário. Apesar de o IDH ser o ponto de partida, ele ainda apresenta algumas falhas, entre elas, a capacidade das pessoas em participar das decisões que afetam as suas vidas. Na concepção do autor, é importante que aqueles que tomam as decisões públicas comecem a pensar mais no bem-estar da humanidade do que somente no rendimento.

Corroborando com a ideia de Veiga (2005), Martinelli e Joyal (2004) informam que não se pode aceitar a crença economicista que o aumento do PIB irá resolver sozinho os problemas econômicos e sociais de um país. Por sua vez, Dowbor (2007, p.13) define o Produto Interno Bruto (PIB) como:

o indicador mais utilizado da atividade econômica. Ele está no cerne de todo o Sistema de Contas Nacionais, e sua metodologia é rigorosamente definida e normatizada, permitindo a comparação internacional e a agregação. O PIB combina num único indicador o valor total de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico do país durante determinado período. Na maioria dos casos, é calculado numa base trimestral e anual. A mudança no PIB ao longo do tempo é o principal indicador de crescimento da atividade macroeconômica.

É a soma dos bens e serviços vendidos e comprados, sem que haja uma diferenciação entre os fatores que são ou não benéficos à sociedade. Para Dowbor (2007), as despesas com criminalidade, acidentes, poluição ou guerras apresentam as mesmas relevâncias que os investimentos em saúde, habitação, educação ou transportes.

No entanto, Besserman (2005) diz que todo indicador tem suas limitações e que o IDH não é diferente, visto que deixa de considerar muitas variáveis que mudam rapidamente (frequência à escola, renda *per capita*), ainda mais, quando comparados com variáveis que exigem mais tempo para mudar, tais como analfabetismo e esperança de vida.

Além disso, Sachs (1996) esclarece que o crescimento não traz automaticamente o desenvolvimento, tampouco a felicidade, e Gadotti (2000) assinala que o desenvolvimento humano foi reduzido ao crescimento econômico, graças ao modelo hegemônico do modelo capitalista, que polariza o poder e os recursos, o que acaba gerando desigualdades de diversas ordens e, conseqüentemente, a destruição do meio ambiente. Porém, em contrapartida, Sachs (2001, p. 157 e 158) enfatiza que:

o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico e não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.

Acredita-se que uma cidade se desenvolve somente quanto a sua percepção do crescimento, da sua expansão, da modernização de seus espaços, dos transportes e da remodelagem e do embelezamento de suas áreas, mas são esquecidos os custos sociais e ambientais que tais progressos podem ocasionar ao seu contexto social e ambiental. É importante saber também que, sem instituições ou programas específicos voltados à redistribuição da renda e à satisfação básica das pessoas, o desenvolvimento econômico tende a não melhorar os indicadores econômicos (produção de bens e progresso tecnológico). É preciso, portanto, conhecer o sistema político, os valores, os padrões culturais e a organização espacial, ou seja, todos estes fatores juntos e não visualizados isoladamente irão influenciar o nível de bem-estar e de justiça social em uma sociedade (SACHS, 2002).

Arend e Orłowski (2012), neste contexto, informam que o desenvolvimento não é um processo, cujo objetivo é alcançado imediatamente, ele só será atingido com o tempo, através da economia e quando houver melhores condições de vida da população. Em outras palavras, ao se propor o desenvolvimento de uma localidade/região, é importante que sejam levados em conta os interesses não somente econômicos, mas também, políticos, culturais, ambientais, para que não se criem conflitos com a sociedade em si, eis que o crescimento econômico exigirá, em contrapartida, uma mudança tecnológica e que, em alguns casos, a parte interessada (sociedade) não estará preparada, o que pode vir a dificultar a sua implementação. Assim, ao medir o desenvolvimento de uma região ou de um país, não se deve levar em conta um ou poucos índices. É necessário que se utilize o máximo de informações possíveis, para dirimir eventuais distorções na interpretação dos dados de pesquisa.

## **2.2 Desenvolvimento regional e local**

O tema “desenvolvimento regional e as suas disparidades” vem sendo debatido com maior intensidade desde o início do século XX, tendo como pano de fundo a interação entre a economia e a geografia que serviram como balizadores para o surgimento de modelos de crescimentos econômicos ao longo do tempo. Desta forma, a ciência regional surge como uma abordagem interdisciplinar nos estudos dos problemas locais e regionais, oriundos da geografia, sociologia e demografia. Esta ciência foi desenvolvida pela complexidade de se entender os diversos fatores econômicos através de uma única percepção.

Sendo assim, enfatiza-se que o desenvolvimento local não é necessariamente o desenvolvimento de um município ou de uma localidade, mas pode ser também o de uma comunidade ou uma microrregião. Porém, existe um consenso de que o desenvolvimento local assume dimensões políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. Logo, para que haja o desenvolvimento local, é necessário que todas estas dimensões estejam alinhadas com as diferentes culturas entre os diversos municípios.

De acordo com Santos (2002), para que se possa entender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas, às categorias que ele nos legou. Conservar categorias envelhecidas equivale a construir um conceito, e, sendo ele histórico, ele se esgotará no tempo. Para o autor, é importante que se diferencie os três tipos básicos de espaço: a) espaço-tempo circular; b) espaço-tempo linear; e c) espaço-tempo da simultaneidade. O primeiro ocorre nas sociedades tradicionais, nas quais é transmitida a ideia de circularidade, já que se tem a sensação de que o tempo não passa, e as coisas não mudam e,

se mudam, assim o fazem de forma tão vagarosa que acabam não sendo perceptíveis tais transformações. O segundo é o inverso, onde ocorrem as transformações, o progresso e a inovação, é, portanto, a briga constante contra o tempo. É o espaço, no qual a cidade é construída, onde nada havia. O terceiro é espaço onde acontecem, por um lado, a transferência de novos produtos (tecnologias) e, ao mesmo tempo, o resgate de fatores culturais e regionais, ofertados pelos espaços-tempos circulares. Para Ianni (1998, p. 166):

a sociedade global, vista em suas implicações simultaneamente econômicas, políticas e culturais, demográficas, religiosas e linguísticas, constitui-se como nova, abrangente e contraditória totalidade, uma formação geo-histórica na qual se inserem os territórios e as fronteiras, as ecologias e as biodiversidades, os povos e as nações, os indivíduos e as coletividades, os gêneros e as etnias, as classes sociais e os grupos sociais, as culturas e as civilizações.

Entretanto, quando o foco é a análise de uma determinada região ou um recorte espacial, segundo Santos (2002), o que diferencia uma região da outra é a sua capacidade de acumulação técnica, traduzida pela produção histórica da sociedade e pela inserção na produção e no acúmulo da riqueza, em resposta aos pareceres do capitalismo.

Na percepção de Boisier (1996), o desenvolvimento regional depende da articulação e das condições de interação de seis elementos: 1) os atores; 2) as instituições; 3) a cultura; 4) os procedimentos; 5) os recursos; e 6) o entorno. Como assinala o autor, são essas articulações inteligentes entre esses elementos podem levar uma região a potencializar os seus recursos e ajudá-la a desenvolver-se econômica, política e socialmente no cenário da globalização, por meio de um projeto coletivo regional. Nesta mesma vertente, Oliveira e Lima (2003) assinalam que o desenvolvimento local é o resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social.

O processo de desenvolvimento, conforme Santos (2003), deve se dar a partir de uma estratégia que vise a preparar os atores locais e regionais, para transformar a realidade desfavorável em um padrão de desenvolvimento, aproveitando ao máximo as oportunidades em favor do seu território. Oliveira e Lima (2003) sugerem, ainda, que cabe ao governo (federal, estadual e municipal) ofertar uma série de instrumentos, a fim de suprir as deficiências locais e regionais, visando à sustentabilidade, capacitação e assistência técnica para o empreendedorismo econômico, cultural e social, incentivando, por conseguinte, o associativismo e o cooperativismo, bem como a democratização do crédito para pequenos e médios empreendimentos, a expansão do ensino técnico e superior, os incentivos à implantação de núcleos locais e microrregionais de pesquisa e a inovação tecnológica (constituídos com base em parcerias entre governos, universidades e setor privado).

Igualmente, Capello (2008) assevera que o desenvolvimento de uma região está relacionado às suas condições e dinâmicas internas, à sua capacidade de se desenvolver e se adaptar ao ambiente competitivo endogenamente. Neste sentido, os componentes do sistema socioeconômico e cultural são fatores determinantes para o desenvolvimento de uma economia local, entre estes: habilidades empreendedoras; fatores locais de produção (recursos naturais, capital e trabalho); técnicas e habilidades de produtivas; e capacidade de tomada de decisão, baseada em mudanças e inovações. De acordo com Benko (1999, p. 228), o desenvolvimento local é:

a flexibilidade, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território.

As estratégias do desenvolvimento local procuram reduzir a dependência do exterior e aproveitar as potencialidades locais. Mas, se as estratégias são variadas, os arranjos locais e únicos, ou seja, dificilmente se encontrará a mesma situação ou a mesma combinação de fatores em mais de um lugar. O desenvolvimento local é, assim, uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual em um contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras (ENDLICH, 2007).

Através da condução da política, é possível, então, examinar as questões da desigualdade inter-regional e da possibilidade de aumentar o potencial de produção da economia, mediante a utilização de recursos subutilizados em certas regiões do País ou localidade, como é o caso do município de Taquara-RS, quando comparado aos demais municípios em estudo ou aos principais polos que exercem influência direta sobre os seus serviços/recursos.

### **2.3 Espaço, território, região e regionalização**

A partir do conceito de espaço, remonta-se às características do espaço geográfico e econômico, de forma a abordar os temas “espaço”, “território”, “região” e “regionalização”, possibilitando, portanto, uma maior compreensão sobre o processo de desenvolvimento da região estudada. Porém, ao pesquisar, com maior profundidade, essas temáticas, é possível perceber, em muitos casos, uma conotação genérica e superficial dos sentidos empregados, chegando, em determinadas situações, a serem tratados como se fossem sinônimos ou equivalentes. Entretanto, não se teve aqui o intuito e muito menos a pretensão de se encontrar

um sentido único que pudesse contemplar essa questão que há muito já vem sendo debatida por pesquisadores.

Quanto ao espaço, Santos (1999b) o define como sendo um conjunto indissociável dos instrumentos de trabalho e das práticas adotadas pelos indivíduos, e que os diferentes modos de produção e também do espaço geográfico são reflexos da sua movimentação pelos caminhos de uma lógica única. Segundo Raffestin (1993, p. 143), contudo,

é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. O território é gerado a partir do espaço, e, quando o ator se apropria deste, ele está “territorializando” o espaço.

O espaço é mais amplo que o território, visto que engloba áreas vazias que não sofreram ações humanas, ou seja, não foram territorializadas. Já a territorialidade é a conscientização fraternal dos que habitam nele e o modo como devem participar da sua construção (RAFFESTIN, 1993).

Santos (1999b, p.51) destaca, neste contexto, que, “no começo, era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e depois cibernéticos”. Estes objetos técnicos são as estradas, os portos, a cidade que modificam artificialmente os lugares. O autor (1999b, p.88) esclarece também que “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” e deve ser entendido pela sua condição “do social e do físico, um misto, um híbrido”.

Conforme Souza (1995, p. 2), “o espaço se sobrepõe (simultaneidade valorizando os lugares) e não mais se justapõe”. Através deste processo, está surgindo uma nova territorialidade, que marca intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, constituindo novos polos inter e intraregionais, redefinindo, por conseguinte, uma nova função para as áreas metropolitanas. O autor argumenta que esses fatores estão baseados nas mudanças tecnológicas que, juntamente com o crescimento populacional, geram significativos impactos em termos territoriais.

Já Gomes (2002) define o espaço geográfico como sendo uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; compõe-se dialeticamente entre a disposição das coisas e as ações ou as práticas sociais; e as disposições das coisas materiais apresentam uma lógica ou coerência.

Por sua vez, o território é o que é próximo, o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com proximidade, tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a



ordens de grandeza, para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. “É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai à territorialidade” (MESQUITA; BRANDÃO, 1995, p. 83). Raffestin (1993, p.144) demonstra a diferença entre espaço e território, dizendo que, “ao apropriar-se concreta ou abstratamente de um espaço, o ator o territorializa. O espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda ação”.

Raffestin (1993, p.144) acrescenta igualmente que o território é o “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Corroborando com a ideia de Raffestin (1993), Souza (1995, p.78) explica que o espaço é “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e está sujeito ao aparato político e jurídico, em que são estabelecidas as relações distintas de domínio, podendo tal divisão política e administrativa ser legitimada pela esfera pública federal, estadual e municipal.

Andrade (1995) aborda a importância de não se confundir o conceito de território com outras categorias da geografia, sendo que o território estaria ligado “à ideia de domínio ou de gestão de determinada área, ou seja, à ideia de poder quer se faça referência ao poder público, estatal ou ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p. 19). Por sua vez, Santos (2002, p.10) conceitua território da seguinte maneira:

o território não apenas é o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O território pode ser formado por lugares contíguos ou redes, surgindo, através do território, uma categoria essencial para a elaboração do futuro. Destaca-se também que o uso de território se dá pelas dinâmicas dos lugares. O lugar é proposto como sendo o espaço do acontecer solidário, é palpável e recebe os impactos do mundo, além de ser controlado remotamente pelo mundo.

É visto também como um espaço, no qual se projetou um trabalho, foram utilizadas energia e informação, são reveladas as relações de poder, definidas por pessoas ou grupos, sem o qual não se consegue defini-los. Desta forma, cabe reforçar que o território não é espaço, porém ele se apoia no espaço. De acordo com Verde (2004), o território pode ser visto como uma nova forma de planejamento e gestão, no qual devem ser consideradas as singularidades culturais de um determinado lugar.

No que concerne ao município, entre os elementos mais utilizados para se defini-lo, têm-se os espaços geográficos, onde há uma densidade de habitantes, considerada em um território, levando-se em conta os processos históricos e sociais da localidade. Segundo Argüelles (2006, p.40), “*las definiciones de ciudad, en términos políticos, consideran en primer lugar las funciones político-administrativas y el nivel de autonomía de los territorios*”. Os municípios não podem assim ser entendidos apenas pelo âmbito dimensional, eles:

deben ser concebidas como resultantes de procesos históricos y de factores económicos, sociales, políticos y culturales, al mismo tiempo que por las representaciones, percepciones y discursos sociales que van conformando los actores sociales vinculados de alguna forma a ellas (ARGÜELLES, 2006, p.40).

Souza (1995, p. 78-79), acrescentando outras ideias, sugere que o território deve ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]. Quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?”. Ele coloca, ainda, que os territórios existem e podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, tanto espaciais como temporais. Desta forma, podem ser identificadas, desde uma dada rua, a uma configuração regional, ou ainda a partir de um determinado recorte temporal de dias e, até mesmo, séculos.

Assim, esse sentido relacional, presente na definição do território, traduz a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e de poder e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido. Além disso, esse sentido relacional implica que se considere o significado do território não apenas vinculando às ideias de movimento, de fluidez, de conexão (HAESBAERT, 2002).

Na concepção de Souza (1995), os territórios podem ser construídos e desconstruídos tanto em nível espacial (através de uma determinada rua, até por uma forma mais ampla em nível regional ou nacional) quanto temporal (a partir de recortes de dias até séculos). Com isso, o território deve ser entendido como a inter-relação entre as múltiplas formas sociais, em que esses atores vivenciam, simultaneamente, o processo territorial e o produto territorial, por meio de um sistema de relações produtivas que estão ligadas aos recursos ou existenciais (construção da identidade, da memória coletiva e da representatividade) (SILVEIRA, 2003). O autor ainda informa que o território não apresenta uma dimensão espacial e temporal fixa, pois estas podem variar de tamanho (podem ser móveis e flexíveis) e estar em um dado local, em um momento, e desaparecer em outro; da mesma forma, outros territórios podem ser apropriados simultaneamente pelo mesmo agente.

Para se compreender uma dada região, é crucial que sejam analisadas as diferentes formas de civilização, bem como a ação humana, os gêneros de vida, a sua cultura, os seus hábitos, o seu território, entre outros aspectos. São estas particularidades que caracterizam e complementam as suas diversidades. Deve-se, a partir desta descrição das características físicas, estruturais, populacionais e de suas atividades econômicas, encontrar para cada região uma personalidade ou particularidade, algo que a torne diferente das demais. Essas diferenças podem estar centradas na morfologia do relevo, no clima, na estrutura ou em qualquer outro ponto. Mas é importante que se encontre tal diferença à luz da(s) sua(s) particularidade(s) (SANTOS, 1999b).

Tanto Gomes (1995) quanto Corrêa (1986) argumentam que o conceito de região é utilizado como senso comum, como qualquer parte de um espaço. Esse termo passou a ser designado por uma dada porção da superfície da terra que, por algumas razões, se diferenciava de outras. Entretanto, conforme Gomes (1995, p.52), o conceito mais apropriado de região seria que enfatiza as “implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial”. O autor ainda diz que as comunidades se identificam a uma determinada área definida, por meio da relação entre os limites de sua autonomia no espaço e o poder central. Por sua vez, Corrêa (1986, p.186) considera a região, a partir dos seus propósitos específicos.

não tendo a priori, como no caso da região natural e da região-paisagem, uma única base empírica. É possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador. A região natural e a região paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos.

Sendo assim, o espaço geográfico, na visão de Silveira (1984), deixa de ser estático e passa a ser uma produção coletiva dos homens. Para o autor, a região é um conceito abstrato em meio a um contexto macro, conhecido como globalização, e, de acordo com Oropeza e Díaz (2007), o conceito dessa palavra estaria mais arraigado à ordenação dos diferentes territórios regionais, reduzindo a complexidade do mundo real a um número menor e mais compreensível de elementos. Pereira (2000, p. 65), contudo, define região como uma “superfície que, por algum critério, seja natural, econômico, político, enfim que, por qualquer critério, até mesmo arbitrário, adquira singularidade, característica própria, isto é, tem criada alguma identidade que a diferencia das demais, segundo tal ou tais critérios”.

Lopes (1995) distingue dois tipos básicos de região, as formais, que são áreas geográficas que apresentam uma certa homogeneidade em relação a um variado conjunto de atributos, físico, econômico, social e político; e as regiões funcionais, que apresentam coerência funcional, sistêmica e são caracterizadas pelas relações de interdependência. Lopes ainda informa que (2002, p.53):

Na base da definição de regiões funcionais estão preocupações associadas à natureza e intensidade das interações de ordem econômica, em regra identificáveis no espaço por polos (indústrias), nós (de comunicação) ou centros (de serviços), pontos de elevada intensidade de relações; na definição de regiões formais dominam preocupações de homogeneidade, indispensável para garantir validade à análise.

Já Silva (1992) sugere que a região é como um conjunto de práticas, vivenciadas pelos mais diversos grupos humanos e que nela se inserem e englobam o relevo, as relações pessoais, a memória familiar, as condições de trabalho, a sexualidade, a associação, etc.. É a partir dessa definição que se pode pensar em extrapolar limites e fronteiras de ordem administrativa que, em geral, delimitam uma região. Salienta-se, assim, que o regional é um conjunto de identidades não vinculadas necessariamente aos limites formais estabelecidos.

Na concepção de Moreira (2007), a região pode ser considerada como uma forma matricial da organização do espaço terrestre, tendo como característica básica a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos, apresentando certa singularidade em seus fenômenos físicos e humanos, o que a diferencia e a demarca dos demais espaços regionais na superfície. Seguindo a mesma lógica de Moreira (2007), Etges (2001, p. 351) afirma que:

[...] à medida que a sociedade vai se apropriando de um determinado território, ela vai imprimindo suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender suas necessidades ou interesses.

Para Bourdieu (1989), no entanto, a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos. Ela é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional, por exemplo, é um produto da construção humana, e, com isso, para que a noção de região se torne um conceito científico, é necessário que haja uma reformulação em seus sentidos, critérios e natureza, com a intenção de demonstrar os diferentes espaços.

No tocante ao processo de formação de regiões, este é conhecido como regionalização e permite conceber a uma determinada região uma identidade particular. “Uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política

setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional” (LIMONAD, 2004, p.58).

A fim de se entender o processo de regionalização, é preciso que sejam analisados diversos fatores/características, diferentes critérios, métodos e abordagens. Pereira (2000, p.67) classifica o processo de regionalização da seguinte forma:

a) abordagem de diferenciação de áreas, método de investigação: desde a postura geográfica tradicional, inter-relação de fenômenos, até a clássica síntese geográfica; b) abordagem classificatória, método de investigação: postura empirista a partir da lógica formal, com visões duais da região; c) abordagem como processo, método de investigação: totalidade espacial, ou seja, uma postura funcionalista ou dialética; abordagem como instrumento de ação, método de investigação: usa diferentes metodologias, sempre, porém com uma visão dualista, tende à definição de regiões de planejamento, usando geralmente métodos de operacionalização (PEREIRA, 2000, p.67).

A metodologia de análise sugerida é importante para a regionalização, para que ela possa se adaptar às constantes mudanças ocorridas em seus conceitos. Em função dessas transformações e difusões sobre o termo “região”, é que o processo de regionalização torna-se dialético.

Desta forma, a regionalização pode ser entendida como a formação-transformação de regiões e é interpretada como uma diferenciação espacial, onde são estabelecidos os limites entre áreas. Assim, Pereira (2000, p.67-68) demonstra que a regionalização pode ser como:

**a) diferenciação de áreas** corresponde grosso modo, à Escola da Paisagem [...] a paisagem geográfica era o próprio método regional e a região era a área coincidente a uma determinada paisagem geográfica; **b) classificação** pode ser explicada assim: o espaço terá tantas regiões - ou regionalizações (?) – quantas forem as classificações que venham a ser adotadas para analisá-lo. Dessa forma, não existirá uma classificação que atenda a todos os objetivos simultaneamente: passa o espaço a ser tratado de modo multivariado, setorializado, desagregado em sua complexa constituição; **c) instrumento de ação** é fundamentalmente associada às teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização, o que fomentou as ideias de planejamento regional como estratégia de desenvolvimento econômico; e **d) processo** parte da ideia de que as diferenciações regionais são fruto de processos sociais e econômicos [grifo nosso].

Segundo Pereira (2000), a regionalização deixa de ser apenas um instrumento teórico, para tornar-se um instrumento prático, de função político-econômica, constituindo-se em uma atividade interdisciplinar que envolve uma série de disciplinas e categorias profissionais, constituindo, então, uma nova ciência, a Ciência Regional.

A partir dos anos 1980, os movimentos migratórios mudaram de direção, de composição e de sentido. Tais mudanças estão relacionadas aos movimentos de grande distância, particularmente entre o meio rural-urbano interestadual, os quais prevaleceram até

os anos 1970, passando para os movimentos urbano-urbanos, mais especificamente às dinâmicas inter e intraregionais (COUTINHO, 1995). O autor assinala que, quando existe uma combinação favorável entre a infraestrutura (transporte, comunicações, universidades e centros de pesquisa) e as políticas públicas, as tendências são transformadas em “novas externalidades” benignas e podem viabilizar o desenvolvimento de polos inovadores de indústria e serviços em cidades pequenas e médias. Esses novos polos podem contribuir para a descentralização da atividade industrial e de serviços, o que poderá resultar na atração de novos empreendimentos que, normalmente, se localizam em cidades grandes ou em áreas metropolitanas.

#### **2.4 Redes, fluxos comerciais, meios geográficos, verticalidades e horizontalidades**

As redes modernas, segundo Moreira (2007), tiveram o seu início no período Renascentista e se estenderam até o século XVII e XIX, com o ápice da Revolução Industrial, quando o desenvolvimento do transporte marítimo para grandes distâncias (navios modernos) e dos transportes terrestres internamente (máquina a vapor e trens) e fluviais entre os continentes passaram a ocorrer com maior intensidade. O autor também sugere que a história das cidades pode ser contabilizada a partir da história das redes. Desta forma, a rede pode ser considerada toda a infraestrutura que permite o transporte de matérias-primas, energia e/ou informação em um território e que se caracteriza tanto pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, quanto pelos seus arcos de transmissão, os seus nós de bifurcação ou de comunicação (SANTOS, 2002). Ela também pode ser social e política e ocorrer por meio das pessoas, das mensagens e dos valores que a frequentam. A rede é criada pelo homem, enquanto os circuitos, elaborados pelos sistemas naturais. Para o pesquisador, as redes podem ser compreendidas como espaços de intercâmbio, de negociação e de definição de espaços de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação e de exclusão.

“A sociedade é formada em redes em todas as suas ações, quer seja na esfera econômica, política ou social, e as redes virtuais se sobrepõem e transformam as redes de pessoas e processos que se interconectam” (EGLER, 2005, p.48). Tais redes apresentam uma dupla determinação: a primeira se refere ao desenho de sua arquitetura; e a segunda, às práticas políticas dos atores que são membros destas redes.

Uma rede social é uma estrutura formada por conexões e nós - indivíduos ou organizações – ligados por diversas relações como, por exemplo, as financeiras,

comerciais, religiosas, tecnológicas e políticas. Os nós são os atores da rede e tomam decisões quando estabelecer conexões que consideram mais pertinentes, dada à relação social envolvida (CROCCO; RUIZ; CAVALCANTE, 2008, p. 11).

No que concerne às redes sociais, elas estão presentes em diferentes esferas políticas, tecnológicas, comerciais e entre outras, estabelecendo múltiplas conexões, onde um nó pode estar conectado a vários outros, com uma frequência rotineira ou casual, dependendo da intensidade (montante de trocas, fluxos, etc.). Conforme for a amplitude e a dificuldade de cada uma dessas variáveis, ela poderá influenciar no conjunto das redes.

As modificações nas redes podem ser medidas através da sua conectividade (número de nós que podem ser acessados por um nó específico), centralidades (estrutura do nó e do seu entorno), fluxos (volume das relações entre *nós vis-à-vis* e a importância dessas relações na rede), estabilidade (frequência e restrições às conexões), intensidade (volume dos fluxos) etc. (CROCCO; RUIZ; CAVALCANTE, 2008).

Uma rede de cidades, por exemplo, é uma rede social onde os nós são aglomerados populacionais (regiões metropolitanas, cidades, distritos, núcleos, vilas e povoados) com características específicas (população, renda, tecnologias, produção etc). As cidades estão conectadas a outras cidades de formas diversas e essas conexões dependem de uma variedade de restrições e estímulos, como, por exemplo, barreiras naturais, redes de transporte, custo dos transportes, tributação, diferenças culturais etc. [...] A rede de cidades é, portanto, um sistema integrado e hierarquizado que vai dos pequenos aglomerados às regiões metropolitanas ou grandes cidades. Nessa estrutura existem milhares de pequenas cidades, centenas de cidades médias e poucas metrópoles e grandes cidades. Os povoados, as vilas, as cidades globais, a capital estadual são os variados nós dessa malha de conexões (CROCCO, RUIZ; CAVALCANTE, 2008 p. 11).

Cabe aqui salientar que o território se distribui por onde os fluxos forem distribuídos, portanto quem o controla deve considerar esses percursos. Porém, os elementos da rede material serão objetivos por onde o controle deverá ser exercido, ou seja, sobre os elementos de ligação e de conexão, que são as linhas e os “nós”. Logo, os fluxos podem ser eternos ou não, mas a sua existência contribuirá para a definição de um ou vários territórios.

De uma forma geral, para Santos (2003), os fluxos são tudo que flui, carregando consigo um significado. Quando se aborda a interligação entre as redes, os territórios e as cidades, se se tem como base referencial o fato de as cidades, assim como os territórios, transmitirem as manifestações das relações socioeconômicas de uma determinada sociedade. É através das redes que se torna possível a criação ou o reforço da interdependência entre os lugares, pois é baseado nela que o território forma um sistema. O autor esclarece ainda que a fluidez para a circulação de informações, ideias, mensagens, produtos, entre outras coisas, é uma das principais características do mundo. Ela é fundamentada nas redes técnicas que

geram suporte de competitividade para quem as utiliza, sendo considerada, muitas vezes, como uma causa, uma condição ou um resultado. Um exemplo desta fluidez pode ser observado nos oleodutos, gasodutos, canais, aeroportos, teleportos e portos.

Nesse sentido, segundo Dias (1995), a produção da fluidez, muitas vezes, é um empreendimento conjunto entre órgão público e setor privado. Todavia, cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, prover o território dos macrossistemas técnicos e ao setor privado, o estabelecimento das redes que correspondam ao seu interesse mercantil. O autor também propõe que:

os fluxos de todos os tipos, das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conectividade – qualidade de conexão-, que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência (DIAS, 1995, p.148).

Quando as redes se organizam, o espaço se torna mais fluido, uma vez que as pessoas e as coisas podem se movimentar com mais liberdade no território. Essa liberdade faz com que sejam abertas as barreiras, ocasionando, conseqüentemente, as trocas sociais e econômicas de um lado para outro.

É nesse momento, então, que as cidades se transformam em nós. “Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidade, a cidade vira um ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede” (MOREIRA, 2007 p. 59). O autor ainda comenta que as cidades também podem se tornar um importante “nó”, desde que haja uma quantidade expressiva de fluxos, porém pode ser que estes não sejam dinamizados e ordenados por ela. Para isso, é fundamental conhecer a dependência da origem deste fluxo dentro dessa sociedade, a chamada “sociedade informacional”.

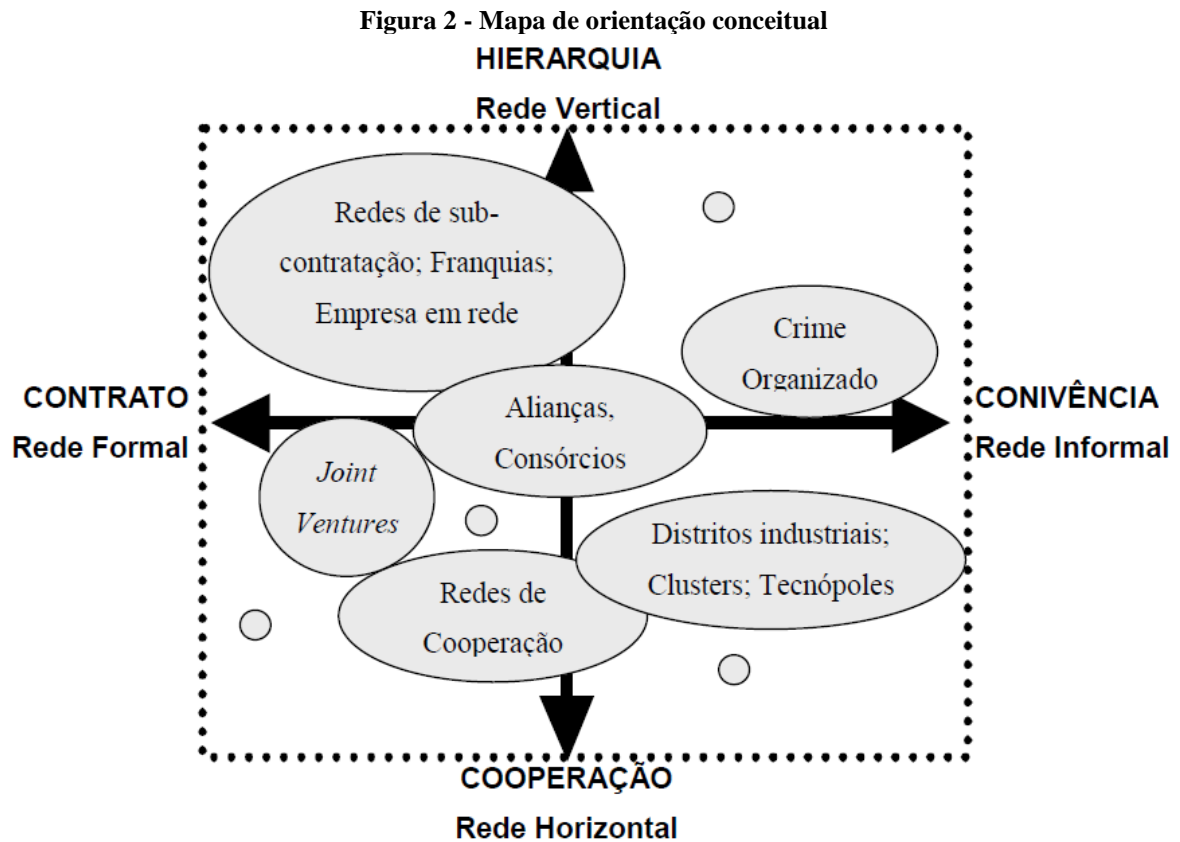
Santos (1999a) apresenta a história do meio geográfico, dizendo que este pode ser dividido em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O meio natural, conhecido como pré-técnico, é onde o homem colhia da natureza os recursos necessários para o exercício da sua vida. Nesse período, a técnica utilizada se dava através da adaptação e da modificação de alguns objetos encontrados na natureza, eles eram rústicos e possibilitavam a ele a vestimenta, a proteção, a moradia, o culto aos seus deuses, entre outros. Já o meio técnico começou com a “mecanização do território” (SANTOS, 1999b). Conforme o autor, esse período se deu com maior intensidade na Revolução Industrial, devido à difusão e à intensificação de técnicas que possibilitaram o predomínio de objetos técnicos no meio geográfico. Por sua vez, o meio técnico-científico-informacional está na base da produção, do funcionamento e das modificações no espaço



geográfico, alterando a paisagem natural, subordinando espaços às lógicas globais, “[...] constituindo a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 1999a, p.191). É esse meio técnico-científico-informacional que contribui para o surgimento de novos processos vitais e para a produção e a transformação de novas espécies, animais e vegetais; e é essa junção que contribui para a utilização e o funcionamento do espaço.

Com isso, há um aumento da importância da utilização de capitais fixos (estradas, pontes e outros) e dos constantes (máquinas, veículos, etc.), pois a dinâmica dos espaços e do mercado exige uma adaptação permanente das formas e das normas. Boisier (1996) assevera que a velocidade das mudanças no mundo contemporâneo não atinge apenas a esfera material, mas também, a dos conceitos, do conhecimento e dos paradigmas, e que a transformação da economia e a redução das distâncias, originadas pela revolução tecnológica, exige que novas interpretações sobre o desenvolvimento regional sejam feitas.

No âmbito das redes interorganizacionais, Balestrin (2005) destaca que, em cada ponto do quadrante, poderá aparecer um tipo particular de rede, demonstrando, assim, a diversidade de tipos de redes existentes. Na Figura 2, percebe-se, no eixo vertical, a natureza da relação entre os participantes da rede, que podem ocorrer por meio de cooperação ou de hierarquia. A rede de cooperação se dá principalmente entre as micro, pequenas e médias empresas, o que configura uma rede de cooperação horizontal. As relações de hierarquia, por sua vez, são as redes verticais, ou seja, estilo matriz/filial, também conhecidas como redes flexíveis. No eixo horizontal, apresenta-se o nível formal existente na rede, podendo ser por conveniência informal, sem a existência de contratos diretos e deveres, mas que podem se direcionar até os níveis formais, nos quais há contratos que regem as relações entre as partes.



Fonte: adaptado de Balestrin (2005), baseado no modelo de Marcon e Moinet (2000)

De acordo com Balestrin (2005), os modelos de redes, observados na Figura 2, são:

- a) redes de subcontratação, franquias, empresas em rede (corporações): estas possuem alto grau de hierarquia e são formatadas com base em contratos;
- b) *joint ventures*: estão no nível intermediário da hierarquia, mas, com elevado grau de formalização;
- c) alianças e consórcios: são estruturados e apresentam um grau intermediário de hierarquia. Os consórcios tendem a uma formalização maior, enquanto as alianças podem ser estabelecidas informalmente;
- d) crime organizado: alto grau de hierarquia, mas, sem nenhuma formalização;
- e) distritos industriais, *clusters* e tecnópoles: alto índice de cooperação, porém a formalização entre as relações não é algo comum; e
- f) redes de cooperação: elevado grau de cooperação entre os atores. A formalização depende de como a hierarquia é estruturada na rede.

As redes possuem estrutura e formato próprios, e algumas podem apresentar características em comum, contudo dificilmente duas redes apresentarão a mesma configuração. Essas redes se formam a partir dos interesses entre as partes interessadas (*shareholders*) em tirar melhor proveito da localização da matéria-prima, da mão de obra e do mercado consumidor.

Já os arranjos espaciais não se dão apenas mediante figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Nesta perspectiva, Santos (2003, p.196) explica que, “ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores”.

As horizontalidades são as extensões, formadas de pontos que se unem sem descontinuidade, como na definição tradicional de região; e as verticalidades, os pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia.

Enquanto que as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o lócus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 1999a, p.225).

Santos (1999a) considera o território como um o palco, onde ocorrem os conflitos de interesses que se materializam nos lugares. O confronto entre o espaço local e o espaço global torna-se um conteúdo ideológico que chega a cada lugar, com objetos e normas estabelecidas. Além disso, o autor identificou alguns recortes no território, chamando-os de “horizontalidades” e “verticalidades”. As horizontalidades seriam “os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1990a, p. 16).

Ainda, o pesquisador informa que as verticalidades se contrapõem à lógica do lugar, já que ela está associada aos interesses das grandes corporações transnacionais, resultando na interdependência hierárquica, ocasionada pelo processo da globalização econômica, alicerçada no espaço dos fluxos, no domínio da racionalidade. Esse tipo de situação gera, portanto, informações seletivas, privilegiadas, secretas e de propriedades das empresas transnacionais, que, com base nestas, podem transformá-la em poder. Por sua vez, as horizontalidades são as atividades e as ações que estão relacionadas à vida social, resultando em um espaço banal, no espaço da vida, do cotidiano, compartilhado por todos. Em síntese, a

horizontalidade é solidária e atua em tempos diversos, enquanto a verticalidade é individual, e o tempo, único.

As verticalidades, na concepção de Silveira (1984), são os vetores de uma racionalidade superior em setores hegemônicos, nas quais é criado um cotidiano obediente e disciplinado. Por sua vez, “as horizontalidades são tanto os lugares da finalidade de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade que é gerado no local” (SANTOS, 1999a, p.227).

As forças que conduzem o processo de horizontalização são centrípetas, isto é, são forças de agregação e fatores de convergência em relação a uma base territorial específica. Tais forças são resultado do processo econômico e social, podendo estar subordinadas tanto às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. As forças centrípetas ou forças de agregação são fatores de convergência e agem no campo, na cidade, bem como entre a cidade e o campo. No campo e na cidade, são fatores de homogeneização e aglomeração; entre o campo e a cidade, são fatores de coesão (SILVEIRA, 1984). Já, para Santos (1999b), a verticalização é centrífuga, ou seja, são forças de fragmentação e fatores de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali.

Santos (1999b, p. 16) relata ainda que as redes justificam, o termo “verticalidade”, porque dispensam continuidades e contiguidades, embora não as excluam, e adverte: “além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”.

No que tange às regiões retardatárias, para Hirschman (1961), estas passam por momentos espontâneos de desenvolvimento, na medida em se espelham em regiões, no qual o processo de desenvolvimento já foi verificado. Essas regiões retardatárias sofrem o efeito da força centrípeta das regiões mais avançadas, e um dos causadores do efeito, decorrente de tal força no desenvolvimento de uma região, é a instalação de uma indústria, visto que esta atrai investimento em infraestrutura, principalmente, em transportes (OLIVEIRA, 2005). Para o autor, as forças centrípetas se sobrepõem às centrífugas, e as regiões que possuem maior poder de atração de mão de obra e investimentos apresentam maior desenvolvimento do que as que possuem maior poder de repulsão. Degrandí (2012, p.57) informa que a verticalização é:

o conjunto de relações que tenham origem externa ao território e que nele são implementadas através das redes técnicas e organizacionais [...] são relações criadas a partir dos agentes (públicos e/ou privados) localizados em outros territórios, em outros níveis escalares, que buscam se apropriar e usar novos espaços.

Estas relações são consideradas exógenas e evidenciam os valores, os interesses mais abrangentes, próprios de outros territórios, que, na prática, conduzem à materialização de uma racionalidade própria e diferenciada no tempo e no espaço e entram em divergência com a local (DEGRANDI, 2012). As horizontalidades são endógenas, por apresentarem relações no próprio território, expressando os interesses, as capacidades e os objetivos da própria sociedade local, regional ou nacional e que, em determinado momento, podem ser oposta às exógenas.

Com a concepção do espaço, dos nós e das redes, a Teoria Econômica, a partir da década de 1950, começou a ganhar considerável atenção, mais especificamente sobre o espaço polarizado, onde as regiões são consideradas um espaço heterogêneo, apresentando relações entre um polo dominante, a sua periferia e os polos de outras regiões.

Com isso, é importante identificar as principais atividades de uma região, para se saber quais são os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento local, assim como verificar as informações estatísticas para as diversas análises econômicas e que, geralmente, contextualizam os setores da economia, como a agricultura, a indústria e os serviços.

Segundo Dubey (1977), a economia regional compreende o estudo da diferenciação espacial, das inter-relações entre as áreas dentro de um sistema nacional de regiões, enfrentando um universo de recursos escassos, desigualmente distribuídos no espaço e imperfeitamente móveis. Sendo assim, percebe-se uma diferenciação entre o mercado de consumo, as fontes de recursos e os locais de produção. Verifica-se, portanto, que os mercados, os produtos e os consumidores não estão distribuídos de forma homogênea no espaço, e isto se dá, porque nem todas as áreas são exploradas com a mesma intensidade e ao mesmo tempo. As que são exploradas primeiramente tendem a obter vantagens adicionais sobre as demais. Quanto à economia regional, Souza (1981, p.5) sugere que ela compreende:

a introdução do elemento espaço na análise econômica; os estudos de problemas localizados e que envolvem separação espacial, tais como: a estrutura dos parques industriais locais e regionais; os meios de comunicação entre dois ou mais centros urbanos; o problema do emprego rural e urbano; as finanças municipais e regionais; o aproveitamento racional dos recursos naturais locais; os impactos de investimentos em determinadas indústrias sobre o emprego, as demais atividades industriais, as finanças públicas, etc.

A concepção do espaço econômico possui elementos geográficos e características particulares que o definem, porém, no tocante às regiões, existe um conjunto de relações

econômicas e sociais que postam as cidades como ponto central da análise, ou seja, o espaço econômico é ordenado no entorno das áreas urbanas, locais estes onde ocorrem as relações de transformações na forma de produção e na troca de mercadorias.

## **2.5 Distrito industrial, Arranjos Produtivos Locais (APL) ou *clusters*, teorias clássicas de localização e teorias dos polos de crescimento**

No desenvolvimento regional, uma das abordagens a ser estudada é a referente às aglomerações (produtivas, científicas, tecnológicas ou inovativa). A vantagem das economias de aglomerações são as proximidades geográficas dos agentes – matéria-prima, acesso, equipamentos, mão de obra, entre outros aspectos. Cassiolatto e Lastres (2003) sugerem que, com a formação de aglomeração de empresas, aumenta a chance de sobrevivência e de crescimento das mesmas, principalmente, das micro, das pequenas e das médias empresas. Dentre os diferentes tipos de aglomerações existentes, a presente tese abordou, por estarem mais próximos da realidade da região analisada, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou *clusters*, os distritos industriais, as teorias clássicas da localização e os polos de crescimento. Conforme o tipo de aglomerações, elas podem ser constituídas por micro, pequenas, médias (MPME) ou grandes empresas, apresentando tanto horizontalidades quanto verticalidades, tendo por objetivo a mobilização das economias e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional. Optou-se pela união dos conceitos de Arranjos Produtivos Locais e *clusters*, visto tratarem-se do mesmo assunto para Porter (1989, 1999), Schmitz (1997), Diniz e Crocco (2006) e outros autores.

Nesses conceitos, procurou-se, primeiramente, entender o de distrito industrial, para, depois, abordarem-se os demais. Segundo Erber (2008), o distrito industrial é o primeiro dos conceitos sobre os APLs modernos, e nele concentram-se as indústrias especializadas em certas localidades. Ao tratar desse assunto, Alfred Marshall se referiu aos motivos que levaram as indústrias a se concentrarem em determinadas localidades, cujo fenômeno ficou conhecido como “indústria localizada” e, posteriormente, como “distrito industrial”. De acordo com autores, como Becattini (1989), Piore e Sabel (1984), Marshall (1982) é considerado o precursor do processo de aglomeração produtiva.

Marshall (1982) identificou, na Terceira Itália, uma concentração de pequenas empresas, concentradas em um segmento específico (têxtil, vestuário, cerâmicas e etc.), uma forte divisão de trabalho e uma cooperação inter-firmas, caracterizando-se, assim, a região como distrito industrial, pois estas estavam ligadas, quase que automaticamente, dentro de um

organismo. Conforme Marshall (1982), a vantagem de as empresas se aglomerarem dentro de um distrito industrial estaria na concentração do capital social e no desenvolvimento do capital coletivo.

Os segredos da profissão deixam de ser segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Se lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de outras ideias novas. Acabam por surgir, nas proximidades desse local, atividades subsidiárias que fornecem à indústria principal, instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, lhe proporcionam economia de material (MARSHALL, 1982, p. 234).

A criação do fluxo de conhecimento, da especialização da mão de obra e do dinamismo dos mercados, contribui de alguma forma, com o processo de produção, a redução dos custos e o aumento na capacidade inovativa das empresas. Essa capacidade de inovação das empresas já havia sido tratada por Schumpeter (1988), através das novas combinações em processos, produtos ou serviços. Na concepção de Lins (2001), a formação de distritos favorece, principalmente, o desempenho das pequenas e médias empresas, na medida em que a cooperação interfirmas facilita a sobrevivência e a geração de empregos.

Para Becattini (1989, p. 112), o distrito industrial é concebido como *“un'entità socio-territoriale caratterizzata dalla compresenza attiva, in un'area territoriale circoscritta, naturalisticamente e storicamente determinate, di una comunità di persone e di una popolazione di imprese industriali”*. Ou seja, corresponde a uma entidade socioterritorial, caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e densidade de empresas, em um determinado espaço geográfico e histórico.

A concentração espacial das indústrias reflete-se no surgimento de externalidades positivas, as quais contribuem para o aparecimento das economias externas. Essas economias são definidas como ganhos obtidos pelas firmas que são independentes de suas ações e podem ser alcançados por meio da concentração de muitas indústrias similares, através dos vínculos horizontais, verticais e multilaterais (LINS, 2001).

Normalmente, os distritos industriais são as relações formadas entre as pequenas e as médias empresas, inseridas em um determinado âmbito territorial reduzido, que são especializadas em algum ramo de atividade econômica, facilitando, assim, aos pequenos empresários o aproveitamento das vantagens da divisão do trabalho, a cooperação e a troca de informações entre as empresas. Segundo Lins (2001), nesta perspectiva, para que haja a caracterização de um distrito industrial, é necessário que se tenha:

- a) concentração espacial de pequenas e médias empresas, setorialmente especializadas;
- b) relações interfirmas a montante e a jusante no interior do *cluster*;
- c) desintegração vertical da produção e da especialização das empresas no processo produtivo;
- d) oferta local de serviço especializado que apoiem as atividades produtivas, inclusive a comercialização dos seus produtos em mercados internos e externos;
- e) competição cooperativa entre os agentes econômicos;
- f) identidade sociocultural que envolve um código de conduta (implícito), o qual gera o fortalecimento dos diversos atores sociais; e
- g) rede de instituições públicas e privadas que contribuam para as ações das organizações no interior do distrito.

No geral, os distritos industriais são monoprodutores (plásticos, em Verona, e têxtil, em Prato – Itália), mas pode haver uma diversificação de produtos, caso haja um fortalecimento do distrito (LINS, 2001). O autor assinala, assim, que a formação dos distritos implica não somente as questões econômicas, mas também em ter relações socioterritoriais, com ênfase na concorrência acirrada, nos costumes, nas instituições informais, na confiança e na reciprocidade, fundadas nos princípios da organização local.

Conforme Schmitz (1997), um distrito industrial pode representar um *cluster*, mas um *cluster* nem sempre pode ser considerado um distrito, pois este refere-se a uma profunda divisão do trabalho e à cooperação entre as firmas, enquanto um *cluster* está associado à ideia de concentração setorial e geográfica de indústrias. Lins (2001) informa que os *clusters* não são considerados ilhas isoladas de solidariedade, destaca também que a competição nestes é acirrada, mas que existe cooperação entre as firmas e que a cooperação existente nos *clusters* não é como as existentes nos distritos industriais, em que esta “transcende a mera sobrevivência das empresas e a geração de empregos apenas confinada às relações informais das empresas”(LINS, 2001, p. 84). Um dos fatores que diferencia um distrito industrial de um APL ou *cluster* está na cooperação interfirmas, se forem constatadas apenas trocas de matérias-primas, mão de obra, relações com fornecedores, comercialização individual de seus produtos para mercados internos e externos, esses serão considerados *clusters* e geram a ocorrência de externalidades positivas, ou seja, o acúmulo e a concentração de competências tecnológicas e conhecimentos, ligados à comercialização, não garantindo, pois, o



funcionamento das firmas em redes de cooperação. Caso garanta o funcionamento das empresas em redes, ele passa a ser denominado “distrito industrial”.

Por sua vez, os *clusters* podem ser caracterizados de duas formas distintas na concepção de Britto e Albuquerque (2001): a) *clusters* verticais; e b) *clusters* horizontais. No primeiro, deve existir, na mesma região, uma interação entre as empresas produtoras de bens de consumo com as empresas produtoras de equipamentos para esta mesma indústria (compradores-fornecedores). No segundo, existe, em um mesmo município, a concentração de diversas indústrias similares que podem compartilhar alguns tipos de recursos em comum, como, a mão de obra, a localização, as redes de comunicação e outros, mas não há relação produtiva que possa ser utilizada na mesma cadeia de valor.

Porém, este conceito não está restrito somente à proximidade geográfica, no entanto podem se manifestar entre firmas/indústrias que se encontram esparsamente localizadas. Esses ganhos de economia coletiva, como a vantagem competitiva, oriunda das economias externas e de ações conjuntas, foram chamados de “eficiência coletiva” (SCHMITZ, 1997). Tal ação conjunta manifesta-se de duas formas diferentes: a) as firmas cooperam, individualmente, com equipamentos ou no desenvolvimento de novos produtos; e b) os grupos se reúnem através de associações empresariais, consórcios de produtores, entre outros. Os ganhos em conjunto são refletidos na externalidade, mediante a formação dos *clusters* (SCHMITZ, 1997).

Enfatiza-se que a vantagem da formação dos *clusters* para as MPME está na sua capacidade em desenvolver o negócio em conjunto na coletividade e competir globalmente, o que sozinha poderia não conseguir (AMATO NETO, 2000). Tanto Diniz e Crocco (2006) quanto Lins (2001) colocam que, nos Arranjos Produtivos Locais ou *clusters*, a obtenção do sucesso das pequenas e médias empresas em setores específicos se dá por meio dos esforços de associações e da troca de sinergia entre elas. Assevera também que esses arranjos, por sua vez, procuram, em conjunto, solucionar problemas em comum. Os Arranjos Produtivos Locais são, na concepção de Cassiolato e Lastres (2003, p.5):

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Um dos fatores contribuintes para estas aglomerações são as trocas de informações, as inovações e os conhecimentos entre as firmas, e estas, com as demais instituições dentro de um espaço geograficamente delimitado, favorecem a competitividade e o desenvolvimento de nações, regiões, Estado, setores, empresas e até indivíduos (DALLA VECCHIA, 2006). Então, os APLs ou *clusters*, em um sentido mais amplo, apresentam variadas atividades produtivas que interagem entre si, entre processos de aprendizagem tecnológica e inovações em produtos e processos.

Segundo RedeSist (1997), um APL pode ser composto por: dimensão territorial, diversidade de atividades, conhecimento tácito, inovação e aprendizado interativo, governança e grau de enraizamento. Esses são formados a partir de vínculos regionais e locais, apresentando uma base social, cultural, política e econômica comum com outras localidade/regiões. Lastres et al.(2002), neste mesmo sentido, relatam que as ações políticas, tanto públicas como privadas, podem contribuir para a formação desses processos em um longo prazo.

É importante salientar ainda que cada região se especializa ou acaba se especializando no setor que apresenta maior potencial produtivo ou conhecimento, não menosprezando a importância da base dos seus recursos naturais. Ou seja, cada região ou localidade deve analisar a sua base produtiva e, a partir deste exame, criar as suas vantagens comparativas, sejam elas construídas ou dinâmicas. Assim, Diniz e Crocco (2006, p. 21) apontam que:

O potencial de uma região pode estar relacionado à sua posição geográfica em relação a mercados e portos, à experiência produtiva prévia, às lideranças empresariais, ao conhecimento acumulado, à existência de infraestrutura universitária e de pesquisa, ao mercado de trabalho, à infraestrutura de transportes, à existência de serviços urbanos e etc.

Porém, os autores dizem que um potencial produtivo não é estático e que pode ser alterado ao longo do tempo pelas mudanças tecnológicas, pelo perfil de demanda, pelo ingresso de uma grande empresa ou pelas mudanças na infraestrutura. Para Amato Neto (2000), então, um APL tem como obrigação a concentração setorial e regional, que fará com que as empresas possam obter vantagens competitivas das economias externas locais (oportunidades) ou que fortaleçam a sua ação conjunta contra possíveis ameaças macroeconômicas. Contribuindo com afirmação de Amato Neto (2000), Piekarski e Torkomian (2004) asseveram que os *clusters*, embora apresentem vulnerabilidades em relação às intempéries do mercado econômico, devido à concentração das atividades industriais, o que o torna mais propenso às crises, caso este não apresente diversificação, essas

aglomerações/concentrações são importantes para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Amato Neto (2000) propõem que a principal característica de um *cluster* é a sua concentração em uma mesma região. Salientam também que ele é formado pela disponibilidade da matéria-prima, que pode ser finita, e tende a manter a sua perenidade, através da qualificação da mão de obra, da localização geográfica e do apoio das políticas públicas. Porter (1999), desta forma, sugere que existem cinco maneiras de se analisar e identificar a existência de um *cluster*:

- 1- verificar a existência de, pelo menos, uma grande empresa ou a concentração de empresas semelhantes em seu processo ou produto;
- 2- analisar toda a cadeia produtiva (montante e jusante), com o intuito de identificar empresas e instituições que permeiem toda a cadeia;
- 3- analisar horizontalmente (clientes, tecnologia, canais comuns, etc.);
- 4- identificar instituições que ofereçam capital, informação e demais órgãos coletivos que envolvam os participantes do *cluster*; e
- 5- caracterizar um cluster, quando as agências governamentais e outros órgãos reguladores exercem influências significativas sobre os participantes do aglomerado.

Lins (2001) enfatiza que o APL ou *cluster* não pode ser confundido com o distrito industrial, pois este é uma modalidade de arranjo socioprodutivo, impregnada de cooperação, enquanto o *cluster* apresenta os elementos necessários para a formação inter-relacional dos sistemas, mas não necessariamente garante a performance do mesmo.

Pode-se observar, no decorrer dos estudos sobre APLs ou *clusters* e distrito industrial, que existem grandes divergências e confusão conceitual entre os autores no que tange à formalização de um conceito único que contemple essas diferentes aglomerações. De fato, por meio dos estudos de Figueiredo e Di Serio (2007), bem como de Kwasnicka (2006), observa-se que há diferenças entre APLs e *clusters*, sem, no entanto, esclarecê-las. Podem ser constatadas também divergências entre os conceitos sobre APLs e distrito industrial. Na obra de Kwasnicka (2006), a diferença entre um APL e um *cluster* é a seguinte: o primeiro engloba somente atividades produtivas, ao passo que, no segundo, há envolvimento entre outros tipos de atividades, tais como: comércio e serviços. Zaccarelli (2002, p. 200) aborda o assunto *cluster* completo, informando que, para ele seja assim considerado, deve satisfazer a nove condições:

1) alta concentração geográfica (**preferencialmente, todo o cluster deve localizar-se em um só município**); 2) existência de todos os tipos de empresas e instituições de apoio, relacionados com produtos/serviços do cluster; 3) empresas altamente especializadas (cada empresa realiza um número reduzido de tarefas); 4) presença de muitas empresas de cada tipo; 5) total aproveitamento de materiais reciclados ou subprodutos; 6) grande cooperação entre as empresas; 7) intensa disputa: substituição seletiva permanente; 8) uniformidade de nível tecnológico; e 9) cultura da sociedade adaptada às atividades do cluster. [grifo nosso]

Percebeu-se, em Schmitz (1997) e Lins (2001), uma contradição em Zaccarelli (2002), o qual revela que, preferencialmente, todo o *cluster* deva estar localizado em um mesmo município. Para os dois primeiros autores, as empresas podem se concentrar esparsa e geograficamente.

Como constatado, há grande divergência entre os conceitos de APL ou *clusters* e distrito industrial nas literaturas analisadas, contudo, baseando-se nos autores referenciados, pode-se ter uma noção mais clara dos conceitos e identificar a sutil diferença entre cada um deles. Enfatiza-se ainda que, antes de se analisar a existência de um ou de outro, é importante que se observe a relação existente de cooperação entre as empresas de uma dada localidade, sendo este o principal fator de distinção entre APL ou *cluster* e distrito industrial.

Na concepção de Benko (1999), a localização das suas atividades é fundamental para os empresários, visto que parte dos custos da produção depende dela. Porém, cabe às autarquias locais e Estaduais a responsabilidade de repartir harmoniosamente as diversas atividades nos espaços. O autor enfatiza, ainda, que a localização pode interferir nos custos relativos à obtenção de matéria-prima, nos custos relacionados com o acesso ao mercado e nos custos diferenciais da mão de obra.

Segundo Porter (1989), a capacidade de desenvolvimento de um país também depende da indústria em se adaptar às novas tecnologias e inovações, da existência de poderosos rivais internos, de fornecedores agressivos e de clientes locais exigentes. Para Porter (1999, p. 167), “a vantagem competitiva é gerada e sustentada através de um processo altamente localizado. As diferenças nos valores nacionais, a cultura, as estruturas econômicas, as instituições e a história são fatores que contribuem para o êxito competitivo”. O autor também diz que nenhum país é capaz de competir em todos, nem mesmo na maioria dos setores e que, em alguns momentos, ele acaba obtendo êxito em determinados setores, porque o ambiente doméstico é o mais progressista, dinâmico e desafiador. Posteriormente, Porter (1999) coloca que não são os baixos salários, tampouco a mão de obra em abundância ou as baixas taxas de câmbio que favorecem a competitividade. O único significado de competitividade, em nível nacional, é a produtividade. A teoria clássica explica o êxito dos países em setores específicos

que utilizam, com intensidade, os chamados fatores de produção, como terra, mão de obra e recursos naturais. Entretanto, com a aplicação da tecnologia nesses setores e a globalização, a teoria clássica tem sido ofuscada em países avançados (PORTER, 1999).

Ao se estudar a problemática da localização, percebe-se que ela tem a sua origem nos trabalhos datados de Von Thünen (1966), no início do século XIX, quando este voltou a sua atenção às atividades agrícolas, demonstrando que era a renda agrícola que impulsionava toda a atividade econômica. Posteriormente a esse estudo, outros autores, como Alfred Weber (1969), Christaller (1966), August Lösch (1969) e Walter Isard (1956), postaram igualmente suas contribuições sobre a dimensão espacial na análise econômica.

Corroborando com os autores citados acima, Richardson (1975) diz que, quando o assunto tratado for a Teoria da Localização, é preciso remontar aos estudos iniciados no século passado, mais especificamente os econômicos, porém os que versam sobre a localização ótima das atividades econômicas e da população parecem bastante triviais em comparação com as questões relativas ao crescimento e ao equilíbrio da economia nacional. Na Teoria da Localização, o movimento das empresas é descontínuo, ou seja, existe uma escolha entre o centro consumidor e ou fornecedor, ou não existe qualquer movimento.

Na Teoria Espacial dos Preços, as relações de preço entre mercados separados no espaço frequentemente têm que ser tratadas como não equivalentes. Por exemplo, a condição que leva A a não importar um bem homogêneo X de B é explicada pelo preço de X em B, mais o custo unitário de transporte entre B e A que não é inferior ao preço local de X em A.

A existência de centros nodais, concentrações populacionais e pontos de entroncamento de transportes são outros exemplos de descontinuidade na estrutura dos sistemas espaciais. As vias de transportes não se abrem em todas as direções a partir de um ponto dado, mas se desenvolvem em torno de um número bastante limitado de eixos (RICHARDSON, 1975, p.17).

A Teoria Geral da Localização é a aplicação da Teoria do Sistema Walrasiano a uma economia, na qual a distância é considerada como uma variável e tem como preocupação saber como os indivíduos “vivem e trabalham em determinados lugares, porque fábricas e estabelecimentos de serviços são construídos em um local e não, em outro e porque centros populacionais de diferentes tamanhos se desenvolvem em determinados lugares e não em outros” (RICHARDSON, 1975, p.19). Para o autor, a abordagem locacional enfatiza a heterogeneidade do sistema espacial, bem como a produção, o consumo e a população que não são distribuídos igualmente e de forma contínua pela economia.

Assim, as cidades e as outras unidades urbanas são um campo importante de estudos na economia locacional e regional, porque, em um “*continuum* espacial, as pessoas se concentram aí, e o crescimento das cidades pode ser explicado, em grande medida, por forças econômicas e sociológicas sistemáticas” (RICHARDSON, 1975, p.25).

Hilhorst (1973) acredita que uma indústria, ao analisar a implantação de sua planta fabril, leva em conta o custo da localização. Esse custo poderá ser maior ou menor, conforme a localização dos seus clientes ou fornecedores. Desta forma, a Teoria da Localização pode ser enfocada sob dois aspectos, fatores gerais e especiais. Os fatores gerais são aqueles que estão relacionados aos custos que envolvem o setor industrial, são eles: custos de transporte, mão de obra, energia, custo de vida de determinada localidade, entre outros. Por outro lado, os custos especiais estão relacionados diretamente a determinado setor, como, por exemplo, a matéria-prima, que é utilizada para a produção de um bem e/ou proximidade com indústrias auxiliares que podem provê-las com produtos que compõem a sua estrutura produtiva, entre outros (FERREIRA, 1989). Já na visão de Benko (1999), as empresas escolhem uma localização de forma que ela possa utilizar uma força de trabalho desvalorizada, com baixo custo de reprodução e privilegiar as técnicas que lhe permitem o emprego de mão de obra não qualificada.

A Teoria da Localização, como fator preponderante às regiões, na percepção de Haddad (1975), está nas peculiaridades dos respectivos mercados consumidores, não se igualando em sua totalidade aos demais. O autor ainda afirma que algumas regiões apresentam diferenciais competitivos em termos de recursos, mas estão localizados distantes dos polos consumidores, outros são inversos, isto é, apresentam grandes centros consumidores, mas estão longe dos recursos. Contudo, existem regiões que não se enquadram em nenhuma das anteriores, que estão distantes dos recursos e dos centros consumidores.

Então, as desigualdades regionais podem ser também estudadas através da Teoria da Localização que procura perceber essa dicotomia entre mercado consumidor e mercado produtivo. Tal teoria procura entender o porquê de muitas pessoas trabalharem e viverem em certas áreas, de as atividades econômicas estarem situadas em certas regiões e não em outras, bem como de os centros populacionais desenvolverem-se em certos locais e não, em outros (HADDAD, 1975).

O interesse pela economia regional se deve, parcialmente, ao crescimento explosivo das cidades, das migrações rurais-urbanas e intra-urbana, bem como da concentração da atividade econômica e dos desequilíbrios regionais resultantes destes fatores (SOUZA, 1981).

O autor revela ainda que a concentração urbana está relacionada ao conceito de localização das atividades econômicas, de economia de escala, de mercado de consumo e de reserva de mão de obra.

Nesse sentido, a urbanização desordenada e a falta de empregos, para Clemente (1994), constituem o inchaço urbano e, conseqüentemente, ocasionam o subemprego e a pobreza, colocando o desenvolvimento industrial como a única possibilidade de criação direta e indireta de empregos. Assim, os governos estaduais e municipais voltam os seus esforços à atração de investimentos industriais, o que acaba não gerando resultados consideráveis, pois os investimentos, muitas vezes, são alocados de uma forma errônea sob a perspectiva da escolha locacional por parte das empresas.

Já, em meados de 1960, Perroux realizou alguns trabalhos que ficaram conhecidos como a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, mais tarde, após longo refinamento de autores, como Boudeville (1970), Myrdal (1968), Hirschman (1961) e North (1977), passaram a influenciar significativamente a condução da política econômica nacional. Esse estudo passou a se chamar “Teoria dos Polos de Crescimento”. O polo em comento surge com o advento de uma indústria motriz, sendo que ela aparece antes das demais e tem a incumbência de gerar e de produzir economias externas tanto as tecnológicas quanto as pecuniárias (mão de obra, infraestrutura, entre outras), separando os fatores da produção, provocando a concentração de capitais sob um mesmo poder, decompondo tecnicamente as tarefas e a mecanização. Empresas menores surgem em seu entorno, abastecendo-as ou mesmo para atender a novas demandas que estão surgindo ou surgirão. Enfatiza-se também que investimentos e melhorias na infraestrutura local são realizados, para melhorar o escoamento dos fluxos de bens, dos serviços e das informações, o que acaba gerando, conseqüentemente, novas economias externas.

Perroux (1977), analisando o assunto, esclarece que uma indústria motriz apresenta três características principais: a) é constituída por atividades inovadoras, possui grande porte e estrutura oligopólica, assim como as suas decisões tendem a causar um grande impacto na área; b) apresenta taxa de crescimento superior à média geral; e c) apresenta forte interdependência técnica com uma diferenciada gama de indústrias, contribuindo, assim, para a formação de um complexo industrial. Segundo o autor, o polo de desenvolvimento é uma unidade motriz ou um conjunto, formado por várias unidades, que exercem efeito de expansão para cima e para baixo, ou seja, com outras unidades que apresentem algum tipo de relação.

Assinala-se igualmente que o polo só terá valor no momento em que se tornar instrumento de análise, meio de ação política e for entendido como uma visão abstrata do espaço.

Desta forma, uma economia nacional deverá apresentar uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, polos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados) (LIMA; SIMÕES, 2009).

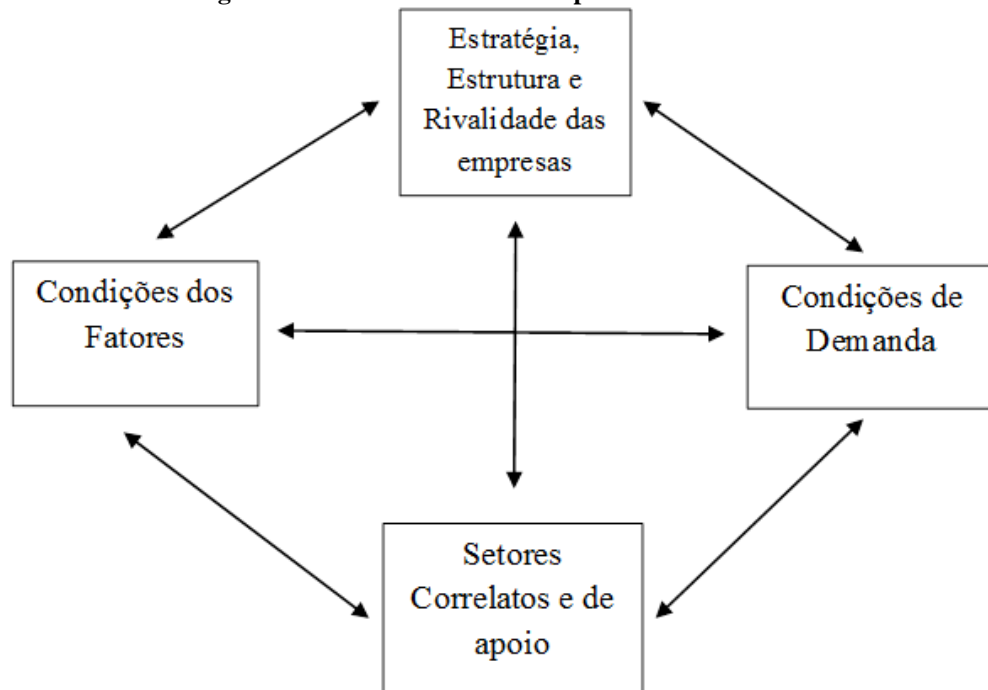
Segundo Tolosa (1972, p.196-197), “a influência da indústria motriz pode ser basicamente dividida em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado”. Já Perroux (1977) relata que esse crescimento econômico não surge ao mesmo tempo em todo o território, mas, em polos de crescimento. Esse crescimento se difunde a partir desses polos para outras regiões por diversos canais de integração, como os meios de transporte e as comunicações, o comércio de bens finais, as matérias-primas e os insumos industriais.

Conforme pode ser observado na Figura 3, Porter (1999) demonstra as vantagens que cada país estabelece para os seus setores econômicos, e estes podem ser conceituados da seguinte forma:

- a) condição dos fatores: a posição do país quanto aos fatores de produção, como mão de obra qualificada e infraestrutura, necessários para competir em um determinado setor;
- b) condições de demanda: a natureza da demanda no mercado interno para os produtos ou os serviços do setor;
- c) setores correlatos e de apoio: a presença ou a ausência, no país, de setores, de fornecedores e outros correlatos, que sejam internacionalmente competitivos; e
- d) estratégia, estrutura e rivalidade das empresas: as condições predominantes no país, que determinem como as empresas são constituídas, organizadas e gerenciadas, assim como a natureza da rivalidade no mercado interno.



**Figura 3 – Determinantes da competitividade nacional**



Fonte: Porter (1999, p.178)

Quando o ambiente nacional é propício para a acumulação de ativos e mão de obra qualificada, as empresas conquistam a vantagem competitiva. Quando absorve melhor as informações e geram *insights* contínuos, elas também conquistam a vantagem competitiva e, quando as empresas são pressionadas no rumo da inovação e dos investimentos, elas não só conquistam a vantagem competitiva, mas também ampliam esta vantagem ao longo do tempo (PORTER, 1999).

Para Diniz e Crocco (2006), cada região ou localidade apresenta diferentes graus de especificidade, não sendo possível um único e generalizável modelo de inovação. A fim de que haja o desenvolvimento, cada região ou localidade deverá criar as suas próprias condições e políticas, de acordo com o seu perfil. Por sua vez, Perroux (1967) evidenciou a necessidade de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano, além da cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco). Peça fundamental destas políticas são os polos de desenvolvimento, localizados dentro ou fora da nação. A análise do autor não leva a uma conclusão imediatista e simples acerca da política econômica, contudo orienta algumas decisões práticas e evidencia a importância não apenas dos grandes empresários privados nesse processo, mas também, dos poderes públicos e das suas iniciativas, bem como das pequenas inovações. Boudeville (1970) mostrou a importância dos centros urbanos e das bacias fluviais, para integrar a economia nacional, dada à posição estratégica das mesmas.

Quanto ao comércio internacional e os investidores externos, na concepção de Porter (1999), estes podem, às vezes, também ameaçar o crescimento da produtividade, em que os setores econômicos de um país são submetidos a testes de padrões internacionais de produtividade. Quando um setor não for suficientemente produtivo, perderá competitividade com seus rivais externos, e, se o país perder a capacidade de competir em um conjunto de setores de alta produtividade e altos salários, seu padrão de vida estará ameaçado.

A inovação é o resultado do esforço incomum. A empresa que implementa com êxito uma nova e melhor maneira de competir, na maioria das vezes, persegue sua abordagem com uma determinação obstinada, mesmo em face de duras críticas e de difíceis obstáculos. Na realidade, para ser bem-sucedida, a inovação geralmente exige pressão, necessidade e, até mesmo, adversidade: o medo da perda quase sempre se revela mais poderoso do que a esperança do ganho (PORTER, 1999, p.10).

Os ganhos da produtividade estão, pois, na origem do processo de desenvolvimento econômico, daí a importância de procurar estudar os que decorrem da aglomeração geográfica das atividades econômicas e o que decorrem das aglomerações das populações (SILVA, 2004, p.31). O autor enfatiza também que as economias de aglomeração podem assumir duas formas, uma conhecida como economia de localização ou de justaposição e a outra, como economia de urbanização. A primeira representa os ganhos da produtividade específica de uma indústria ou de um conjunto de empresas relacionadas, que se originam do mesmo setor de atividade econômica.

Os ganhos de produtividade são imputáveis à dimensão da indústria numa dada localização [...]. Para designar os conjuntos geográficos de estabelecimentos conexos deste tipo usa-se, por vezes, a expressão, complexos industriais [...]. As economias de localização a realizar neste caso não assentam apenas na partilha dos custos fixos, mas também na redução dos custos de interação espacial e na multiplicação das possibilidades de troca. Por outras palavras, a aglomeração geográfica torna possível a maximização dos ganhos da especialização resultantes da valorização das vantagens competitivas (POLESE, 1998, p.87).

A segunda é traduzida pelas economias de urbanização e se refere às externalidades positivas que as indústrias propiciam, por estarem localizadas em uma determinada cidade, ou seja, elas são internas à região urbana, mas, externas às empresas ou indústrias que delas se beneficiam. Os ganhos de produtividade, decorrentes da produção de bens públicos, constituem um elemento fundamental de urbanização.

Na concepção de Polèse (1998), entende-se por bens públicos os equipamentos e os serviços que dificilmente podem ser assegurados pelo modo privado, devido à importância das externalidades ou da indivisibilidade ou outros custos fixos. Dentre os grandes equipamentos existentes, têm-se os portos marítimos, as estradas, os aeroportos, os esgotos e

as redes elétricas, ou seja, todo o aporte de infraestrutura. Do lado dos serviços, a Administração Pública, a educação, a saúde, a justiça e a ordem pública.

Nesta perspectiva, para qualquer indústria, a economia de localização dependerá do nível de desenvolvimento tecnológico, além dos fatores que possam modificar as suas vantagens competitivas. Assim, o empresário terá vantagens em se localizar onde existam várias opções de fornecedores e, se houver necessidade, ele poderá trocar, imediatamente, de um para outro (SILVA, 2004).

No tocante às vantagens das economias de localização, para Silva (2004), estas também podem ser consideradas ganhos de produtividade, caso uma empresa consiga obter, por meio da redução dos seus custos de informação e de outros associados, a inovação e a adoção de novos processos de produção e métodos de comercialização, e também, mediante a economia devida, a redução dos custos com recrutamento e a formação de mão de obra. O autor sugere ainda que os comerciantes e os prestadores de serviços possuem interesse em se concentrar nesse mesmo espaço, eis que, quando considerados os custos fixos ou as indivisibilidades, a aglomeração poderá justificar as despesas compartilhadas, através de ações cooperadas que proporcionem a diluição dos custos operacionais e totais e, conseqüentemente, a venda de produtos e os serviços por menores preços (SILVA, 2004).

Percebe-se, portanto, que a diferença entre as economias de localização e as de urbanização está nos seguintes fatores: a primeira aborda os efeitos sobre uma indústria; enquanto a segunda, aos ganhos da produtividade, decorrentes da aglomeração de indústrias de todos os tipos em áreas urbanas.

Entretanto, um polo de desenvolvimento também poderá acarretar uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, podendo distribuir salários e rendimentos adicionais, sem necessariamente aumentar a produção local de bens e consumo, transferindo mão de obra, sem lhe oferecer um novo enquadramento social, concentrando o investimento e a inovação sem alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado (LIMA; SIMÕES, 2009).

### **3 PRINCIPAIS FATORES CONTRIBUENTES PARA A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL NO PERÍODO DE 1970 A 2010**

O presente capítulo procura mostrar os principais planos políticos desde 1970 a 2010 que contribuíram para a formação/transformação da conjuntura econômica e política em nível nacional e estadual. A conjuntura econômica, abordada neste capítulo, se dá a partir de 1964, quando o regime militar toma, como postura tecnocrático-modernizante, o compromisso de superar a política populista de João Goulart (REGO; MARQUES, 2006). Entre os planos nacionais, têm-se: o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964 a 1967), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED – 1968 a 1970), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 a 1979), o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980 a 1985), o Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), o Plano Bresser (1987), a Política “Feijão-com-arroz” (1988), o Plano Verão (1989), o Plano Collor I (1990), o Plano Collor II (1991), o Plano Marcílio (1991), o Plano Real (1994), o PAC I (2007 a 2010) e o PAC II (2010 a 2014). Na esfera estadual, observaram-se os impactos desses planos, acreditando-se que estes possam ter interferido no desenvolvimento de Taquara.

#### **3.1 Conjuntura econômica e política Nacional**

Ao assumir o governo em 1964, os militares perceberam que um dos aspectos que dificultava a retomada do crescimento econômico era a desordem nas finanças do governo. Assim, em um primeiro momento, eles se propuseram a criar um ambiente de tranquilidade política, econômica e social que favorecesse novos investimentos, fossem estes privados ou públicos, domésticos ou estrangeiros. No âmbito externo, o governo concentrou as suas atenções em tranquilizar bancos e empresas estrangeiros. Segundo Rego e Marques (2006), essa normalização das relações com os organismos financeiros internacionais resultou no aumento da internacionalização da economia brasileira, com relação aos capitais externos e na oligopolização, com o predomínio das empresas externas.

No âmbito interno, em 1964, o governo do marechal Castelo Branco voltou os seus esforços, para retomar o crescimento econômico e a industrialização do país, através da criação do Plano de Ação Econômica (PAEG). Segundo Lorenzo-Fernández (1976), esse

programa foi mais elaborado do que os anteriores, possuindo um caráter essencialmente “indicativo”. Para o autor, o PAEG não pretendeu oferecer um “plano global de desenvolvimento”, mas, um programa de ação, coordenado do governo no âmbito econômico, mesmo envolvendo uma estratégia de desenvolvimento. Neste contexto, de acordo com Lorenzo-Fernández (1976, p. 210 e 211), os objetivos do PAEG eram:

1) acelerar o ritmo de desenvolvimento para 6% nos dois primeiros anos e 7% no seguinte; 2) conter a inflação até 25% em 1965 e 10% no ano seguinte; 3) atenuar os desníveis setoriais e regionais; 3.1) manter estável a percentagem da remuneração do PIB; 3.2) aumentar a proporção dos encargos tributários no produto sem aumentar, no entanto, a percentagem da despesa pública neste; 3.3) reduzir a percentagem ostensiva da remuneração dos demais fatores; 3.4) manter as políticas de desenvolvimento regional com prioridade oficial para a criação de economias externas, bem como, estímulos diferenciais fiscais e creditícios; 4) assegurar a absorção da mão de obra adicional, mediante: 4.1) estímulo à construção civil mediante programa habitacional; 4.2) reforma agrária; 4.3) incentivo às exportações, particularmente de indústrias com elevado coeficiente de mão de obra; 4.4) realismo da política salarial, cambial e creditícia, para evitar distorções e a substituição de trabalho por capital; 5) Corrigir os déficits do Balanço de Pagamento, evitando o estrangulamento periódico da capacidade de importar, mediante: 5.1) Política de comércio exterior: taxas cambiais favoráveis, simplificação burocrática, estímulos fiscais e cambiais e financiamento adequado; 5.2) Política cambial: eliminação progressiva de subsídios e taxas preferenciais (exceto para o café), depósitos compulsórios e programação rigorosa do orçamento de câmbio; 5.3) Política de capitais estrangeiros, eliminando o clima hostil e ab-rogando as restrições legais impostas depois de 1961.

Conforme Rego e Marques (2006, p. 115), o PAEG manteve os objetivos básicos dos discursos desenvolvimentistas: a) retomada do desenvolvimento, por meio do aumento dos investimentos; b) estabilidade dos preços; c) atenuação dos desequilíbrios regionais; e d) correção dos déficits do balanço de pagamentos. Com o PAEG, seguem os autores, o governo pretendeu reduzir gradualmente o déficit público e inflacionário. Para isso, o plano tinha como objetivo: controlar as contas públicas, através do aumento das receitas e da redução das despesas; executar uma política monetária restritiva, com controle da emissão monetária e de crédito; e implantar uma dura política de contenção salarial. Essa última acabou provocando um efetivo arrocho salarial. Quanto às principais reformas instituídas pelo PAEG, segundo Vasconcelos, Gremaud e Toneto Júnior (1999), estas foram:

- a) reforma tributária: i) introdução da correção monetária nos sistema tributário, visando a reduzir as distorções já mencionadas; ii) transformação dos impostos do tipo cascata (que incidem a cada transação sobre o valor total) em impostos do tipo valor adicionado. Foram criados: o Imposto de Produto Industrializado (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto sobre Serviços (ISS); iii) redefinição do espaço tributário entre as esferas do governo. A União ficou

com o IPI, IR, Impostos únicos, os Impostos de Comércio Exterior, o Imposto Territorial Urbano (ITR); e os Estados, com o ICM; e os municípios, com o ISS e o Imposto sobre Propriedade territorial Urbana (IPTU). Também foram criados os fundos de transferência intergovernamentais: o Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, que estariam baseados em parcelas de arrecadação do IPI, do IR e do ICMS. Essa participação está baseada na área geográfica, na população e no inverso da renda *per capita*, com vistas a favorecer estados mais pobres. Neste interim, ainda surge o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS), que constituiriam fontes de poupança compulsória, direcionada ao setor público;

- b) reforma monetária: i) instituição da correção monetária e criação da Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN); ii) criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen); iii) criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH); e iv) a Lei nº 4.728, que trata da reforma do mercado de capitais.
- c) reforma do setor externo: o principal objetivo dessa reforma é estimular o desenvolvimento econômico, por meio do melhoramento do comércio externo brasileiro e da atração de capital estrangeiro. i) em relação ao comércio externo, buscou-se estimular e diversificar as exportações, mediante incentivos fiscais. Já em relação às importações, o objetivo era o de eliminar os limites quantitativos e utilizar apenas a política tarifária, como forma de controle; e ii) com relação à atração de capital estrangeiro, buscou-se uma aproximação com a política externa norte-americana e a renegociação da dívida externa (VASCONCELOS; GREMAUD; TONETO JÚNIOR, 1999).

Além disso, o PAEG ainda tinha, como medidas setoriais, investimentos em: habitação popular, energia elétrica, petróleo, carvão, transportes, comunicações, agricultura, indústria, educação, saúde e saneamento, bem como valorização regional (LORENZO-FERNÁNDEZ, 1976, p. 211 e 212). Desta forma, através do PAEG, houve uma mudança no quadro, na economia brasileira, com uma forte industrialização, acompanhada de reduzidas taxas da inflação, que preparou o País para a retomada do crescimento (VASCONCELOS; GREMAUD; TONETO JÚNIOR, 1999).

Pelo exposto acima, o PAEG foi tanto um plano de curto quanto de longo prazo. No de curto prazo, o governo se concentrou em políticas de estabilização da economia, adotando

medidas ortodoxas de controle da inflação, como, por exemplo, arrocho salarial e aumento das taxas de juros. No de longo prazo, por sua vez, o conjunto de reformas fiscal, tributária e no sistema bancário traduziu as mudanças no plano institucional.

Mesmo assim, Lorenzo-Fernández (1976, p. 211 e 212) argumenta que o PAEG ficou bastante aquém dos seus objetivos. As medidas fiscais e as políticas de estabilização tiveram impacto imediato na depressão dos salários reais e na indústria. Porém, esse programa conseguiu realizar simultaneamente dois feitos: primeiro, conseguiu realizar uma série de reformas institucionais de alcance gigantesco; e segundo, um programa anti-inflacionário, fazendo com que não houvesse desempregos excessivos e queda no ritmo de expansão.

Entre 1968 a 1970, foi implantado o Plano Trienal ou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que foi adotado no governo do General Costa e Silva e teve como principal escopo corrigir as falhas nos planos anteriores. Para a elaboração do PED, identificaram-se dois problemas cruciais para o desenvolvimento da economia brasileira: i) esgotamento das oportunidades de substituição das importações; e ii) crescente participação do setor na economia.

Na visão de Lorenzo-Fernández (1976), esse plano buscou expandir o mercado interno, sem sacrificar o esforço da estabilização monetária nem o da industrialização, mas, sim, através da diversificação da economia. Embora o PED não fosse contra os investimentos estrangeiros no setor produtivo brasileiro, o programa defendia a participação das empresas estatais no preenchimento dos chamados "espaços vazios" da economia. Com isso, o País evitava que o capital estrangeiro se consolidasse em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento. No plano macroeconômico, o governo deu grande estímulo às exportações, instituindo o regime de câmbio flexível e uma série de isenções fiscais para empresas que destinassem a sua produção aos mercados externos.

Com estas medidas, o Brasil adentrou um novo ciclo econômico, uma nova etapa da expansão econômica, capitaneada pelo crescimento industrial, especialmente, entre os anos de 1968 a 1974. Nesse período, o Brasil vivenciou o seu "milagre brasileiro", traduzido por grandes taxas de crescimento anuais e reduzidas taxas de inflação.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND) teve vigência entre os anos de 1972 a 1974, e, mesmo com a substituição do general Costa e Silva pela junta militar, Delfim Netto continuou responsável pela política econômica durante o governo do General Médici. O plano visava a aproveitar a expansão e melhorar o crescimento do País em relação aos anos

anteriores e legitimar o golpe militar. Para isso, as suas principais realizações foram, segundo Lorenzo-Fernández (1976):

- a) desenvolvimento e transformação social, por meio de um processo competitivo e uma integração entre os Estados e o Governo;
- b) modernização da empresa nacional;
- c) eficiência do governo;
- d) desenvolvimento da mobilidade do mercado de capitais;
- e) desenvolvimento tecnológico;
- f) política de recursos humanos;
- g) programas de investimento na infraestrutura e indústria básica (siderúrgica, petroquímica, transportes, construção naval, energia elétrica, comunicação e mineração);
- h) estratégia regional e integração nacional, através da construção de estradas, colonização, polos;
- i) abertura social para a participação de todos os níveis sociais; e
- j) política econômica externa, com crescimento acima de 10% ao ano.

De fato, Brum (1986) sustenta que um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento da economia brasileira, nesse período, foi o ambiente favorável da economia mundial. Rego e Marques (2006), neste sentido, ensinam que a economia brasileira beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais, para aumentar a sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior. Também Brum (1986) informa que os grupos econômicos internacionais passaram a investir no Brasil parte dos seus excedentes de capitais.

A consolidação do sistema e a política econômica adotada garantem a expansão e a lucratividade, por um lado, e, por outro, a legislação e o aparelho repressivo, o controle sobre os sindicatos e a política de compreensão salarial asseguram mão de obra barata e bem disciplinada, sem qualquer possibilidade de reivindicação ou de rebeldia cívica (BRUM, 1986, p. 97).

O I PND coincidiu com o “milagre econômico”, período entre os anos 1968 a 1973, em que o Brasil vivenciou elevadas taxas de crescimento com baixos níveis de inflação. Na verdade, Rego e Marques (2006, p. 115) sustentam que esse período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial foi reflexo do crescimento econômico mundial e consequência do PAEG, através do qual muitos financiamentos e investimentos não inflacionários puderam ser feitos.



O ministro da Fazenda, Delfim Neto, estipulou, no período, três metas principais que seriam facilmente atingidas futuramente, quais sejam: “[...] assegurar o crescimento do PIB entre 8 e 9% anuais, manter a inflação abaixo dos 20% anuais e acrescentar 100 milhões de dólares às reservas de moeda estrangeiras” (REZENDE FILHO, 1999, p. 138).

A principal crítica que se faz a esse período está relacionada à sua concentração de renda. Houve um aumento na desigualdade social, e o plano não trouxe melhorias para a qualidade de vida em todas as esferas sociais. Com o objetivo de controlar a inflação, foi realizado um controle nos aumentos salariais, e houve um desequilíbrio entre os diferentes setores da indústria, pois os investimentos feitos pelo governo estavam centrados no setor de consumo de bens duráveis. Sendo assim, começou-se a formar um desequilíbrio entre os diferentes setores da indústria. A produção no setor de bens duráveis (automobilística) crescia mais rápido do que a dos setores de bens de capital (máquinas e equipamentos) e bens intermediários (petróleo, fertilizantes, produtos químicos, etc.), e esse desequilíbrio gerou problemas de dependência externa, ou seja, o País, por não ter o setor de bens de produção (bens de capital e bens intermediários) suficientemente desenvolvido, dependia da importação desses produtos.

Para Rego e Marques (2006), em 1973, chamado “milagre econômico”, atingiu o seu ápice. A importação de bens de capital passou de 20% em 1965 para 30% durante este período. A produção de bens de consumo duráveis aumentou 97%, e a de bens intermediários, para 45%, ocasionando, então, o surgimento de focos de tensão inflacionária e o reaparecimento de déficits comerciais. Com o aumento dos salários e o crescimento da agricultura de exportação, houve uma redução na produção de alimentos e nas matérias-primas para o consumo interno, o que acabou gerando pressão sobre os preços. Os autores ainda explicam que, com o primeiro choque do petróleo em 1973, essas tensões inflacionárias se ampliariam ainda mais.

Diante deste cenário desfavorável, o governo se viu obrigado a optar por uma economia de ajustamento ou de financiamento. A economia de ajustamento conteria a demanda interna e evitaria que o choque do setor externo se transformasse em inflação permanente, em contrapartida, a economia de financiamento manteria o crescimento do País elevado, mas o governo teria que fazer ajustes graduais dos preços relativos, enquanto houvesse financiamento externo. Nessa época, optou-se, portanto, pela economia de ajustamento, porém, sem muito sucesso, o que ocasionou o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento no final de 1974 (MATOS, 2002).

Assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) aconteceu entre 1975 a 1979, no governo Geisel, sendo decorrente de uma resposta do governo militar à crise conjuntural da economia brasileira. De acordo com Rego e Marques (2006), o crescimento econômico somente seria possível, se o Brasil superasse a dependência externa em relação a bens de capitais, como: petróleo, produtos químicos, fertilizantes, etc. Também aspectos relacionados à questão social deveriam ser enfrentados, principalmente, com incentivos à agricultura para produção de alimentos.

Um dos objetivos do II PND foi, assim, o de solucionar o problema de dependência externa, decorrente do desequilíbrio intersetorial. Por isso, comportava uma série de investimentos no setor de bens de capital e de bens intermediários. No entanto, o plano foi considerado um fracasso, já que foi realizado no mesmo momento em que ocorreu a retração econômica mundial (MATOS, 2002).

O II PND tinha como escopo fazer com que a economia brasileira fosse para frente, e, para isso, o governo aumentou provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construindo uma estrutura industrial avançada que permitisse superar a crise e o subdesenvolvimento (REGO; MARQUES, 2006). Esse plano tinha, igualmente, como prioridade, realizar uma transformação estrutural no País, e buscava diversificar a matriz energética brasileira, muito concentrada no petróleo. Investimentos no setor hidrelétrico e nuclear são exemplos desses esforços. Também investiria no setor produtor de meios de produção, na indústria siderúrgica, em máquinas, equipamentos e fertilizantes. Para atingir estes objetivos, o governo contaria com o auxílio de empresas estatais (REGO; MARQUES, 2006; MATOS, 2002).

Todavia, para realizar todos os investimentos exigidos pelo II PND, seriam necessários recursos financeiros. Deveria haver, pois, a participação de empréstimos externos que financiassem esses programas de investimentos. Segundo Matos (2002), para conseguir tais investimentos, as grandes empresas estatais foram responsáveis pela tomada de empréstimos no exterior. De acordo com Rego e Marques (2006), o II PND conseguiu manter o crescimento econômico, embora, com taxas menores às do “milagre econômico”, fazendo com que as autoridades econômicas optassem pela redução das taxas de crescimento industrial.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980 a 1985) foi elaborado em plena crise econômica durante o governo do Presidente João Figueiredo, tendo como ministro Delfim Neto. Esse plano, ao contrário dos outros, não causou euforia desenvolvimentista, já que o

País começava a sofrer as consequências da crise internacional. Para Bitencourt e Campos (2009), esse plano foi mais flexível que os anteriores e deu ênfase aos setores de energia, agricultura e exportação. No setor energético, o plano priorizou a produção interna de petróleo; e, na agricultura, o objetivo era realizar políticas de subsídio e reajustes na conta do balanço de pagamentos. Em tese, o III PND pouco se diferenciava dos anteriores, porém tinha como objetivos prioritários, segundo Bitencourt e Campos (2009):

- a) acelerar crescimento da renda e do emprego;
- b) melhorar a distribuição da renda;
- c) reduzir a disparidades sociais;
- d) conter a inflação;
- e) equilibrar o Balanço de Pagamentos e controle do endividamento;
- f) desenvolver o setor energético; e
- g) aperfeiçoar as instituições públicas.

Bitencourt e Campos (2009) mostram que, nesse plano, foi criado o Fundo de Assistência Social (FAS), que objetivava fornecer à população ajuda na área de alimentação, habitação, saúde e educação, bem como ao pequeno agricultor.

Mesmo com o descrédito desse plano, no final do governo de Figueiredo, houve investimentos internacionais que colaboraram para o financiamento e a renegociação das dívidas (BITENCOURT; CAMPOS, 2009). Na visão de Matos (2002), não houve qualquer implementação do plano, e o III PND não pode ser considerado um plano de desenvolvimento, apenas de intenção do governo.

Lima e Almeida (1990, p. 9), neste sentido, informam que, “passada a euforia provocada pelo milagre brasileiro, a economia nacional começou a apresentar sinais evidentes de esgotamento no regime de acumulação que consubstanciava o seu processo de crescimento”. Os autores discorrem que, no final da década de 1970, os diversos indicadores mostravam que a economia brasileira iria passar por dificuldades nos anos seguintes. A crise endógena, nesse período, decorrente do esgotamento do ciclo da expansão industrial, soma-se à crise exógena (final do padrão de acumulação pós-guerra). Nos anos de 1980, o que havia se previsto aconteceu. O Brasil passou por uma profunda crise econômica, oriunda da crise global, a qual afetou as dimensões sociais, políticas e institucionais, e a Nação não conseguiu reagir a essas intempéries, impostas pelas mudanças na economia mundial. De fato, Castro e Souza (1985) argumentam que a economia brasileira esteve por duas vezes em xeque: a primeira, em 1974, devido à necessidade de petróleo, matéria-prima e máquinas; e a segunda,

em 1981, quando a economia parecia que entraria em colapso, devido às contrações econômicas.

Em 1982, a principal meta da política econômica “passou a ser a de reduzir drasticamente o déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos” (CASTRO, 1985, p.17). Esse fato se deu devido às decisões tomadas pelos bancos internacionais e demais tomadores, em restringir a oferta de fundos ao Brasil, em função do seu elevado saldo devedor. Com isso, o superávit de 1983 estava muito mais relacionado à contenção das importações, que foi limitado em 17 bilhões, do que ao aumento das exportações (CASTRO, 1985).

Na concepção de Cysne (1993), três críticas podem ser feitas aos governantes no período de 1964 a 1985. Na primeira, não houve redução das desigualdades sociais e da pobreza, apesar de terem ocorrido vários aumentos, tais como: no nível de escolarização na faixa de 7 a 14 anos, que foi de 67% para 83,7%; no número de alunos matriculados no ensino superior, de 100 mil para 1.300.000 em 1981; no de ativos e inativos da previdência que passou de 10 milhões para 30 milhões em 1984; e na assistência médico-sanitária que, de 6.000 em 1970, chegou a 28.000 em 1984. Porém, verifica-se falta de programas sociais que abrangessem os seus demais objetivos. Na segunda, ocorreu uma exagerada estatização após 1974; e, na terceira, a não criação de uma autoridade monetária, independente do Executivo.

Em 1986, o governo Sarney, ao perceber o aumento da taxa de inflação e acreditando que este tinha um forte componente inercial, adotou o Plano Cruzado I. Esse plano se caracteriza por ser heterodoxo e consistiu, basicamente, em um congelamento de preços, salários, taxas de juros e câmbio. A implantação do Plano Cruzado I, na visão de Carneiro e Miranda (1986), gerou uma busca por ativos reais e de consumo por parte da sociedade, na medida em que, com os preços defasados, passou a ser um bom momento para se adquirir bens. Somando-se a isso, houve uma piora na estrutura dos preços relativos da economia, desfavorecendo os setores que estavam com os preços defasados, o que fez com que muitos fabricantes mudassem a embalagem do produto ou a quantidade do conteúdo do seu produto, maquiando-os, assim, para fugir do congelamento e da fiscalização da SUNAB, já que produtos novos não eram tabelados. Com a explosão do consumo, muitos deles começaram a faltar no mercado, provocando, então, o seu desabastecimento (MORAIS, 1990). Conforme o autor, houve desequilíbrio no sistema financeiro e uma remonetização da economia, devido à indexação e à substituição de títulos de curto prazo por moedas; mas não houve mudanças na

estrutura fiscal e tampouco na arrecadação de impostos, e percebeu-se a falta de recursos para investimentos em infraestrutura e programas sociais.

Nesse contexto, Ribeiro e Anastacia (2006) destacam que o Plano Cruzado I foi baseado no congelamento de preços, dos salários e do câmbio e na criação de uma nova moeda, o Cruzado, envolvendo diversos setores da sociedade, mas que, “em pouco tempo, apresentou problemas, e a inflação voltou a crescer, ameaçando a economia e os políticos que estavam no poder” (RIBEIRO; ANASTACIA, 2006, p. 232).

Por sua vez, o Plano Cruzado II teve como objetivo defender o poder aquisitivo da população de mais baixa renda, procurando equilibrar as contas públicas e reestabelecer os saldos da balança comercial e estabilizar os preços. Tal plano foi considerado um “pacote fiscal”, com a intenção de aumentar a arrecadação do governo para 4% do PIB. Para isso, as tarifas dos serviços públicos foram aumentadas em 35%, promovendo o alinhamento dos preços de alguns produtos, através do aumento de impostos indiretos de alguns produtos. Com o aumento do preço final dos produtos, o governo pretendia evitar o aumento dos preços por parte dos atacados, o que poderia ocasionar novos aumentos de preço ao consumidor.

Além disso, destaca-se que, com a inflação chegando a 16,8% em janeiro de 1987, o governo decidiu finalizar o tabelamento de preços e decretou, por tempo indeterminado, a moratória da dívida externa. Como salienta Averbug (2005), tal moratória foi determinada por fatores políticos e econômicos, principalmente, pela queda de reservas internacionais do País e o desgaste do Plano Cruzado I e II.

Para Barbosa, Brandão e Faro (1989), o sucesso de um plano econômico de estabilização fiscal e monetária está muito arraigado à sua concepção de que, se ele é formado a partir de falsas ideias, como foi o caso dos Planos Cruzado I e II, eles já estavam fadados ao fracasso.

Em 1987, foi lançado o Plano Bresser, como uma forma de estabilização da economia, ao combinar medidas heterodoxas, adotadas no Plano Cruzado, com medidas ortodoxas. Nesse plano, houve o congelamento dos preços (tarifas, mercadorias e prestação de serviço) e dos salários por um período de, no máximo, 90 dias, seguido de flexibilização, como meios de correção de possíveis distorções, realizados através da criação da Unidade de Referência de Preços (URP), que ajustaria o preço dos produtos congelados. Essa se daria com base no Índice de Preço ao Consumidor (IPC) médio do trimestre anterior, para controlar a sua elevação e reajustar os preços defasados do setor público que recomporia as finanças do Estado. O plano em comento também previa que houvesse cortes nos gastos e nos

investimentos públicos, além de sinalizar que haveria proibição de emissões monetárias que financiassem déficits públicos, que fosse feito orçamento para toda e qualquer despesa do governo e que houvesse independência do Banco Central na condução da política monetária (MARQUES, 1988).

Consoante o autor, o início do Plano Bresser foi bastante satisfatório, porém, com o passar do tempo, acabou mostrando fragilidades, já que houve queda no poder de compras do salário e, conseqüentemente, redução na aquisição de produtos, o que gerou diminuição na produtividade. O plano não teve apoio da população e acabou gerando inflação em aproximadamente 400% ao ano.

Para diminuir a inflação e o déficit público, em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda o economista Maílson da Nóbrega. Ele, por sua vez, adotou uma política econômica mais simples, chamada de “ortodoxa gradualista”, que ficou conhecida como a política do “Feijão-com arroz”, mas não tinha como objetivo combater a inflação.

Segundo Corazza (1989, p.67), “a excessiva liquidez da economia seria resultado da emissão de moedas com o objetivo de financiar os gastos públicos, tudo de acordo com o simplismo da concepção monetarista”.

Esse plano primou pelas relações com os credores externos, atuando na política fiscal e monetária restritiva, a fim de tentar reduzir o déficit público, e, para isso, procurou estabilizar-se internamente, congelando a URP por sessenta dias, os salários dos servidores federais e de empresas estatais, e limitando o crédito das empresas estatais, dos governos estaduais e municipais, bem como o da administração direta do governo federal. Além disso, o plano procurou reduzir os prazos para o recolhimento do Imposto de Renda Retidos na Fonte (IRRF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Corazza (1989, p. 69), ao refletir sobre essa questão, informa que:

as contradições e os limites enfrentados por essa política são evidentes: de um lado, existem os termos de acordo externo (“superávit” comercial, conversão da dívida e o reempréstimo) que exercem pressão expansionista sobre a base monetária; de outro, estão a necessidade de enxugar a liquidez, através da colocação de títulos públicos, e a conseqüente elevação dos juros para evitar a especulação inflacionária.

Porém, conforme Corazza (1989), após doze meses de vigência, esse plano fracassou em seus objetivos, fazendo com que a inflação de 1988 mais que duplicasse em relação à taxa de 1987 e que o Índice Geral de Preço (IGP) atingisse 1037,6% ao ano. Nesse período, houve desequilíbrio das contas públicas, decorrente da dívida mobiliária federal, e a base monetária

se expandiu em 622,3%, sendo que, entre 1984 a 1986, ela tinha crescido menos de 300% e, em 1987, ela ficou em 187%.

Após o fracasso do Plano Bresser, em 1989 ocorreu a última tentativa do governo em congelar os preços, e esta iniciativa governamental ficou conhecida como “Plano de Verão”, cujos objetivos eram: a reforma monetária, com a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo, em substituição ao Cruzado, tendo este o corte de três zeros; o tabelamento de preços por tempo indeterminado no nível do consumidor final; a correção dos salários em dois momentos: o primeiro, com base no poder de compra médio dos últimos doze meses (janeiro a dezembro de 1988), e o segundo, a aplicação da URP sobre esses valores em janeiro de 1989, com uma taxa pré-fixada de 21,6%. Houve desvalorização do câmbio em 18%, sendo que um Cruzado Novo se igualaria a um dólar. Como meta do governo, ainda observou-se o Congelamento da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) e das correções de aluguéis, a partir de primeiro de janeiro; o uso da tablita de conversão; a política monetária, para reduzir o consumo; a redução dos gastos administrativos; e a demissão de funcionários públicos. Todavia, essas medidas não foram suficientes, para conter a inflação que, em 1990, chegou a 81,3% ao mês.

Em março de 1990, já no governo do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, foi implantado o Plano Collor I, que se caracterizou pela liberação fiscal e financeira, com medidas radicais, para estabilizar a inflação, sendo as últimas utilizadas para: reforma do comércio externo e a privatização, ficando este conhecido como “Programa Nacional de Desestatização (PND)”.

Com o intuito de estabilizar a inflação, o Plano Collor I congelou o passivo público e restringiu o fluxo de dinheiro, para travar a inflação inercial. Assim, o governo retirou 80% da moeda em circulação, ocasionando a queda da inflação de 81% em março para 9% em junho. Constataram-se, no plano, o congelamento por dezoito meses dos depósitos das contas correntes e cadernetas de poupança que excedessem a NCz\$ 50 mil (Cruzado Novo), os seriam reajustados, de acordo com a taxa de inflação, mais 6% ao ano; o congelamento dos preços e salários; a eliminação de alguns incentivos fiscais; a substituição da moeda Cruzado Novo, pelo Cruzeiro, à razão de NCz\$ 1,00 para Cr\$ 1,00; a criação do Imposto sobre Operação Financeira (IOF); a liberação do câmbio; o aumento dos preços dos serviços públicos; a extinção de vários institutos governamentais; e a demissão de 360 mil funcionários públicos.

O Plano Collor II teve início em janeiro de 1991 e, da mesma forma que o Plano Collor I, também incluiu congelamentos de preços e a substituição das taxas de *overnight* para diminuir a inflação, no entanto não durou muito, e ela começou a subir novamente.

Em 1991, dá-se, início ao Plano Marcílio, sendo este mais gradual do que os anteriores, o qual combinava altas taxas de juros com uma política fiscal restritiva. Houve liberação dos preços, e o País conseguiu um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que lhe garantiu manter as reservas internas. Entre o fim deste plano e o começo do Plano Real, a inflação atingiu 48% em junho de 1994.

No mesmo mês e ano, foi lançado o Plano Real, que tinha como principal objetivo a redução e o controle da inflação. Esse, por sua vez, procurou reduzir os gastos públicos e aumentar os impostos, para tentar conter as contas do governo. Para isso, foi criada a Unidade Real de Valor (URV), como forma de desindexar a economia, até então indexada pelos índices de inflação. Para Bresser Pereira (1994), com a utilização de um indexador diário, amarrado na variação cambial, haveria uma sincronia de reajustes diários de preços, fazendo com que a economia apresentasse condição de dolarização, sem que estivesse dolarizada. Nesse sentido, Sicsú (1996, p. 73) alerta que “a URV foi criada com o objetivo de cumprir o mesmo papel que o dólar cumpre nas hiperinflações. A URV foi criada para diarizar a economia, para organizar a demanda pela renda real. A soma de todas as remunerações em URV deveria ser exatamente igual ao valor do produto medido na mesma unidade”.

Em 1994, ocorreram a transformação dos valores monetários da URV para reais, dando início à nova moeda, o Real (R\$), bem como o aumento das taxas de juros e dos compulsórios (dinheiro que os bancos devem recolher do Banco Central). O principal objetivo com essa medida era reduzir o consumo e provocar a queda da inflação. Foram reduzidos, assim, os impostos dos produtos importados, a fim de aumentar a concorrência com os produtos nacionais e provocar a queda dos preços.

Nos primeiros anos do Plano Real, foi possível estabilizar os preços, mas, com a crise asiática em 1997 e com a moratória da Rússia em 1998, a economia brasileira não conseguiu conter a fuga de capitais, apresentando redução em suas reservas internacionais (FONTES; ARBEX; SILVA Jr., 1998). Com a forte crise atingindo o País, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que lhe concedeu um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões, porém este valor não foi suficiente, levando o governo, em janeiro de 1999, a desvalorizar o Real e manter, a partir desta data, apenas o seu controle.



Em 2003, assumiu a presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2007, o governo federal anunciou investimentos de 503 bilhões de reais em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos para o período de 2007 a 2010, com o intuito de acelerar o crescimento do País. Esses recursos ficaram conhecidos como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas, no final de 2008, o valor destinado ao PAC foi de 656,5 bilhões de reais (RODRIGUES; SALVADOR, 2011). Tal programa, além do investimento em infraestrutura, também apresentou medidas de caráter econômico e incentivo à produção. Segundo Rousseff (2007), o programa tinha como propósito o crescimento rápido e sustentável, com distribuição de renda, tanto no âmbito social como no regional.

Conforme informações disponíveis no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013), o PAC foi organizado em cinco eixos: a) investimento em infraestrutura; b) medidas institucionais e econômicas de estímulo ao crédito e ao financiamento; c) desoneração e administração tributária; d) melhoria do ambiente de investimento e; e) medidas fiscais de longo prazo.

Em 2010, foi lançado o PAC 2, com investimento previsto de R\$ 1,59 trilhão, sendo R\$ 955 bilhões para o período de 2011 a 2014, e R\$ 631,4 bilhões para o período pós 2014. O PAC 2 está dividido em seis novos eixos: a) PAC Cidade Melhor; b) PAC Comunidade Cidadã; c) PAC Minha Casa, Minha Vida; d) PAC Água e Luz para Todos; e) PAC Transportes e f) PAC Energia (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2013). O PAC 2, não somente deu a sequência ao PAC I, mas também apresenta prioridades na construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS), creches, pré-escolas e postos de polícia comunitária. Conforme o Quadro 2 abaixo, são apresentadas as ações da PAC.

**Quadro 5 - Principais ações realizadas pelo PAC**

Área de investimento	O que já foi realizado pelo PAC 1 (2007/2010)	O que se espera realizar com o PAC 2 (2008/2014)
Rodovias	Aplicação de R\$ 43 bilhões em atividades de construção e manutenção de rodovias, duplicação, sinalização, entre outras.	Investimentos de R\$ 50,7 bilhões até 2014. Concessão de três trechos da malha rodoviária federal à iniciativa privada, totalizando 2,25 mil quilômetros.
Ferrovias	Acréscimo de 909 quilômetros de trilhos à malha ferroviária existente.	Implementação das grandes ferrovias, como Norte-Sul, Transnordestina e de Integração Oeste-Leste-FIOL, em um total de 4,4 mil quilômetros de trilhos, que conectarão algumas das principais regiões produtoras do país aos portos marítimos. O Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligará Rio de Janeiro a Campinas/SP, também está entre as obras contidas no PAC 2, atualmente está com previsão para janeiro de 2019.

continua...

Portos	Dragagem/derrocamento de 34,33 mil m <sup>3</sup> , construção/ampliação de 453,8 metros de berços e 5,99 quilômetros de acessos terrestres.	61 ações, totalizando investimentos da ordem de R\$ 4,22 bilhões até o final de 2014 nos principais portos do país, com maior movimento de carga, como Santos, Rio de Janeiro, Itaguaí e Vitória.
Energia	Acréscimo de 10,85 GW à rede de geração e 9,14 mil quilômetros de linhas de transmissão.	Inclusão ao sistema de 28,83 GW de geração e 18,21 mil quilômetros de linhas de transmissão, com investimentos de R\$ 83 bilhões.
Petróleo e Gás	Aumento de 100% das reservas de petróleo, ampliação na capacidade de refino em 6 mil barris/dia, produção de 2,26 milhões de barris de óleo por dia, entre outras.	Investimentos no valor de R\$ 170 bilhões até 2014 em ações de exploração de campos de hidrocarbonetos, reforma, atualização e construção de refinarias, construção de navios, entre outras.
Marinha Mercante	Conclusão de 107 embarcações e concessão de R\$ 17 bilhões em financiamentos pelo FMM.	Incentivo à construção de outros 163 navios e cinco estaleiros, com investimentos de R\$ 31 bilhões, majoritariamente oriundos FMM.

Fonte: Tribunal de Contas da União (2011)

Conforme o Quadro 5, cada programa tinha como objetivo ofertar mais recursos e realizar mais parcerias com Estados e municípios, para que a execução das obras pudesse melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2013).

### 3.2 Conjuntura econômica e política Estadual

A conjuntura econômica estadual é indissociável da nacional, motivo pelo qual foram realizados, primeiramente, estudos sobre a economia Federal. Costa e Passos (1987) afirmam que tanto a economia gaúcha como as das demais regiões do Brasil estão sujeitas às mesmas ações políticas e econômicas, bem como aos estímulos da economia brasileira.

Desta forma, o desempenho da economia do Rio Grande do Sul, no presente estudo, passa a ser explicado a partir do PAEG (1964 a 1967), quando se deu início ao plano de estabilização. Como já observado anteriormente, o PAEG teve como objetivo corrigir desequilíbrios financeiros internos e externos que obstruíam o crescimento econômico brasileiro. Entre as medidas tomadas pelo plano, cita-se a política salarial restritiva, o aumento da carga tributária, a restrição do crédito, a redução dos gastos do setor público e o corte dos subsídios. O conjunto dessas medidas ortodoxas de combate à inflação foi bem sucedido no seu intento. No entanto, a queda na demanda de produtos provocou uma redução nos postos de trabalho, principalmente, para os segmentos da indústria de bens de consumo. Nesse sentido, Costa e Passos (1987) relatam que alguns ramos de produção tradicional, como

o setor do calçado, buscaram nas exportações a alternativa para continuarem funcionando. Ainda, para os autores, o único setor a apresentar relativo crescimento no Estado foi o de bens de capital (estrutura, equipamentos, instalações, ferramentas). O crescimento desse setor está relacionado à mecânica, ao material elétrico e de comunicação, à metalurgia, aos couros e às peles, além de produtos de matérias plásticas, que foram superiores aos demais gêneros da indústria gaúcha (CASTAN; TARGA, 1983).

Como assinalam os autores, ainda, nos anos de 1968 a 1970, o Estado continuou apresentando crescimento no setor de bens de capitais, seguido dos bens intermediários (bens empregados para a produção de outros bens ou produtos finais), dos bens de consumo duráveis (carros, máquinas). Já os produtos de bens não duráveis, produzidos no Rio Grande do Sul, foram inferiores aos demais, mas, superiores a do mesmo segmento, quando comparados ao nacional.

Em 1968, o setor de bens de capitais foi responsável por 7% da produção industrial no Estado, chegando a 10% no final do período (COSTA; PASSOS, 1987). No setor de bens de capitais, a indústria mecânica teve uma parcela bastante significativa, e este se deu através da indústria de máquinas e implementos agrícolas, sendo que o último recebeu estímulos de modernização por parte da política governamental, gerando, por conseguinte, aumento na demanda por estes equipamentos. Tal crescimento da indústria foi seguido pela produção de máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais. Os bens de capitais, relacionados aos materiais de transporte, também tiveram a sua parcela de contribuição, principalmente, os produtos relacionados à fabricação de carrocerias para veículos automotores, entretanto esta não foi percebida, devido à intensidade do gênero mecânico. Nesse mesmo ano, instalaram-se, no Estado, com o apoio do governo federal, a Aços Finos Piratini, a refinaria Alberto Pasqualini, as fábricas de tratores e as máquinas agrícolas. Além disso, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com o objetivo de expandir os investimentos produtivos no Estado. Sob o comando do Estado, houve a reorganização dos setores elétrico (Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE) e telefônico (Companhia Rio-grandense de Telefonia – CRT) (SCHMIDT; HERRLEIN JÚNIOR, 2001).

Em 1970, a indústria química e os seus segmentos foram responsáveis por 40% do desempenho dos bens intermediários do Estado. De acordo com Costa e Passos (1987), esses segmentos são: combustíveis e lubrificantes, produção de óleos vegetais em bruto e adubos, fertilizantes e corretivos do solo. Os outros segmentos, como os da indústria química, estão

ligados à expansão da agricultura, indicando que a expansão na produção de bens intermediários reflete aumentos na produção dos outros setores. Assim como todos os setores da economia brasileira apresentaram um crescimento acelerado no período, a produção de bens intermediários também reagiu favoravelmente a isso. No caso do Rio Grande do Sul, o desempenho tanto dos insumos de uso generalizado (combustíveis e lubrificantes) como os do setor agrícola e industrial, também apresentaram crescimento. As taxas de crescimento na produção de bens de consumo duráveis foram elevadas, mas, inferiores à média da produção nacional. Nessa categoria, destacam-se o mobiliário e o metalúrgico (fabricação de fogões e artigos de cutelaria) (ACCURSO, 1993).

Para Costa e Passos (1987), com um aumento no número de empregos urbanos e uma melhora salarial, a taxa da categoria dos bens de consumo não duráveis apresentou crescimento global da indústria no Estado em torno de 17% ao ano. Esse crescimento também está relacionado à produção de calçados que, nesse período, estava praticamente toda voltada às exportações. A produção industrial do Estado expandiu-se de forma acelerada, chegando inclusive a superar o ritmo apresentado pelo conjunto da indústria brasileira (COSTA; PASSOS, 1987).

A partir de 1976, a diminuição do volume de investimentos em vários setores industriais fez desacelerar a taxa de crescimento econômico regional e nacional. Essa diminuição da atividade econômica estendeu-se até o final desta década, sendo mais acentuada no início da década seguinte. Assim, ao longo da década de 80, a economia regional, acompanhando o desempenho da nacional, apresentou resultados inferiores ao da década anterior. Costa e Passos (1987) explicam que os investimentos nos gêneros – material elétrico e de comunicações, material de transporte, papel e papelão, borracha, couros e peles, produtos farmacêuticos e veterinários e perfumaria, sabões e velas – praticamente cessaram ou diminuíram de maneira acentuada. Tanto Accurso (1993), Costa e Passos (1987) quanto Conceição (1990) afirmam que a indústria gaúcha tem acompanhado o movimento da indústria nacional e que “a crise nacional é também a crise das economias regionais, embora não seja o somatório das crises regionais o determinante da crise nacional” (CONCEIÇÃO, 1990, p. 16). A queda do nível de investimento, a redução da massa salarial, a reorientação da economia, a partir dos estímulos às exportações, e a deterioração das finanças públicas estaduais estão relacionadas à crise econômica nacional que afeta, em maior ou menor intensidade, os estados da região (CONCEIÇÃO, 1990).

Com a desaceleração do crescimento industrial em todos os segmentos industriais, o Estado, no ano de 1985, voltou a apresentar o mesmo índice de produção da década passada. No entanto, desta vez, com o crescimento nos bens de consumo não duráveis, a redução nos bens de capital e de consumo duráveis (COSTA; PASSOS, 1987).

Em 1986, o Plano Cruzado contribuiu para uma rápida mudança na forma de distribuição da renda em favor dos salários, oferecendo condições expansivas ao mercado, embora este crescimento não tenha se sustentado, devido à falta de investimentos e à sua limitação da atividade produtiva (NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS, 1990).

Entre 1980 a 1989, o setor agropecuário, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil, apresentaram quedas no seu crescimento. O setor agropecuário gaúcho apresentou uma queda na taxa de crescimento de 3,2% para 1,9% a.a., enquanto, no País, esta queda foi de 4,7% para 3,2% a.a. Com relação à indústria, o Estado cresceu 1,2% a.a. na década de 1980, ao passo que, na década anterior, havia crescido 13% a.a. O mesmo aconteceu com o País que também apresentou quedas, sendo que, na década de 1980, cresceu apenas 1,4% a.a., enquanto, na década anterior, crescera 9,6% a.a. No setor de serviços, o crescimento do Estado foi idêntico ao do País, 3,0% a.a., enquanto, na década de 1970, o crescimento do Estado foi de 10,2%, e o do País, 9,4% a.a. (NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS, 1990).

Segundo Conceição (1990), os setores que menos cresceram na década de 1980 foram a indústria (13,73%), a agricultura (32,29%) e os serviços (30,28%). Mesmo em meio às crises, o Brasil cresceu 22,08%, o que primeiramente pareceu satisfatório, mas, ao ser analisado, com uma maior profundidade, esse índice, percebe-se que o mesmo era preocupante. O autor informa que, nesse período, o setor líder em acumulação de capital apresentou inflexão, revelando um esgotamento do padrão de industrialização, implantado no País, nos anos de 1950. Em segundo, o Brasil cresceu em taxas inferiores à do crescimento da população, aprofundando os problemas relacionados à marginalidade e à miséria social. Por fim, o desaceleramento do crescimento industrial implicou atrasos tecnológicos e o sucateamento dos setores que ainda não haviam se modernizado (CONCEIÇÃO, 1990).

Lazzari (2010, p. 5) comenta que “as quedas da atividade industrial gaúcha estiveram associadas ao mau desempenho da produção nacional, que foi duramente atingida pelas recessões ligadas à crise da dívida externa e ao Plano Collor”. O autor relata que a valorização do câmbio serviu como meio de sustentação do Plano Real e a queda da demanda externa foi gerada pela crise internacional iniciada em 2008 (LAZZARI, 2010).

Castilhos, Calandro e Campos (2010) sugerem que, na década de 1990, a “guerra fiscal”, estabelecida entre os estados, como forma de atrair investimentos de capitais nacionais e estrangeiros, a importação expressiva de bens de capital, necessários à modernização do parque produtivo, e a compra de insumos de todo o tipo fizeram com que houvesse a fragilização de diversas cadeias produtivas, diminuindo, por conseguinte, o peso relativo do valor agregado industrial no estado.

Em meio a essas mudanças, a indústria gaúcha foi diretamente atingida pelas mudanças econômicas, por se tratar de uma indústria altamente dependente do mercado externo. De fato, o desempenho industrial está profundamente ligado ao comportamento do setor agropecuário, dada a importância das atividades manufatureiras ligadas ao setor primário (LAZZARI, 2010). Neste mesmo sentido, Castilhos, Calandro e Campos (2010) reforçam a importância de que a matriz industrial do Rio Grande do Sul mantêm com a agroindústria, principalmente, no que se refere aos seus segmentos exportadores, no qual o Estado possui uma representatividade no PIB global bastante superior ao do Brasil. Os autores informam ainda que, após a desvalorização cambial em 1999, a indústria do estado voltou a apresentar crescimento e investimentos nos setores.

No período compreendido entre 1992 a 2009, treze das principais atividades que compunham a indústria de transformação do Rio Grande do Sul tiveram um péssimo desempenho. Lazzari (2010) esclarece que as atividades que mais cresceram, em média, foram veículos automotores (9,3% a.a.), máquinas e equipamentos (5,0%), assim como refino de petróleo e álcool (5,0%); e as que apresentaram decréscimo foram as de bebidas (-0,3%), de calçados e artigos de couro (-5,3%). Para o autor, o setor calçadista, que era o segundo mais importante em 1985, manteve a sua colocação até 1996, mas, nos 11 anos seguintes, despencou para a sexta posição, com representação de 7,0% nesse último ano. Por outro lado, o setor de veículos, reboques e carrocerias passou da 11ª colocação, em 1985, para a quinta em 1996, subindo mais duas posições em 2007. Nos 15 anos seguintes (1995 a 2009), o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 28,2%, todavia o do Brasil expandiu-se 51,0%. Ou seja, depois do Plano Real, o Rio Grande do Sul diminuiu o seu ritmo de crescimento, ao passo que a economia brasileira não apenas aumentou o seu, como também cresceu bem mais que o estado no mesmo período (LAZZARI, 2010).

As exportações gaúchas, entre 1992 e 1994, apresentaram forte expansão, sobretudo em volume físico, e o crescimento se deu pelo aumento da produção de bens duráveis de consumo e bens de capital. Porém, de acordo com Lazzari (2010), os dois anos subsequentes,

1995 e 1996, marcaram a diferença de desempenho entre o estado e o País. Nesses anos, o PIB do Brasil cresceu 5,2%, e o do Rio Grande do Sul diminuiu 5,2%, cuja queda foi ocasionada pela crise na indústria de transformação. Um terceiro ano que contribuiu para um mau desempenho do estado, em relação ao País, foi o ano de 2005, no qual a economia do Brasil cresceu 3,2%, e a do estado caiu 2,8% nesse ano, e tanto a agropecuária quanto a indústria gaúcha obtiveram um desempenho aquém do esperado.

Para Castilhos, Calandro e Campos (2010), no período entre 1995 a 1998, as quedas nas taxas médias de crescimento da produção física da indústria de transformação foram reduzidas no Rio Grande do Sul e também no Brasil. Por causa da conjuntura econômica envolvendo a moeda, ocorreram perdas de competitividade dos principais produtos gaúchos em relação às vendas internas e externas. A fabricação de produtos de borracha e plástico, bem como a de calçados e artigos de couro foi fortemente afetada, principalmente, os calçados e os artigos de couro, que tinham participação expressiva nas exportações gaúchas, devido ao baixo valor do câmbio. Outro fator que ocasionou a queda nesse último produto foi o ingresso do calçado chinês no mercado brasileiro, concorrendo de igual para igual, tanto no mercado interno como externo.

A partir dos estudos de Castilhos, Calandro e Campos (2010), verifica-se que, em janeiro de 1999, a desvalorização cambial provocou um aumento da produção industrial do Rio Grande do Sul, principalmente, do setor coureiro-calçadista que voltou a aumentar. O nível de emprego cresceu, a produtividade aumentou, e houve novos investimentos na reestruturação e modernização de plantas. Com esse novo panorama econômico, o Valor Agregado Bruto da indústria do estado superou o da indústria brasileira entre os anos de 2000 e 2002. Através desse estudo, verifica-se que, em 2004, com o aquecimento econômico do mercado internacional, as exportações continuaram crescendo por conta do aumento nos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Mas, em razão da forte vinculação entre o setor agropecuário e industrial, e, após o estado ter sido castigado por dois anos pela seca (2005 e 2006) e pelo endividamento dos produtores rurais, a matriz industrial gaúcha teve o seu desempenho da indústria de transformação bastante inferior ao da indústria brasileira no período 2004 a 2008. O VAB do estado, depois de ter apresentado crescimento de 7,0% em 2004, declinou, apresentando taxas negativas em 2005 e 2006, conseguindo reverter esta situação somente em 2007, quando apresentou crescimento de 5,8%, mas, inferior ao do País (CASTILHOS; CALANDRO; CAMPOS, 2010).

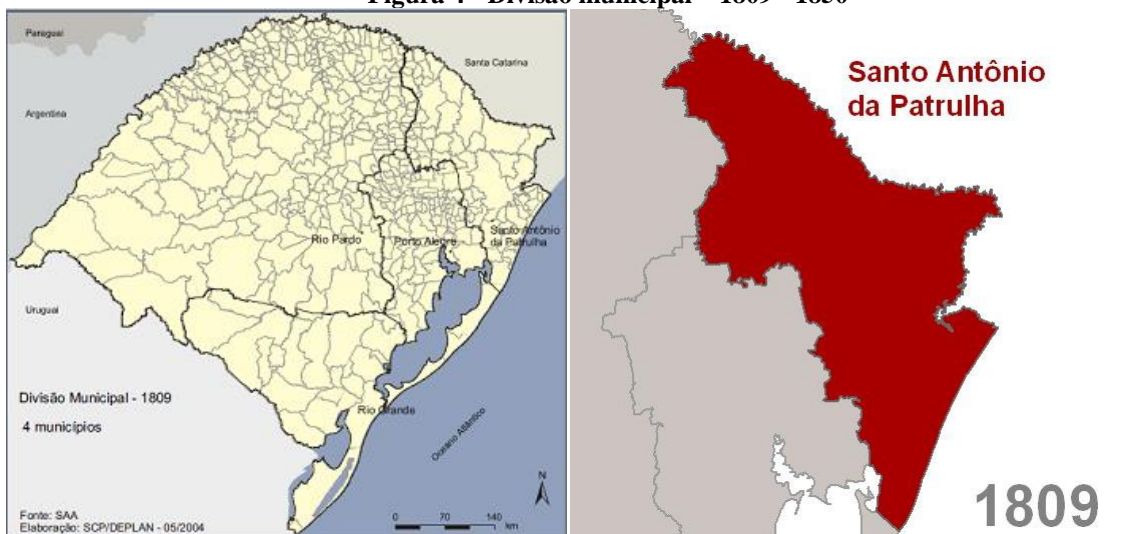
## 4 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA E A ESTRUTURA PRODUTIVA DA REGIÃO.

### 4.1 A formação do município de Taquara

Com a abordagem histórica, pretendeu-se conhecer um pouco mais sobre a formação do município em estudo (Taquara), bem como de seus municípios fronteiriços, com o intuito de apresentar as suas origens, características, cultura, etnia, entre outros aspectos. Segundo Della Volpe (1974), na fundamentação teórica, para se aprender algo sobre o presente de uma localidade/região, é necessário analisar o passado, a fim de que não se corra o risco de se perder no presente. Nesta perspectiva, Porter (1999) sugere que, para se projetar o futuro, é importante analisar o passado, que não serve de modelo para o futuro, apenas, como referência.

Com a chegada da primeira leva de imigrantes alemães, datada em 25 de julho de 1824, a província de Rio Grande não passava de um imenso descampado, as terras eram consideradas “virgens”, e apenas 39 pessoas desembarcaram nas margens do Rio dos Sinos, mais especificamente no município de São Leopoldo, no RS. A província contava com menos de 100 mil habitantes, e estes estavam distribuídos entre o planalto setentrional, o litoral, a depressão central e a campanha. Na primeira divisão política (1908), o estado era dividido em quatro municípios: Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Rio Grande e Porto Alegre, conforme pode ser observado na Figura 4.

**Figura 4 - Divisão municipal – 1809 - 1850**



Fonte: Atlas Socioeconômico (2012) e PLHIS – Taquara – RS (2009)



Para os imigrantes alemães chegarem às suas propriedades, com aproximadamente 77 hectares por família, o que nem sempre foi cumprido pelo governo, dirigiam-se através de picadas nos matos, com seus pertences, devendo construir a suas próprias moradias e roças (DORNELLES, 2011). Entre 1824 e 1830, chegaram 4.838 imigrantes alemães em 61 levas, provenientes de inúmeros reinos germânicos (TRESPACH, 2007). Schäffer (2004) relata que esses ocuparam zonas próximas de São Leopoldo, as chamadas “Linhas” nos vales circundantes do Rio dos Sinos e Caí.

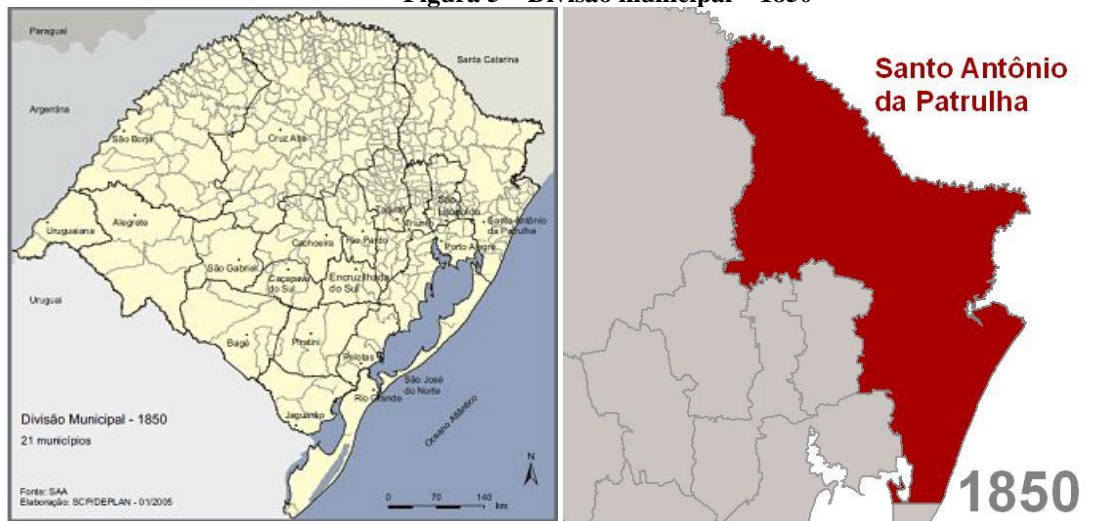
Trespach (2007) informa que, entre 1824-1830, todo o Vale dos Sinos havia sido ocupado. Além de São Leopoldo, foram fundadas as cidades de Novo Hamburgo “Hamburgerberg”, Campo Bom, Dois Irmãos “Baumschneis”, Picada Berghan, atualmente, Bom Jardim, Estância Velha, Sapiranga “Leonerhof”, Picada do Português, Linha Quatorze “Vierzehn Kolonien”, Picada Quarenta e Oito, Linha Café “Kaffeescneis”, Linha Nova, Linha Herval, travessão do Herval e Quatorze Colônias.

Conforme Schneider (1994), essas novas colônias, pertencentes a São Leopoldo, tinham como atividade principal a agricultura e o artesanato, como atividade complementar. A agricultura praticada era de subsistência, e os principais produtos cultivados eram: milho, mandioca (aipim), arroz, feijão-preto, batata-inglesa, cana de açúcar, fumo, trigo e centeio.

Fialho (2000) destaca que, em 1842, a Colônia de São Leopoldo começou a comercializar o milho para Porto Alegre, fato este que possibilitou ao Rio Grande do Sul cessar a importação do produto que era procedente do norte do país. Para o autor, outro produto de forte relevância trazido pela colonização alemã foi o fumo, sendo ele uma das mais importantes contribuições desta colonização para a economia gaúcha, por ter proporcionado um produto com elevado valor de venda. O fumo foi cultivado desde o início tanto para o consumo próprio como para venda, a qual foi impulsionada pela abertura de algumas fábricas de charutos em Porto Alegre e São Leopoldo.

Com a Revolução Farroupilha, o processo de imigração foi suspenso, sendo novamente retomado em 1846, e, com a vinda de novos imigrantes, estes passaram a ocupar as terras ao leste de São Leopoldo, localidade conhecida como Fazenda do Mundo Novo. Com a chegada destes imigrantes, quase todo o Estado gaúcho passou a receber os que chegavam da Alemanha (Figura 5).

**Figura 5 – Divisão municipal – 1850**



Fonte: Atlas socioeconômico (2012)

O período, compreendido entre 1860 a 1900, foi considerado o de especialização da agricultura e de desenvolvimento da criação de suínos nas colônias alemãs. Esse fato foi marcado pela melhoria nos meios de comunicação, em virtude da navegação a vapor e, posteriormente, pela construção da estrada de ferro entre Porto Alegre e São Leopoldo em 1874.

Em 1875, com a vinda dos colonos italianos, alguns lotes de terras foram doados, e outros, vendidos. As terras, ocupadas por esses imigrantes, eram tidas como “desabitadas”, porém os territórios eram habitados pelos indígenas *kaingang*s. Dornelles (2011) assinala que a relação entre os povos indígenas e os estrangeiros foi bastante divergente, ora amistosa, havendo uma relação de reciprocidade e de dependência, ora incompreensível, ocasionando violência entre as partes, principalmente, quando estava relacionada à ocupação das terras a eles destinadas.

Na década de 1880, houve o declínio da oferta do milho, que passou a ser usado como alimento para os porcos. Logo, surgiram dois novos produtos, o toucinho e a banha. Em 24 de setembro de 1880, foi instalada a 1ª Comarca de Taquara, sendo que o surgimento do referido município somente foi datado em 17 de abril de 1886, por meio da Lei Provincial nº1568. Esse município, conforme Figura 6, foi fundado por Tristão José Monteiro, e cabe aqui salientar que recebeu tanto imigrantes alemães quanto italianos, contudo o último, em menor quantidade.

Nove anos depois da instalada a 1ª Comarca de Taquara, o município cedeu território para a fundação do município de São Francisco de Paula, ou seja, começou a perder território antes mesmo de ser fundada em 1886.

**Figura 6 – Divisão Municipal – 1900**



Fonte: Atlas socioeconômico (2012)

No período compreendido entre 1900 a 1940, ocorreu um declínio da agricultura na região da colônia de São Leopoldo. Com a sua decadência, em função do esgotamento do solo, do processo de queimadas e da impossibilidade da expansão de terras da região de São Leopoldo, houve uma migração dos colonos alemães, inicialmente, para a região do Alto Uruguai. Posteriormente, muitos descendentes dos colonos alemães deslocaram-se para regiões, como: Santa Cruz do Sul, Ijuí e Estrela. De acordo com Roche (1969), em 1920, houve também um deslocamento para Erechim e Carazinho.

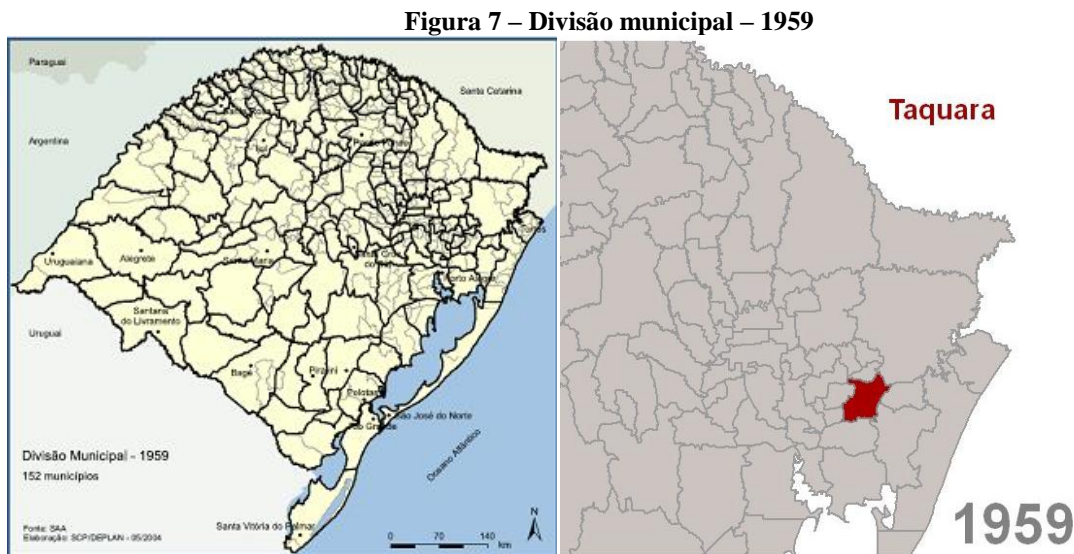
As vias férreas entre os municípios de Novo Hamburgo e Taquara foram inauguradas em 1903 e trouxeram grande contribuição para o progresso da localidade, pois serviam de escoamento da produção. Em 1930, Taquara ostentava a condição de um dos maiores produtores de feijão preto do estado, e o seu declínio se deu, em função do fechamento do mercado externo, devido à crise econômica mundial.

Na década de 1940, Taquara foi considerada a “Capital do Piretro”, flor utilizada na fabricação de inseticida natural, que atingiu o seu auge em 1945 e 1946. Nesse período, chegou a 1000 toneladas por ano e era quase que totalmente exportada para os Estados Unidos. O fim desta cultura se deu, pela expansão das indústrias químicas que substituíram os inseticidas naturais por químicos.

Em razão da decadência do cultivo de flor de piretro, a década de 1950 foi caracterizada, pelo desenvolvimento da produção leiteira que tinha por objetivo substituir a renda que o piretro proporcionava e atender também a demanda dos novos mercados consumidores (Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo). É neste período que também

surgiram as indústrias calçadistas no município e na região, sendo a sua produção quase toda exportada.

Entre 1950 a 1970, Taquara sofreu outra três perdas de território. O primeiro aconteceu com a cedência parcial de território para o município de Sapiranga em 1954. Em 1959 e 1964, cedeu também, na íntegra, o território para os municípios de Três Coroas e Igrejinha, consecutivamente (Figura 7).



Fonte: Atlas socioeconômico (2012)

No início da década de 1970, com dificuldade em conservar o leite que, até esse momento, era enviado a Porto Alegre para o seu beneficiamento, instalou-se, no município, um laticínio, Companhia Rio Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), o que contribuiu para que novos mercados fossem abertos. Sendo, a produção de leite atingiu o seu maior volume, chegando a produzir 120.000 litros de leite diariamente, porém este produto também começou a sentir o seu revés, e, como a quantidade de leite ofertada pelos produtores era maior do que a demanda, o preço pago ao produtor pelo litro de leite diminuiu, e produzir este produto começou a não se tornar mais um negócio rentável para o produtor.

Foi nesta mesma década, em 1970, que o calçado brasileiro passou a ter expressiva importância na pauta de exportações nacionais. Com a finalidade de aumentar as exportações, os setores de máquinas, de equipamentos, de artefatos e de componentes se implantaram no Rio Grande do Sul, contribuindo, assim, para o avanço tecnológico, à época, do setor coureiro-calçadista (CORRÊA, 2001).

Esse fator contribuiu para que algumas indústrias calçadistas, já instaladas no município e, principalmente, nos municípios de Igrejinha, Parobé (que, até 1982, que era um

distrito industrial de Taquara), Rolante e Três Coroas, passassem a absorver cada vez mais a mão de obra, fazendo com que parte dos produtores e seus familiares ou, em algumas propriedades, os filhos mais velhos saíssem delas e fossem buscar, nos centros urbanos, outras formas de trabalho (este é um típico caso do êxodo rural, muito comumente visto em outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil).

Desta forma, as cidades, quando não conseguiam mais absorver os excedentes de capital gerado no campo, liberaram racionalmente a mão de obra da produção agrícola (êxodo rural). Essa relação entre campo-cidade é comum, pois acaba gerando diversificações no modo de produzir e, ocasionalmente, na procura de bens, sendo resultado da mudança nos fatores tecnológicos, da acumulação do capital e do aumento na divisão social e técnica do trabalho (BAUMFELD; LEMOS, 1979). Conforme citado por Oliveira et al (s/d, p.9),

Inicialmente essas fábricas apresentavam trabalho para os moradores da povoação, mas logo começaram a atrair os habitantes da zona rural e de municípios próximos, como Rolante, Santo Antônio, São Francisco de Paula. Em um segundo momento, na década de 70, o início das exportações de calçados fez com que as empresas crescessem, aumentando o número de empregos. Uma nova onda de migração trouxe à cidade pessoas vindas de municípios mais distantes, inclusive de outros Estados.

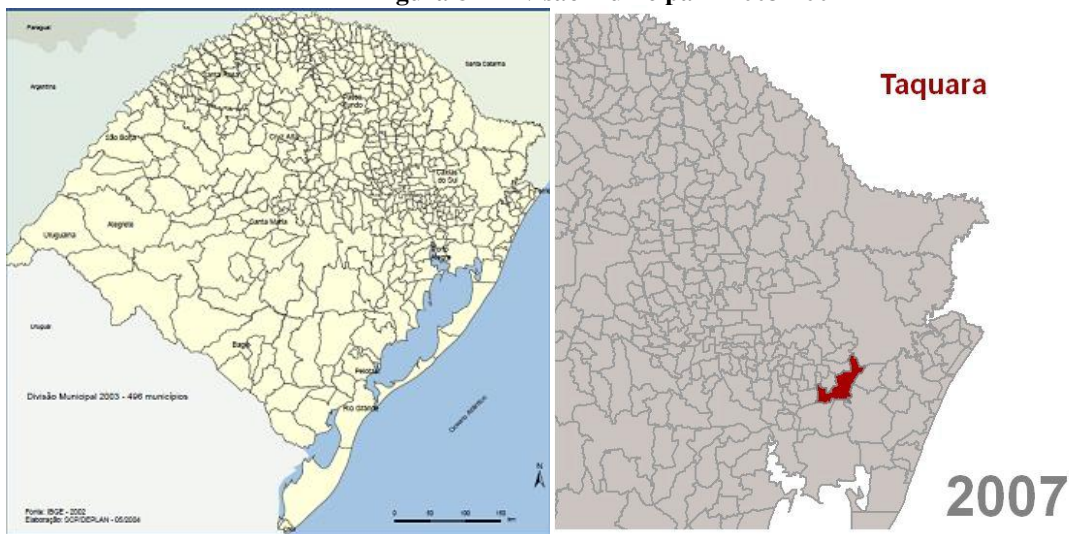
A partir de 1975, com a crise já instalada na região, em função dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, a indústria calçadista passou a tomar mão de obra da agricultura com maior intensidade, uma vez que era mais rentável para o agricultor vender a sua força de trabalho para o setor calçadista do que prover o seu sustento, trabalhando em sua propriedade. Nesse período, as linhas de crédito, oferecidas pelo governo, estavam voltadas às médias e grandes propriedades, dificultando, ainda mais, a vida dos pequenos produtores que pretendiam continuar no campo. Para Bacha e Rocha (2002), no início dos anos de 1980, predominava a aquisição de crédito subsidiado, e as taxas destes juros reais eram negativas. Essa política se tornou onerosa para o estado, e os prejuízos eram explícitos, visto que o próprio governo se ressentia da escassez de recursos. Além do mais, havia falhas na liberação de crédito, porque o mesmo acabou se concentrando nas mãos de poucos agricultores, geralmente, os produtores de monocultura (soja).

Por fim, em 1982, Taquara cedeu mais uma vez território para a constituição do então município de Parobé. Até então, Parobé era um distrito do município, o qual detinha o polo industrial taquarense. Porém, com sua emancipação, em 1982, o município de Taquara passou a apresentar uma nova dimensão territorial, como pode ser observado na Figura 8, que prevalece até os dias.



Segundo Helfand e Rezende (2003), por volta de 1990, houve a estabilização da economia, e o setor privado passou a oferecer crédito, a comercializar e a estocar produtos agrícolas. Acerca disso, os autores colocam que o estado deixou de tabelar preços, gerenciar a produção, regular e monopolizar as atividades comerciais. Tais reformas políticas, continuam os autores, geram uma melhora na alocação de recursos, aumento de produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e redução do preço dos alimentos. No entanto, as altas taxas de juros, infraestrutura física inadequada e sistema tributário ineficiente impediram uma maior expansão do setor agrícola nesse período.

**Figura 8 – Divisão municipal – 2003-2007**



Fonte: Atlas socioeconômico (2012)

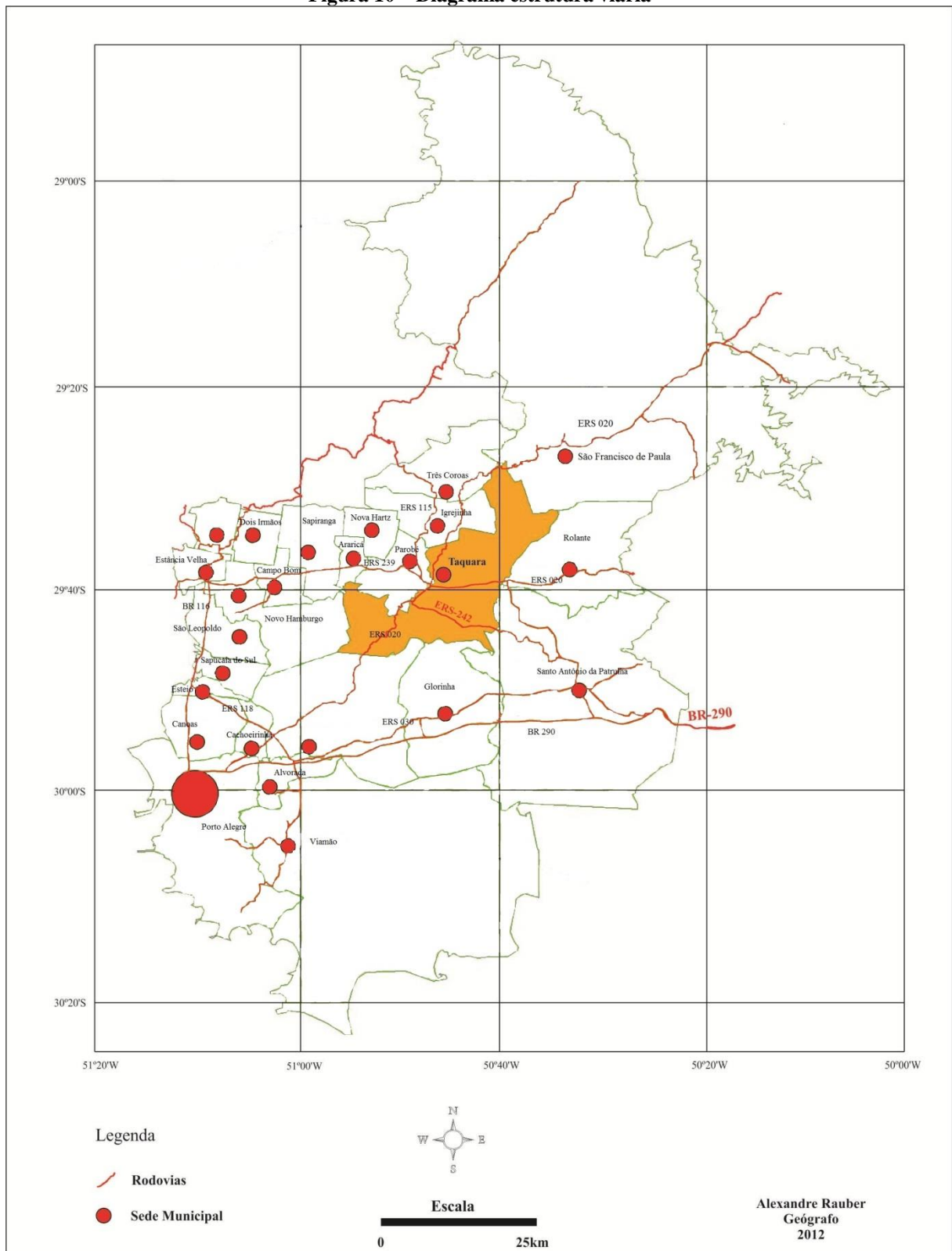
Mesmo com uma nova dimensão territorial, o município de Taquara apresenta uma importante articulação com as algumas regiões do estado, são elas: Serra Gaúcha, Litoral, Região Metropolitana e Vale dos Sinos. O referido município está distante a 40 km de Gramado, 89 km de Tramandaí, 72 km de Porto Alegre e 36 km de Novo Hamburgo, apresentando, como municípios limítrofes: Araricá, Glorinha, Gravataí, Igrejinha, Novo Hamburgo, Parobé, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Sapiranga, São Francisco de Paula e Três Coroas, conforme Figura 9.

**Figura 9 – Taquara e municípios limítrofes**

Fonte: PLHIS Taquara (2009)

Taquara apresenta forte ligação com alguns dos principais municípios do estado. Partindo da capital, derivam os principais eixos rodoviários, onde se destacam a BR 116 e a BR 290, sendo que o município pode ser acessado da capital por essas duas rodovias federais: pela BR 116, via RS 239, em Novo Hamburgo; e pela BR 290, via RS 020, em Cachoeirinha. Taquara, portanto, está situada no entroncamento da RS 020, RS 239 e RS 115.

Figura 10 – Diagrama estrutura viária



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Unisc (2012)

Pode-se observar, na Figura 10, que a RS 020 inicia em Cachoeirinha, passando por Taquara até a Rota do Sol. A RS 239 inicia em Estância Velha, na BR 116, em direção a



Campo Bom, Sapiranga, Parobé e Taquara, e cruza a RS 020, bem como segue até a localidade de Barra do Ouro em Maquiné, passando por Rolante e Riozinho. Já a RS 115 liga a RS 239 de Taquara a Gramado, passando também por Igrejinha e Três Coroas.

#### 4.2 Estrutura produtiva de Taquara e da região

Este capítulo tem por finalidade analisar o desenvolvimento do município de Taquara no período compreendido entre 1970 a 2010, em relação aos demais municípios da região. Porém, com já era previsto, houve fragilidade nas informações dos órgãos municipais, estaduais e federais, não podendo ser homogeneizados os anos pesquisados. Mas, mesmo com essas faltas de dados nos respectivos anos, isto não interferiu ou prejudicou a sua interpretação, contudo algumas análises foram feitas com períodos diferentes.

Outra dificuldade encontrada foi o acesso a algumas informações junto aos órgãos públicos. Silva e Alfradique (2006, p. 17) dizem que “as dificuldades para o cidadão acessar as informações de interesse público ocorrem em decorrência da falta de cultura cívica, tanto da comunidade quanto dos servidores públicos que, no geral, tratam a informação como se fosse um segredo de Estado”.

Após ter sido apresentada a fundamentação teórica acerca dos fatores contribuintes para o desenvolvimento, bem como a caracterização de Taquara, coube analisar também os dados do município e da região. Inicialmente, a Tabela 1 mostra os respectivos municípios, o seu tamanho territorial, o quanto ele representa em relação à região e o seu *ranking* em tamanho de área na região, em 2010.

**Tabela 1- Tamanho dos municípios da região e ranking**

<b>Municípios</b>	<b>Área do Município em Km<sup>2</sup></b>	<b>% da área da Região em 2010</b>	<b>Ranking do município em tamanho de área da região analisada em 2010</b>
São Francisco de Paula	3.273,50	34,75%	1
Viamão	1.494,26	15,86%	2
Santo Antônio da Patrulha	1.048,90	11,13%	3
Porto Alegre	496,83	5,27%	4
Gravataí	463,76	4,92%	5
<b>Taquara</b>	<b>457,13</b>	<b>4,85%</b>	<b>6</b>
Glorinha	323,64	3,44%	7
Rolante	296,99	3,15%	8
Novo Hamburgo	223,61	2,37%	9
Três Coroas	185,54	1,97%	10

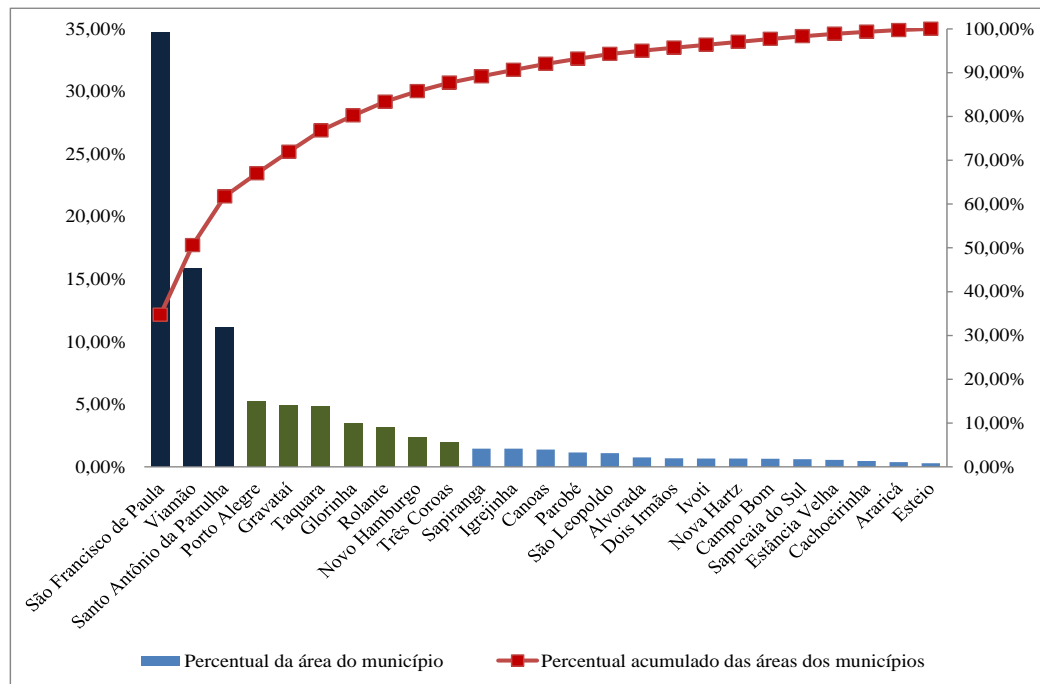
continua...

Sapiranga	137,52	1,46%	11
Igrejinha	136,82	1,45%	12
Canoas	131,1	1,39%	13
Parobé	109,03	1,16%	14
São Leopoldo	102,31	1,09%	15
Alvorada	70,81	0,75%	16
Dois Irmãos	65,16	0,69%	17
Ivoti	63,14	0,67%	18
Nova Hartz	62,56	0,66%	19
Campo Bom	61,41	0,65%	20
Sapucaia do Sul	58,64	0,62%	21
Estância Velha	52,38	0,56%	22
Cachoeirinha	43,77	0,47%	23
Araricá	35,29	0,38%	24
Esteio	27,54	0,29%	25
<b>Área da Região analisada</b>	<b>9.421,64</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: elaborado pelo autor baseado nos dados do IBGE (2010)

Percebe-se que o município de São Francisco de Paula apresenta mais de 1/3 da área da região (34,75%), seguido por Viamão (15,86%), representando menos da metade da área de São Francisco de Paula, Santo Antônio da Patrulha (11,13%), Porto Alegre (5,27%), Gravataí (4,92%), e Taquara ocupa a sexta posição, em tamanho, dos municípios analisados, com (4,85%). Quando somada a área dos três maiores municípios da região examinada, constata-se que ela representa 61,74% do total da área de toda a região, como está demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Pareto do tamanho da área dos municípios



Fonte: autor

Na região, os municípios de Santo Antônio da Patrulha e de Porto Alegre faziam parte dos quatro municípios da primeira divisão política do estado em 1908, consoante ao que já fora comentado na evolução histórica do município, objeto deste estudo. Esses foram também os primeiros municípios a receberem os imigrantes e, com isso, o conhecimento trazido por eles. Ao longo da pesquisa, se percebeu, ainda, que essas cidades sofreram perdas de áreas, de transferência de infraestruturas, de populações e de conhecimentos. Destaca-se igualmente que Taquara tem como município “mãe” Santo Antônio da Patrulha.

Outros fatores a serem observados, quando se aborda o desenvolvimento de um dado município/região, é o aumento da sua população em relação à sua população pregressa junto aos demais municípios/regiões em estudo. Essa comparação inicial dá indícios de como o município tem conseguido manter a sua população, através da oferta de mão de obra às empresas ali instaladas. No caso de se perceber uma migração, compreende-se que o município está ofertando trabalho e, possivelmente, condições na melhoria de qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, conforme enfatiza Brito (2006, p.3), “emigrar em direção às grandes regiões urbanas é a opção mais adequada, quando o objetivo é a melhoria do padrão de vida, mesmo quando se considera a enorme adversidade que essas regiões impõem aos imigrantes e suas famílias.”. Para Duhram (1984), a migração não ocorre somente em função da miséria na sociedade de origem, mas também, da necessidade de melhoria social que o indivíduo sente, a qual só é realizada, se houver o processo migratório. O autor ainda informa

que, no Brasil, a migração é uma tradição e faz parte da sua cultura. Se o indivíduo quer melhorar de vida, não resta outra alternativa senão a de migrar para as cidades, particularmente, as grandes. A movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos. É o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias, para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando-o na adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, fazendo com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem.

Golgher (2004) comenta, neste contexto, que as regiões que perdem população, geralmente apresentam proporções maiores de idosos. Quando há migração de uma região, pode ocorrer toda uma mudança de ordem estrutural, eis que, dependendo do fluxo de emigrantes, poderá haver menos investimentos em escolas e um aumento no setor de saúde. De acordo com o autor, algumas regiões se beneficiam com a migração, enquanto outras, não. Golgher (2004) também aborda que a diferença entre as regiões estaria no tipo de migrante que ela atrai ou perde. As regiões que atraem indivíduos com escolaridade mais elevada ou que perdem trabalhadores pouco qualificados seriam beneficiadas, ao inverso das regiões que perdem pessoas qualificadas ou que atraem trabalhadores pouco educados, sendo ela prejudicada.

Porém, se, ao contrário, for percebida uma evasão populacional, é sinal de que o município não está conseguindo reter esta população, o que significa que os residentes não estão satisfeitos com a oferta de empregos, se é que exista, e também com a qualidade de vida que estão levando. Assim, a mão de obra ativa sai em busca de novas oportunidades de trabalho, em novas localidades, geralmente, mais longe que os municípios limítrofes, pois, caso algum cidadão não consiga emprego no seu município, ele pode vir a trabalhar em outro município (limítrofe) e continuar morando no município de origem. Esse fato não caracteriza uma emigração. Então, para se caracterizar uma emigração, é necessário que ele saia do município de origem e se estabeleça em outro, criando vínculos com ele. No Apêndice D, observa-se o quadro com a evolução total residente da população taquarense e dos demais municípios e, na Tabela 2, de forma resumida, o aumento/regresso percentual da região analisada em seus respectivos censos.

Destaca-se também que, no município de Taquara, não se observou um índice de crescimento populacional tão grande quanto em outros municípios estudados. Na década de 1980, houve um crescimento considerável, quando comparado ao crescimento do Estado,

contudo, inferior a alguns municípios da região, ficando à frente somente de seis deles (Rolante, Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula, que apresentaram uma regressão populacional de  $[(-20,83); (-22,8\%)]$  e  $(-27,25\%)$  respectivamente), aos municípios de Porto Alegre, Dois Irmãos e Ivoti, um crescimento populacional inferior ao de Taquara, entretanto, positivos. Esses percentuais demonstram que o município taquarense, apesar de não apresentar um crescimento populacional tão elevado quanto os dos outros que têm ligação com ele, vêm apresentando crescimento populacional. Salienta-se que isso é um fato importante, quando se analisa o desenvolvimento de um município ou região.

Com relação ao crescimento do censo populacional da região, nota-se que, na década de 1980, a região cresceu 86,90%, quando comparada à contagem da população na década de 1970. Em outras palavras, quase duplicou a população da região em estudo, mas, ao longo do tempo, ela apresentou forte queda, chegando, no ano de 2010, com um crescimento populacional de 10,24%, obtendo, com isto, uma média, nos últimos 40 anos, de 43,40%. Esse fator, como já observado, foi ocasionado pela oferta de mão de obra nas indústrias calçadistas da região, que atraíam pessoas tanto da zona rural quanto de outros municípios.

**Tabela 2 – Percentual de crescimento populacional dos municípios entre as décadas de 1970 a 2010**

Municípios	População Residente 1980	População Residente 1991	População Residente 2000	População Residente 2010
	Total	Total	Total	Total
<b>Rio Grande do Sul</b>	17,57	15,02	11,52	4,97
População da Região Pesquisada	86,90	53,26	23,18	10,24
<b>Taquara</b>	32,76	2,64	24,39	3,47
Araricá	-	-	-	20,73
Glorinha	-	-	23,92	21,13
Gravataí	104,79	68,50	28,50	9,94
Novo Hamburgo	59,90	50,68	14,84	1,21
Parobé	-	-	39,95	14,97
Rolante	-20,83	14,03	33,02	9,20
Sapiranga	127,34	57,36	17,92	8,43
Santo Antônio da Patrulha	-22,87	-1,83	-8,80	7,14
Igrejinha	70,31	70,57	30,48	18,29
Três Coroas	64,36	44,10	28,79	22,77
São Francisco de Paula	-27,25	-16,80	2,46	4,13
Cachoeirinha	103,84	39,56	21,96	9,98
Campo Bom	103,32	41,71	12,83	11,22
Canoas	43,40	26,62	9,66	5,86
Esteio	47,30	38,43	13,47	0,78
Porto Alegre	27,09	12,25	7,69	3,63
São Leopoldo	53,01	70,31	15,27	10,68
Viamão	77,10	43,77	34,43	5,19
Alvorada	126,64	55,44	29,51	6,39
Dois Irmãos	10,16	24,64	18,38	22,90
Estância Velha	59,59	98,12	24,63	21,23

Ivoti	25,57	83,89	-6,17	29,76
Nova Hartz	-	-	50,51	21,73
Sapucaia do Sul	90,12	32,16	17,03	6,71

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos Censos demográfico de 1970 a 2010

Na Tabela 3, verifica-se que houve um crescimento no censo da população urbana taquarense entre a década de 1970 e 1980 de 32,76%, este fato foi ocasionado, pela migração de mão de obra, oriunda de outros municípios e estados, por uma parcela da população ter se deslocado das pequenas propriedades do seu interior para o centro urbano.

**Tabela 3 – População dos municípios de Taquara e Parobé nos anos de 1970 a 2010**

	1970		1980		1991		2000		2010	
	Taquara	Parobé	Taquara	Parobé	Taquara	Parobé	Taquara	Parobé	Taquara	Parobé
<b>Total</b>	31167	-	41376	-	42467	31995	52825	44776	54656	51481
<b>% de crescimento</b>	-	-	<b>32,76%</b>	-	2,64%	-	24,39%	39,95%	3,47%	14,97%
<b>Urbana</b>	18270	-	30342	-	35100	30771	43125	43439	45276	48612
<b>Rural</b>	12897	-	11034	-	7367	1224	9700	1337	9380	2869
<b>Grau de Urbanização</b>	58,62%	-	73,33%	-	82,65%	96,17%	81,64%	97,01%	82,84%	94,43%

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados do IBGE (2011)

Enfatiza-se ainda que o município taquarense possuía uma área de 562 km<sup>2</sup>, e, com a emancipação do município de Parobé, ocorrida em 1982, e foi levado consigo um contingente importante de indústrias, pois este distrito era o principal polo industrial de Taquara. Desta forma, o município “mãe” passou a ter uma extensão territorial de 458 km<sup>2</sup> e Parobé, 104 km<sup>2</sup>. Essa informação também pode ser confirmada na Tabela 1, mas, na Tabela 3, constata-se o grau de urbanização do município taquarense e que, no ano de 2010, ele representou 82,84%, ou seja, 1,2% maior do que na década anterior.

Com base nos dados do censo realizado pelo IBGE (2011), se confirma o ingresso da mão de obra de outras localidades (32,76%), eis que, como observado na Tabela 3, a população taquarense, na década de 1980, entende-se aqui a parobeense, também era de 41.376 habitantes. Na década de 1990, a sua população era de 42.467 habitantes, e a do município emancipado, Parobé, de 31.995. Desta forma, nota-se que houve um novo ingresso populacional e, dessa vez, bem mais significativo (79,96%)<sup>3</sup> que o anterior, conforme pode ser observado na Tabela 4, no somatório da população dos dois municípios entre o censo de 1980 e 1991.

<sup>3</sup> Para maiores informações, consultar Apêndice 1, onde se encontram as informações populacionais, rurais e urbanas de todos os municípios em análise.

**Tabela 4 – Crescimento Populacional entre os censos de 1970 a 1991**

	1970			1980			1991		
	Taquara	Parobé	Somatório da População dos dois municípios	Taquara	Parobé	Somatório da População dos dois municípios	Taquara	Parobé	Somatório da População dos dois municípios
Total da população	31.167	0	31.167	41.376	0	41.376	42.467	31.995	74.462
% de crescimento	-	-	-	32,76%	-	32,76%	-	-	79,96%
Urbana	18.270	0	18.270	30.342	0	30.342	35.100	30.771	65.871
Rural	12.897	0	12.897	11.034	0	11.034	7.367	1.224	8.591

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2010)

A Tabela 4 demonstra que houve uma terceira onda de imigração, já que Oliveira (s/d, p.9) relata que, na década de 1970, com o início das exportações de calçados, ocorreu uma “**nova**”<sup>4</sup> onda de migração e imigração de trabalhadores para o município. Se realmente ocorreu uma nova onda de migração e imigração na década de 1970, também se constata outra onda de migração e imigração na década de 1980. Ou seja, fala-se aqui de uma possível terceira onda que, dessa vez, trouxe ainda mais trabalhadores para os referidos municípios, principalmente, para o de Parobé.

Como o auge da produção do setor calçadista perdurou até o início da década de 1990, Corrêa (2001) relata que, após este período, o setor coureiro/calçadista sofreu uma forte crise, ocasionando o fechamento de muitas indústrias. Essa crise, com o passar do tempo, resultou na diminuição drástica dos pedidos de calçados, e a primeira providência, adotada pelos industrialistas, foi reduzir a capacidade de produção, dando início às levas de demissões. Esta afirmação sobre a crise do setor coureiro/calçadista também foi abordada no Capítulo 3 do referido estudo, sendo ela também ocasionada pelos planos do governo federal, que supervalorizaram a moeda nacional, equiparando-a ao dólar, gerando, com isso, um desaquecimento na economia gaúcha que é dependente do mercado externo.

Corroborando com a ideia de Corrêa (2001), Araújo e Schemes (s/d) igualmente asseveram que os principais fatores para a crise calçadista dos anos de 1990 foram a forte concorrência, principalmente, a dos países asiáticos, a queda das exportações, a má qualidade do calçado e o atraso tecnológico, o que resultou no fechamento de muitas fábricas, na terceirização das atividades e, em um grande número de desempregados, como nunca havia sido percebido antes. Esses últimos autores ainda acrescentam que foi, nesse período, que muitas empresas calçadistas do Sul e Sudeste foram deslocadas para o Nordeste, em busca de

<sup>4</sup> Grifo do autor

mão de obra mais barata, de incentivos governamentais e de privilégios de localização, em relação aos destinos das exportações.

Assim, o setor calçadista serviu como força atrativa de mão de obra para os municípios da região nas décadas de 1970 e 1980, e, com a crise do calçado na década de 1990, a população urbana, residente em Taquara e Parobé, não retornou para a zona rural e para os seus municípios maternos, permanecendo ali e procurando, possivelmente, recolocações em outros setores ou recolocação nos municípios limítrofes, o que, como já observado, não configura imigração ou migração. Esses dados estão detalhados no Apêndice A.

O mesmo não aconteceu com os municípios de Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula que apresentaram um decréscimo populacional nos últimos 40 anos de (-6,59%) e (-9,36%) respectivamente. De todos os municípios analisados, Santo Antônio da Patrulha e Ivoti foram os únicos a apresentarem um decréscimo populacional no censo de 2000.

A taxa de crescimento da população de um território também é indicativa do saldo migratório, pois este demonstra a capacidade de um território em atrair imigrantes e de sua incapacidade para impedir a evasão dos nativos. Logo, um território, cuja população cresce mais do que outros, é um local que atrai mais indivíduos do que expulsa e se mostra capaz de incluir as novas gerações, mesmo que ampliadas (PAIVA, s/d).

Com base na afirmação de Paiva (s/d) e nos dados dos últimos censos demográficos, pode-se notar que o município de Taquara não apresentou um forte crescimento populacional como outros da região, todavia sempre conseguiu manter um saldo positivo, mesmo que, em alguns anos, este tenha sido pouco expressivo, como foi observado na contagem populacional dos censos realizados nos anos de 1991 e 2010.

Já, quando se analisa o censo nas décadas de 1980 e 1990, nota-se que houve êxodo rural de 47,77%, enquanto o aumento populacional urbano, entre os censos de 1970 a 2010, foi de 109,61%, como pode ser observado no Apêndice I.

Jardim (2010) informa, nesse sentido, que os fluxos populacionais, oriundos do campo com destino ao urbano, foram mais intensos na década de 1970 e que, neste período a população urbana gaúcha já era maior do que a rural e que o crescimento lento da população rural não compensava a perda da população devido à migração.

Outro fato constatado foi que, na contagem populacional de 2000, houve um aumento da população rural taquarense de 31,67%. Isto se deu, segundo o Secretário do



Desenvolvimento de Taquara, pelo regresso parcial da população que havia migrado da zona rural para a urbana na década de 1970 e 1980. Porém, essa informação não pôde ser confirmada com dados estatísticos, visto que o responsável pelo cartório de registro de imóvel do município não quis fornecer os devidos dados, afirmando que eles eram sigilosos.

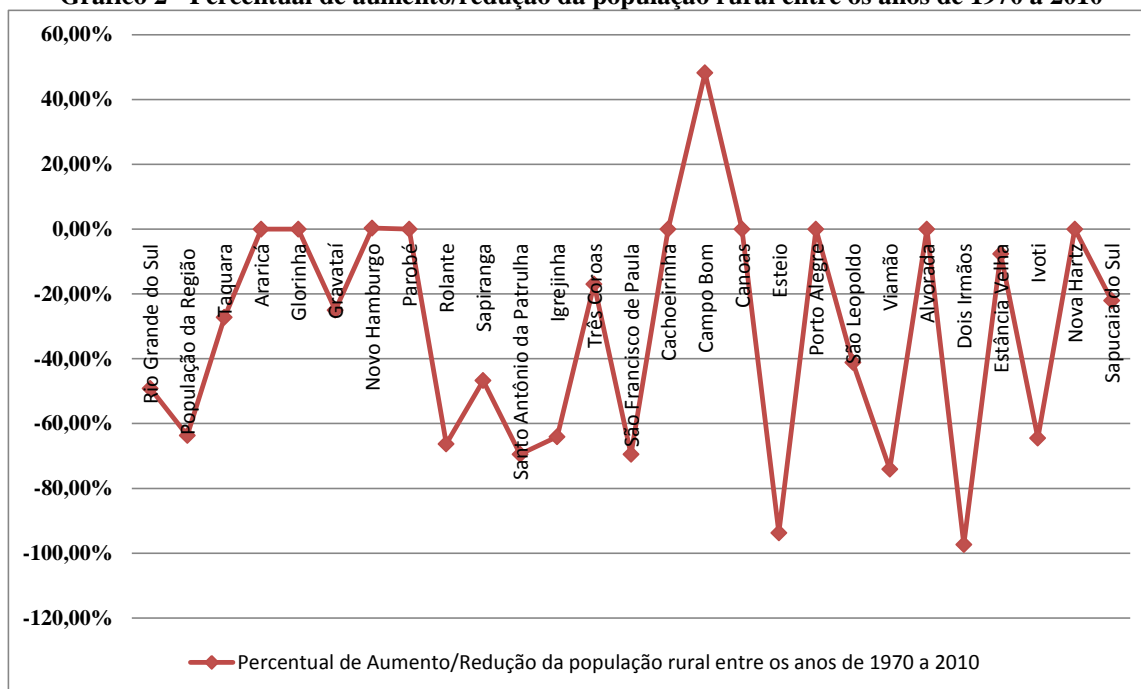
**Tabela 5 – Variação do crescimento populacional dos municípios estudados entre o período de 1970 e 2010**

Municípios	População de 1970		População de 2010		Variação entre 1970 a 2010	
	População Total	População Total	População Total	População Total	Variação %	Variação %
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rio Grande do Sul	3.620.588	3.134.870	9.100.291	1.593.638	151,35	-49,16
População da Região	93.229	18.624	428.324	6.766	359,43	-63,67
Taquara	18.270	12.897	45.276	9.380	147,82	-27,27
Araricá	-	-	4.000	868	-	-
Glorinha	-	-	2.068	4.817	-	-
Gravataí	36.237	16.225	243.590	12.172	572,21	-24,98
Novo Hamburgo	81.235	4.129	234.909	4.142	189,17	0,31
Parobé	-	-	48.612	2.869	-	-
Rolante	2.481	12.385	15.318	4.175	517,41	-66,29
Sapiranga	11.336	5.066	72.323	2.697	537,99	-46,76
Santo Antônio da Patrulha	15.705	37.921	28.105	11.574	78,96	-69,48
Igrejinha	2.970	4.092	30.193	1.470	916,60	-64,08
Três Coroas	2.392	3.978	20.553	3.302	759,24	-16,99
São Francisco de Paula	7.074	24.731	13.007	7.533	83,87	-69,54
Cachoeirinha	29.955	1.047	118.294	-	294,91	-
Campo Bom	14.771	1.846	57.345	2.736	288,23	48,21
Canoas	149.183	4.547	324.025	-	117,20	-
Esteio	32.895	1.702	80.562	107	144,91	-93,71
Porto Alegre	869.730	15.815	1.409.939	-	62,11	-
São Leopoldo	62.990	1.443	213.361	849	238,72	-41,16
Viamão	11.425	55.018	224.962	14.272	1.869,03	-74,06
Alvorada	39.656	666	195.718	-	393,54	-
Dois Irmãos	2.760	11.043	27.276	296	888,26	-97,32
Estância Velha	7.732	1.184	41.496	1.093	436,68	-7,69
Ivoti	1.965	5.105	18.065	1.812	819,34	-64,51
Nova Hartz	-	-	15.269	3.077	-	-
Sapucaia do Sul	41.116	626	130.500	488	217,39	-22,04

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da FEE (2011)

Na evolução da população urbana e rural, nos últimos 40 anos, constata-se que dois municípios da região (Novo Hamburgo e Campo Bom) apresentaram crescimento rural. Contudo, o primeiro teve um aumento populacional quase imperceptível, de 0,31%, enquanto o segundo cresceu 48,21%. Estas informações também são mostradas no Gráfico 2.

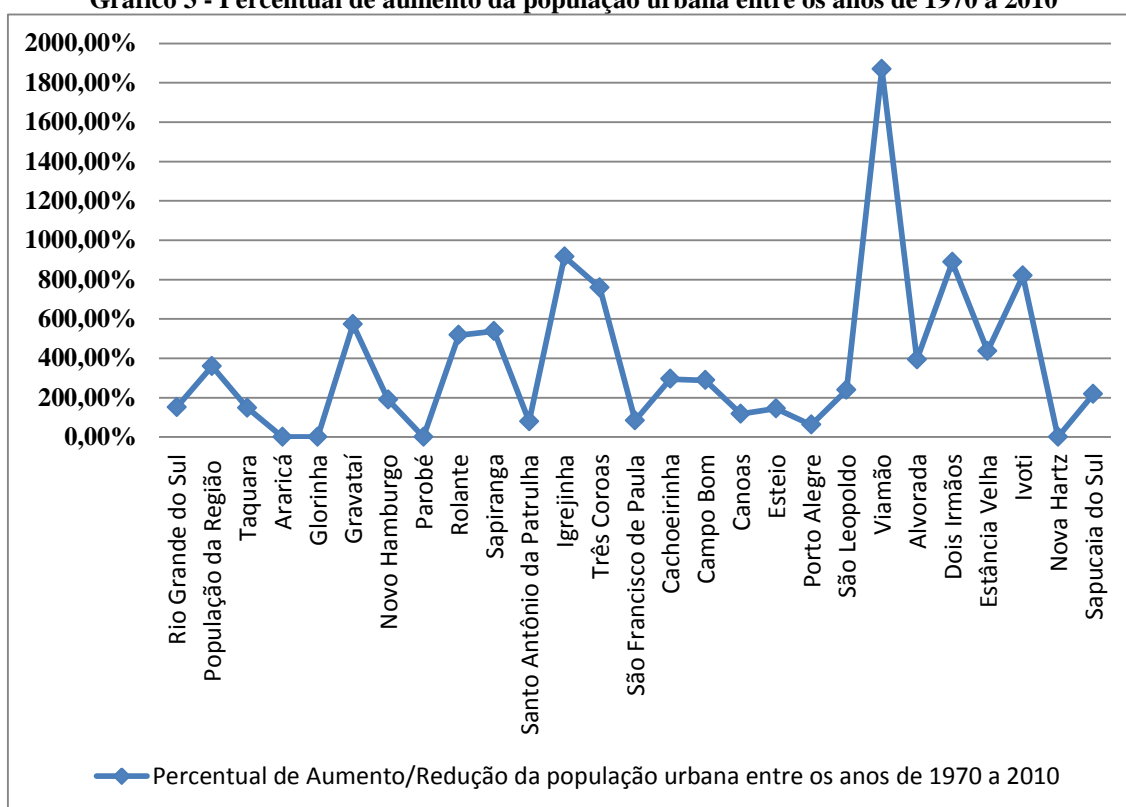
Gráfico 2 - Percentual de aumento/redução da população rural entre os anos de 1970 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor

Por outro lado, os municípios de Dois Irmãos e Esteio apresentaram um processo inverso, gerando uma evasão rural de 97,32% e 93,71% respectivamente. Porém, todos os municípios analisados atraíram imigrantes, uns mais, outros menos. O município de Viamão, por exemplo, além de ter um êxodo rural de 74,06%, obteve um aumento da população urbana de 1.869,03% nos últimos 40 anos (Gráfico 3). Segundo o secretário desse município, o fato em comento se deu, por ser Viamão um município limítrofe da capital Porto Alegre e por muito de seus moradores trabalharem ou possuírem algum vínculo empregatício com a capital. Ainda, conforme o secretário, esse aumento populacional é decorrente do elevado custo de vida na capital, principalmente, quando comparado ao preço do aluguel e da aquisição de imóveis, o que torna os municípios limítrofes, como Viamão e Alvorada, atrativos para se residir. Santos (1990) salienta que a especulação imobiliária é um dos fatores contribuintes para a fragmentação do crescimento das metrópoles e que a periferação se acentua com o aumento dessa especulação.

Gráfico 3 - Percentual de aumento da população urbana entre os anos de 1970 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor

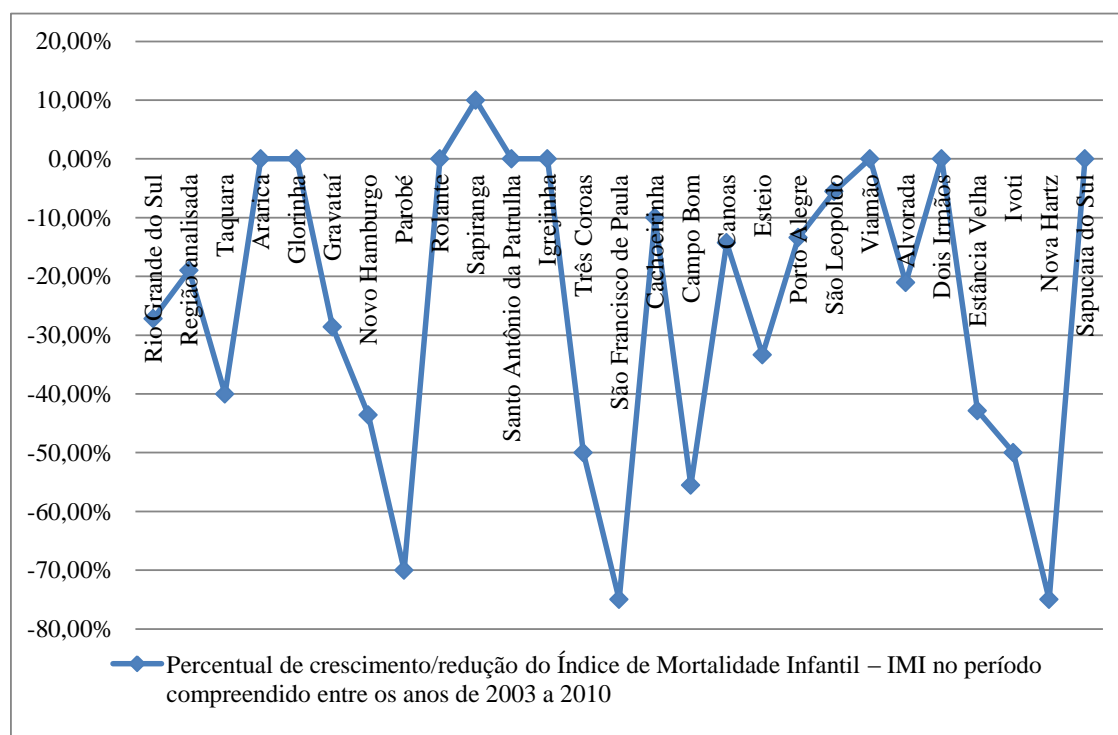
Outro fator que pode ser observado com o aumento deste índice populacional está elencado ao Índice de Mortalidade Infantil (IMI). Se esses números forem baixos, é sinal de que o município também apresenta um bom desenvolvimento social neste quesito. Para saber mais sobre a evolução/regressão desses índices, foi consultado o IBGE (2012), e este somente tinha dados referentes aos anos de 2003 a 2010, o que pode comprometer parcialmente esta análise. Entretanto, tal comprometimento, pela falta de informações, já era previsto desde o início da construção do referido trabalho.

Desta forma, as informações podem ser observados no Gráfico 4, no qual verifica-se que o estado vem apresentando uma redução nesse índice, quando comparado aos anos que vão, de 2003 a 2010, com um percentual de 27,18%. Percebe-se que o município de Taquara apresentou uma redução de 40,00%, mas, com base na entrevista com o Secretário do Desenvolvimento de Taquara, ele comentou que:

tanto o município de Taquara quanto os demais municípios da região sofreram um surto no aumento na mortalidade infantil, devido ao fato do elevado aumento do consumo de drogas, mais especificamente o uso de “crack” entre as mulheres grávidas, o que corroborou para o aumento do IMI.

Sapiranga obteve um aumento de 10,00%, quando comparado ao mesmo período anteriormente citado, no entanto, nos anos de 2008 e 2009, conseguiu reduzir este índice, mas, no ano seguinte, voltou a apresentar um aumento. Um fato constatado quanto ao Índice de Mortalidade Infantil (IMI) foi o aumento de 175% no município de Sapucaia do Sul. Por mais que a população tenha triplicado entre os anos de 1970 a 2010, o IMI quase triplicou nos anos de 2003 a 2010, o que demonstra uma fragilidade do município em relação à saúde. Para o secretário entrevistado, o fato de Sapucaia do Sul ter um aumento elevado no IMI se deve ao crescimento populacional e, ao mesmo tempo, por ele ser limítrofe com outros grandes municípios da região metropolitana. Os referidos municípios e os seus períodos podem ser observados de uma forma mais ampla no Apêndice 7, porém a região, exceto Sapucaia do Sul, apresentou, de forma geral, uma redução neste item.

**Gráfico 4 – Percentual de crescimento/redução do Índice de Mortalidade Infantil – IMI no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010**



Fonte: IBGE (2012) – Estatística de Registros, adaptado pelo autor

O rápido crescimento populacional, oriundo, muitas vezes, da migração, aliado à falta de recursos públicos e ao planejamento quanto ao desenvolvimento, são fatores contribuintes para o aumento de problemas sociais. Segundo Golgher (2004), “as consequências deste rápido crescimento demográfico e espacial são facilmente perceptíveis: alta criminalidade, tráfico de drogas, favelização, pobreza, degradação ambiental, desemprego, etc.”. Assevera

Schneider (1994) que as migrações internas, principalmente as de direção rural-urbana, apresentam fortes impactos sobre o espaço urbano: favelização, marginalização, subemprego ou desemprego das populações recém-migradas.

Já, para se compreender um pouco mais sobre o grau de especialização dos municípios, até mesmo como forma de atrair e reter a população, utilizou-se o Quociente Locacional (QL)<sup>5</sup>. Com esse índice, podem-se ser vistas as atividades empresariais, com as quais o município de Taquara se tornou especialista. O Secretário do Desenvolvimento taquarense<sup>6</sup> nos relatou que a torrefação de café é feita, já que Taquara apresenta uma empresa que presta este serviço. Contudo, a sua participação é pequena, quando comparada à de outras empresas, e, em sua concepção, foi uma surpresa tal ramo ser uma especialização do município. A tabela completa do cálculo do QL pode ser visualizada no Apêndice B.

Na indústria extrativa, o município apresenta uma região (Morro da Pedra, Morro Negro, Pega Fogo, Santa Cruz da Concórdia e Fazenda Fialho), cuja geografia é propícia para a extração de pedras Grês, as conhecidas “pedreiras”. Esse tipo, juntamente com a agricultura, é o principal segmento dessa região na formação da renda dos moradores dessas localidades. No tocante à indústria extrativa, três municípios da região analisada estão em destaque, sendo que Taquara apresenta um QL de 5,24 vezes maior do que a dos municípios analisados (Gráfico 5).

---

<sup>5</sup> O Quociente Locacional (QL) busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião, na qual aquela está inserida. Mais especificamente, ele busca traduzir “quantas vezes mais” (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade vis-à-vis ao conjunto das regiões que perfazem a macrorregião de referência. Usualmente (mas não obrigatoriamente!), utiliza-se a participação percentual do emprego em um determinado setor, como medida de importância ou de dedicação a uma certa atividade. Nesse caso, o QL fica definido da seguinte forma:

A fórmula do QL é dada por:

$E_{ij}$  = emprego do setor  $i$  na região  $j$ ;

$ET_j$  = emprego total (em todos os setores considerados) na região  $j$ ;

$E_{iT}$  = emprego do setor  $i$  da região;

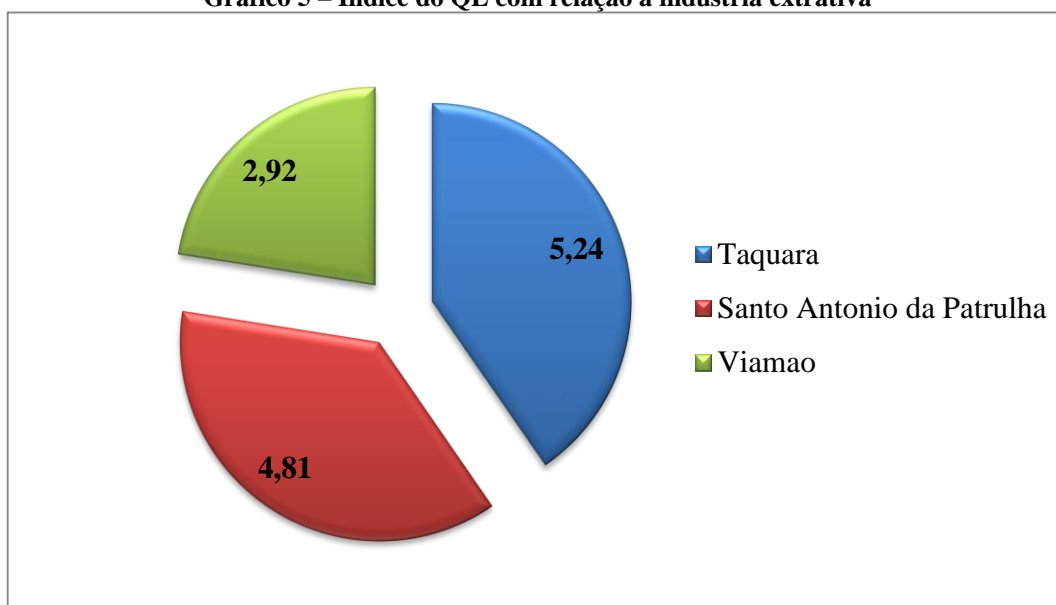
$ETT$  = emprego total da região.

Então:

$$QL = (E_{ij}/ET_j) / (E_{iT}/ETT) = (E_{ij}/E_{iT}) / (ET_j/ETT)$$

<sup>6</sup> O Secretário do Desenvolvimento de Taquara foi entrevistado, e a entrevista está detalhada no Capítulo 6.

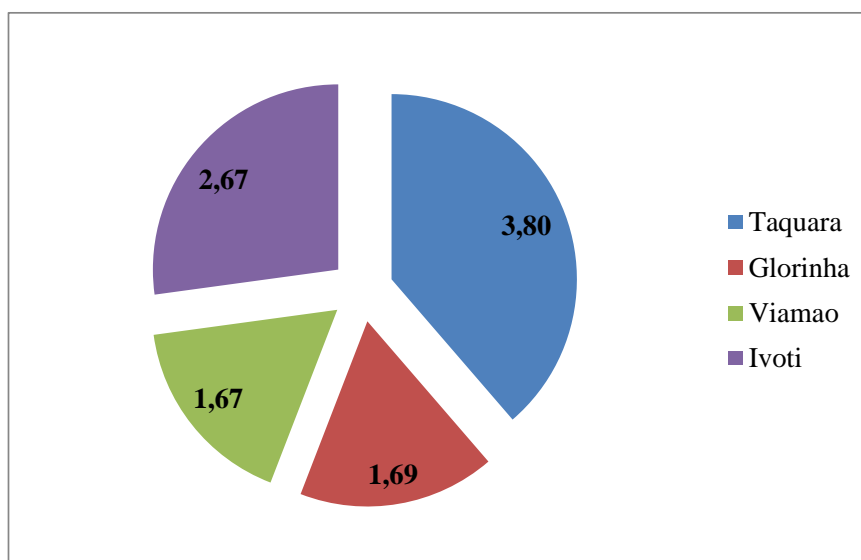
Gráfico 5 – Índice do QL com relação à indústria extrativa



Fonte: Elaborado pelo autor

Para North (1977), a produção de bens agrícolas ou extrativos, neste caso específico de Taquara (pedras), pode, sob certas condições, se tornar também o principal fator de indução ao crescimento e desenvolvimento de economias externas, à urbanização e ao desenvolvimento industrial. O desenvolvimento econômico regional é um processo que tem origem a partir dos impulsos externos à região, ou seja, da demanda de seus produtos por outras regiões. A fim de que uma região consiga se desenvolver, é necessário que ela ofereça produtos que estejam propensos ao consumo interno e externos.

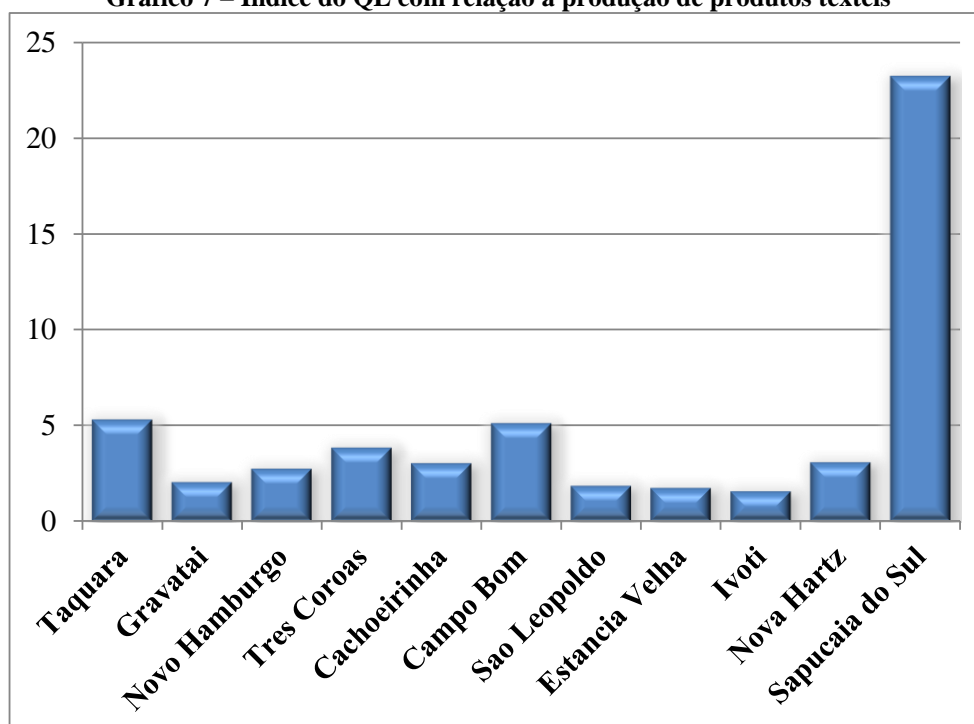
Gráfico 6 - Índice do QL com relação à indústria de laticínios



Fonte: Elaborado pelo autor

Como já observado na evolução histórica de Taquara, existe, desde a década de 1970, uma indústria de beneficiamento de leite instalada no município, e esta é a responsável pelo envase deste produto, produzido pelos agricultores taquarenses, e de outros municípios da região. Isto faz com que o município também apresente um QL bastante significativo, quando comparado aos outros municípios da região (Gráfico 6). Cabe aqui salientar que todo o processo de transporte do leite, da propriedade até a indústria, se dá exclusivamente através de caminhões tanques.

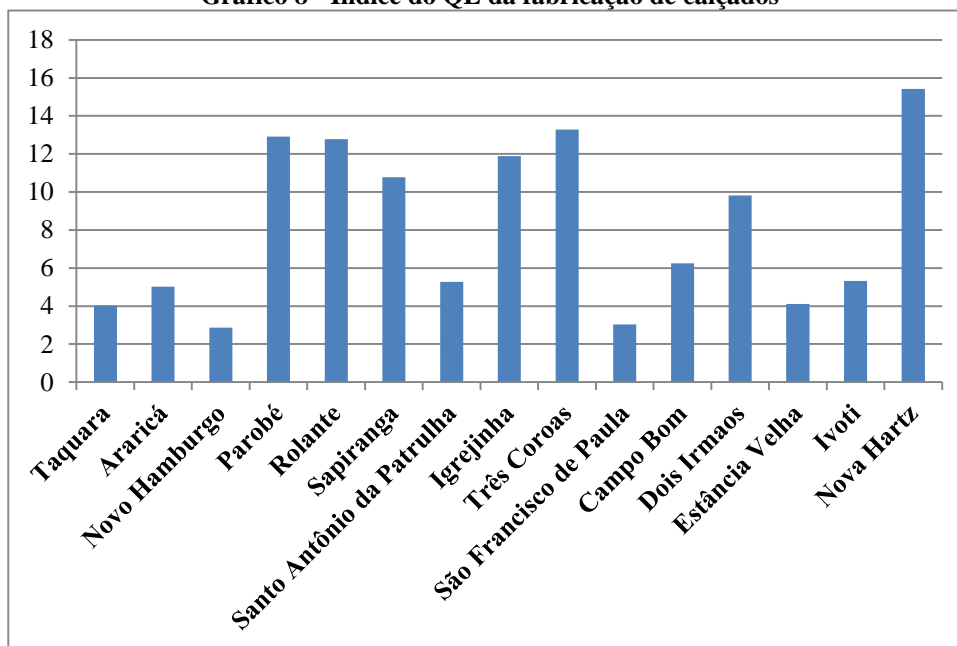
**Gráfico 7 – Índice do QL com relação à produção de produtos têxteis**



Fonte: Elaborado pelo autor

Quando questionado sobre as indústrias de fabricação de produtos têxteis, o Secretário do Desenvolvimento de Taquara nos informou que ele desconhecia as que produziam o produto no município, mas o que existe são costureiras autônomas, registradas como Micro Empreendedor Individual (MEI), as quais podem estar colaborando para que o QL deste produto seja significativo. Todavia, o município que apresenta grande destaque na produção têxtil é Sapucaia do Sul, cujo QL chega a ser quase 24 vezes maior do que a produção dos demais analisados (Gráfico 7).

Gráfico 8 - Índice do QL da fabricação de calçados

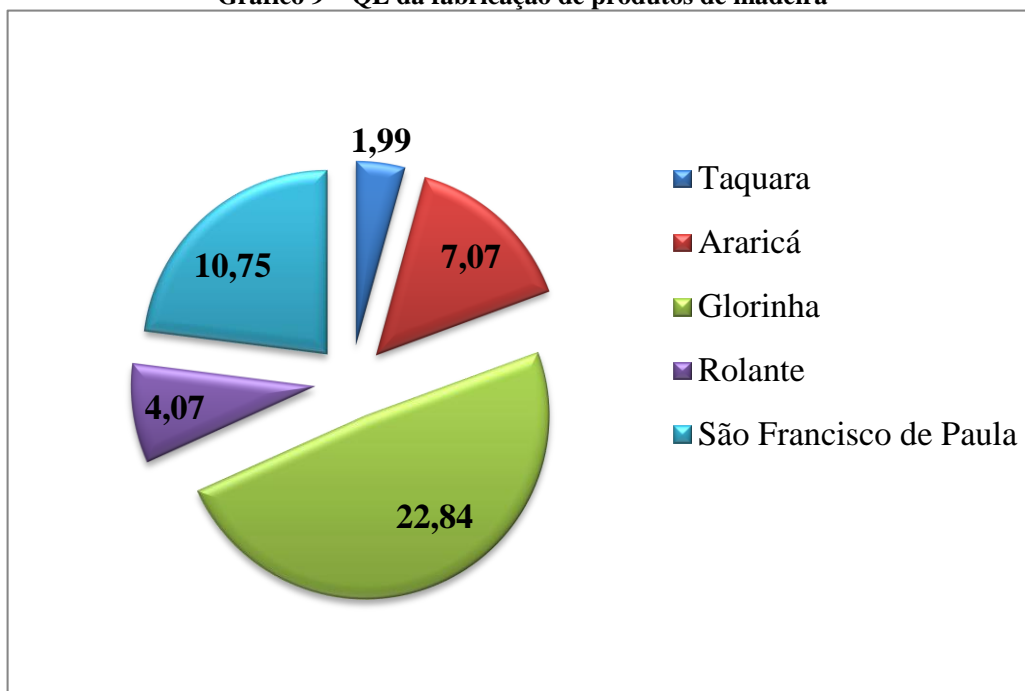


Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os municípios analisados, o que apresenta um QL mais elevado na fabricação de calçado é Nova Hartz. Destes, 14 apresentaram um elevado QL na fabricação de calçados, nove fazem divisa territorial com Taquara, são eles: Araricá, Novo Hamburgo, Parobé, Rolante, Sapiranga, Santo Antônio da Patrulha, Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula, sendo somente Glorinha e Gravataí, que divisam com Taquara, os que não apresentam especialização neste item. Percebe-se, com isso, que Taquara está no centro do polo produtor da região analisada e, por que não dizer, no centro do polo produtor de calçados do estado. No entanto, como constatado no referencial teórico, cuja ideia é verificar se a região é considerada um distrito industrial ou um APL ou *clusters*, observou-se que a região está mais caracterizada para a formação de um APL ou *cluster* coureiro-calçadista, pelo fato de não ter sido observada uma cooperação entre as firmas, não garantindo, assim, o desempenho entre as mesmas (Gráfico 8).



Gráfico 9 – QL da fabricação de produtos de madeira

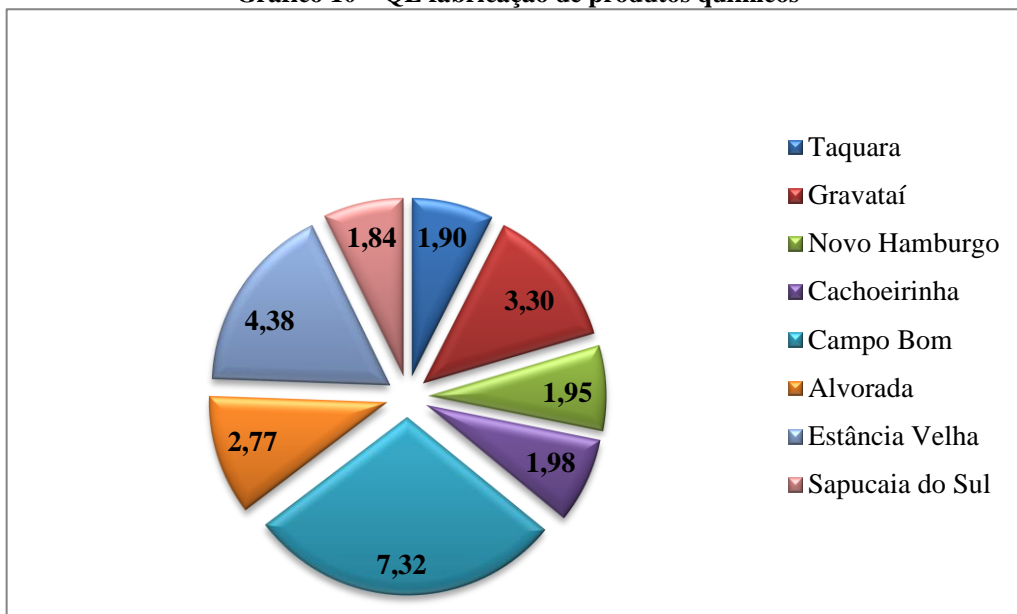


Fonte: Elaborado pelo autor

Por sua vez, as madeireiras estão alocadas ao longo do município de Taquara, mas, conforme as informações do secretário, elas simplesmente realizam o beneficiamento da madeira bruta (toras) em tábuas (pranchas), e algumas microempresas a transformam em janelas, portas, etc., contudo estas últimas, de forma bem artesanal. Cabe ressaltar que, apesar do esquecimento por parte do secretário, Taquara sediou a primeira feira artesanal de móveis do Vale do Paranhana, mas, segundo o ex-vereador “E<sup>7</sup>” do município, esta foi transferida para o município de Igrejinha, por questões políticas, apesar deste não figurar entre os que apresentam um QL significativo. O grande destaque neste segmento cabe a Glorinha que apresenta uma concentração de mão de obra quase 23 vezes maior que a dos outros municípios analisados (Gráfico 9).

<sup>7</sup> A entrevista com os ex-vereadores estão mais detalhadas no Capítulo 6.

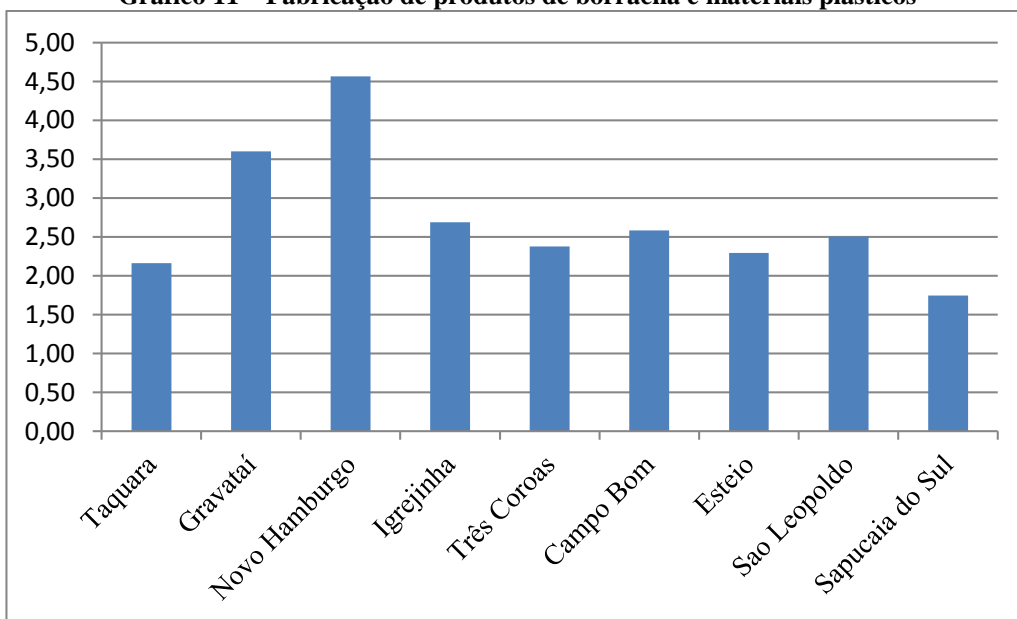
Gráfico 10 – QL fabricação de produtos químicos



Fonte: Elaborado pelo autor

O município de Taquara também apresenta participação no QL, na fabricação de produtos químicos. A indústria química aparece ainda entre as que mais arrecadaram ICMS entre os anos de 2008 a 2010, no município de Taquara. Porém, o município que apresenta destaque nesse item é Campo Bom, com um QL de 7,32% (Gráfico 10).

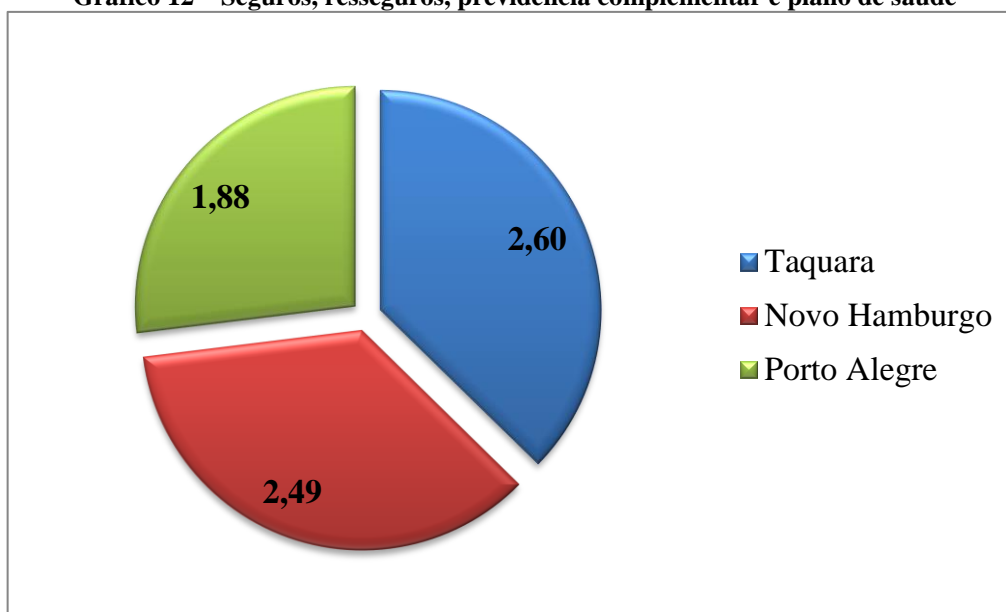
Gráfico 11 – Fabricação de produtos de borracha e materiais plásticos



Fonte: Elaborado pelo autor

No Gráfico 11, constata-se que o município de Novo Hamburgo apresenta um QL de 4,5 vezes da produção da região, seguido por Gravataí, com 3,5. Novo Hamburgo, como pode ser visto no Gráfico 8, no qual é demonstrado o QL da fabricação de calçados, não figurava entre os índices mais altos dos municípios que foram analisados. Porém, em contrapartida, figura na produção de produtos de borracha e de materiais plásticos, que são os inseridos na cadeia de valor ou produtiva do calçado.

**Gráfico 12 – Seguros, resseguros, previdência complementar e plano de saúde**

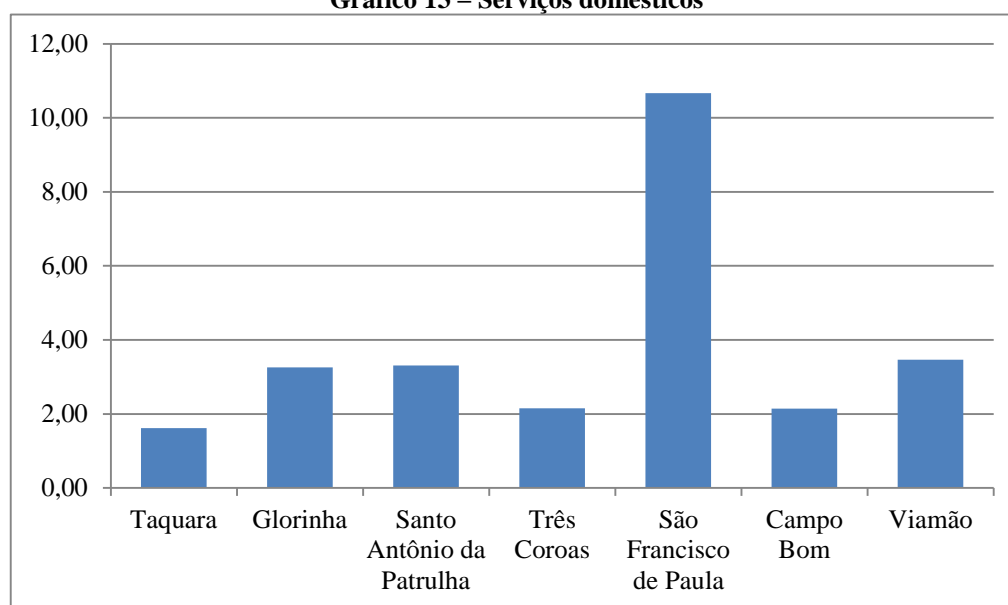


Fonte: Elaborado pelo autor

Já, com relação ao setor de seguros, resseguros, previdência complementar e plano de saúde, o Secretário do Desenvolvimento de Taquara informou que este se deve ao fato da sede da Unimed Encosta da Serra estar situada no município, bem como haver uma agência do Instituto Nacional de Previdência Privada, o que pode favorecer a contratação de funcionários, para suprir a necessidade tanto da cooperativa quanto do órgão público. A cooperativa Unimed foi colocada em destaque como uma conquista para o município pelo Ex-prefeito 2<sup>8</sup> (Gráfico 12).

<sup>8</sup> A entrevista com o Ex-prefeito se encontra mais detalhada no Capítulo 6.

Gráfico 13 – Serviços domésticos



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o Secretário do Desenvolvimento de Taquara, o fato de o município apresentar um QL elevado em relação aos serviços domésticos se deve não somente às cooperativas de trabalho que prestam os mais variados serviços domésticos (limpeza, jardinagem, zeladoria e outros), mas também, às domésticas que podem estar registradas como Micros Empreendedores Individuais (MEI) (Gráfico 13).

Já, na Tabela 6, são mostradas as empresas que mais arrecadaram ICMS no município de Taquara no período, compreendido entre 2008 a 2010. Essa amostragem ficou reduzida, porque, conforme assinala o Secretário do Desenvolvimento de Taquara, “o estado não está mais disponibilizando estas informações, desta forma se tem somente os anos entre 2008 a 2010”.

**Tabela 6 – Empresas que permaneceram entre as 10 maiores arrecadadoras de ICMS do município de Taquara entre os anos de 2008 a 2010.**

Razão Social	Média das Saídas/Entradas	Média do % do Município
Calçados 01	32.186.039,35	20,98
Química 01	9.007.988,64	5,91
Distribuidora de alimentos e bebidas 01	6.688.740,74	4,1
Rede de supermercado 01	5.926.489,97	3,91
Alimentos 01	4.868.922,68	3,06
Comércio varejista 01	3.916.227,18	2,54
<b>Total</b>		<b>40,5</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados fornecidos pela PMT (2012)

As seis empresas que se mantiveram entre as dez colocadas no respectivo período e ordem de arrecadação são as do ramo calçadista, indústria química, distribuidora de bebidas, rede de supermercado (varejista), indústria de alimentos e empresa varejista de roupas. Essas mesmas, como pode ser verificado, foram responsáveis por 40,50% da arrecadação de ICMS do município de Taquara no período compreendido entre os anos de 2008 a 2010.

Quando comparado à Tabela do QL no Apêndice B com a das empresas que mais arrecadaram ICMS no município (Tabela 6), pode-se constatar que a fabricação de calçados e a de produtos químicos são referenciadas como as maiores contribuintes em ICMS para o município taquarense.

Da mesma forma, a indústria de laticínios e de fabricação de produtos de borracha e de material plástico também esteve presente entre as dez maiores empresas arrecadoras de ICMS do município nos anos de (2008 e 2010) e (2008 e 2009), respectivamente. Porém, elas não fizeram parte da pesquisa, porque não figuraram entre as empresas que mais contribuíram na arrecadação de impostos para o município nos três anos consecutivos.

Cabe aqui salientar que o QL, encontrado no Apêndice B, da indústria de fabricação de produtos têxteis não é o da mesma empresa encontrada na Tabela 6, das empresas que mais arrecadam ICMS. Nessa tabela, tem-se a empresa de comércio varejista, e esta não possui fábrica de confecções no município, mas apenas atua com vendas diretas ao consumidor, como já comentado, o varejo.

Quando analisado o índice de participação do ICMS<sup>9</sup> do município taquarense desde a década de 1971, nota-se que este vem perdendo significativamente receita. Tal situação se acentuou na década de 1983, quando houve a emancipação do município de Parobé de Taquara. No Gráfico 14, observa-se a queda na arrecadação do ICMS do município, bem como a sua arrecadação pelo município de Parobé e como estaria, provavelmente, a arrecadação, caso ele não houvesse se emancipado.

---

<sup>9</sup> Com relação ao ICMS estadual, dos 100 por cento arrecadados, 25% são dos municípios e 75%, do Estado. Dos 25% do ICMS dos municípios, 75%, no mínimo, serão creditados na proporção do valor adicionado nas operações realizadas em seu território até 25%, de acordo com o que dispuser a lei estadual.

75%- Valor adicionado fiscal;

7%- População residente (IBGE, FEE);

7%- Área calculada (SAA);

5%- Propriedades Rurais cadastradas (INCRA);

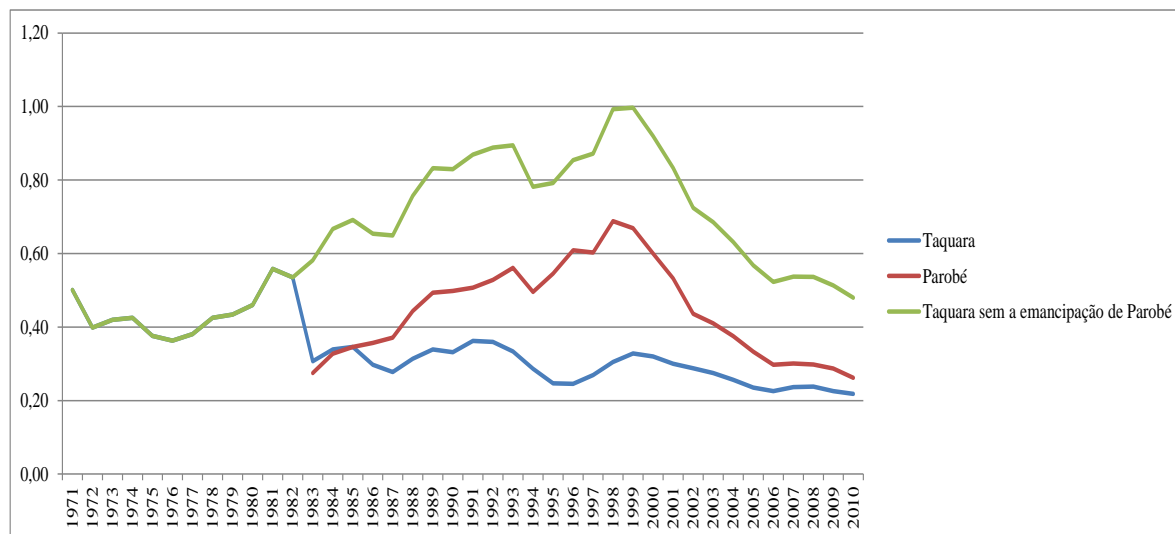
3,5%- Produtividade primária (produtividade/área);

0,5%- Programa de Integração Tributária (Lei nº 12.868/2007);

1%- Inverso da evasão escolar; e

1% - Inverso da Mortalidade Infantil.

**Gráfico 14 – Percentual de participação na arrecadação de ICMS do município de Taquara e Parobé entre os anos de 1971 a 2010, quando comparado com o estado**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Secretaria da Fazenda (2013)

No Gráfico 14, nota-se que o município parobeense apresenta uma arrecadação percentual de ICMS superior ao município taquarense, e isto ocorreu, porque, quando o município de Parobé se emancipou de Taquara, parte do parque industrial taquarense, que até então estava concentrado no distrito de Parobé, passou a pertencer ao novo município. Esse fato já fora discutido no Capítulo 6, cujo foco estava nas entrevistas com os ex-vereadores e ex-prefeito de Taquara.

No final dos anos de 1990 e na primeira década de 2000, houve uma queda na arrecadação de ICMS dos dois municípios, sendo esta bem mais acentuada no município de Parobé. Este fato se deu, pela estabilização da moeda em 1994 e pela alta da taxa de câmbio no final dos anos de 1990, fazendo com que os produtos brasileiros se tornassem mais caros em termos internacionais (BANDEIRA, 2002). Corroborando com o pensamento de Bandeira (2002), Alonso (2003) sugere que as mudanças, ocorridas no País (abertura comercial, Plano Real, com câmbio apreciado artificialmente e política monetária com altas taxas de juros), não foram favoráveis para a economia gaúcha, pelo menos até janeiro de 1999. Nesse período, o segmento industrial exportador e, diga-se aqui, o setor calçadista também foi duramente atingido, perdendo, assim, competitividade devido ao câmbio sobrevalorizado.

Observando o Gráfico 14, com o que foi abordado por Bandeira (2002) e Alonso (2003), constata-se que estas mudanças, ocorridas no País, deixaram marcas bem mais expressivas nos municípios de Parobé e Taquara, pois a arrecadação de ICMS não parou de apresentar queda até o ano de 2010, com ressalva para os anos entre 2006 a 2008, nos quais

houve uma pequena estabilização na redução acentuada do ICMS. Com base nestes dados, verifica-se que a emancipação do município de Parobé de Taquara não foi um fator benéfico para nenhum dos dois municípios, eis que, quando há queda na arrecadação de um município, o outro também apresenta quedas, porém, em proporções menores. Percebe-se, ainda, a existência de uma forte relação entre esses dois municípios.

Este fato pode estar relacionado à diversidade de atividades apresentadas pelo município taquarense, pois, como se notou no QL, Taquara apresenta uma boa diversificação nos ramos empresariais, o que acaba diminuindo o impacto de uma crise econômica, ainda mais quando ela afeta, diretamente, o setor calçadista. Como já fora comentado, dos onze municípios que são limítrofes de Taquara, nove são especialistas nesse setor. Essa diversidade de empresas no município também foi identificada na entrevista com o Ex-prefeito <sup>10</sup>, na qual ele nos contou que, quando há uma crise na região, Taquara era a que menos sofria, devido à diversidade de empresas instaladas no município.

Porém, quando analisado a Tabela 7, percebe-se que a participação, tanto do município de Taquara quanto de Parobé, se analisado isoladamente o índice de Evolução/Redução da arrecadação de ICMS da região, este representa menos que 1% na arrecadação total dos municípios da região. A queda nesses índices, no entanto, não é exclusiva somente desses dois municípios. Os municípios de Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Canoas, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti e Nova Hartz também apresentaram quedas. Apenas nos municípios de Araricá, Glorinha, Gravataí, Rolante, São Francisco de Paula, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Sapucaia do Sul, de forma geral, apresentaram aumento em sua arrecadação.

**Tabela 7 – Evolução/Redução no Índice de arrecadação de ICMS da região no período compreendido entre 2001 a 2010**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Região</b>	<b>32,192</b>	<b>32,063</b>	<b>32,228</b>	<b>31,560</b>	<b>30,850</b>	<b>30,098</b>	<b>30,697</b>	<b>31,423</b>	<b>30,719</b>	<b>29,948</b>
Taquara	0,300	0,288	0,275	0,257	0,235	0,226	0,237	0,238	0,226	0,218
Araricá	0,021	0,030	0,022	0,026	0,029	0,026	0,033	0,033	0,033	0,037
Glorinha	0,047	0,047	0,039	0,045	0,039	0,075	0,114	0,128	0,156	0,179
Gravataí	1,561	1,639	1,894	2,136	2,089	2,100	2,359	2,604	2,904	3,009
Novo Hamburgo	2,110	2,230	2,264	2,199	2,066	1,949	1,971	2,006	1,908	1,748
Parobé	0,533	0,436	0,410	0,375	0,333	0,298	0,301	0,298	0,287	0,262
Rolante	0,119	0,117	0,113	0,105	0,101	0,103	0,114	0,131	0,134	0,122
Sapiranga	0,557	0,575	0,589	0,598	0,562	0,508	0,498	0,494	0,459	0,419
Santo Antônio da Patrulha	0,237	0,240	0,229	0,215	0,217	0,224	0,243	0,247	0,235	0,238
Igrejinha	0,358	0,345	0,337	0,319	0,287	0,264	0,323	0,376	0,354	0,340
Três Coroas	0,226	0,259	0,276	0,242	0,223	0,233	0,255	0,264	0,244	0,255

<sup>10</sup> Esta entrevista se encontra mais detalhada no Capítulo 6.

continua...

São Francisco de Paula	0,207	0,197	0,191	0,187	0,192	0,207	0,222	0,222	0,216	0,215
Cachoeirinha	1,055	1,105	1,113	1,044	1,093	1,194	1,273	1,294	1,290	1,450
Campo Bom	0,791	0,883	0,896	0,891	0,798	0,683	0,709	0,713	0,659	0,625
Canoas	5,263	5,417	5,641	5,314	5,570	5,777	5,215	4,854	4,511	3,998
Esteio	1,089	1,093	1,075	1,088	1,065	1,089	1,141	1,014	0,887	0,897
Porto Alegre	13,349	12,603	12,183	11,831	11,299	10,513	10,892	11,683	11,615	11,491
São Leopoldo	1,359	1,416	1,415	1,328	1,283	1,284	1,320	1,298	1,258	1,201
Viamão	0,573	0,644	0,672	0,729	0,839	0,879	0,895	0,918	0,895	0,887
Alvorada	0,341	0,321	0,348	0,361	0,360	0,361	0,387	0,393	0,386	0,409
Dois Irmãos	0,248	0,242	0,255	0,276	0,256	0,226	0,220	0,217	0,211	0,208
Estância Velha	0,323	0,328	0,324	0,329	0,306	0,282	0,288	0,344	0,326	0,248
Ivoti	0,246	0,231	0,231	0,228	0,200	0,189	0,199	0,198	0,175	0,161
Nova Hartz	0,174	0,190	0,187	0,173	0,156	0,137	0,146	0,155	0,160	0,162
Sapucaia do Sul	1,105	1,187	1,248	1,266	1,251	1,274	1,342	1,300	1,191	1,170

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da Receita Federal do RS (2013)

Na Tabela 7, encontra-se a arrecadação dos municípios analisados entre os anos de 2001 a 2010 e nota-se que a região vem apresentando quedas em sua arrecadação desde 2004, com ressalva para o ano de 2008, no qual aquela apresentou crescimento. No apêndice AG, é possível visualizar a evolução do ICMS de todos os municípios analisados.

Até 1982, a região analisada era composta por 21 municípios, e Taquara ocupava a décima colocação em arrecadação de ICMS. Após esse período e com o ingresso de mais quatro municípios (Araricá, Glorinha, Parobé e Nova Hartz), Taquara passou a ocupar a décima sétima posição. Mesmo com o ingresso de mais quatro municípios, esse apresentou quedas na arrecadação de ICMS, já que antes se encontrava na décima colocação e, com o ingresso de mais quatro, passou para décima sétima.

Ao serem estudados os produtos oriundos do setor agropecuário, é importante que se tenha noção do quanto eles podem contribuir para o desenvolvimento de uma localidade/região. North (1977), comentando sobre a agricultura, a vê como uma variável, dependente do processo produtivo, alegando que a exportação de produtos agrícolas pode promover o crescimento e o desenvolvimento de economias externas, pois, se o produto exportado demandar serviços, como transporte, armazenagem e outras instalações, o setor primário estará impulsionando as economias externas. Com isso, frisa-se que o desenvolvimento de uma região pode ocorrer a partir do setor agropecuário.

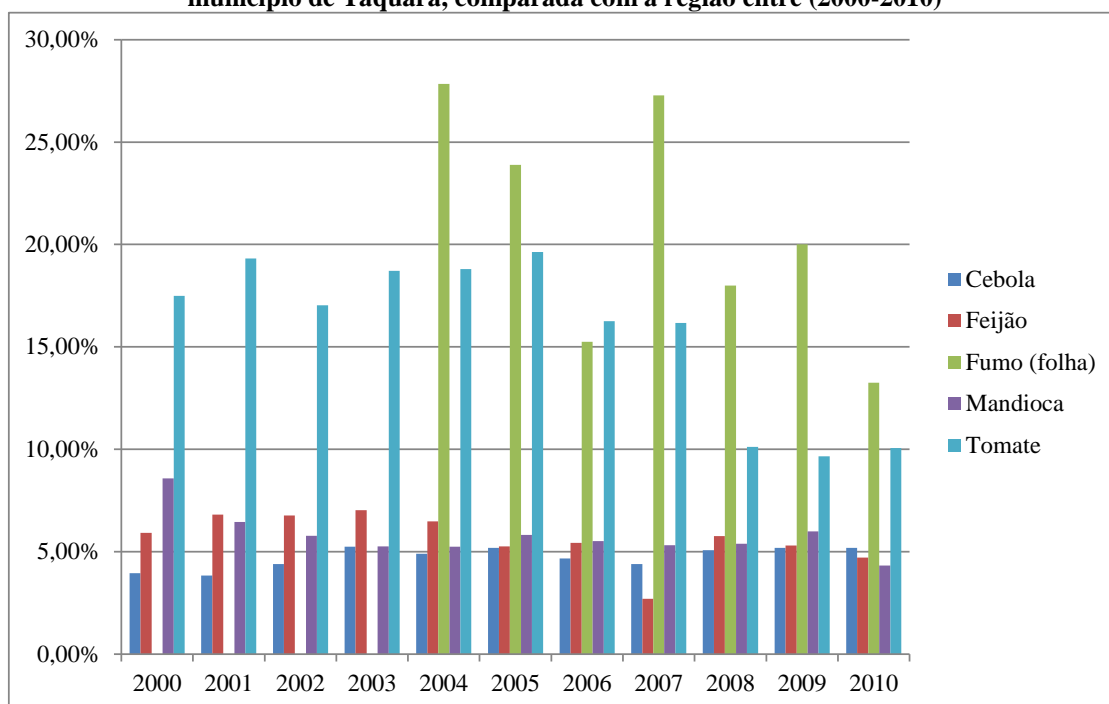
Porém, o autor informa do “perigo” de uma região manter somente uma estrutura produtiva, alicerçada na exportação de bens primários. Ainda, assinala que é fundamental que uma região consiga expandir a sua base de exportação ao longo do tempo, não ficando mais dependente somente de exportações dos excedentes rurais e industriais, mas, sim, que passe a exportar serviços da mais alta complexidade. North (1961) diz ainda que dificilmente uma



região conseguirá atingir um nível de expansão, se for dependente de um único produto de exportação.

Assim, ao ser analisada a produção da lavoura temporária do município taquarense, quando comparada, em percentuais, à da região, percebe-se que este apresenta destaque nas cultivares de cebola, feijão, fumo, mandioca e tomate, como pode ser observado no Gráfico 15. Além disso, partir de 2006, a cultivar da cebola vem apresentando queda na sua produção em relação à região, e o fumo é o produto que mais se destaca na comparação com os outros.

**Gráfico 15 – Percentual da produção em toneladas dos 5 principais produtos das lavoura temporária do município de Taquara, comparada com a região entre (2000-2010)**

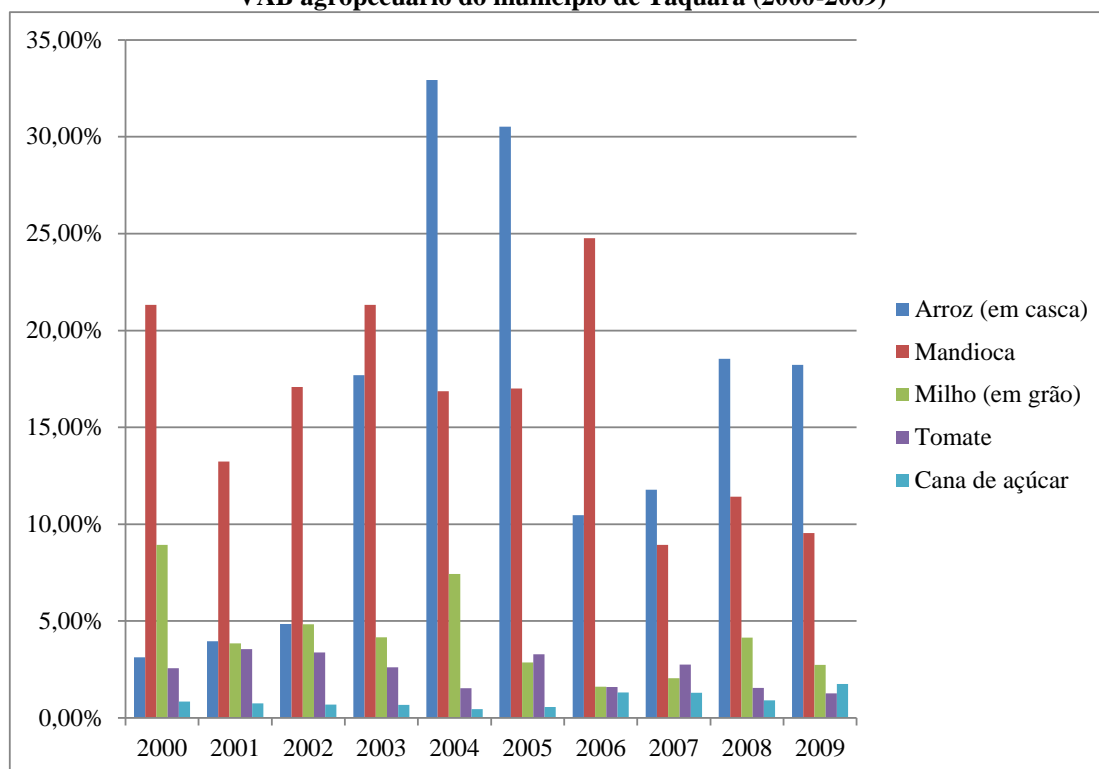


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2012)

No Gráfico 16, todavia, tem-se a participação dos cinco produtos que mais contribuíram para o VAB agropecuário do município taquarense, sendo que os que apresentaram maior produção, como observado anteriormente, foram somente a mandioca e o tomate, os quais também foram representativos no VAB agropecuário do município de Taquara.

Pode-se perceber ainda que, apesar do arroz, do milho e da cana de açúcar não estarem entre os produtos com maior participação na produção do município, eles se destacam no VAB agropecuário, sendo que o arroz e a mandioca são os de maior representatividade.

**Gráfico 16 – Participação dos 5 principais produtos produzidos nas lavouras temporárias com relação ao VAB agropecuário do município de Taquara (2000-2009)**

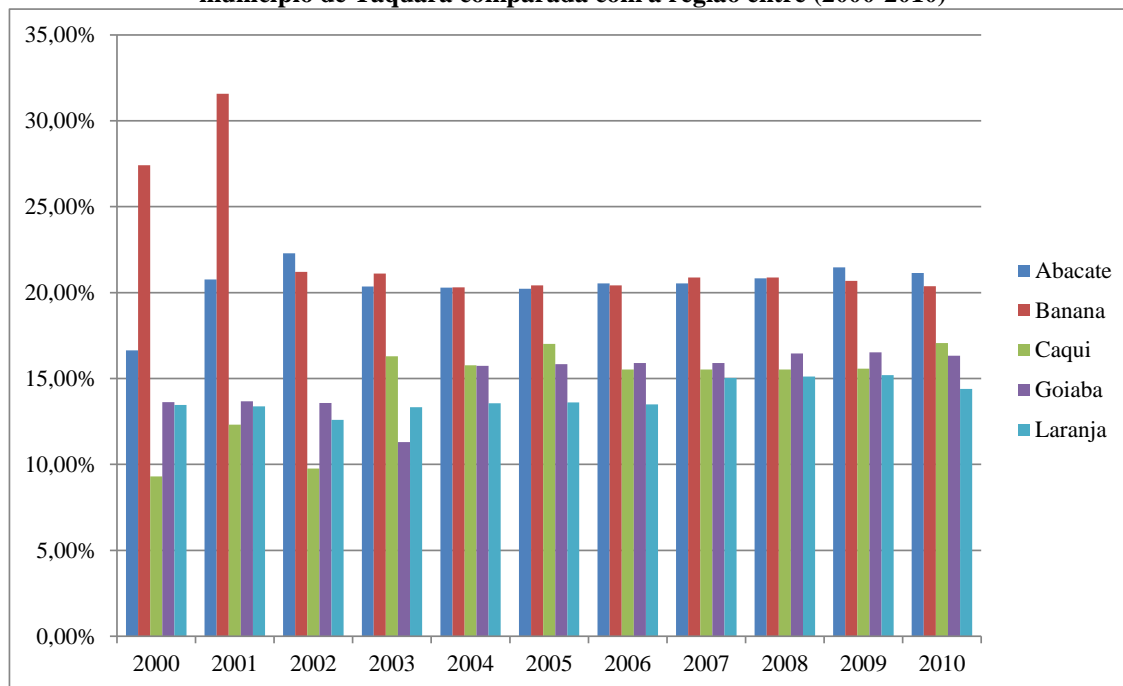


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da FEE (2012)

O arroz, nos anos de 2004 e 2005, representou mais de 30% do VAB agropecuário do município, e a mandioca, boa representatividade no VAB agropecuário desde 2000. Mesmo que tenha caído nos anos de 2007, 2008 e 2009, ela figura entre os dos principais produtos na formação do VAB do município. Para uma melhor compreensão dos valores relacionados às lavouras temporárias, ver o Apêndice Z.

Já os cinco principais produtos das lavouras permanentes são: o abacate, a banana, o caqui, a goiaba e a laranja, como pode ser constatado no Gráfico 17. Dessas cultivares, a banana e o abacate são as que apresentam maior percentual de produção, quando comparada com a da região, sendo que produção taquarense vem apresentando certa linearidade desde 2002.

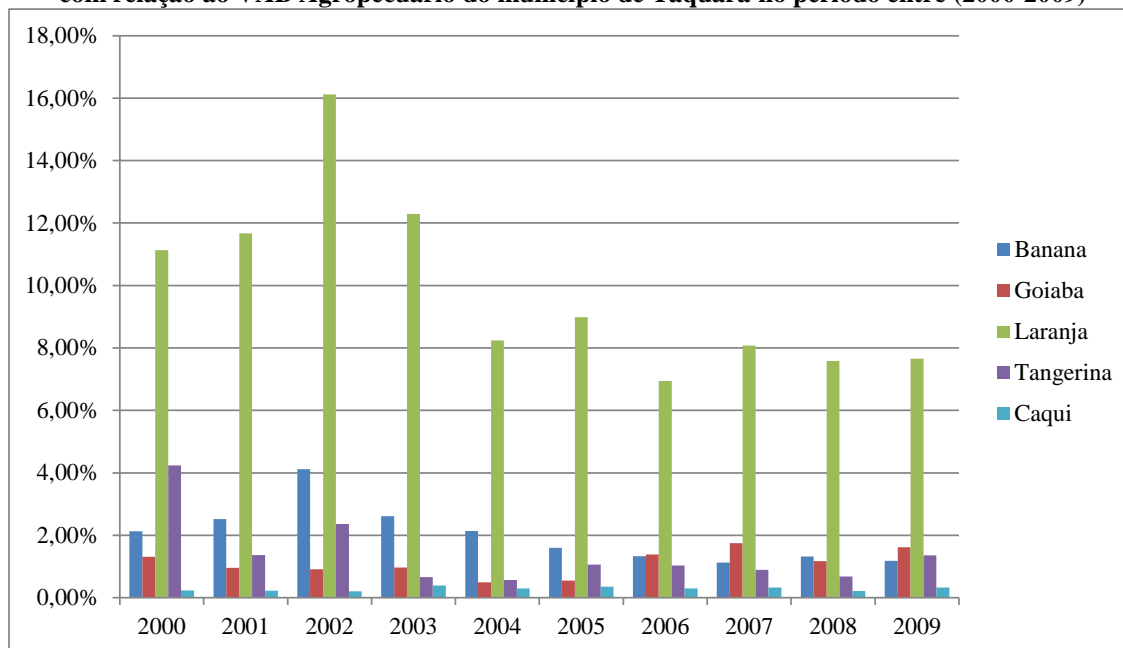
**Gráfico 17 – Percentual da produção em toneladas dos 5 principais produtos das lavouras permanente do município de Taquara comparada com a região entre (2000-2010)**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Nas lavouras permanentes, o grande destaque desta cultivar é a laranja que, no ano de 2002, chegou a representar 16% no VAB agropecuário e, nos anos de 2006 a 2009, oscilou entre 6 a 8%, mas a sua participação na composição do VAB agropecuário vem apresentando quedas desde 2002. A banana é um dos produtos que apresentou maior representatividade na sua produção, quando comparada com a da região, porém, assim como a laranja, aquela vem apresentando queda na participação do VAB agropecuário. Enfatiza-se ainda que o abacate, que apresentou participação na produção acima de 20% nos últimos anos, não teve significância no VAB agropecuário do município. Para melhor compreensão sobre o assunto em comento, ver o Gráfico 18 e, para uma visualização mais completa sobre os produtos produzidos no município taquarense e a sua participação no VAB agropecuário do município, visualizar o Apêndice AA.

**Gráfico 18 – Percentual de participação dos 5 principais produtos produzidos nas lavouras permanentes com relação ao VAB Agropecuário do município de Taquara no período entre (2000-2009)**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Algo que chamou a atenção, nesta pesquisa, foi a produção de maçã, pois, segundo o Secretário do Desenvolvimento de Taquara, o município, em parceria com a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e agricultores, começaram a investir na produção deste produto, mais especificamente da espécie Eva. Nota-se, no apêndice AA, que o município não apresenta nenhuma especialização neste item, e isto nos faz repensar, se esse seria o produto mais importante a ser investido. Paiva (sd, p.9) nos diz que:

se a região não é produtora de bens de capital (máquinas e instalações), os investimentos só poderão alavancar a economia regional se for identificado algum gargalo de oferta. E, neste caso, não se trata de qualquer investimento, mas de um (ou dois, ou três) investimentos muito particulares em segmentos bem determinados de cadeias produtivas muito específicas.

Acredita-se que deve ter sido feito um estudo prévio, para se optar pelo investimento na produção do referido produto, porque, conforme citado por Paiva (sd), tanto os gestores públicos quanto os técnicos da EMATER devem ter percebido algum gargalo na oferta da produção dessa fruta. Caso contrário, essa produção poderá também não contribuir para o desenvolvimento do VAB agropecuário e, conseqüentemente, para a localidade de Taquara.

Observou-se que a região analisada apresenta 3.704.495 habitantes, o que se refere a mais de 1/3 da população do Estado que é 10.693.929 habitantes (IBGE, 2012). Com isso, o município de Taquara, além de apresentar a sexta posição em área geográfica da região

analisada, também pode ser considerado um especialista na produção de alguns produtos da lavoura temporária e permanente, como já observado. Esses dados nos revelam ainda que há muito a ser explorado comercialmente em relação às variedades de produtos, mas é importante que as demais regiões absorvam a compra desses bens produzidos pela economia local, estimulando, assim, a produção e a geração de renda no interior do território, tanto quanto se o investimento fosse feito internamente (PAIVA, 2004a).

Outro fator analisado é o consumo destes produtos produzidos tanto das lavouras permanentes quanto temporárias. Foi constatado, através da pesquisa realizada com os compradores e/ou gestores de três supermercados que estão instalados no município taquarense, que estes não costumam comprar produtos dos agricultores do município de Taquara. Segundo informou o Comprador A, “o repolho é adquirido dos agricultores de Riozinho, a cebola vem de Palmares e os demais produtos da CEASA”. Para o comprador B, os produtores taquarenses não têm costume de ofertar os seus produtos aos supermercados, até mesmo porque a produção destes produtores não é constante. Neste sentido, o Comprador C relatou que:

os agricultores não produzem em escala para suprir o fornecimento de produtos que o supermercado necessita e que os produtos, produzidos por eles, está muito relacionado com o período/estação de cada cultivar e nós, como uma rede de supermercados, precisamos deste produto sempre, faça chuva ou frio, o produto tem que estar à disposição do cliente.

Pode-se perceber que os compradores acreditam que os produtores taquarenses não possuem estrutura, para produzirem e ofertarem os produtos às redes de supermercados. Essa percepção dos compradores dos supermercados vai ao encontro do que nos informou a Secretária do Sindicato Rural de Taquara, que é a responsável pelo relatório de notas emitidas pelos produtores rurais. Destacou ela que a venda dos produtos das lavouras temporárias e permanentes de Taquara ocorre em uma menor parte para os pequenos estabelecimentos, tais como mercados e fruteiras do próprio município e também dos municípios vizinhos (Parobé, Igrejinha, Gramado). Mas a entrevistada não soube nos informar quanto dessa produção é vendido para esses municípios e alegou ser apenas um pequeno percentual e que a maioria dos produtos comercializados é vendida de forma direta ao consumidor (venda porta a porta) ou na feira dos produtores que acontece semanalmente. Sendo assim, eles não emitem nota fiscal, inviabilizando, portanto, o controle de quanto de produtos eles produzem e o quanto faturam. Dando sequência à entrevista, a secretária nos relatou que alguns produtores preferem ofertar parte ou toda a sua produção à rede escolar, por meio do programa merenda escolar.

Quando perguntado o motivo que levava os produtores a não venderem os seus produtos aos supermercados, ela sugeriu que fosse pela baixa quantidade de produtos ofertados pelos agricultores taquarenses, pois a maioria das propriedades taquarenses é considerada pequena (ver Tabela 8), os agricultores apresentam idade avançada e as vendas realizadas por eles servem como complementação de renda.

Como pode ser percebido na Tabela 3, o município vem apresentando queda na população rural, e este fator, muitas vezes, é ocasionado pela migração dos familiares mais jovens em busca de melhores condições ou novas oportunidades nos centros urbanos. Segundo Brito (2009, p. 6), “emigrar em direção às grandes regiões urbanas é a opção mais adequada quando o objetivo é a melhoria do padrão de vida.”. Na concepção de Camarano e Abramovay (1998, p. 49), “são cada vez mais jovens os que têm deixado o campo.”. Esta afirmação vai ao encontro das respostas da Secretária do Sindicato Rural de Taquara, pois, se os jovens estão saindo do campo, resta aos patriarcas darem sequência às atividades laborais em suas propriedades.

Para se entender o que é uma pequena, média ou grande propriedade, Graziano Neto (2004) explica que a propriedade deve ser calculada através do conceito de módulo rural e que, por intermédio de fins tributário, gera um novo conceito, denominado “módulo fiscal”. Para o autor, a dimensão da propriedade passou a ser calculada através desse módulo. Salienta-se ainda que um módulo pode possuir diferentes tamanhos, conforme a região do país em que estiver situada a propriedade. Na região Sul, por exemplo, um módulo possui entre 10 e 20 hectares, enquanto, no Mato Grosso ou em Goiás, atinge 50 a 100 hectares.

**Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos**

Área das Propriedades Rurais	Quantidade de propriedades	%
Mais de 0 a menos de 0,1 há	8	0,65
De 0,1 a menos de 0,2 ha	3	0,24
De 0,2 a menos de 0,5 ha	5	0,41
De 0,5 a menos de 1 ha	32	2,60
De 1 a menos de 2 ha	100	8,12
De 2 a menos de 3 ha	101	8,20
De 3 a menos de 4 ha	82	6,66
De 4 a menos de 5 ha	47	3,82
De 5 a menos de 10 ha	246	19,98
De 10 a menos de 20 ha	263	21,36
De 20 a menos de 50 ha	255	20,71
De 50 a menos de 100 ha	60	4,87

continua...

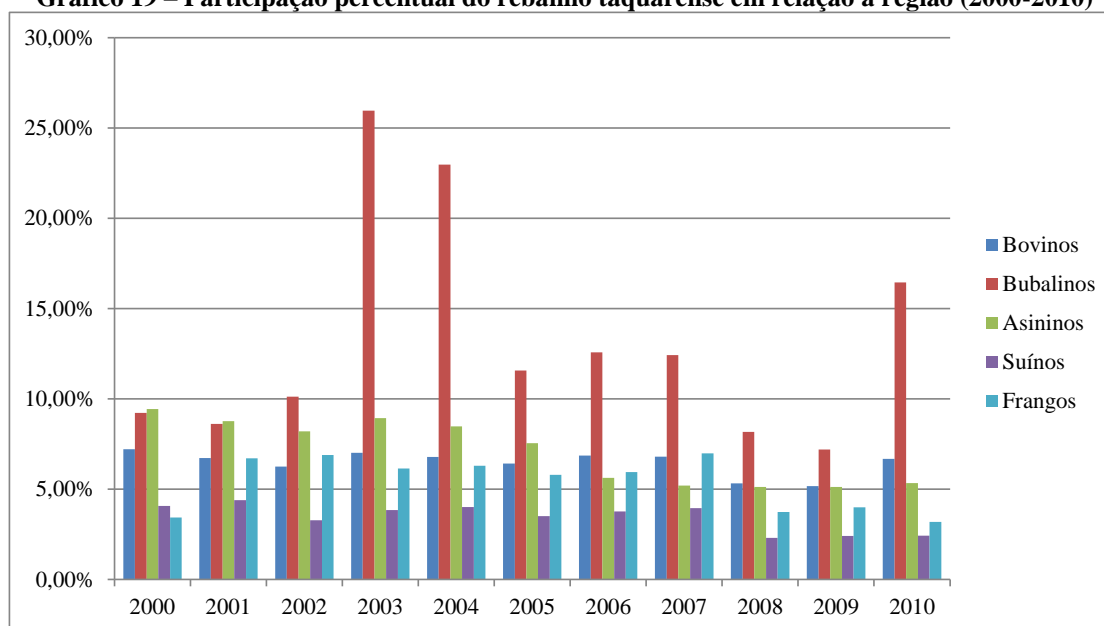
De 100 a menos de 200 ha	24	1,95
De 200 a menos de 500 ha	4	0,32
De 500 a menos de 1000 ha	1	0,08
<b>Total</b>	<b>1231</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2013), baseado no Censo Agropecuário de (2006)

Essa variação de tamanho do módulo, de acordo com a região, ocorre pelo grau de fertilidade do solo, pela distância dos centros comerciais, entre outros aspectos. Ainda, segundo Graziano Neto (2004), a pequena propriedade tem entre 1 e 4 módulos fiscais, e a média, entre 4 e 15 módulos. Acima desse tamanho, a propriedade estaria enquadrada em uma posição de grande propriedade.

Também, perguntou-se à Secretária do Sindicato Rural o que ela entendia por pequena propriedade, e ela disse que seriam as propriedades menores de 10 hectares. Neste caso, as pequenas propriedades, relatadas pela entrevistada, representariam 50,69% do total de propriedades no município de Taquara, e estas se enquadrariam em menos de um módulo fiscal (GRAZIANO NETO, 2004). Pode-se perceber igualmente que existe uma concentração de 42,07% das propriedades, variando entre, no mínimo, 10 e, no máximo, 50 hectares, ou seja, entre 1 a 2,5 módulos fiscais da região Sul.

Com relação ao rebanho taquarense, percebe-se que o município não apresenta destaque em seu plantel, quando comparado ao rebanho estadual, vide Apêndice X. Porém, quando comparado ao da região (Apêndice Y), apresenta maior destaque percentual na criação de búfalos, seguido até o ano de 2005 por asnos. Nos anos de 2006 e 2007, a porcentagem na criação de bovinos e frangos passou a superar percentualmente a criação de asininos, sendo que esta, nos anos seguintes, novamente passou a superar percentualmente a de frango, mas não, a bovina, como pode ser verificado no Gráfico 19.

**Gráfico 19 – Participação percentual do rebanho taquareense em relação à região (2000-2010)**

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Quando são analisados os dados em unidades, segundo a Tabela 10, o número de unidades de asininos é muito pequeno (4), e isto mostra a não criação deste animal por muitos municípios analisados, o que é diferente, quando é avaliada a criação de bovinos, que apresentou uma criação de mais de 25 mil cabeças. O mesmo acontece com a criação de frangos que, no ano de 2010, apresentou uma queda de quase 2/3 da sua produção, quando comparado ao ano de 2000.

**Tabela 9 – Rebanho taquareense em unidades (2000-2010)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Bovinos</b>	24847	25176	24156	28539	28143	25385	26527	26261	20018	19417	26668
<b>Equinos</b>	440	450	761	752	774	712	744	758	688	660	640
<b>Bubalinos</b>	522	480	610	1661	1544	603	639	645	350	328	1282
<b>Asininos</b>	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4
<b>Muare</b>	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2
<b>Suínos</b>	3172	3574	2473	2331	2463	2229	2351	2397	1375	1347	1369
<b>Caprinos</b>	156	150	115	113	115	104	107	109	110	112	114
<b>Ovinos</b>	814	800	475	532	494	450	470	479	524	513	502
<b>Frangos</b>	50413	50913	47077	44694	41710	37643	39524	39127	18695	17947	17408
<b>Codornas</b>	3425	3500	3203	3010	2754	2484	2608	2660	115	117	120
<b>Coelhos</b>	179	184	188	186	176	190	182	187	169	165	161

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Os dados, observados na Tabela 9, mostram o rebanho taquareense em unidades e que, quando comparado com o da região, não apresentaram expressividade. Já na Tabela 10, tem-se o percentual do VAB total da região e dos municípios em estudo, comparado com o VAB



total do estado. Os municípios da amostra representaram uma média na participação do Estado de 37,98% nos últimos 15 anos.

Tabela 10 – Participação do Valor Agregado Bruto (VAB) Total da região e municípios no VAB total estadual

Território	Valor Agregado Bruto (VAB) TOTAL em %														
	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Região</b>	<b>35,85</b>	<b>34,88</b>	<b>35,04</b>	<b>34,46</b>	<b>40,58</b>	<b>40,75</b>	<b>39,79</b>	<b>39,44</b>	<b>36,84</b>	<b>37,55</b>	<b>40,14</b>	<b>38,86</b>	<b>38,75</b>	<b>38,17</b>	<b>38,56</b>
Taquara	0,35	0,36	0,40	0,36	0,33	0,32	0,32	0,30	0,28	0,28	0,30	0,29	0,28	0,28	0,27
Araricá	-	-	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03
Glorinha	0,03	0,03	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,06	0,07	0,07	0,09	0,10	0,08
Gravataí	1,81	1,68	1,79	1,80	1,61	1,77	2,12	2,12	2,00	2,22	2,41	2,37	2,61	2,55	2,64
Novo Hamburgo	3,29	2,76	2,97	2,66	2,57	2,65	2,59	2,69	2,48	2,66	2,54	2,38	2,21	2,06	1,96
Parobé	0,59	0,79	0,74	0,80	0,49	0,48	0,44	0,40	0,32	0,32	0,33	0,29	0,28	0,25	0,25
Rolante	0,15	0,17	0,20	0,18	0,13	0,13	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Sapiranga	0,94	0,89	0,84	0,78	0,73	0,68	0,65	0,65	0,59	0,60	0,58	0,55	0,52	0,52	0,53
Santo Antônio da Patrulha	0,29	0,29	0,25	0,28	0,22	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,22	0,24	0,24
Igrejinha	0,35	0,40	0,39	0,37	0,30	0,30	0,32	0,28	0,25	0,27	0,30	0,28	0,27	0,28	0,32
Três Coroas	0,27	0,21	0,21	0,20	0,19	0,22	0,21	0,19	0,18	0,20	0,21	0,19	0,18	0,18	0,19
São Francisco de Paula	0,15	0,15	0,15	0,16	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12	0,13	0,14	0,15	0,14	0,15	0,16
Cachoeirinha	0,87	0,93	0,90	1,00	1,01	1,05	1,06	1,10	1,12	1,22	1,28	1,20	1,24	1,31	1,17
Campo Bom	1,13	0,97	0,98	0,87	0,85	0,89	0,86	0,82	0,73	0,78	0,79	0,70	0,63	0,59	0,57
Canoas	6,47	5,14	5,53	5,22	5,16	5,87	5,87	5,46	5,64	5,74	6,14	6,08	6,13	6,35	7,57
Esteio	1,26	1,15	1,12	1,06	1,12	1,12	1,07	1,10	1,05	1,00	1,04	1,05	1,03	1,01	1,01
Porto Alegre	12,52	13,29	12,69	12,95	20,47	19,43	18,58	18,66	16,78	16,70	18,47	17,96	18,03	17,46	16,71
São Leopoldo	1,85	1,58	1,58	1,54	1,70	1,71	1,61	1,56	1,50	1,52	1,61	1,56	1,55	1,51	1,56
Viamão	0,51	0,96	0,91	0,98	0,81	0,85	0,86	0,90	0,90	0,91	0,96	0,94	0,91	0,91	0,89
Alvorada	0,40	0,70	0,73	0,68	0,54	0,55	0,56	0,58	0,54	0,53	0,58	0,58	0,57	0,58	0,58
Dois Irmãos	0,33	0,34	0,39	0,34	0,33	0,35	0,36	0,37	0,33	0,34	0,31	0,29	0,26	0,25	0,26
Estância Velha	0,57	0,43	0,53	0,47	0,38	0,39	0,39	0,40	0,39	0,36	0,35	0,32	0,29	0,27	0,30
Ivoti	0,31	0,34	0,33	0,33	0,29	0,33	0,24	0,22	0,20	0,26	0,21	0,19	0,18	0,18	0,17
Nova Hartz	0,18	0,26	0,29	0,24	0,17	0,19	0,18	0,17	0,15	0,14	0,15	0,15	0,14	0,14	0,15
Sapucaia do Sul	1,22	1,05	1,05	1,11	0,99	1,06	0,98	0,96	0,93	1,01	1,02	0,93	0,88	0,87	0,84

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da FEE (2011)

Faria (1983, p. 110) diz que o Valor Agregado Bruto (VAB) é a diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI), ou seja, “o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas.”.

Entende-se, desta forma, por VAB, todo o valor agregado que expressa a diferença entre o VBP e a soma de todos os bens e serviços intermediários, utilizados no processamento desta produção (PADOVEZE, 1999).

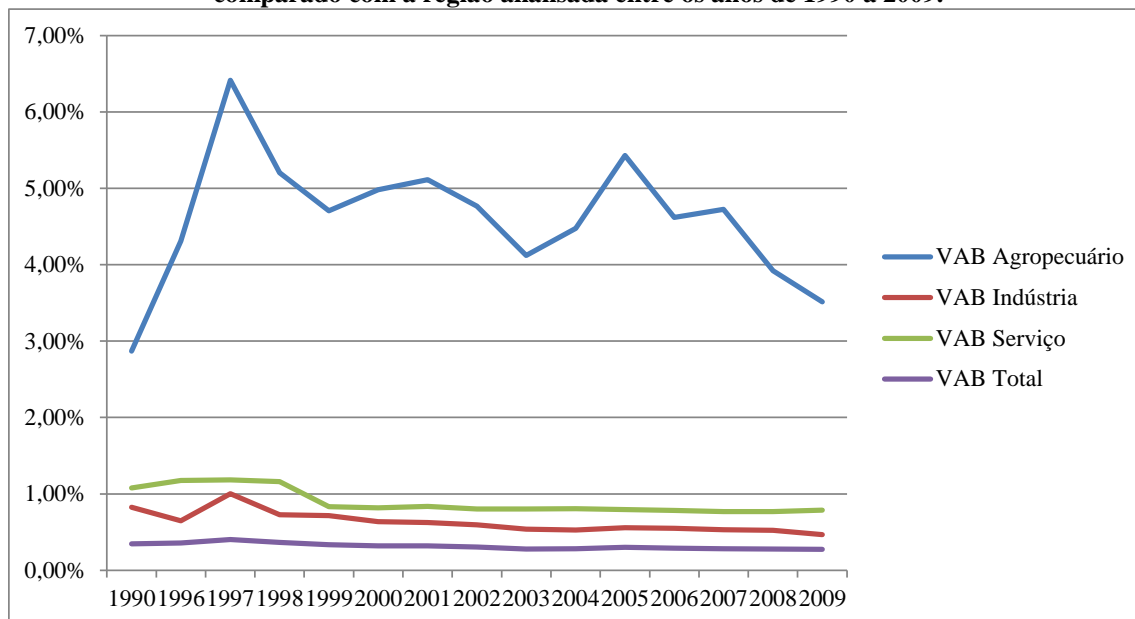
Com relação ao VAB, o município taquarense apresenta a 15ª colocação entre os 25 municípios analisados da região, ficando a frente de municípios, como Araricá, Glorinha, Parobé, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Três Coroas, São Francisco de Paula, Dois Irmão, Ivoti e Nova Hartz.

Cabe, entretanto, aqui salientar que o VAB do município em estudo vem reduzindo quando comparado ao do estado desde 1997. Mas esta redução do VAB não é um fator exclusivo somente do município taquarense, pois municípios, como Araricá, Novo Hamburgo, Parobé, Rolante, Sapiranga, Três Coroas, Cachoeirinha, Campo Bom, Esteio, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz e Sapucaia do Sul, também apresentaram queda em seus números.

Por outro lado, municípios, como Glorinha, Gravataí, São Francisco de Paula, Canoas e Alvorada, estão melhorando gradativamente os seus indicadores, e outros, como Igrejinha, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão, vêm apresentando uma estabilidade, conforme pode ser observado na Tabela 10.

No Gráfico 20, tem-se o percentual dos VABs agropecuário, industrial, serviço e o total do município de Taquara, quando comparado ao da região. Esse gráfico mostra que o valor em mil reais do VAB agropecuário é o que apresenta melhor crescimento, quando comparado com a região, porém vem apresentando queda desde 1998, com um leve crescimento isolado nos anos de 2001 e 2005. Mesmo assim, é de longe o setor que mais se destaca, e esta informação pode representar um diferencial a ser explorado pelo município em relação ao da região. Já o percentual de crescimento em mil reais do VAB industrial e o de serviços estão apresentando quedas desde 1997. Mais informações podem ser observadas nos apêndices AC, AD e AE.

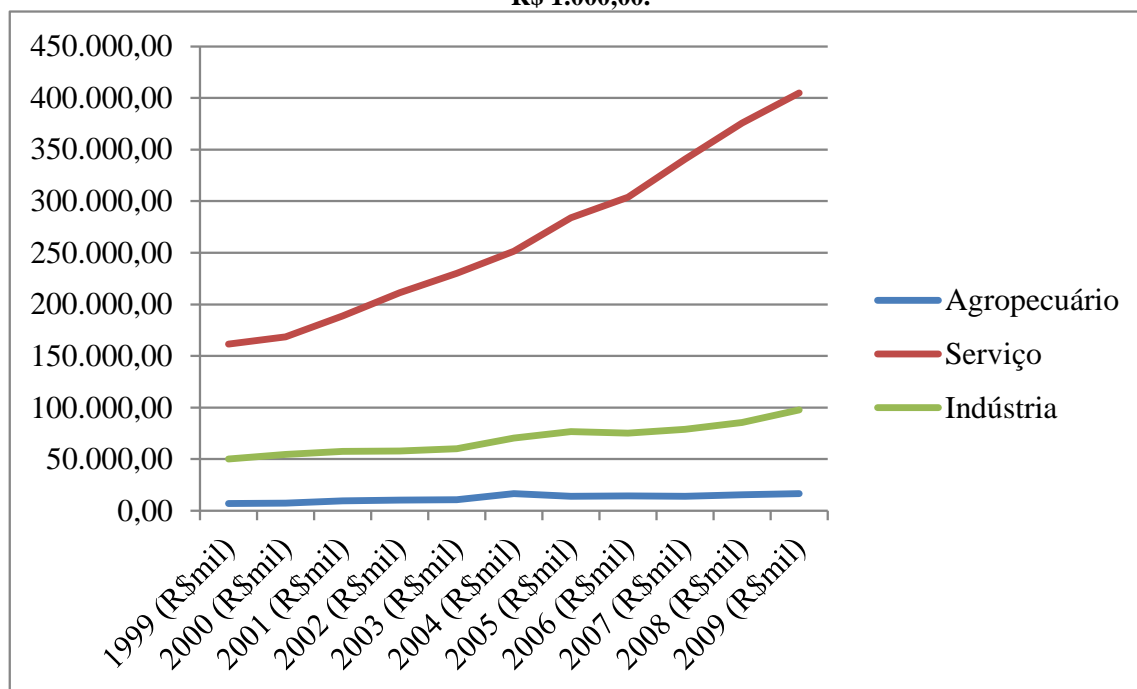
**Gráfico 20 – Evolução percentual do VAB (agropecuário, industrial, serviços e total) taquarense comparado com a região analisada entre os anos de 1990 a 2009.**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Quando analisados os dados em R\$ 1.000,00, o VAB de serviço é disparado e o que mais contribui para a formação do PIB do município, sendo, em média, nos últimos 11 anos, 21,76 vezes maior do que o VAB agropecuário e 3,75 vezes maior do que o VAB industrial.

**Gráfico 21 – VAB agropecuário, serviço e indústria do município de Taquara nos anos de 1999 a 2009, em R\$ 1.000,00.**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Nota: valores expressos em R\$ 1.000,00

Isso demonstra que, apesar de haver um crescimento percentual maior no VAB agropecuário nos últimos anos, a economia taquarense está concentrada na prestação de serviços, e esta informação vai ao encontro das informações fornecidas pelos entrevistados (ex-vereadores, ex-prefeito, secretário do desenvolvimento e gestores/empresários do município de Taquara), conforme pode ser observado no Capítulo 5. Por mais que o município taquarense venha apresentando crescimento, este, em percentuais perante a região, tem sido menor.

**Tabela 11 – Comparação entre o percentual de crescimento do VAB agropecuário, serviço e industrial entre o município de Taquara e a região.**

	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Região (VAB Agropecuário)	3,47	2,24	2,25	2,45	2,5	2,44	2,2	2,3	1,86	2,93	2,97	2,45	1,96	2,17	2,51
Taquara (VAB Agropecuário)	0,1	0,1	0,14	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,08	0,13	0,16	0,11	0,09	0,08	0,09
Região (VAB Serviço)	37,87	36,99	37,49	37,1	46,27	46,29	45,83	46,17	44,62	45	46,05	45,59	45,45	45,21	44,74
Taquara (VAB Serviço)	0,41	0,44	0,44	0,43	0,38	0,38	0,38	0,37	0,36	0,36	0,37	0,36	0,35	0,35	0,35
Região (VAB Indústria)	42,73	40,87	39,34	39,14	39,55	39,98	40,48	37,86	36,44	35,49	36,62	35,87	36,32	35,73	37,84
Taquara (VAB Indústria)	0,35	0,26	0,39	0,28	0,28	0,25	0,25	0,23	0,2	0,19	0,2	0,2	0,19	0,19	0,18

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Na Tabela 11, pode ser visto o quanto o VAB da região cresceu em comparação ao município taquarense. Enquanto a região cresceu 2,45% em média nos últimos 15 anos no VAB agropecuário, Taquara cresceu, em média, 0,11%. No setor de serviço, a diferença é ainda maior, a região cresceu, em média, 43,38%, ao passo que o município taquarense cresceu 0,38%. No VAB industrial, o crescimento médio foi de 38,29% da região e 0,24% o de Taquara no respectivo período. Esses dados demonstram a fragilidade do município em atrair e reter empresas. O VAB de serviço e o industrial taquarense vêm apresentando queda na sua participação nos últimos 12 anos, ao ser comparado com o da região. Observando o Gráfico 20 e a Tabela 20, constata-se que, entre os três setores (agropecuário, serviço e indústria), o município taquarense apresenta uma participação percentual um pouco mais significativa no setor agropecuário.

Pode-se aqui perceber a relação existente entre a afirmação de Rivero (2002), ao dizer que o vírus da miséria científico-tecnológico inviabiliza o desenvolvimento de alguns municípios da região, entre estes, o de Taquara, pois a sua produção está concentrada na produção de materiais que agregam pouco valor ao produto final (minerais, agrícolas, madeiras, têxteis e outros), e este tipo de emprego não é suficiente, para alavancar o crescimento de um município/região, por não demandar a utilização corrente de tecnologia em

sua cadeia produtiva. Desta forma e, com base em Rivero (2002), o município taquarense apresenta destaque em receitas que geram pouco valor agregado, o qual é um fator limitante para o desenvolvimento do município.

Mas, quando analisada a Tabela 12, que se refere à taxa de crescimento do PIB, o município taquarense vem apresentando estabilidade em percentuais, contudo houve aumento em números absolutos nos últimos oito anos (Apêndice J). De uma forma geral, o estado apresentou uma leve redução no seu PIB em percentuais, enquanto a região vem apresentando uma estabilidade. Alguns municípios, como Igrejinha, Canoas, São Francisco de Paula e Nova Hartz apresentaram crescimento em seu PIB, tanto em números reais quanto percentuais, quando comparado ao ano de 2001. Já Taquara (conforme havia sido comentado), Gravataí, Parobé, Rolante, Três Coroas, Cachoeirinha, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Alvorada e Ivoti tiveram algumas pequenas oscilações percentuais, mas mantiveram-se na média, ao passo que municípios, como Araricá, Glorinha, Novo Hamburgo, Sapiranga, Santo Antônio da Patrulha, Campo Bom, Viamão, Dois Irmãos, Estância Velha e Sapucaia do Sul, apresentaram quedas percentuais na taxa do PIB de 2010, quando comparado ao PIB de 2001.

**Tabela 12 – Taxa de Crescimento Anual do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2001 a 2010 do Estado e da região**

Taxa de crescimento do PIB entre os anos de 2001-2010									
<b>Municípios</b>	2001-2002	2001-2003	2001-2004	2001-2005	2001-2006	2001-2007	2001-2008	2001-2009	2001-2010
Rio Grande do Sul	0,14	0,16	0,14	0,12	0,11	0,11	0,12	0,11	0,12
Região	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Taquara	0,09	0,09	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,11
Araricá	0,26	0,26	0,23	0,20	0,18	0,15	0,15	0,17	0,17
Glorinha	0,28	0,32	0,46	0,38	0,34	0,37	0,30	0,27	0,26
Gravataí	0,12	0,12	0,15	0,14	0,13	0,15	0,13	0,13	0,14
Novo Hamburgo	0,22	0,14	0,16	0,12	0,10	0,09	0,09	0,08	0,09
Parobé	0,03	0,02	0,02	0,03	0,01	0,03	0,02	0,03	0,06
Rolante	0,09	0,11	0,11	0,11	0,12	0,11	0,11	0,11	0,12
Sapiranga	0,14	0,11	0,11	0,08	0,07	0,07	0,08	0,08	0,10
Santo Antônio da Patrulha	0,19	0,19	0,15	0,12	0,11	0,12	0,13	0,13	0,14
Igrejinha	0,02	0,02	0,09	0,11	0,09	0,09	0,11	0,11	0,13
Três Coroas	0,00	0,09	0,11	0,10	0,08	0,08	0,08	0,10	0,12
São Francisco de Paula	0,11	0,10	0,14	0,14	0,13	0,12	0,13	0,14	0,13
Cachoeirinha	0,15	0,18	0,19	0,15	0,13	0,13	0,13	0,14	0,16
Campo Bom	0,08	0,07	0,10	0,08	0,06	0,05	0,05	0,05	0,07
Canoas	0,01	0,12	0,14	0,11	0,10	0,11	0,14	0,14	0,12
Esteio	0,16	0,15	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11	0,10	0,11
Porto Alegre	0,15	0,11	0,10	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10
São Leopoldo	0,10	0,13	0,13	0,11	0,10	0,10	0,10	0,10	0,12
Viamão	0,21	0,19	0,17	0,15	0,13	0,12	0,12	0,12	0,13
Alvorada	0,19	0,14	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13
Dois Irmãos	0,18	0,12	0,12	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07	0,09
Estância Velha	0,17	0,16	0,11	0,08	0,07	0,06	0,07	0,07	0,10
Ivoti	0,03	0,06	0,15	0,07	0,05	0,05	0,07	0,06	0,08
Nova Hartz	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08	0,09	0,11
Sapucaia do Sul	0,11	0,13	0,15	0,13	0,09	0,09	0,08	0,08	0,11

Fonte: Eullaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

De acordo com o IBGE (2010), para se entender essas diferenças entre as Tabelas 10 e 12, é importante observar o conceito do PIB<sup>11</sup>, que consiste na soma de toda a riqueza gerada de cada setor, excluindo todos os gastos gerados em outros setores. Em outras palavras, a formação do PIB é constituída da soma de todos os produtos finais no âmbito dos municípios analisados, não se levando em conta a produção de bens intermediários. Assim, a riqueza, gerada em um município, pode estar calcada na produção de bens primários ou intermediário, o que faz com que o referido município tenha aumento no seu VAB total (que é a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtidas pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades) e não, na produção de bens finais, ou seja, no seu PIB. Desta forma, o município poderá apresentar aumento ou redução no seu VAB, mas não, necessariamente, aumentar ou reduzir o seu PIB.

Um exemplo do que se está dizendo aqui pode ser constatado no município de Glorinha, o qual apresentou um aumento em seu VAB total, isto é, na produção de produtos intermediários, mas vem mostrando uma queda no seu PIB, na produção de bens finais. Em Taquara, no entanto, observa-se uma queda nos últimos anos em seu VAB total, contudo o seu PIB vem se mantendo estável. Isto quer dizer que o município, em relação à região, está demandando cada vez mais produtos finais ao invés de bens de produção ou intermediários que não afetam o aumento do seu PIB. Esse fator explica o crescimento do setor de serviços (vide Gráfico 20), aspecto já comentado. Tal aumento pode ser observado no Apêndice B do QL e também nas respostas dos ex-prefeitos, ex-vereadores e gestores empresariais, os quais destacam que a base econômica do município é o comércio, ou seja, a comercialização de bens finais diretamente ao consumidor.

---

<sup>11</sup> Fórmula da composição do PIB. PIB= Consumo das Famílias + Consumo do Governo+ Formação Bruta de Capital Fixo + Exportação - Importação



## 5 A PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE TAQUARA

O presente capítulo procurou analisar, sob a ótica dos ex-gestores públicos, dos empresários taquarenses e dos secretários dos municípios da região, a percepção que eles têm sobre a forma como ocorreu e como está o processo de desenvolvimento de Taquara. Primeiramente, buscou-se evidenciar fatos passados que pudessem interferir na tomada de decisão no presente, e, para isto, observaram-se três óticas distintas, no entanto que estão diretamente inter-relacionadas: a) os ex-vereadores e ex-prefeitos; b) os empresários taquarenses, neste caso, os gestores das empresas que mais arrecadaram ICMS nos últimos anos; e c) os secretários da Pasta do Desenvolvimento dos municípios que compõem a região.

Com relação aos questionários enviados aos seis empresários taquarenses, duas empresas não foram pesquisadas, porque a gerente de uma delas não pôde responder o questionário, já que este tipo de informação vai contra as normas da empresa. A justificativa da empresa pode ser visualizada no *e-mail*, enviado por ela no dia 17 de outubro de 2012: “Em retorno a sua solicitação de resposta ao questionário enviado, agradecemos por selecionar nossa empresa para participar de seu estudo, mas a nossa política é de não abrir informações da empresa em trabalhos acadêmicos”. Salienta-se que, quando realizado o primeiro contato telefônico ou por *e-mail*, foi explicado que o pesquisador não divulgaria os dados tanto da empresa quanto do respondente. Da mesma forma, o gerente de uma segunda empresa nos relatou que o seu *e-mail* apresentava problemas, “às vezes, ele recebe e outras não”. Quando retornada a ligação para o gerente, ele nos disse que não a tinha recebido.

Por sua vez, as respostas dos questionários, enviados aos secretários municipais da região, do total de 24 municípios, apenas 14 secretários responderam a solicitação, porém ressalta-se que, embora estes que não nos tenham enviado o questionário respondido, novos contatos telefônicos foram realizados, bem como o reenvio do questionário. Ainda assim, não se obteve retorno. Cabe lembrar que o Secretário do Município de Taquara foi entrevistado, conforme pode ser constatado na metodologia do presente estudo.

Desta forma, para analisar e interpretar as entrevistas individuais, semiestruturadas em profundidade, bem como os questionários estruturados, o método utilizado foi a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009). Com isso, identificaram-se as seguintes categorias emergentes, isto é, aquelas que emergiram com maior destaque nas respostas dos entrevistados, são elas: i) emancipação; ii) políticas públicas; iii) implantação de um distrito

industrial; iv) localização geográfica; v) educação; vi) saúde; vii) mão de obra; viii) desenvolvimento de Taquara; e ix) diferencial competitivo.

Na primeira categoria “emancipação”, constatou-se, na entrevista com o Ex-vereador A, o motivo que o levou a votar pela emancipação do até então distrito de Parobé. Ele falou que tal município não recebia a atenção merecida pelos gestores públicos (atual e anteriores à sua emancipação) e que, no distrito, estava concentrada a maior parte das indústrias do município e, naturalmente, a de arrecadação de ICMS, porém que Parobé carecia de investimento em infraestruturas (estradas, escolas, postos de saúde, creches, etc.). Segundo o respondente, “era uma insatisfação geral por parte dos moradores e dos empresários do distrito de Parobé”. Ele lembrou-se ainda de que, nesse período, havia uma quantidade de novos municípios surgindo.

Indo ao encontro da afirmação do Ex-vereador A, a de que o distrito de Parobé concentrava a maior parte da arrecadação de ICMS do município, o Ex-vereador B nos assinalou que aproximadamente 50% das arrecadações do município de Taquara eram oriundas das empresas, localizadas neste distrito. Por sua vez, o Ex-vereador C nos expôs que o distrito de Parobé havia crescido tanto que Taquara não mais conseguia manter a sua independência. Além disso, destacou que não havia, segundo o Ex-prefeito na época, Tito Lívio Jaeger, como evitar a sua emancipação.

Percebeu-se, nas entrevistas com os ex-vereadores, um sentimento de perda, quando tiveram que optar pela emancipação do novo município. Para o Ex-vereador A, não foi fácil ter que votar pela emancipação, porém, em função do que estava acontecendo, não teve a menor dúvida em votar a favor da emancipação de município referido. Ele fez uma analogia da emancipação do município de Parobé com a família, assinalando que “o município mãe não pode explorar o seu filho, da mesma forma como um pai não pode explorar os seus”. O Ex-vereador B também afirmou que não foi fácil votar a favor da emancipação e se lembra do sentimento de perda que pairou sobre a sessão no momento em que ela foi aprovada. Mas corrobora com a ideia do Ex-vereador A, ao dizer que o distrito de Parobé sofria de carências políticas e sociais. Ainda, de acordo com o entrevistado, com a emancipação de Parobé e o crescimento do setor calçadista naquele período, Parobé iria absorver a mão de obra taquarense, eis que, até pouco tempo, era um só município. Contudo, isto não aconteceu, visto que Parobé passou a recrutar mão de obra de outros municípios, principalmente, das regiões das Missões, Planalto e de outros Estados. Esse fato já foi estudado na evolução histórica do município de Taquara, o que somente serviu para validar o que já havia sido exposto.

Por sua vez, o Ex-vereador A informou que a decisão de emancipar Parobé, quando remetida a longo prazo, poderia trazer problemas de desenvolvimento/crescimento para o município taquarense, na medida em que, em sua concepção, a perda de um polo ou parte de um território sempre é prejudicial para o desenvolvimento do todo. Entretanto, se a situação fosse a mesma nos dias atuais, ele teria votado da mesma forma, pois o seu voto, como o dos demais ex-vereadores que foram favoráveis à emancipação do município de Parobé, foi um protesto ao descaso dos gestores públicos com a comunidade e os empresários parobeenses. Em nenhum momento, esse ato pode ser interpretado como forma de oposição à atual Administração Pública, tanto é que o assunto sobre a emancipação de Parobé era algo que já se estava sendo comentando há algum tempo.

Na entrevista realizada com o Ex-prefeito 1, eleito em dois períodos distintos, entre 1977 a 1982 e 1997 a 2000, e que geria o município no momento em que ocorreu a emancipação de Parobé, aquele nos informou que um município, ao se emancipar de outro, pode, sim, se desestabilizar, mas que cabe aos seus gestores procurar soluções para sobreviver. Enfatizou ainda que um município, visando a se emancipar, precisa, primeiramente, preencher as condições legais e conseguir uma lei que o autorize a realizar um plebiscito. Em sua concepção, é muito mais fácil administrar um município pequeno do que um grande e que, com a divisão territorial, aumenta-se o corpo administrativo, e a participação nos tributos federais passa a ser de cada um. Para ele, não houve surpresa quanto à emancipação do município de Parobé, até mesmo porque outros já haviam se emancipado de Taquara, e o grande esforço pela atual Gestão Pública é o de fortalecer os laços de amizade e de negócios entre as duas comunidades, visto, mesmo após a emancipação, Parobé continuar utilizando os serviços públicos e privados de Taquara. Ainda, na concepção do Ex-prefeito 1, Taquara não ganhou nem perdeu com a emancipação de Parobé, o que aconteceu foi que, a partir daí, a primeira passou a ter uma renda e uma área menor, mas, em contrapartida, diminuiu as dificuldades a serem administradas. Além disso, destacou que o problema do município não ter apresentado uma dinâmica de desenvolvimento a longo prazo não se deve à emancipação de Parobé, mas, sim, à má administração municipal.

Segundo o Ex-prefeito 1, Parobé ganhou com a emancipação, já que passou a ter um corpo político de administração próprio. Começaram, assim, a participar nos tributos estaduais e federais e não ficaram mais em segundo plano na solução de seus problemas. Percebe-se, nesta afirmação, que o distrito de Parobé, realmente, estava em segundo plano nas soluções de problemas pelos ex-gestores públicos taquarenses, como citados pelos ex-

vereadores – havia descaso da gestão pública para com o distrito nas áreas da saúde, educação, telefonia e entre outras.

Já o Ex-prefeito 2 (1993 a 1996) não conseguiu vislumbrar qualquer espécie de ganho para o município taquarense nesse acontecimento, achou-o lamentável e, talvez, inevitável a médio e longo prazo. Ainda, para o Ex-prefeito:

a principal perda, certamente, foi a econômica. O município perdeu de um dia para outro em torno de 46% de sua receita, além do maquinário, todo o patrimônio existente na circunscrição da área emancipada, das maiores indústrias calçadistas da região naquele momento, tais como, Azaleia, Simpatia, Starsax, Hon Kong e outras. Também perdeu em torno de 30% da sua área territorial. E ainda, como recompensa, ficou responsável pelo pagamento dos aposentados e pensionistas moradores do novo município. Talvez, um dos fatores ainda mais preponderantes tenha sido o “ânimos” dos habitantes da cidade mãe. Passamos a admirar o crescimento e desenvolvimento da nova cidade e a menosprezar nosso marasmo e falta de definição para o futuro. Hoje, ainda, está bastante presente este sentimento de inferioridade nas questões de investimentos em infraestrutura que proporcione melhor qualidade de vida à população. O grande número de taquarenses empregados nas indústrias de Parobé poderia parecer ser um ganho, no entanto estes empregados vendiam sua energia, seu trabalho, sua mais valia, produzindo noutro município, gerando riquezas e proporcionando um maior retorno de tributos para o novo município e, pelo fato de residirem em Taquara, todo o ônus social continuou a cargo do Município mãe. Creches, educação, saúde, transporte, etc.

De acordo com o Ex-prefeito 3, a emancipação de Parobé nunca poderia ter ocorrido, em função de Taquara ter perdido o seu parque industrial, o que gerou uma grande perda para o município. Sobraram para os taquarenses, como fatores de geração de renda, o comercial e a prestação de serviços.

Nota-se aqui uma divergência entre as opiniões do Ex-prefeito 1 e as dos Ex-prefeitos 2 e 3, bem como a dos Ex-vereadores A, B e C, já que, na concepção do primeiro, com a emancipação de Parobé, Taquara não ganhou nem perdeu nada. Como enfatizam os demais entrevistados, Taquara perdeu estrutura e o seu distrito industrial, ou seja, a sua maior fonte de arrecadação de impostos. “Além disso, este fato causou uma baixa estima na população, pois os habitantes do município mãe passaram a admirar o novo município. Sem contar o ônus social que continuou sendo gerido pelo município mãe”. (EX-PREFEITO 2). Esta afirmação do Ex-prefeito 2, relacionada ao fato de os habitantes de Taquara passarem a admirar o novo município, se deve ao crescimento que este teve logo após a sua emancipação, pois, conforme relatam Costa e Passos (1987), nesse período, havia um crescimento no consumo e na produção de bens não duráveis (calçados) e, conseqüentemente, da sua produção. Esse crescimento também pode ser visualizado no Gráfico 14.

Quando questionados os secretários dos municípios da região sobre os impactos que uma emancipação pode ocasionar ao município “mãe”, foram unânimes, ao afirmarem que o

município “mãe” sai perdendo em todos os aspectos. Porém, o Secretário E informou que não sabe quanto nem por que isto acontece. Segundo ele:

é difícil de responder, pois, para mensurar valores, é necessário que seja realizado um estudo para cada caso e tipo de atividade das empresas que serão transferidas para o novo município, a área a ser desmembrada, a população, a produção primária, a situação das escolas e a população estudantil, entre outros fatores. Creio que, ao ocorrer a emancipação de um novo município, o município mãe perderá um determinado valor da sua receita, mas não conseguirá transferir na mesma proporção, todos os encargos e despesas que estão inseridos em sua estrutura em função das atividades que serão transferidas, especialmente com relação a despesas de pessoal.

Com base nas respostas dos Ex-veredores A, B e C, percebeu-se que os principais fatores que impulsionaram a emancipação do município de Parobé foram, primeiramente, o descaso com os empresários e a população daquela, residente daquele distrito, e a emancipação de parte de seu território ter gerado à população um certo desconforto. Além disso, na percepção dos ex-veredores, o município não conseguiu reagir à perda de seu principal distrito industrial, e Taquara passou a ser vista como um município comercial e não mais, industrial.

Em relação à categoria “políticas públicas”, observou-se que o Ex-vereador B, no início da entrevista, teve que pensar muito para lembrar se havia votado a favor ou contra a emancipação do município, o que não aconteceu com os Ex-veredores A e C, que prontamente manifestaram o seu voto a favor ou contra a emancipação. Percebeu-se que, após um período de reflexão, o Ex-vereador B informou que seu voto pela emancipação do município ocorreu mais pela amizade que tinha com o então vereador José Alexandre Haack e pelo seu interesse, caso o distrito se emancipasse, em concorrer a prefeito, bem como pela pressão que os empresários e a população do distrito de Parobé estavam fazendo, do que, propriamente, pelo seu entendimento acerca dos benefícios que a emancipação geraria a ambas as partes. Assinalou que, em hipótese alguma, foi realizado algum estudo, para mensurar o impacto que essa ruptura poderia ocasionar no desenvolvimento de longo prazo de Taquara, com a emancipação de Parobé naquele momento.

Cigolini (2009), após realizar estudos sobre autores que abordaram a questão da emancipação municipal, constatou que existem dois grupos de pesquisadores, um que explica o porquê das emancipações, e o outro que busca mostrar as consequências dela. O primeiro demonstra que as causas podem estar relacionadas: às características territoriais locais; à presença ou não de atividades econômicas; à pobreza local; à urbanização ou capacidade organizativa dos grupos; às estratégias políticas que, através da emancipação, buscam ganhar

representatividade política ou formar áreas de influência, para obter vantagens econômicas e eleitorais; ao descaso da gestão administrativa; e à ausência de serviços públicos, entre outros. Por sua vez, o segundo grupo aborda as consequências da emancipação, e, entre estas, estão: o fortalecimento de políticas descentralizadoras; o estímulo ao fortalecimento da cidadania; o incremento da renda local, com sensíveis avanços na qualidade de vida dos habitantes; e o desperdício de recursos públicos, os quais ocorrem por meio da criação de novas estruturas e cargos públicos (prefeito, vereadores, secretários). Sendo assim, nota-se a relação existente entre a teoria abordada por Cigolini (2009) com o que ocorreu com o município taquarense, no qual se observa o descaso dos gestores públicos, a falta de serviços públicos, os quais foram comentados pelos Ex-vereadores A, B e C, bem como a estratégia política, comentada pelo ex-vereador B, cujo colega de bancada, José Alexandre Haack, tinha interesse em concorrer ao cargo de prefeito pelo novo município. Nesse último, a estratégia política vai ao encontro do que aconteceu posteriormente, pois o distrito foi emancipado, e o primeiro prefeito de Parobé foi o então ex-vereador de Taquara, José Alexandre Haack, que teve o seu mandato por dois períodos sequentes, 1982 a 1986 e 1987 a 1991.

Quanto à categoria “implantação de um distrito industrial”, constatou-se que, para todos os entrevistados, a principal característica do município taquarense é ser mais um polo comercial e não industrial, porém todos afirmaram que, para que o desenvolvimento de Taquara ocorra, é necessário que este volte os seus esforços à criação de um distrito industrial e ofereça todas as infraestruturas necessárias à operação das empresas que vierem a se instalar no distrito. Para o Ex-vereador C, o crescimento de Taquara ocorrerá no momento em que o município desenvolver uma área industrial e oferecer condições de instalações para grandes empresas. Verifica-se, portanto, no relato de todos os ex-vereadores, a crença deste de que o município somente conseguirá se desenvolver, se ela verticalizar o seu território, implementando, através de redes técnicas e organizacionais, um relacionamento mais profundo com outros territórios, atraindo, assim, empresas externas que quebrem a hegemonia que está instalada, como é o caso do comércio (SANTOS, 1990). Na concepção de Santos (2002), a rede pode ser considerada toda a infraestrutura que permita o transporte de matérias-primas, energia e/ou informação em um território e se caracterize pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, bem como pelos seus arcos de transmissão, os seus nós de bifurcação ou de comunicação. Conforme a teoria, os ex-vereadores também devem considerar as redes de cooperação, ou seja, se elas são horizontais e se formam por meio das

micro, pequenas e médias empresas, através das conveniências informais, sem contratos diretos, podendo se direcionar até os níveis formais (BALESTRIN, 2005).

Neste sentido, o Ex-vereador F também relata a importância em atrair empresas para o desenvolvimento do município, mas informa que este deve também valorizar as empresas de seu município e não somente as de fora. “Pois seria uma injustiça Taquara investir na atração de empresas e não valorizar as que já estão aqui instaladas gerando emprego e impostos para o município”. No relato do ex-vereador, nota-se que ele é a favor da verticalização, ou seja, da atração de empresas externas, como força centrífuga para desenvolver o município de Taquara. Porém, acredita que o investimento horizontal, isto é, nas empresas já instaladas no município, também deva ser realizado como forma de valorizar as empresas taquarenses.

De forma geral, os ex-vereadores e os ex-prefeitos mostraram ser necessário que o município desenvolva um distrito industrial, que possa concentrar as empresas que aqui pretendem se instalar, possua todas as infraestruturas necessárias, para atrair empresas que invistam em produção “limpa”, ou seja, sem prejudicar o meio ambiente.

Percebeu-se que todos os entrevistados sabem da importância de um distrito industrial para o crescimento/desenvolvimento do município de Taquara, mesmo que tal importância tenha ganhado maiores dimensões após a emancipação de Parobé. Entretanto, verificou-se que os ex-vereadores e ex-prefeitos estavam ansiosos por desenvolver um distrito industrial com a aquisição de terras e o oferecer toda infraestrutura necessária para a atração de empresas que irão formar este “**distrito industrial**”<sup>12</sup>. Observou-se, todavia, nas obras de Marshall (1982), Lins (2001), Becattini (1989) e outros autores, que o fato de atrair empresas para uma área de geográfica não significa que irá se formar um distrito industrial e que, para o município implantar ou mesmo replantar um distrito industrial, como aconteceu em Parobé antes da sua emancipação, é fundamental que as empresas tenham alguma ligação com Taquara. Como constatado, é necessário que as empresas sejam competitivas, mas que haja cooperação entre elas, apresentem afinidades socioculturais e produtivas, divisão de trabalho, trocas de informações, entre outras características. É preciso não se esquecer de que, geralmente, os distritos industriais são formados por MPME e, em alguns casos, por grandes. Notou-se ainda que os entrevistados estão mais voltados para a criação de um parque industrial e não, para a formação de um distrito industrial, pois não se importam com o tamanho e a especialização das empresas, desde que sejam organizações de produções “limpas”, que gerem emprego, renda e impostos.

---

<sup>12</sup> Grifo nosso

Na categoria “localização geográfica”, todos os entrevistados afirmaram que ela é ótima, visto que Taquara tem ligação com diversos municípios, contudo o grande problema deste município está em sua má Gestão Pública. O Ex-vereador D, por exemplo, faz uma relação entre a localização geográfica e a má condução da gestão pública nessa área, ao afirmar que “Taquara apresenta uma forte estrutura rodoviária, com ligações entre a Serra, o Litoral e a Capital. Os pontos estratégicos geográficos são um diferencial a ser explorado pelos gestores, que até o dado momento ainda não tiraram proveito”. Contribuindo com a afirmação do Ex-vereador D, o ex-vereador C afirma que “Taquara apresenta uma ótima localização geográfica, porém, pouco explorada pelo órgão público ou por investidores externos”. Para o Empresário A, o município apresenta um bom acesso com os demais municípios e a capital, e o que poderia melhorar o seu acesso, em alguns casos, seria a duplicação das rodovias para escoamento da sua produção. Santos (2003) comenta sobre importância da localização geográfica e da estrutura de interligação entre as redes, os territórios e as cidades e, através das redes, é possível criar ou reforçar a interdependência entre os lugares, pois somente deste forma o território irá conseguir formar um sistema. Ainda, para o autor, por meio da fluidez das informações, é que são criadas as redes técnicas, as quais darão o suporte necessário para a competitividade.

No quesito “educação”, os Ex-vereadores D, E e F relataram que, com a instalação da FACCAT e do Cimol (escola técnica), Taquara se tornou um polo educacional e deve continuar avançando nesta área, entretanto, em proporções menores, se compara à Santa Maria. Para os ex-vereadores, o potencial de Taquara, na categoria “educação”, é muito forte, e o diferencial que o município apresenta em relação aos demais está na qualidade de ensino ofertado tanto à sua população quanto à dos demais municípios.

Neste sentido, para o Ex-prefeito 3, o principal diferencial de Taquara é, sem dúvida, a educação, pois possui excelentes escolas em nível médio, técnico e superior. Observou-se que, segundo os dois últimos Ex-prefeitos, 2 e 3, as instituições de ensino são os grandes diferenciais que o município apresenta em relação à região. Esta constatação feita pelos últimos respondentes somente serviu para confirmar o que havia sido informado nas entrevistas com os ex-vereadores e os empresários, eis que Taquara tem, como principal diferencial em relação aos demais municípios, as instituições de ensino.

Com relação à categoria “saúde”, o Ex-prefeito 2 afirmou que o município taquarense se destaca neste quesito, por possuir a sede da Unimed Encosta da Serra, o que colabora para ser este um ponto de referência na área da saúde, já que o município chegou a ter três



hospitais, e, em determinado momento, todos eles haviam sido fechados. Atualmente, só o Hospital Bom Jesus está em funcionamento. Salienta-se que, em nenhum momento, o Ex-prefeito mencionou o município como referência em saúde, apenas, a sede da Unimed. O Ex-vereador, nesta mesma perspectiva, relatou o descaso do município no quesito “saúde”, afirmando que houve um período em que não havia nenhum hospital, apenas postos de saúde no município e que, quando alguém precisava de recursos mais especializados nesta área, era encaminhado para os hospitais da região ou da capital. Sendo assim, percebe-se que tanto para o empresário A quanto para o B o investimento em saúde é de fundamental importância, mas enfatizam o descaso da Gestão Pública neste quesito.

No tocante à categoria “mão de obra”, os Ex-vereadores D, E e F acreditam que ela é formada nas escolas e na faculdade de Taquara e pode ser um diferencial no momento em que uma empresa optar por escolher um município da região para instalar a sua unidade. Na concepção do Empresário B:

em geral, a mão de obra taquarense é bastante escassa nos níveis operacionais/profissionalizantes: auxiliares de produção, operadores de máquinas, inspetor de qualidade, almoxarife. Embora os auxiliares de produção não requeiram nenhuma qualificação técnica, grande parte (em torno de 80%) demonstram-se sem comprometimento/responsabilidade, elevando os índices de absenteísmo e, conseqüentemente, de rotatividade, o que não acontece com os demais cargos. Embora a CTPS evidencie este comportamento de troca constante de emprego, devido à falta de escolha, acabamos contratando. Em torno de 10% dos interessados às vagas operacionais são analfabetos ou estudaram até a 2ª série, 35% possuem Ensino Fundamental Incompleto, 40% possuem Ensino Médio Incompleto/andamento e 15% Ensino Médio concluído. Na área técnica, dependendo do cargo (Mecânica, por exemplo), a quantidade de candidatos é escassa, e os poucos que aparecem são: 1) sem formação e muita experiência, ou 2) com formação técnica e nenhuma experiência. Ainda, na área técnica, para cargos administrativos/contábil tem bastante gente capacitada e a procura por vagas é muito grande. Chegamos a ter 40 currículos em uma vaga para faturamento, desde profissionais em início de carreira até com graduação completa. Os técnicos capacitados tendem a exigir salários altos, quando comparados com profissionais formados na graduação. Continuam sendo supervalorizados pelo mercado. A demanda por profissionais com graduação continua sendo pequena, dificultando a inserção no mercado de trabalho.

Por sua vez, o Empresário D afirmou que “os funcionários não sabem esperar, eles querem entrar na empresa hoje e se tornarem ou ganharem como um gerente amanhã, e o pior é que não querem se qualificar, acham que a experiência e o conhecimento serão adquiridos de um dia para o outro”.

Aqui, percebe-se um fator limitante para as indústrias taquarenses, ou seja, a mão de obra, em nível operacional, além de ser escassa, ainda sofre com a falta de qualificação/profissionalização e ainda com a necessidade de um crescimento rápido. Esse último relato pode estar associado às características das gerações existentes, *Baby Boomers*, X

e Y, que estão atuando dentro das organizações. A geração Y, segundo Oliveira (2011), compreende os nascidos entre 1980 a 1995, são considerados jovens trabalhadores, pouco preconceituosos, porém, comunicativos e ambiciosos, são como a *Internet*, que não têm limites, precisam sempre de novos desafios, autoconfiantes em excesso e ansiosos, querem o crescimento profissional rápido demais, e as empresas correm o risco de não conseguir reter esses talentos, pois não eles se apegam a elas.

Outro fator que pode contribuir para que haja dificuldade na retenção da mão de obra das empresas taquarenses, possivelmente, está relacionado ao trabalho monótono e repetitivo ofertado pelas empresas, no qual não se exige elevado grau de conhecimento, mas, somente de repetição (homem visto como máquina). Esse tipo de trabalho repetitivo é muito comum em empresas que atuam na produção em linhas, já que apresentam estruturas centralizadas, que dificultam, em parte, a projeção do colaborador para alcançar cargos em níveis táticos.

No que concerne aos cargos táticos (como observado na afirmação do Empresário B, quando este disse que recebeu 40 currículos para uma vaga de faturamento), o município apresenta uma elevada quantidade de mão de obra, e este fator pode ser explicado em função de haver nele uma Instituição de Ensino Superior (FACCAT), o que facilita o ingresso das pessoas no nível superior. Salienta-se, no entanto, que as empresas que ali estão instaladas não absorvem toda a oferta destes profissionais, o que, muitas vezes, pode se explicar a sua saída de Taquara para outras regiões. Como já referenciado anteriormente, se um município não oferece condições de uma melhor qualidade de vida e se entende como fator de qualidade de vida a oportunidade de empregos, nota-se, assim, uma saída desta massa de trabalhadores para outras localidades. Tal afirmação também foi relatada por alguns ex-vereadores e ex-prefeitos, ao informarem que muitas pessoas que residem no município ofertam a sua mão de obra em outros municípios da região.

Percebeu-se igualmente, na Tabela 2, a evolução percentual do crescimento populacional dos municípios, ou seja, que Taquara cresceu 3,47% entre os anos de 2000 a 2010. Nossos dados, entretanto, não dão margem para se afirmar que esse aumento populacional se deu devido ao ingresso de novos trabalhadores qualificados ao mercado ou se ao ingresso de mão de obra desqualificada, pois, como percebido nos relatos dos empresários, o município carece de mão de obra, e esta carência pode ser considerada um atrativo. Tudo nos leva a crer que o município apresenta tendências para atrair mão de obra desqualificada, provavelmente, em função do perfil das vagas que são ofertadas nas empresas instaladas no

município (calçadista, química, comércio em geral e outras), que não necessitam de especialistas, para realizarem as suas tarefas em nível operacional.

Os secretários dos municípios analisados percebem também que existe carência de mão de obra mais qualificada em seus respectivos municípios. Tanto que, para o Secretário 3, “o problema não está na quantidade, mas, sim, na qualidade destes profissionais e que, para amenizar este fato, existe uma parceria entre o próprio Sindicato das Indústrias de Calçados, com o apoio da Prefeitura Municipal, para formação de sapateiros”. Percebe-se que o município, ao notar que a mão de obra ofertada não estava qualificada para trabalhar no setor calçadista, se dispôs a oferecer curso de qualificação em conjunto com o sindicato da categoria.

Em relação à mão de obra taquarense, notou-se, nas respostas dos secretários, que o problema não deve ser diferente, já que muitos dos moradores de Taquara trabalham em empresas da região. Verifica-se que os municípios não sofrem com a quantidade de mão de obra disponível, mas, sim, com a sua qualificação que, pelo visto, é um mal a ser tratado. Como constatado anteriormente na entrevista com os empresários, os secretários também apontaram o mesmo problema. A ideia do Secretário 6 vai ao encontro a de todos os respondentes, ou seja, “que a mão de obra existe em quantidade satisfatória, porém a qualidade da mesma fica a desejar”. Na visão dos empresários, este fato não ocorre somente em Taquara, mas, sim, na região.

Por sua vez, houve resistência por parte dos empresários em nos informar o número de funcionários absorvidos nas empresas taquarenses, visto que somente dois deles forneceram os dados na íntegra. O Empresário A relatou que, nos anos de 2008 a 2010, o número de funcionários era de 108, 120 e 110, respectivamente; já o empresário B, que, nos anos de 2008 a 2010, a empresa contava com um corpo funcional de 66, 68 e 92. Constata-se que não houve um crescimento uniforme de funcionários, mas que, no ano de 2009, ambos contrataram mais. Isso, segundo os empresários, foi o resultado do aceleramento da economia nesse respectivo ano.

No que tange à categoria “desenvolvimento de Taquara”, quando questionado se o município havia se desenvolvido tanto quanto Parobé, o Ex-vereador A sugeriu que:

Não. Acredito que isto se deva à emancipação do município, pois, como já comentado, não é fácil ter que abrir mão de pessoas e empresas, mas que, analisando bem, isso só demonstra que havia descaso com o distrito, pois, se hoje eles estão melhores do que antes, é sinal que Taquara prejudicava Parobé e não havia uma troca mútua de benefícios.

Nota-se, no relato do Ex-vereador A, que o distrito de Parobé estava relegado ao descaso dos gestores públicos e a sua emancipação era algo inevitável, ainda mais quando analisado os fatores “socioeconômico” e “estrutural” do distrito parobeense naquele momento. Segundo o Ex-vereador B, “Taquara, após a perda de Parobé, nunca mais conseguiu se estabilizar. As perdas das indústrias que estavam em Parobé são sentidas até hoje. Taquara nunca conseguiu ser um município industrial e atualmente apresenta um espírito comercial”.

Tanto o Ex-vereador D quanto o E foram bastante enfáticos, ao afirmarem que o município de Taquara “não conseguiu se desenvolver tanto quanto os outros municípios da região (Figura 1)”. Para o Ex-vereador D, “Taquara é o pior dos municípios da região é só olhar para a renda per capita da população taquarense, isso que Taquara oferta mão de obra para os municípios vizinhos”. O Ex-vereador E também enfatiza que o município não se desenvolveu como deveria, entretanto ele está bastante otimista com futuro de Taquara, ao acreditar que o seu desenvolvimento “é uma questão de tempo, pois os projetos que estão sendo realizados são para que ela consiga crescer sustentavelmente, atraindo novas empresas e pagando salários melhores”.

Para o Ex-prefeito 1, nos últimos 30 anos, várias mudanças ocorreram no município, mas que este ainda mantém a sua importância no cenário político estadual. Quando a região está em crise, Taquara é a que menos sofre, porque apresenta uma economia sólida e diversificada, por sua economia ser composta de pequenos estabelecimentos industriais, muito comércio, extração de pedras e forte economia agrícola. Ele acredita que, pelos problemas administrativos de Taquara, os outros municípios da região possam ter tido um desenvolvimento maior em algumas áreas. O Ex-prefeito 2 nos informou que:

Não. Ao que me parece ser natural a princípio. São movimentos contrários. Um animado, empolgado pela emancipação, o outro choroso pelas perdas, não retoma a busca de investimentos em um novo parque industrial, como único ou principal meio de geração de emprego e renda com a celeridade necessária. Parece paradoxal, mas admito que não crescemos em geração de emprego e renda e infraestrutura social, tanto quanto os demais municípios da região, no entanto crescemos mais que qualquer outro município vizinho em investimentos na construção civil e no crescimento arquitetônico da cidade. Não crescemos no melhoramento das vias de circulação, com raras exceções, mas crescemos como cidade em expansão da urbanização. Nosso maior ganho, nossa maior conquista neste período foi a FACCAT. Apoio indispensável para o crescimento de toda a região.

A afirmação do Ex-prefeito 3 vai ao encontro da afirmação do Ex-prefeito 2, a de que Taquara não se desenvolveu tanto quanto os demais municípios da região, “ao contrário, reduziu por um bom tempo”. Na concepção do Ex-prefeito 3, o município taquarense é um

dos maiores exportadores de serviços da região, porém apresenta poucas indústrias e, para ele, o principal problema para o não desenvolvimento do município está na cultura do povo taquarense, na medida em que não conseguiu perceber, em seu mandato, o envolvimento e a união do povo taquarense nas questões de tomada de decisão e participação social. Em sua opinião, para haver o desenvolvimento no município, é crucial que se mude a cultura da população no quesito “envolvimento nos interesses comunitários”. Para o Ex-prefeito 1, Taquara apresenta um perfil igual aos outros e a sua economia é reforçada pelos municípios ao seu redor, não havendo um diferencial substancial entre eles.

Quanto aos principais atrativos que um município pode oferecer para as novas empresas, estes podem ser o oferecimento de áreas, o pagamento de aluguéis, a redução de IPTU e muitos outros que devem ser estudadas em cada caso. Esses mesmos benefícios, ofertados para atrair as empresas no primeiro mandato do Ex-prefeito 1, são, na concepção do Ex-vereador F, utilizados ainda hoje como a principal estratégia, para atrair e reter as empresas:

com a falência de algumas empresas no passado, Taquara tem alguns prédios vazios, e a prefeitura está alocando as empresas que queiram se instalar aqui. O município subsidiará o aluguel. Já às empresas que estão instaladas a prefeitura estão isentando do IPTU, é uma forma de valorizar as empresas taquarenses e não somente as de fora.

O Ex-prefeito 2 percebe o desenvolvimento de Taquara ainda retraído e assinala que “temos um comércio forte, no entanto, neste setor, ocorre uma troca de moeda. Como grande parte do comércio é de empresas com matriz de outras regiões, os valores arrecadados aqui vão para investimentos em outros lugares, com raras exceções.”. Verifica-se que a afirmação deste Ex-prefeito corrobora com a afirmação de todos os ex-vereadores entrevistados e a do Ex-prefeito 3. Ele acredita que Taquara não se desenvolveu tanto quanto os outros municípios analisados, divergindo da opinião do Ex-prefeito 1, o qual acredita que o desenvolvimento de Taquara se deu igual ao dos outros.

Conforme o Ex-prefeito 3, é necessário que o município invista mais nos pequenos empresários e divulgue os pontos fortes daquele, como forma de atrair empresas, visto Taquara ter, como diferencial, a educação e a sua posição geográfica. Ele se encontra no centro de uma região calçadista e deve tirar proveito dessa situação. Tanto o Ex-prefeito 2 quanto o 3 afirmam que parte da população taquarense apenas tem a sua residência no município e trabalha em outros, sendo todo o ônus dos gastos com infraestrutura (creches, hospital, educação e outros) a cargo do município. Assim, se o município investir mais nos

MPME, as pessoas não mais precisarão ofertar a sua mão de obra em outros, e isto fará com que aumente a arrecadação de impostos direta e indiretamente, podendo ocasionar o seu desenvolvimento.

O Empresário B destaca o fato, nos últimos anos de não ter havido grandes mudanças em Taquara, mas informou a reforma da praça, a mudança do camelódromo para a antiga rodoviária, a retomada dos serviços prestados pelo hospital (que este estava inoperante) e a aquisição de uma área de terra pelo município para instalação de um parque industrial. Porém, segundo ele, a aquisição de uma área para a instalação de um parque industrial já havia sido feita anos atrás, contudo a referida iniciativa não logrou êxito, já que tal área tornou-se um bairro residencial, atualmente, conhecido como “bairro-empresa”. Também, na concepção dos empresários, não houve nenhum projeto que impactasse no desenvolvimento do município e a aquisição desse lote de terras para instalação do parque industrial é até hoje uma incógnita. Salientou também que os principais meios de transporte para escoamento das mercadorias produzidas e de ingressos no município continuam sendo o transporte rodoviário, o qual, muitas vezes, serve como um meio intermediário até o porto de Rio Grande.

Em relação ao aproveitamento das oportunidades, surgidas ao longo do tempo no município de Taquara, os empresários não conseguiram nos afirmar, com certeza, se este houve ou não, porque algumas repostas condicionaram-se apenas à atual administração, o que fugiu do objetivo da pergunta. Entretanto, o Secretário do Desenvolvimento do Município 8 informou que conhece bem o município de Taquara, contudo este não aproveitou nem 30% do que os municípios de Parobé, Igrejinha e Três Coroas aproveitaram “Taquara é a mesma nos últimos 30 anos”.

Com base no relato deste secretário, bem como dos ex-prefeitos de Taquara, fica evidenciada a estagnação do município quanto ao seu desenvolvimento, ainda mais quando comparado a alguns municípios limítrofes, citados por ele. Já o Secretário 3 nos relatou que o Poder Público taquarense apresenta muita vontade em buscar novas alternativas econômicas para a cidade, especialmente, na busca de novas empresas, porém eles não estão sendo bem sucedidos no alcance deste objetivo. Mais uma vez aqui, se identificou que, na concepção de alguns secretários, para haver o desenvolvimento de um município, é importante que ele consiga atrair novas empresas e retenha as que já estão ali instaladas. Em síntese, o fato de atrair empresas não é algo tão fácil, pois os mesmos incentivos que um município pode oferecer a uma empresa o outro também pode.

Para o Secretário 11, “os municípios da região tiveram um crescimento maior, porque apresentam um potencial industrial calçadista mais organizado”. Por sua vez, o Secretário 9 foi bem mais enfático, nos afirmando que:

o município taquarense não se desenvolveu da mesma forma que os demais. Percebo que os seus gestores se preocupam mais com ‘politicagem’ do que em fazer a própria “política” e que a perda de uma parte do município, ainda mais no caso de Parobé, que era onde estava concentrado seu polo industrial, foi realmente uma grande perda para o município, mas que, após 30 anos de separação, os gestores já deveriam ter se acostumado a isso e parado de se “lamuriar” e ter tomado alguma atitude que pudesse ocasionar uma melhor exploração de seu potencial.

Verifica-se, no relato do secretário, algo que já havia se identificado na entrevista com os ex-prefeitos, ou seja, que o município taquarense não conseguiu se desenvolver tanto quanto alguns da região, e a emancipação de Parobé foi uma grande perda para Taquara. Da mesma forma, pode-se confirmar a não aceitação por parte dos gestores públicos taquarenses da emancipação de Parobé. Conforme o Secretário 10, “Taquara, ainda sofre com a perda deste território e já está mais do que na hora de procurar novas alternativas para desenvolverem o município”.

Se este fato realmente aconteceu e, com base na entrevista com os ex-vereadores, a emancipação ocorreu exclusivamente pela vontade dos ex-prefeitos, pois, no momento em que houve a aprovação da constituição do município de Parobé pelos vereadores, eles alegaram que havia um descaso do município de Taquara com o até então distrito de Parobé.

Já, para o município taquarense se desenvolver, o Secretário 2 nos disse que “é importante que ele conheça a sua vocação e realize um estudo profundo do seu cenário econômico, buscando saber o que pensam os empreendedores da cidade e o que o poder público pode oferecer”. O pensamento desse secretário vai ao encontro do que relatou o Empresário A: “Seria bom, se existisse a troca de experiência, pois poderíamos contribuir à administração do município”. Comparando esse relato com o que disseram os Ex-prefeitos 2 e 3, constata-se que tanto estes dois ex-prefeitos quanto os empresários acreditam que o desenvolvimento do município ocorrerá, se houver uma maior interação e troca de conhecimento entre esses gestores. O Ex-prefeito 2 comenta ainda que é importante que a Gestão Pública chame as lideranças da cidade, a fim de contribuírem com sugestões, ideias e projetos, sem medo de perderem o seu espaço. Porém, percebe-se que isso não acontece, já que, como notado na entrevista dos empresários taquarenses, o município atua de forma isolada, visto que estes não são consultados sobre as decisões a serem tomadas em Taquara.

Os empresários também não souberam informar quais foram os principais investimentos em infraestrutura feitos pelo prefeito e ex-prefeitos, e a resposta pode também estar associada ao fato de os empresários não estarem interagindo com a Gestão Pública e vice-versa.

Na percepção de todos os ex-vereadores, o município taquarense não conseguiu se desenvolver como os demais da região, no entanto um dos fatores que possivelmente contribuiu para o desenvolvimento de Taquara está no fato de o município ser considerado um polo educacional.

Com relação à tecnologia empregada nas empresas, os empresários nos informaram que ela tem qualidade, mas sempre há o que melhorar, e a empregada pelos seus concorrentes diretos está no mesmo patamar da utilizada no município.

Quanto aos fornecedores, estes disseram que geralmente a matéria-prima vem de todas as partes do Brasil e, em alguns casos, é importada de outros países, em especial, dos EUA e China. Pode-se perceber, nesse quesito, que o município é um transformador de matéria-prima e não consegue suprir de material, de forma parcial, as empresas que mais arrecadam ICMS.

Quando os empresários foram questionados a respeito de onde estão os seus principais clientes, um deles respondeu que, no próprio município; o outro, na região do Vale do Paranhana; e os demais, no Brasil. No que se refere aos novos projetos que pretendem empreender, um deles nos relatou que é a construção de uma nova sede para ampliação da sua infraestrutura, outro assinalou que é o lançamento de novos produtos e um terceiro que é o aumento em seu *market share*.

Identificou-se, na região, a formação de rede, pois, como constatado em Crocco, Ruiz e Cavalcante (2002), as redes estão presentes em todas as esferas: política tecnológica e comercial, estabelecendo múltiplas conexões com meio social e o seu entorno. Tais redes possuem estrutura e formato próprio, tanto que é difícil que duas delas apresentem a mesma configuração.

Em relação ao que um município pode oferecer para atrair novos empreendimentos, houve uma centralidade nas respostas por parte dos secretários e empresários, tais como: infraestrutura; isenção fiscal; apoio às empresas já existentes; polo educacional; cursos profissionalizantes; bem como creches, para que as famílias possam deixar os seus filhos durante o trabalho, áreas de lazer, a fim de que eles possam desfrutá-lo nos fins de semana; e a lugares de diversão.



De acordo com Sachs (2002), Arend e Orłowski (2012), o desenvolvimento não acontece de uma hora para outra e, objetivando-se o desenvolvimento de um município/região, é preciso conhecer o sistema político, os valores, os padrões culturais e a organização espacial do local, sendo estes indissociáveis para que ocorra a elevação do nível de bem-estar e da justiça social em uma sociedade. Seguindo a mesma lógica, Santos (2002) comenta sobre os valores culturais, ao argumentar que, para se entender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de se voltar às costas não ao passado, mas, às categorias que ele nos legou.

Ao longo do estudo, observou-se ainda que o município também apresentou a categoria “diferencial competitivo” em relação aos demais municípios pesquisados. Segundo o Ex-prefeito 2, o município tem como diferencial: a Agência do INSS; a Exatoria Estadual; Receita Federal; uma importante rede de Lojas; a COOTAL, única na região capaz de transformar leite “*in natura*” em pó; e uma Subestação da CEEE, que garante o abastecimento de energia elétrica. Outro diferencial, na concepção dos ex-vereadores e ex-prefeitos, pode estar na qualificação da mão de obra formada pelas escolas do Ensino Médio, Técnico e Superior e também na vocação do município na prestação de serviços e comercial. O Secretário 6 informou que “o município é tradicional em suas lojas” e se lembra de quando era criança e ia, com seus pais, à “rua grande” fazer suas compras. A “rua grande” é a atual Júlio de Castilho, onde, até hoje, se concentram as principais atividades comerciais de Taquara. O município, em seu passado, era conhecido como um centro comercial dos municípios da região, todavia os tempos mudaram, e os empresários perceberam que, com o tempo, não são os clientes que vão às empresas, mas, sim, são elas que vão aos clientes. Pelas entrevistas, percebe-se que os seus respondentes estão cientes que Taquara foi um grande centro comercial, porém hoje está em decadência. Enfatiza-se também que as empresas varejistas de médio e grande porte não estão concentradas somente em Taquara, mas também, em todos os municípios da região analisada. Essa afirmação pode ser constatada na Tabela B do Apêndice que se refere ao Quociente Locacional dos municípios em estudo, no qual se observa que Taquara continua sendo especialista neste setor. Outro diferencial competitivo do município está em ele ser um polo educacional, e isto foi apontado por todos os entrevistados, principalmente, quando se menciona a FACCAT, comparando-o município com Santa Maria, mas, em proporções menores. No Quadro 7, está a síntese observada das categorias de análise sobre o desenvolvimento de Taquara.

Quadro 6: Síntese das categorias de análise sobre o desenvolvimento de Taquara - RS

		Síntese das categorias de análise sobre o desenvolvimento de Taquara-RS								
Entrevistados		Emancipação de Parobé	Políticas Públicas	Distrito Industrial	Localização Geográfica	Educação	Saúde	Mão de obra	Desenvol.	Diferencial Competitivo
Ex- Prefeitos	1	Não ganhou e Nem perdeu	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	NR	Não	Sim
	2	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	Regular	SQNO mas com QNT	Não	Sim
	3	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO mas com QNT	Não	Sim
Ex- Vereadores	A	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	NR	Não	Sim
	B	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	C	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	D	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO mas com QNT	Não	Sim
	E	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	Péssima	SQNO mas com QNT	Não	Sim
	F	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO mas com QNT	Não	Sim
Secretários dos municípios analisados	1	Prejudicou	Não soube avaliar	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	2	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO mas com QNT	Não	Sim
	3	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	4	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Boa	NO	SQNO	Não	Sim
	5	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Boa	NO	SQNO	Não	Sim
	6	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	7	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	8	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	9	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	NR	NO	SQNO	Não	Sim
	10	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	11	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	12	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	13	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	14	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim
	15	Prejudicou	Prejudicou	Importante	Ótima	Ótima	NO	SQNO	Não	Sim

continua...

<b>Empresários</b>	A	NO	Não sabe avaliar	Importante	Ótima	Ótima	Péssima	SQNO mas com QNT	Não	Sim
	B	NO	Não sabe avaliar	Importante	Ótima	Ótima	Péssima	SQNO mas com QNT	Não	Sim
	C	NO	Não sabe avaliar	Importante	Ótima	Ótima	Regular	SQNO	Não	Sim
	D	NO	Não sabe avaliar	Importante	Ótima	Ótima	Regular	SQNO	Não	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: Não Opinou (NO)

Emancipação de Parobé: Prejudicou, Não prejudicou, Não ganhou, Nem perdeu, Não soube avaliar.

Políticas Públicas: Prejudicou, Não Prejudicou, Não sabe Avaliar.

Distrito Industrial: Importante e Não importante.

Localização Geográfica: Ótima, Boa, Regular, Péssima.

Educação: Ótima, Boa, Regular, Péssima.

Saúde: Ótima, Boa, Regular, Péssima.

Mão de Obra: Qualificada em Nível Operacional (QNO), Sem Qualificação em Nível Operacional (SQNO),

Qualificada em Nível Tático (QNT), Sem Qualificação em Nível Tático (SQNT).

Desenvolvimento: Sim, Não.

Diferencial Competitivo: Sim, Não.

Outros aspectos, constatado, neste estudo, foram as relações de trocas existentes entre o município de Taquara e os demais municípios da região. Os secretários, de modo geral, informaram que a relação que existe é a natural de comércio e de troca de prestação de serviços. Nesse quesito, não houve relato de troca de produtos agropecuários e industriais. Já, no que concerne às parcerias existentes entre os municípios para o desenvolvimento regional, a resposta foi negativa, o que demonstra que estes agem de forma individualizada, algumas vezes, em função da diversidade entre os partidos que estão ocupando o poder ou pelo fato de os interesses entre os gestores dos municípios analisados não serem os mesmos. Para o Secretário 13, o assunto discutido, como forma de desenvolvimento regional, era a instalação de um hospital geral no município de Taquara, onde haveria uma participação financeira de outros municípios da região, com a finalidade de desafogar o fluxo de pessoas que procuram os serviços médicos da capital, mas este não se concretizou, por divergências de valores, em função do número de leitos destinados à população de cada município que participaria deste consórcio.

Com relação às respostas dos empresários, nenhum soube como avaliar a Gestão Pública e tampouco a participação dos vereadores, o que mostra certo descaso dos empresários quanto a este item, pois, como se sabe, eles também são formadores de opiniões.

Quando questionados sobre como os gestores públicos poderiam contribuir para a expansão dos seus negócios, o Empresário B afirmou que é por meio da “atração de mão de obra, educação básica para jovens e adultos, qualificação profissional e outros.”. Este fato está

principalmente centralizado na capacitação da mão de obra, eis que, como pode ser constatado na categoria “mão de obra”, existe carência deste profissional em nível operacional.

No que se refere ao que os empresários poderiam fazer para desenvolver o município de forma sustentável, o Empresário C mencionou que seria “uma usina de reciclagem, investimento em saúde pública, agência de empregos, infraestrutura, moradia e educação”. Semelhantes às respostas do empresário C, o D informou que o investimento seria “em educação, saúde e atrativos para a instalação de outras indústrias, não somente do ramo calçadista”. Nesse item, nota-se que existem pontos em comum entre todos os empresários que são: saúde e educação.

Na concepção do Empresário B, o papel fundamental dos gestores públicos está em “fomentar o desenvolvimento do município nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental”. Da mesma forma, os Empresários A e C relataram que os gestores devem se preocupar em oferecer uma política mais transparente, que beneficie tanto a população do seu município quanto da sua região, porque um município não existe isolado, e, para isso, é importante que haja investimento no nível socioeconômico e ambiental.

## **5.1 Constatações do desenvolvimento de Taquara com base na análise empírica à luz da teoria**

Para Sen (1999) ressalta que o conceito de desenvolvimento transcende a regulação da economia e se relaciona com a liberdade, a justiça, o equilíbrio e a redistribuição. Por sua vez, Veiga (2005), ressalta que o desenvolvimento se dá a partir das mudanças qualitativas-históricas-culturais, estruturais, sociais e ecológicas. Com base nos conceitos oriundos ao desenvolvimento/crescimento de uma localidade, a presente tese teve como objetivo geral, analisar a dinâmica de longo prazo e o desenvolvimento do município de Taquara e a sua relação com a região.

Para isso, buscou-se compreender um pouco mais sobre os fatores contribuintes para o desenvolvimento de um localidade/região e a relação existente entre estes. Segundo Sachs (2002), é importante se conhecer o sistema político, os valores, padrões culturais e a organização espacial de uma sociedade. Este conhecimento é importante para que não se crie conflitos entre os interesses políticos, culturais, ambientais com os da sociedade (AREND; ORLOWSKI, 2012). Outro fator que deve ser levado em conta é o território, pois este traduz a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e de poder e a complexidade entre os processos sociais e espaço geográfico (HAESBAERT, 2002).

O entendimento desta complexidade de fatores, foi importante para o entendimento das 7 perdas territoriais do município de Taquara ao longo de sua fundação. Para Souza (1995), os territórios podem tanto ser construídos como destruídos tanto em nível espacial quanto temporal. Silveira (2003) afirma que o território não apresenta uma dimensão espacial e temporal fixa e que esta pode variar de tamanho e de lugar.

Analisaram-se os planos políticos nacional e estadual entre os períodos de 1970 a 2010, pois como observado é importante que se conheça o sistema político que rege ou regu a localidade/região em que se está fazendo a análise. Constatou-se que tanto a política nacional quanto a estadual, apresentam poder de interferência no desenvolvimento/crescimento de um território e que é importante que os gestores alinhem suas estratégias com as políticas desta esfera. Segundo Oliveira e Lima (2003) cabem aos governos federais e estaduais a oferta de instrumentos que venham a suprir as deficiências locais e regionais através de incentivos ao associativismo e ao cooperativismo, da democratização de créditos para os micros e pequenos empreendedores e do fortalecimento de parcerias entre governos, universidades e setor privado. Para Diniz e Crocco (2006), o desenvolvimento de cada região é único e Perroux (1967) argumenta que competem as políticas econômicas e as políticas públicas o desenvolvimento técnico e humano e a integração entre as regiões ricas e pobres.

Foi analisado como se deu a formação do município de Taquara, bem como a sua estrutura produtiva e da região. Analisaram-se os principais indicadores (população, QL, IMI, PIB, VAB), procurando-se identificar em quais setores o município taquarense e a região apresenta especializações. Com base no QL, notou-se que as principais especializações do município no setor primário são a indústria extrativa mineral de pedras grês e o laticínio. O primeiro se dá pela geologia do município, e o segundo, pelas suas características fundiárias, sendo que mais da metade das propriedades apresentam menos de 10 hectares, e uma forma de renda fixa para os produtores rurais está na produção de leite. Santos (1999b) comenta sobre a importância da morfologia, do relevo, do clima e da estrutura para a formação e a compreensão da região e da complementaridade nas suas diversidades.

No que tange ao setor primário, observou-se que a produção nas lavouras temporárias do município é relativamente baixa nos produtos, cana de açúcar, mandioca e tomate, sendo estes os principais produtos desta lavoura. Por sua vez, nas lavouras temporárias, Taquara apresenta uma produção significativa de banana, de abacate, de caqui, de figo, de laranja e de tangerina. Nesse setor, constatou-se ainda que o município não apresentou especialização na

produção de maçãs, mas o cultivo desta cultura está sendo incentivado pela prefeitura, com o apoio da EMATER.

No setor secundário, e com base nos índices do QL, Taquara apresentou especialização na fabricação de calçados, nos produtos químicos, nas borrachas e nos materiais plásticos. A indústria calçadista e química está entre as seis empresas que mais arrecadaram ICMS para o município no período de 2008 a 2010. Já a de borracha e de materiais plásticos figurou entre as dez maiores do município nos anos de 2008 e 2009. Das empresas do setor secundário, instaladas no município, nenhuma delas apresenta utilização intensiva de tecnologia, apenas a necessária para o processamento de seus produtos.

No setor terciário, têm-se a previdência complementar e os planos de saúde. O primeiro, realizado pelo setor bancário, e o segundo, pela UNIMED que, conforme se constatou, possui a sua sede no município, e esta abrange os demais municípios da região, gerando, assim, ICMS para o município de Taquara.

Quanto ao VAB total, Taquara se posicionou em décimo quinto lugar em relação à região. Porém, da mesma forma que outros municípios da região, estes vêm apresentando queda no VAB total desde 1990. Por sua vez, o PIB vem se mantendo estável nos últimos anos, quando comparado ao ano base de 2001. Notou-se igualmente um aumento no consumo de bens finais e uma redução no consumo de bens de produção ou intermediários. Percebeu-se ainda que tanto o VAB agropecuário quanto o industrial e o de serviços do município vem apresentando queda desde 2005.

Com base nessas informações, constatou-se que houve aumento do PIB em valores reais, mas, em contrapartida, houve redução no VAB total e no ICMS. Esse fator pode ser explicado, pelo município apresentar algumas empresas, geralmente, de médio e grande porte, e, na sua maioria, filiais, sendo que a venda dos produtos ocorre pela matriz, que realiza, nas unidades instaladas no município, apenas o processo produtivo, gerando ICMS para o município no qual se encontra a empresa matriz. As filiais, contudo, geram empregos, e estas, acabam gerando a renda, que é revertida em compras de produtos nas empresas instaladas no município, o que acaba resultando em aumento no PIB. O fato exposto explica o motivo pelo qual o município está produzindo menos produtos considerados intermediários, pois estes são transferidos para outras unidades operacionais, sem que ocorra, na maioria das vezes, a operação de venda no município. Outro fator que explica a queda do VAB total e da arrecadação de ICMS é a perda de empresas por parte do município, que pode se dar através da falência ou de sua transferência para outro município ou Estado. Constatou-se que o

município apresenta tanto horizontalidades quanto verticalidades em suas empresas. As horizontalidades foram observadas nas empresas que apresentaram relações diretas com o município taquarense (indústria química e de alimentos). Estas são empresas fundadas no próprio município e apresentam relações com o território. Segundo Santos (1999a), as horizontalidades são as fábricas da produção propriamente dita. Estas horizontalidades são endógenas e centrípetas, apresentando relações com o próprio território. Por sua vez, o autor traz as verticalidades como exógenas e centrífugas. Notou-se que as indústrias calçadistas, de materiais plásticos, do setor de vestuários, são as que apresentam maior grau de verticalidades. São empresas consideradas filiais e não se constatou nenhum vínculo com o município ou região. As verticalidades sofrem o efeito das forças centrípetas das regiões mais avançadas (HIRSCHMAN, 1961). Para Diniz e Crocco (2006, p.21) “o potencial de uma região pode estar relacionado à sua posição geográfica [...] à experiência produtiva prévia, às lideranças empresariais, ao conhecimento acumulado, à existência de infraestrutura universitária e de pesquisa, ao mercado de trabalho [...]”. Estes autores ainda afirmam que, o potencial produtivo de uma localidade/região não é estático e que dependendo das mudanças tecnológicas que ocorrerem, estes podem ser alterados, principalmente com o ingresso de empresas verticalizadas.

Procurou-se saber a percepção dos atores locais sobre o desenvolvimento de Taquara. Para se compreender esta diversidade de fatores que influenciam no desenvolvimento/crescimento de um território/região, Para isso, verificou-se que as ações, realizadas pela Gestão Pública entre os anos de 1970 a 2010, não contribuíram para o desenvolvimento do município. Isto pode ser afirmado através das respostas dos ex-vereadores, ex-prefeitos, gestores empresariais e demais secretários dos municípios da região.

Inicialmente, constatou-se que a emancipação de Parobé ocorreu pela insatisfação da população residente naquele distrito e pelo descaso das Gestões Públicas anteriores às de 1980. Da mesma forma, os ex-vereadores afirmaram que o município de Taquara não se desenvolveu tanto quanto os demais da região, e o seu crescimento se deu aquém dos outros. Acreditam eles que seu desenvolvimento acontecerá, quando for criado, no município, um novo parque industrial, com toda a infraestrutura necessária para atrair novos empreendedores. Essa concentração de indústrias reflete em ganhos obtidos pelas firmas, que podem ser alcançados pela aglomeração de muitas indústrias similares, através de vínculos horizontais, verticais e multilaterais (LINS, 2001). Esta aglomeração de indústrias favorece a troca de informações, as inovações e os conhecimentos e são importantes para o

desenvolvimento socioeconômico regional (PIEKARSKI; TORKOMIAN, 2004). Por sua vez, North (1977) enfatiza que investimentos e melhorias na infraestrutura local favorecem o escoamento dos fluxos de bens, de serviços e de informações, o que acaba gerando novas economias externas.

Segundo os ex-prefeitos e ex-vereadores, o diferencial que Taquara tem apresentado em relação aos demais está na qualidade de ensino ofertado e que este fator pode ser um determinante na escolha da instalação de uma nova empresa no local. Se, e somente se, assim fosse, o município de Santa Maria deveria apresentar, além de um polo educacional, um polo industrial, e não é isto o que acontece ali. Porém, conforme pode ser constatado nos Apêndices AH e AI, os dados do IDEB e do ENEM, não confirmam esta qualidade de ensino ofertada pelo município, conforme foi salientado pelos ex-vereadores e ex-prefeitos. Pois as notas medidas pelo ENEM e IDEB dos alunos da rede pública e privada taquarense se equipara com as notas dos alunos dos demais municípios da região. O que se constatou foi que as escolas privadas apresentaram melhores notas no ENEM, quando comparada com as notas da rede públicas. Para Hilhorst (1973), uma indústria ao analisar a escolha de uma localidade para a instalação da sua planta fabril, leva em conta o custo da localização, cliente *versus* fornecedores. Entre estes custos também estão o de transporte, mão de obra, energia, custo de vida de determinada localidade e outros. E não somente a educação.

Conforme o Ex-prefeito 1, com a emancipação de Parobé, ficou mais fácil administrar Taquara, porque ficou com uma área, uma população e problemas menores. Ele também acredita que, quando ocorre alguma eventual crise, Taquara é a que menos sofre, se comparado aos demais municípios da região. Pode-se perceber, ao longo do estudo, que o município sofre tanto quanto os outros, já que as relações de troca entre o município taquarense com as da região são indissociáveis, ou seja, existe uma cadeia de valor, cujas variáveis não podem ser separadas e tampouco analisadas isoladamente.

Se observou que, dos 11 municípios que fazem divisa territorial com Taquara, 9 apresentaram especialização no setor coureiro-calçadista e quando existe crise neste setor, todos os municípios sofrem diretamente com ela. E as crises neste setor têm acontecido com frequência, pois este está relacionado a valorização do câmbio. Conforme informado por Castilho, Calandro e Campos (2010), a fabricação de produtos de borracha e de plásticos, de calçados e de artigos de couro, foi fortemente afetada pelo câmbio valorizado entre os anos de 1995 a 1998, bem como pelo ingresso destes produtos oriundos do mercado chinês, no



mercado brasileiro. Estes mesmos autores comentam que com a desvalorização do câmbio em janeiro de 1999, o setor coureiro-calçadista, voltou a apresentar crescimento.

Neste sentido, segundo Rivero (2002), para que o desenvolvimento de uma região aconteça, é primordial que ela deixe de lado a produção de produtos que apresentem baixo valor agregado, entre eles, a produção agrícola, as madeiras, os têxtil, os calçadista, entre outros. Caso ela não consiga se desvencilhar da produção destes produtos que apresentam baixo valor agregado, ela poderá incorrer no período espaço-tempo circular, que segundo Santos (2002), a sociedade tem a sensação de que a localidade está parada no tempo e que nada muda e se muda, é de forma tão lenta que as pessoas não conseguem perceber.

Por outro lado, na visão dos Ex-prefeitos 2 e 3, o município perdeu muito com a emancipação de Parobé, não se desenvolvendo tanto quanto os outros da região, principalmente, pelas perdas territoriais e das empresas que estavam ali instaladas. Para esses ex-prefeitos, um dos fatores que pode contribuir fortemente para o desenvolvimento do município taquarense é o envolvimento entre a Gestão Pública e a privada. Santos (2003) também comenta sobre a importância de envolver todos os atores locais para a obtenção do desenvolvimento. Porém, quando entrevistados os empresários taquarenses, percebeu-se que estes não são consultados quando o assunto se refere ao desenvolvimento do município e também desconhecem as ações públicas. Portanto, pode-se constatar, nas entrevistas com os ex-prefeitos, que o envolvimento dos empresários nas tomadas de decisão fica apenas no discurso e que, na Gestão Pública do município, estes não são consultados.

Procurou-se identificar quais foram as principais empresas arrecadoras de ICMS de Taquara, bem como o seu ramo de atuação, os mercados consumidores, os fornecedores, a percepção sobre a qualificação da mão de obra ofertada e a capacidade inovativa dessas empresas. Notou-se que a maior empregadora é a indústria calçadista e o comércio, sendo a primeira a responsável, em média, por 20,98% ao ano da arrecadação do ICMS no período entre 2008 a 2010.

Pelo fato de o município apresentar apenas algumas empresas de grande porte, como constatado nas empresas que mais arrecadam ICMS no município (setor calçadista, químico, alimentação, vestuário e distribuição de bebidas), duas delas são prestadoras de serviços e as outras geram o VAB total. Especificamente, o setor calçadista, de alimentos e o químico foram os que mais arrecadam ICMS para o município, com uma média de 29,94% da arrecadação de ICMS do município entre os anos de 2008 e 2010. Isso é explicado, pelo fato de as empresas de grande porte, demandarem um maior volume de mão de obra. Além disso,

percebeu-se que o principal mercado consumidor da indústria química e da indústria de processamento de alimentos é nacional. Já, as empresas varejistas de distribuição de bebidas e de alimentação possuem o mercado taquarense como principal consumidor.

Para a empresa de processamento de alimentos, as matérias-primas são oriundas de todo o Brasil. Assinala-se também que o empresário do setor químico relatou que, geralmente, a sua matéria-prima é importada dos EUA e da China. Da mesma forma, o empresário da indústria varejista de alimentos informou que os seus produtos são fabricados por diversas empresas nacionais e internacionais. Já o empresário da distribuidora de bebidas afirmou que os seus produtos são fabricados no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Também se percebeu que os funcionários, sob a ótica dos gestores empresariais, querem crescimento rápido, o que propicia, muitas vezes, o aumento do índice de rotatividade e absenteísmo nas empresas. Observou-se que o município, por ter uma faculdade e escolas técnicas, é formador de profissionais em nível tático, ou seja, em nível gerencial, contudo estas mesmas empresas têm dificuldade em absorver toda esta mão de obra disponível, indicando que ele é exportador de mão de obra qualificada em nível tático e importador de mão de obra com baixa qualificação em nível operacional, pois, como já observado no decorrer do presente estudo, o mesmo apresentou aumento populacional. Clemente (1994) explica que a urbanização desordenada ocasiona o subemprego e a pobreza, tendo o desenvolvimento industrial como a única forma de geração direta e indireta de empregos e que é de incumbência do estado ou município atrair investimentos industriais, o que muitas vezes acaba não gerando resultados, pois as empresas também podem alocar erroneamente a escolha locacional. Para Benko (1999), algumas empresas escolhem uma localização por apresentarem força de trabalho desvalorizada, com baixo custo de produção e que possam privilegiar as técnicas em que empreguem mão de obra não qualificada.

Além disso, enfatiza-se que os gestores empresariais relataram que Taquara apresenta uma ótima localização geográfica, visto encontrar-se próxima aos grandes centros consumidores como: Novo Hamburgo, Porto Alegre, Litoral e Serra Gaúcha, e o acesso rodoviário a estas localidades serem de boa qualidade. Esse fator é importante para que os empresários taquarenses consigam escoar a sua produção com um menor custo, tornando, assim, os seus produtos mais competitivos, já que carecem de mão de obra especializada no nível operacional. O fato de o município taquarense apresentar uma ótima localização geográfica está ligado não somente a fluidez ou movimento, mas também, à incorporação das relações sociais entre os diferentes espaços (HAESBAERT, 2002). Na concepção de Crocco,

Ruiz e Cavalcante (2008) a rede de cidades é um sistema integrado e hierarquizado que liga os pequenos conglomerados aos grandes centros, e que cada nó, apresenta uma característica específica. Ainda, na percepção dos gestores empresariais, o município taquarense não se desenvolveu nos últimos anos, assim como muitos outros da região, constatando-se, portanto, uma estagnação da região, decorrente da falta de especialização dos mais diversos setores avaliados e do não aproveitamento das suas redes. Para Dias (1995) o sucesso da fluidez, em muitos casos, deve-se à participação dos órgãos público e privados. Porter (1999) comenta que o desenvolvimento de um país está relacionado à adaptação da indústria em relação às novas tecnologias e inovações, da existência da rivalidade interna, de fornecedores agressivos e de clientes exigentes.

Também se observou a existência de grande individualismo na tomada de decisão tanto dos Gestores Públicos quanto privados, o que não tem colaborado para o desenvolvimento do município de Taquara. De acordo com os Gestores Públicos e privados, os fatores determinantes para que o desenvolvimento do município não ocorra são: a baixa qualificação da mão de obra; a importação de algumas matérias-primas da China, dos EUA e de outros estados e ou/regiões; a falta de comunicação entre Gestores Públicos e privados, para alinhar as estratégias públicas com as privadas, a fim de que possam se precaver contra eventuais ameaças externas ou aproveitar as oportunidades; número reduzido de indústrias em contraposição ao das prestadoras de serviço, que é elevado e, também, o comércio, que não agrega valor aos produtos.

Por fim, procurou-se identificar os principais mercados consumidores dos produtos agropecuários do município de Taquara. Através das entrevistas realizadas com os compradores dos supermercados, se identificou que a maioria dos agricultores taquarenses não possui estrutura produtiva, para ofertarem os seus produtos para os supermercados. Além disso, a Secretária do Sindicato Rural relatou que as propriedades taquarenses são geralmente de pequeno porte e que os agricultores, em geral, possuem uma idade avançada, o que dificulta a produção contínua de seus produtos. Para muitos deles, a produção é apenas o complemento da sua renda (aposentadoria) e preferem realizar a venda direta ao consumidor.

## 6 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como problema de pesquisa identificar os fatores que influenciaram na dinâmica de longo prazo e no desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara, com base no período de 1970 a 2010.

Para alcançar as repostas referidas ao problema proposta neste estudo, teve-se como objetivo geral a análise da dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento municipal, utilizando, como estudo de caso, a realidade de Taquara e a sua relação com a região.

Primeiramente, buscou-se realizar um estudo histórico do município, procurando entender o contexto do crescimento econômico, observado desde a década de 1970. Notou-se que, ao longo da sua constituição, Taquara cedeu parte de seu território para a formação de outros sete municípios. Além das perdas territoriais que afetaram o desenvolvimento do município, a política econômica nacional da década de 1980 foi um fator decisivo para a estagnação do mesmo, na medida em que o investimento no setor coureiro-calçadista, praticamente cessou neste período. Desta forma, as perdas do município não ficaram somente no territorial, mas também na redução da arrecadação do ICMS, no aumento da utilização dos serviços públicos (hospital, escolas, creches) por parte da população que após a emancipação, passou a pertencer a outro município e a redução no repasse dos impostos federais e estaduais.

Quanto aos planos de governos, federais, estaduais e municipais, cabe aos gestores públicos deste último, ficarem atentos às pautas de investimento das políticas públicas para os próximos investimentos dos governos e administrarem os seus municípios, indo ao encontro das políticas públicas maiores e não o inverso. Se os governos, tanto federal como estadual, não estiverem investindo no setor calçadista, não compensa ao município investir neste setor, através de isenção de impostos municipais, pagamento de aluguel ou qualquer outro tipo de ajuda aos empresários que nele atuam, pois, na primeira crise do segmento, haverá demissões em massa e novamente estará instalado o caos no município. É fundamental, portanto, que os gestores do município realinhem as suas diretrizes com os planos de governo, tirando, assim, o maior proveito possível delas.

Pode-se observar que o desenvolvimento de uma localidade está relacionado a um conjunto de fatores, mas que no caso específico de Taquara, esta investiu e ainda está propensa a continuar investindo em um setor que não está na pauta de prioridade das políticas públicas. Esse setor, além de não estar na pauta de prioridades do governo, também apresenta

baixo valor agregado em seu produto, o que acaba contribuindo para que não haja investimentos tecnológicos, e desta forma, tanto as indústrias quanto o município não conseguem criar diferenciais competitivos para seus produtos e mercados.

Também se observou que a região, por ter empresas que demandem uma significativa quantidade de mão de obra e por não exigirem especialização, acaba atraindo migrantes em busca de colocação profissional. Este processo também acontece com o município taquarense. Porém, também se verificou o processo inverso no município, que, por ter em seu território todo o ciclo educacional (primário, secundário, técnico e superior), o que não acontece com os demais municípios, que possuem em seu território somente o primário e o secundário, não consegue reter em seu território toda a mão de obra especializada que é formada ali, fazendo com que muito dos cidadãos taquarenses busquem colocação em outros municípios e ou estados. Observou-se que no município, não existem empresas que demandem toda a mão de obra formada e este é um fator que contribui para o não desenvolvimento do município.

Constatou-se ainda que Taquara não apresenta nenhuma indústria motriz que seja capaz de mobilizar o setor e atrair indústrias menores que apresentem alguma relação. Não consegue, assim, acumular e tampouco conquistar qualquer vantagem competitiva frente aos demais municípios. Como observado, a base econômica taquarense está alicerçada na indústria calçadista, química, alimentação, vestuário e distribuição de bebidas. E estas indústrias não necessitam de uso intensivo de tecnologia. Este é mais um empecilho no desenvolvimento do município.

Uma empresa, quando procura uma nova localidade para a sua instalação, observa qual localidade/região lhe oferecerá melhores condições de resultados. Dentre estas condições podem estar a qualificação da mão de obra ou o baixo valor do seu aluguel, o custo do transporte, da energia, os incentivos fiscais e todos os benefícios oferecidos pelo poder público e outros. Porém, para receber esta nova empresa é necessário que a localidade esteja organizada ou se organize para oferecer o devido suporte às empresas que estão ou pretendem ali se instalar, sendo necessário que haja um processo de políticas de industrialização e, da mesma forma, um conjunto de políticas públicas paralelas à urbanização. Será garantida, com isso, uma melhoria na infraestrutura, na comunicação e nos transportes, não ocasionando um estrangulamento ou gargalo no abastecimento de matérias-primas e/ou produtos, o que levará a região a não pensar mais somente no crescimento regional, mas, sim, nacional ou global.

Para isso, se faz necessário o diálogo entre os Gestores Públicos e privados taquarenses. É importante lembrar ainda que os gestores públicos devem voltar seus esforços

para a atração de empresas que estejam propensas a investir nestes diferenciais competitivos, mesmo que para isso, seja necessário a criação de um parque industrial. Mas este parque industrial não deve contemplar em sua maioria, empresas do setor coureiro-calçadista. Dependendo do tamanho deste parque industrial, empresas que apresentem baixo valor agregado ao seu produto, devem ficar de fora. Esse recorte de indústrias, dependendo do tamanho do parque industrial é imprescindível, para que o município possa ressaltar e aproveitar melhor outros dois pontos fortes que possui: localização geográfica e as instituições de ensino (médio, técnico e superior).

Somando-se a isso, verifica-se que o setor agropecuário também apresentou queda nos últimos anos. Por mais que existam linhas de financiamento para promover a agricultura familiar, esta foi lançada em um período tardio pelo governo, pois os possíveis sucessores da propriedade, já haviam saído em busca de uma melhor qualidade de vida que as indústrias coureiro-calçadista ofereciam na década de 1970 a 1990. Essa situação culminou em um forte êxodo rural na região, ficando em suas propriedades, somente o patriarca. Isso fez com que a agricultura produzida nos últimos anos neste município fosse somente de subsistência e de complementaridade de renda. Os agricultores preferem produzir pequenas quantidades e ofertarem os seus produtos diretamente ao consumidor. Com base nos estudos acerca do tema e da atual conjuntura econômica e política, acredita-se que este seja um fator irreversível para o desenvolvimento do município.

Acredita-se que quando houver iniciativa por parte dos gestores em unir a atração de empresas que utilizem tecnologias inovadoras e com alto valor agregado à localização geográfica e ao aproveitamento da mão de obra formada nas instituições do município ou da região e ao investimento em qualidade de vida para seus cidadãos, Taquara conseguirá se desenvolver. Também se constatou que a perda parcial de seu território para a constituição de outros municípios e a inexpressiva participação da Gestão Pública contribuiu para o não desenvolvimento do município.

No presente estudo, observou-se igualmente uma divergência entre a teoria de Dubey (1977) e o caso de Taquara. Segundo o autor, as áreas, exploradas primeiramente, conseguem obter vantagens adicionais em relação às demais, o que não aconteceu com o município em estudo, pois se observou que esta ideia nem sempre é verdadeira, porque há outros fatores decisivos para que isto ocorra.

Deixa-se como sugestão para novos estudos a identificação e caracterização das empresas da região, a fim de identificar as horizontalidades e verticalidades existentes, bem como a formação das suas redes.

## REFERÊNCIAS

- ACCURSO, C. F. Relações macroeconômicas da economia gaúcha (1960-85). *Revista FEE*. v. 21, n. 3. 1993. Disponível em: <[www.revistas.fee.tche.br](http://www.revistas.fee.tche.br)>. Acesso em: 27 set. 2013.
- ALONSO, J. A. F. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? *Indicadores Econômicos*. FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 97-118, nov. 2003.
- AMATO NETO, J. *Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ANDRADE, M. M. de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 1993.
- ANDRADE, M. C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARAÚJO, D. C. de; SCHEMES C. *A crise coureiro-calçadista no Vale dos Sinos: a construção do Jornal NH*. Disponível em: <[www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/.../R16-0685-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/.../R16-0685-1.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2012.
- AREND, S. C.; ORLOWSKI, R. F. O desenvolvimento regional da Amosc a partir das teorias da base exportadora e dos polos de crescimento. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 141 – 163, jan/abr 2012.
- ARGÜELLES, M. del C. Z. *El lado oscuro de la ciudad: la pobreza urbana en América Latina*. Revista Temas. n. 48, oct-dec de 2006. Nueva época.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas](http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas)>. Acesso em: 21 jan. 2011.
- AVERBUG, M. *Plano Cruzado: Crônica de uma Experiência*. *Revista do BNDS*, Rio de Janeiro. V. 12, n. 24, p.211-240, Dez. 2005. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2408.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2408.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- BACHA, C. J.C.; ROCHA, M. T. Evolução da participação da agropecuária no PIB brasileiro nas últimas três décadas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40. 2002. *Anais...* Brasília. SOBER, 2002. CD-ROM.
- BALESTRIN, A. A dinâmica da Complementaridade de Conhecimentos no Contexto das Redes Interorganizacionais. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Políticas Internacionais*. Brasília. 45 n. 2, p. 135-146, 2002.



BARBOSA, F.H.; BRANDÃO, A.S. P; FARO, C. *O reino mágico do choque heterodoxo*, In: Plano cruzado: Inércia x inépcia. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p.75-157.

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: ed. 70, 2009.

BAUMFELD, C. M.; LEMOS, J. C. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento regional. *Análise Social*, vol. XV (58), 1979 – 2º, 357-370. Disponível em: <[www.analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100117](http://www.analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100117)>. Acesso em: 19 out. 2011.

BECATTINI, G. *Rifessioni sul Distretto Industriale Marshalliano come Concetto Socioeconomico*. In. Stato e Mercato, nº 25. 1989.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. *As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes, os novos paradigmas da geografia económica* (Orgs.). Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BESSERMAN, S. Indicadores. In: TRIGUEIRO, A. *Meio Ambiente no Século 21*. 4. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

BITENCOURT, E. A.; CAMPOS, A. L. de A. Economia e Políticas de exportação no Brasil. *Pesquisa em Debate*. Ed. especial, 2009. Disponível em: <[http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate\\_especial1/artigo\\_6.pdf](http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_6.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2013.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: Planejamento e políticas públicas. N. 13. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BOURDIEU, P.. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOUDEVILLE, J-R. *Les spaces économiques*. Press Universitaires de France, Paris, 1970.

BRESSER PEREIRA, L. C. A economia e a política do Plano Real. *Revista de Economia Política*. Vol. 14 (4), out-dez. 1994.

BRITO, F. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *Revista Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, jan. 2006.

\_\_\_\_\_, F. *As Migrações Internas No Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. <[www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20366.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20366.pdf)> Acesso em: 09 jan. 2013.

BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise comparativa exploratória. *IV Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, Universidade de Évora, Portugal, 2001. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 7. ed. Ijuí: Vozes. 1986.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 15(2), 1998. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol15\\_n2\\_1998/vol15\\_n2\\_1998\\_4artigo\\_45\\_65.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CAPELLO, R. Regional economics in its 1950s: recent theoretical directions and future challenges. *The annals of Regional Science*. Berlim, v. 42, n.4, p.747-767, 2008.

CARNEIRO, R.; MIRANDA, J. C. *Os marcos gerais da política econômica*. In: TAVARES, M. C. e CARNEIRO, R. (org.). *Política econômica na Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas*. Lastres, H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. (orgs) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local* (Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003).

CASTAN, N.; TARGA, L. R. R (coords.). *A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista*. Porto Alegre: FEE, 1983.

CASTILHOS, C. C.; CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H. Reestruturação da indústria gaúcha sob a ótica da reordenação da economia mundial. O movimento da produção. (*Três décadas de economia gaúcha*, v.2). 2010.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de Souza. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, A. B. de. Ajustamento x transformação. A economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CLEMENTE, A. *Economia Regional e Urbana*. São Paulo: Ed. Atlas, 1994.

CIGOLINI, A. A. *Território e Criação de Municípios no Brasil: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço*. Tese de Doutorado em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CONCEIÇÃO, O. A. C. *Os anos 80: a complexa dimensão de uma crise*. In. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira I* coordenador Pedro Fernando Cunha de Almeida. Porto Alegre: FEE, 1990.

CORAZZA, G. A desilusão do gradualismo: o fim da (não) política “feijão-com-arroz”. *Revista FEE*. 1989. Disponível em: <[revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/57/294](http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/57/294)> Acesso em: 18 de jun. 2013.

CORRÊA, A. R. O complexo coureiro-calçadista brasileiro. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 65-92, set. 2001. Disponível em:

<[www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1404.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1404.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2012.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, A. B. da; PASSOS, M. C. Crescimento e crise na indústria gaúcha: 1959-85. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 8 (1): 3-20, 1987. Disponível em: <[revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1066/1389](http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1066/1389)>. Acesso em: 28 set. 2013.

COUTINHO, L. *O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica*. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358 p. (Novas perspectivas, n.40). p.41-62.

CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CROCCO, M. A. et al. *Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais: uma nota técnica*. Belo Horizonte: UFMG/Cedelar, 2003. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20191.pdf>>. Acesso em: 01 Fev. 2013.

CROCCO, M.; RUIZ, R. M.; CAVALCANTE, A. *Redes e Polarização Urbana Financeira: Uma Exploração Inicial para o Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2008.

CYSNE, R. P. A economia brasileira no período militar. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 23, N. 2, P.185-226, Mai- Ago, 1993.

DAER-RS, Departamento Autônomo de Estrada e Rodagem. Disponível em: <[www.daer.rs.gov.br](http://www.daer.rs.gov.br)>. Acesso em: 03 Fev. 2011.

DALLA VECCHIA, R. V. R. Arranjos produtivos Locais como Estratégia de Desenvolvimento Regional e Local. *Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas* Vol. 4 nº1 Jan/ Dez. 2006. Disponível em: <[www.aedb.br/.../...](http://www.aedb.br/.../...)> Acesso em: 04 jun. 2012.

DEGRANDI, J. O. *Verticalidades e Horizontalidades nos usos do território de Santa Maria – RS*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul. 2012.

DELLA VOLPE, G. *Crítica da ideologia contemporânea*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil. In: Org. DINIZ, C. C.; CROCCO, M. *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*-Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

DORNELLES, S. S. Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI *Simpósio Nacional de História da ANPUH*, São Paulo, 17 a 22 de

julho de 2011. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoSoraiaSD.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoSoraiaSD.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2012.

DOWBOR, L. Indicadores: afinal, o que estamos medindo? In: Org. LOUETTE, A. *Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade*. 1.ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007.

DUBEY, V. Definição de Economia Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

DUHRAM, E. *A caminho da cidade*. Editora Perspectiva, 1984

EGLER, T. T. C. *Democracia virtual na governança urbana*. Rio de Janeiro: Proyetco FRIDA, 2005.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: [online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/257/201](http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/257/201). Acesso em 15/05/2012

ERBER, F. S. *Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito*. Nova Economia, Belo Horizonte v. 18, n. 1, 2008.

ETGES, V. E. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2001.

FARIA, L. A. E. Sobre o conceito do valor agregado: Uma interpretação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 3 (2): 109-118, 1983. Disponível em: <[revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/272/475](http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/272/475)>. Acesso em: 12 nov. 2012.

FEE- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>. Acesso em: 15 ago. 2011.

FERREIRA, C. M. de C. *Espaço, regiões e economia regional*. In: HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. de C.; ANDRADE, T. A. (Org.). *Economia Regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1989. p. 45-65.

FIALHO, M. A. V. *Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de porto alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS*. UFRGS, 2000.

FIGUEIREDO; J. C.; DI SERIO, L. C. Estratégia em clusters empresariais: conceitos e impacto na competitividade. In: DI SERIO, L. C. (org.). *Clusters empresariais no Brasil: casos selecionados*. São Paulo: Saraiva, 2007.

FLICK, U. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3a. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTES, R.; ARBEX, M. A.; SILVA JR, G. E. Estabilização econômica no Brasil: reflexões sobre o Plano Real. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, v.c26, n. 3. 1998. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1570>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

FURTADO, C. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. *C. Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

\_\_\_\_\_. *C. Desenvolvimento*. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. (Org.) *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

\_\_\_\_\_. *C. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. V. 14n. 2 São Paulo abr/jun. 2000. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002)>: Acesso em: 12 mar. 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed.-São Paulo: Atlas, 1991.

GOLGHER, A. B. *Fundamentos da Migração*. Texto para Discussão nº 231. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

GOMES, P. C. da C. *O conceito de Região e sua discussão*. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

\_\_\_\_\_. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GRAZIANO NETO, F. *Breve história da reforma agrária: Distributivismo e inclusão no campo*. In: *Cadernos Adenauer. Revolução no campo*. Dezembro/2004. nº 3.

HADDAD, P. R. et al. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1975.

HAESBAERT, R. *Concepções de território para a entender a desterritorialização*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEU-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. (Org). *Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

HILHORST, J. G. M. *Planejamento regional: enfoque sobre sistemas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura. 1961.

IANNI, O. *A sociedade global*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ISARD, W. *Location and space-economy*. Cambridge: MIT Press, 1956.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA. Disponível em:< [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 mai. 2011.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

JARDIM, M. L. T. *Tendências demográficas e perspectivas futuras da população gaúcha. A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3).* 2010.

KINGDON, J. W. *Agenda Setting*. In: THEODOULOU, S. Z., CAHN, M.A. ed. *Public Policy: The essential readings*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

KWASNICKA, E. L. Em direção a uma teoria sobre redes de negócios. In: BOAVENTURA, J. M. G. (org). *Redes de negócios: tópicos em estratégia*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. Editora Atlas S. A., 3ª ed. São Paulo: 2000.

LASTRES, H. M. M. et al. *Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil*. Brasília: SEBRAE, 2002.

LAZZARI, M. R. A economia gaúcha na visão das contas regionais: 1985/2009. O movimento da produção. (*Três décadas de economia gaúcha, v.2*). 2010.

LIMA, R. S. de; ALMEIDA, F. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira* I coordenador Pedro Fernando Cunha de Almeida. Porto Alegre: FEE, 1990.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas no pós-guerra: o caso do Brasil. *Textos para discussão*; 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

LIMONAD, E. *Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?* In: LIMONAD, E. et al. *Brasil século XXI – por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.

LINS, H. N. *Clusters Industriais: Uma experiência no Brasil Meridional*. Curitiba. Economia. v. 27. n. 1 (25). p. 79-101. Ed. Da UFPR. . Jan/jun. 2001.

LOPES. A. S. *Desenvolvimento regional*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LORENZO-FERNÁNDEZ, O.S. *A evolução da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1976.

LOSCH, A. Economic regions. In: FRIEDMAN, J.; ALONSO, W. *Regional development and planning: a reader*. Cambridge: MIT Press, 1969.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada*, 4 ed., Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARQUES, M. S. B. O Plano Cruzado: teoria e prática. *Revista de Economia Política*, V. 8, n. 3, Julho/ Setembro/1988. Disponível em: [www.rep.org.br/pdf/31-7.pdf](http://www.rep.org.br/pdf/31-7.pdf). Acesso em: 01 fev. 2013.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARSHALL, A. *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*. Tradução revista Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch; introdução de Ottolmy Strauch. Volume I. Os Economistas. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

MATOS, P. O. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Dissertação apresentada à Escola Superior Luiz de Queiroz. Piracicaba. São Paulo, 2002. Disponível em: < [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../patricia.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../patricia.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2013.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing: edição compacta*. São Paulo: Atlas, 1996.

MESQUITA, Z; BRANDÃO, C. R. *Territórios do cotidiano: Uma introdução a novos olhares e experiências*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E GESTÃO. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 10 Jun. 2013.

MORAIS, P. B. *Revista de economia política*: v. 10. nº2. p.38, abril-junho,1990.

MOREIRA, R. Da região à rede a ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Etc..., *espaço, tempo e crítica*. Nº1 (3), Vol. 1, 2007. Disponível em: [www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_1\\_3.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf). Acesso em: 25 mai. 2012.

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2 ed. Editora Saga. Rio de Janeiro, 1968.

Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos [recurso eletrônico] / Universidade de Santa Cruz do Sul. - 1. ed. revisada e ampliada por Clarice Agnes e Inácio Helfer. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

NORTH, D. C. *Teoria da localização e crescimento econômico regional*. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 1977, p. 333-343.

\_\_\_\_\_. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, nº 03, p. 25-38, set. 1961.

NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS, O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto. A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira/ coordenador Pedro Fernando Cunha de Almeida. Porto Alegre: FEE, 1990.

OLIVEIRA, A. de. et al. *Plano Municipal de saneamento Básico do município de Parobé*. Disponível em: [www.parobe.rs.gov.br/.../PLANO%20DE%20SANEAMENTO.pdf](http://www.parobe.rs.gov.br/.../PLANO%20DE%20SANEAMENTO.pdf) .S/d. Acesso em: 01/06/2012.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J.E.S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional. *Revista FAE*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez., 2003.

OLIVEIRA, C. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: um enfoque da nova geografia econômica. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v.10, nº2, p. 93-116, mai/ago. 2005.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, S. *Geração Y, ser potencial ou ser talento?: faça por merecer*. São Paulo: Integrare, 2011.

OROPEZA, M.; DÍAS, N. La geotecnología y su inserción en el pensamiento geográfico. *Terra*, v. 23 n. 34 Caracas, 2007. Disponível em: <[http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-70892007000200004&nrm=iso](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-70892007000200004&nrm=iso)>. Acesso em: 15 mai. 2012.

PADOVEZE, C. L. O papel da Contabilidade gerencial no processo empresarial de criação de valor. *Revista Cadernos de Estudos*. São Paulo, nº 21. Mai/Agos. 1999.

PAIVA, C. A.. *Valor, preços e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp Tese (Doutorado em economia) Universidade de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos de uma Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico para o Município de Uruguaiana*. S/D. Material de aula.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos de um Programa de Desenvolvimento Econômico para o COREDE Central*. 2004a. Disponível em: <[www.territoriopaiva.com](http://www.territoriopaiva.com)>. Acesso em: 05 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? *Documentos FEE* n. 59. Porto Alegre: FEE, 2004b.

PEREIRA, P. A. S. *Rios, redes e regiões: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres*. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

PERROUX, F. *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

\_\_\_\_\_. *O conceito de pólo de crescimento*. In: SCHWARTZMAN, J. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PLHIS- Plano Local de Habitação de Interesse Social – Taquara/RS. Diagnóstico. Setembro de 2009. Disponível em: <[www.taquara.com.br/home/show\\_page.asp?id...id...](http://www.taquara.com.br/home/show_page.asp?id...id...)> . Acesso em: 19 jul. 2011.

PIEKARSKI, A. E. T.; TORKOMIAN A. L. V. Identificação de clusters industriais: uma análise de métodos quantitativos. *XI SIMPEP*- Bauru, SP, Brasil. 2004. <[revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/17/15](http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/17/15)>. Acesso em: 20 mai. 2013.



PMT- Prefeitura Municipal de Taquara. Disponível em: < [www.taquara.com.br/](http://www.taquara.com.br/)>. Acesso em: 02 Jan. 2010.

POLÈSE, M.. *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*. Coimbra: APDR, 1998.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva das Nações*. Rio de Janeiro. 16. Ed. Campus. 1989.

\_\_\_\_\_, M. E. *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais*. Rio de Janeiro. Campus. 1999.

PIORE, J. M.; SABEL, C. R. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REDESIST - Rede de Pesquisa Interdisciplinar do Instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formada em 1997, em parceria com outras universidades e institutos de pesquisa do Brasil e do exterior. Disponível em [www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br). Acesso em 04 jun. 2012.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. *Economia brasileira*. São Paulo: ed. 3. Editora Saraiva, 2006.

REZENDE FILHO, C. B. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, V.; ANASTACIA, C. *Encontros com a história*. Curitiba: Positivo, 2006.

RICHARDSON, H. *Elementos de economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIVERO, O. *O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

ROCHE, J. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, v. 1 e 2, 1969.

RODRIGUES, T. A.; SALVADOR, E. Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, Jan/Jun. 2011.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. São Paulo: Atlas, 2007.

ROUSSEFF, D. *O PAC e sua implementação*. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (Coord); *Chegou a vez do Brasil?* Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SACHS, I. *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, 1996.

SACHS, I. *Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política*. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, 2 ed. Garamond, 2002.

SANTOS, A.Q. *Inclusão digital e desenvolvimento local no Brasil*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. *Anais...* Panamá: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2003.

SANTOS, M. *Metrópole corporativa e fragmentada*. O caso de São Paulo. São Paulo, Nobel, 1990.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999a.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, ano IV, nº6, jan/jun. RJ. 1999b.

\_\_\_\_\_, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHÄFFER, N. O. *Os Alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos*. In: *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004.

SCHMIDT, C.; HERRLEIN JÚNIOR. Desenvolvimento do Rio Grande do Sul: Dois Projetos. *PPGE/UFRGS*. 2001. Disponível em: <[www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2001\\_09.pdf](http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2001_09.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2013.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e Estratégias de sucessão na exploração agrícola. *Revista FEE*. 1994. <[revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/629/874](http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/629/874)>. Acesso em: 13 mai. 2013.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. *IDS WORKING PAPER*, Brighton, n. 50, Mar. 1997.

SCHUMPETER, J., *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia. das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_, A. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SICSÚ, J. A URV e sua função de alinhar preços relativos. *Revista de Economia Política*, vol. 16, nº 2 (62), abril- junho. 1996.

SIEDENBERG, D. R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *Revista de estudos da Administração*. Ijuí: Editora UNIJUI, ano 2, nº 3, julho/dez. 2001.

SILVA, J. A. S. *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. São Paulo, 2004. 480 f. v. 1 e v.2. Disponível em: [www.eumed.net/tesis/jass/Tese.pdf](http://www.eumed.net/tesis/jass/Tese.pdf). Acesso em: 01 nov. 2011.

SILVA, M. *A história e seus limites*. In: Revista História e perspectivas, Uberlândia, v. 6, jan-jun. 1992.

SILVA, G; ALFRADIQUE, C. *A Importância da Participação Popular como Forma de Controle Social de Obras Públicas e Exercício da Democracia*, 2006.  
<[www2.tce.pr.gov.br/xisinaop/Trabalhos/Import%C3%A2ncia%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf](http://www2.tce.pr.gov.br/xisinaop/Trabalhos/Import%C3%A2ncia%20da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf)>. Acesso em 11 jan. 2013.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. *A Pesquisa Científica*. (Orgs.) GERHARDT T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.  
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

SILVEIRA, R. M. G. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1984.

SILVEIRA, R. M. G. Redes e Território: Uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Universidad de Barcelona*. Vol. VIII, nº451, junio de 2003.

SOUZA, M. J. L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, N. de J. Economia Regional: Conceito e Fundamentos Teóricos. Publicado originalmente na revista *Perspectiva Econômica*, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102.

\_\_\_\_\_, N. de J. de. *Desenvolvimento Econômico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TOLOSA, H. C. *Pólos de crescimento: teoria e política econômica*. In: HADDAD, Paulo Roberto (Ed.). Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, 1972. p. 189-243.

TRESPACH, R. *Passageiros no Kranich*. Porto Alegre: Alcance, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas\\_ordinarias\\_extraordinarias/2011](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_ordinarias_extraordinarias/2011)>. Acesso em: 18 Jun. 2013.

VASCONCELOS, M. A. S. de; GREMAUD, A. P.; TONETO JÚNIOR, R. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo. ed. 3. Atlas, 1999.

VERDE, V. V. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, 2004.

Von THÜNEN, J. H. *The isolated State*. New York: Pergamon Press, 1966.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WEBER, A. *Theory of the location of industries*. Chicago: Chicago University, 1969.

ZACCARELLI, S. B. *Estratégia e sucesso nas empresas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – POPULAÇÃO TOTAL-URBANA- RURAL DE 1970 a 2010 DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Municípios	População residente 1970				População residente 1980				População residente 1991				População residente 2000				População residente 2010			
	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)
Rio Grande do Sul	6.755.458	3.620.588	3.134.870	53,60%	7.942.722	5.385.866	2.556.856	67,81%	9.135.479	6.994.134	2.141.345	76,56%	10.187.798	8.317.984	1.869.814	81,65%	10.693.929	9.100.291	1.593.638	85,10%
População da Região Pesquisada	111.853	93.229	18.624	83,35%	209.057	196.360	12.697	93,93%	320.411	308.253	12.158	96,21%	394.675	388.481	6.194	98,43%	435.090	428.324	6.766	98,44%
Taquara	31.167	18.270	12.897	58,62%	41.376	30.342	11.034	73,33%	42.467	35.100	7.367	82,65%	52.825	43.125	9.700	81,64%	54.656	45.276	9.380	82,84%
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.032	3.493	539	86,63%	4.868	4.000	868	82,17%
Glorinha	-	-	-	-	-	-	-	-	4.587	632	3.955	13,78%	5.684	1.285	4.399	22,61%	6.885	2.068	4.817	30,04%
Gravataí	52.462	36.237	16.225	69,07%	107.437	80.573	26.864	75,00%	181.035	167.863	13.172	92,72%	232.629	212.144	20.485	91,19%	255.762	243.590	12.172	95,24%
Novo Hamburgo	85.364	81.235	4.129	95,16%	136.494	133.206	3.288	97,59%	205.668	201.502	4.166	97,97%	236.193	231.989	4.204	98,22%	239.051	234.909	4.142	98,27%
Parobé	-	-	-	-	-	-	-	-	31.995	30.771	1.224	96,17%	44.776	43.439	1.337	97,01%	51.481	48.612	2.869	94,43%
Rolante	14.866	2.481	12.385	16,69%	11.769	5.491	6.278	46,66%	13.420	9.970	3.450	74,29%	17.851	13.928	3.923	78,02%	19.493	15.318	4.175	78,58%
Sapiranga	16.402	11.336	5.066	69,11%	37.288	30.776	6.512	82,54%	58.675	52.907	5.768	90,17%	69.189	65.785	3.404	95,08%	75.020	72.323	2.697	96,40%
Santo Antônio da Patrulha	53.626	15.705	37.921	29,29%	41.363	16.330	25.033	39,48%	40.607	21.065	19.542	51,88%	37.035	23.483	13.552	63,41%	39.679	28.105	11.574	70,83%
Igrejinha	7.062	2.970	4.092	42,06%	12.027	8.381	3.646	69,68%	20.514	18.997	1.517	92,61%	26.767	25.530	1.237	95,38%	31.663	30.193	1.470	95,36%
Três Coroas	6.370	2.392	3.978	37,55%	10.470	6.862	3.608	65,54%	15.087	11.862	3.225	78,62%	19.430	17.067	2.363	87,84%	23.855	20.553	3.302	86,16%
São Francisco de Paula	31.805	7.074	24.731	22,24%	23.137	9.899	13.238	42,78%	19.251	11.191	8.060	58,13%	19.725	12.269	7.456	62,20%	20.540	13.007	7.533	63,33%
Cachoeirinha	31.002	29.955	1.047	96,62%	63.196	62.752	444	99,30%	88.195	87.951	244	99,72%	107.564	107.564	-	100,00%	118.294	118.294	-	100,00%
Campo Bom	16.617	14.771	1.846	88,89%	33.785	32.162	1.623	95,20%	47.876	46.481	1.395	97,09%	54.018	51.838	2.180	95,96%	60.081	57.345	2.736	95,45%
Canoas	153.730	149.183	4.547	97,04%	220.446	214.970	5.476	97,52%	279.127	270.672	8.455	96,97%	306.093	306.093	-	100,00%	324.025	324.025	-	100,00%
Esteio	34.597	32.895	1.702	95,08%	50.963	50.206	757	98,51%	70.547	70.468	79	99,89%	80.048	79.961	87	99,89%	80.669	80.562	107	99,87%
Porto Alegre	885.545	869.730	15.815	98,21%	1.125.478	1.114.851	10.627	99,06%	1.263.403	1.247.529	15.874	98,74%	1.360.590	1.320.739	39.851	97,07%	1.409.939	1.409.939	-	100,00%
São Leopoldo	64.433	62.990	1.443	97,76%	98.588	94.868	3.720	96,23%	167.907	160.358	7.549	95,50%	193.547	192.895	652	99,66%	214.210	213.361	849	99,60%
Viamão	66.443	11.425	55.018	17,20%	117.670	106.636	11.034	90,62%	169.176	156.145	13.031	92,30%	227.429	211.612	15.817	93,05%	239.234	224.962	14.272	94,03%
Alvorada	40.322	39.656	666	98,35%	91.384	90.905	479	99,48%	142.046	141.881	165	99,88%	183.968	183.365	603	99,67%	195.718	195.718	-	100,00%
Dois Irmãos	13.803	2.760	11.043	20,00%	15.205	9.730	5.475	63,99%	18.951	17.851	1.100	94,20%	22.435	22.272	163	99,27%	27.572	27.276	296	98,93%

continua...

Irmãos																				
Estância Velha	8.916	7.732	1.184	86,72%	14.229	12.998	1.231	91,35%	28.190	26.713	1.477	94,76%	35.132	34.367	765	97,82%	42.589	41.496	1.093	97,43%
Ivoti	7.070	1.965	5.105	27,79%	8.878	3.881	4.997	43,71%	16.326	9.201	7.125	56,36%	15.318	13.785	1.533	89,99%	19.877	18.065	1.812	90,88%
Nova Hartz	-	-	-	-	-	-	-	-	10.013	8.121	1.892	81,10%	15.071	12.879	2.192	85,46%	18.346	15.269	3.077	83,23%
Sapucaia do Sul	41.742	41.116	626	98,50%	79.361	78.846	515	99,35%	104.885	104.486	399	99,62%	122.751	121.813	938	99,24%	130.988	130.500	488	99,63%

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE B – QUOCIENTE LOCACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Municípios	TOTAL	Produção de lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Pecuária	Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita	Produção Florestal	Indústrias Extrativas	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	Laticínios	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	Fabricação e refino de açúcar	Torrefação e moagem de café	Fabricação de outros produtos alimentícios
Taquara	13.763						5,24			3,8			2,24	
Glorinha	7.093		2,68							1,69				
Gravataí	63.727													2,94
Novo Hamburgo	106.318											7,09		
Parobé	21.916													2,23
Santo Antônio da Patrulha	10.884						4,81				3,15	48,26		5,36
São Francisco de Paula	4.379	7,25	23,7	7,15	4,82	13,21								
Cachoeirinha	50.022							2,28						
Canoas	106.403								2,37					
Esteio	28.135													2,86
São Leopoldo	75.007											6,09		
Viamão	23.058			2,26	4,89		2,92	3,31		1,67				2,36
Alvorada	21.413													1,89
Estância Velha	15.979					1,84					1,5			
Ivoti	8.495		2,94					4,54		2,67	3,2			

Fonte: FEE (2010)



continua...

<b>Município</b>	<b>Fabricação de bebidas</b>	<b>Fabricação de produtos do fumo</b>	<b>Fabricação de produtos Têxteis</b>	<b>Confecção de artigos do vestuário e acessório</b>	<b>Curtimento e outras preparações de couro</b>	<b>Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro</b>	<b>Fabricação de calçados</b>
Taquara			5,32				4,03
Araricá						4,07	5,02
Gravataí			2,05				
Novo Hamburgo			2,75		4,89	5,98	2,87
Parobé							12,91
Rolante						4,04	12,78
Sapiranga						3,01	10,78
Santo Antônio da Patrulha							5,27
Igrejinha	7,11				3,41	3,07	11,89
Três Coroas			3,85		1,95		13,29
São Francisco de Paula							3,03
Cachoeirinha		2,82	3,03				
Campo Bom			5,12		2,73	5,75	6,25
Esteio				2,71			
São Leopoldo			1,86			2,16	
Viamão	7,7						
Dois Irmãos				1,86		2,64	9,81
Estância Velha			1,74		28,47	22,35	4,11
Ivoti			1,57	1,82	20,45	5,92	5,33
Nova Hartz			3,08				15,42
Sapucaia do Sul	11,12		23,22				

Fonte: FEE (2010)

Municípios	Fabricação de Produtos de Madeira	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Impressão e Reproduções de Gravações	Fabricação de produtos derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	Fabricação de Produtos Químicos	Fabricação de produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	Fabricação de produtos de Borracha e de material Plástico	Fabricação de produtos Minerais não Metálicos	Metalurgia	Fabricação de produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos	Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	Fabricação de outros equipamentos de Transporte, Exceto Veículos	Fabricação de Móveis	Fabricação de produtos Diversos	Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos
Taquara	1,99				1,9		2,16											
Araricá	7,07									12,33								
Glorinha	22,84											2,29						
Gravataí		1,5			3,3		3,6	1,92	2,8	2,59	15,22	2,44		6,46				
Novo Hamburgo		1,86	1,67		1,95		4,57		1,81									
Rolante	4,07															1,84		
Sapiranga		4,83							3,4	2,29								
Santo Antonio da Patrulha													3,72					
Igrejinha		2,68					2,69											
Três Coroas		7,03	1,63				2,38											
São Francisco de Paula	10,75															2,1		
Cachoeirinha		3,6			1,98				3,97	2,31	3,07	3,05	2,85					
Campo Bom		5,74	6,27		7,32		2,58	2,88		1,93							1,57	
Canoas		1,8		19,44								3,49	2,15					4,63
Esteio		2,58					2,29	2,07						7,01			15,1	7,63
Porto Alegre						1,79												
São Leopoldo							2,51	2,53	1,65	2,89			2,49					
Viamão						14,24		2,06										
Alvorada				22,26	2,77					1,79								24,67
Dois Irmãos																9,72		
Estância Velha			1,73		4,38				1,51								3,54	
Sapucaia do Sul					1,84		1,75	1,57	11,33			2,25	2,06	2,51				

Fonte: FEE (2010)

continua...

Municípios	Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descaminação	Construção	Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	Comércio Varejista	Transporte terrestre	Transporte Aquaviário	Transporte e Aéreo	Armazenagem e Atividades auxiliares dos transportes	Correios e outras atividades de entrega	Alojamento	Alimentação	Edição e Edição Integrada à Impressão	Atividades Cinematográficas, Produção de vídeos e de Programas de TV; Gravações de Som e Edição de Música	Telecomunicações	Atividades de serviço de Tecnologia da Informação	Atividades de Prestação de Serviços de Informação	Atividades de Serviços Financeiros	Seguros, Resseguros, Previdência Complementar e Plano de Saúde	Atividades auxiliares dos serviços Financeiros, Seguros, Previdência Complementar e Plano de Saúde
Taquara																		2,6	
Araricá					1,92					2,62									
Glorinha									2,68										
Gravataí	1,78																		
Novo Hamburgo												2,76						2,49	
São Francisco de Paula										2,95									
Cachoeirinha			2,25																1,58
Campo Bom															6,88				
Canoas			1,54		2,11	2,78		1,5								1,52			
Esteio			2,08		2,04			2,39											
Porto Alegre						1,75	3,45	1,51	1,71		1,55	1,87	2,32	2,93	2,07	2,32	1,73	1,88	2,07
São Leopoldo	1,8														3,53				
Viamão				2,04	2,1				2,13										
Alvorada	7,5				2,59				2,02										
Estância Velha			1,96																
Ivoti			2,79									2,88							

Fonte: FEE (2010)

	Atividades Imobiliárias	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	Atividades Administrativas e Serviços Complementares	Administração Pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, Cultura, Esporte e recreação	Outras atividades de serviço	Serviços domésticos	Organismos Internacionais e outras Instituições Extraterritoriais
Taquara									1,61	
Araricá				1,71						
Glorinha		11,91	5,85						3,26	
Santo Antônio da Patrulha									3,31	
Três Coroas									2,15	
São Francisco de Paula									10,66	
Cachoeirinha			3,08					1,74		2,8
Campo Bom									2,14	
Canoas								2,25		1,94
Esteio			1,76							
Porto Alegre	1,83	1,63	1,83	1,54	2,01	1,57	1,57			2,31
São Leopoldo	1,91		3							
Viamão									3,47	
Sapucaia do Sul										17,64

Fonte: FEE (2010)

## APÊNDICE C – POPULAÇÃO TAQUARENSE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Município de referência	Municípios	Área do Município em Km2	% da área do Estado	Ranking do tamanho (RS)	Ranking do tamanho (Região)	População residente 1991	População residente 2000				População residente 2007				População residente 2010			
							Total	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural
	Taquara	457,13	0,170%	137	6	42467	52 825	43 125	9 700	81,64%	53 428	44 394	9 034	83,09%	54 656	45 276	9 380	82,84%
Municípios fronteiriços que pertencem à RMPA	Araricá	35,29	0,013%	493	24	2809	4 032	3 493	539	86,63%	4 781	4 263	518	89,17%	4 868	4 000	868	82,17%
	Glorinha	323,64	0,120%	180	7	4587	5 684	1 285	4 399	22,61%	6 908	1 906	5 002	27,59%	6 885	2 068	4 817	30,04%
	Gravataí	463,76	0,172%	136	5	181035	232 629	212 144	20 485	91,19%	261 150	243 655	17 495	93,30%	255 762	243 590	12 172	95,24%
	Novo Hamburgo	223,61	0,083%	261	9	211921	236 193	231 989	4 204	98,22%	253 067	249 702	3 365	98,67%	239 051	234 909	4 142	98,27%
	Rolante	296,99	0,110%	195	8	13.881	17851	13 928	3 923	78,02%	19213	14 738	4 475	76,71%	19493	15 318	4 175	78,58%
	Parobé	109,03	0,041%	398	14	31995	44 776	43 439	1 337	97,01%	48 713	46 179	2 534	94,80%	51 481	48 612	2 869	94,43%
	Santo Antônio da Patrulha	1.048,90	0,390%	62	3	33513	37 035	23 483	13 552	63,41%	37 910	26 510	11 400	69,93%	39 679	28 105	11 574	70,83%
	Sapiranga	137,52	0,051%	353	11	56168	69 189	65 785	3 404	95,08%	73 979	68 962	5 017	93,22%	75 020	72 323	2 697	96,40%
Municípios Fronteiriços que não pertencem à RMPA	Igrejinha	136,82	0,051%	354	12	20514	26 767	25 530	1 237	95,38%	31 113	29 860	1 253	95,97%	31 663	30 193	1 470	95,36%
	São Francisco de Paula	3.273,50	1,217%	15	1	19251	19 725	12 269	7 456	62,20%	21 278	13 221	8 057	62,13%	20 540	13 007	7 533	63,33%
	Três Coroas	185,54	0,069%	294	10	15087	19 430	17 067	2 363	87,84%	22 905	20 338	2 567	88,79%	23 855	20 553	3 302	86,16%
Demais municípios da RMPA com elevada interação econômica via cooperação e/ou concorrência (MnFI):	Cachoeirinha	43,77	0,016%	490	23	88195	107 564	107 564	0	100,00%	112 603	112 603	0	100,00%	118 294	118 294	0	100,00%
	Campo Bom	61,41	0,023%	477	20	47876	54 018	51 838	2 180	95,96%	56 595	52 181	4 414	92,20%	60 081	57 345	2 736	95,45%
	Canoas	131,10	0,049%	362	13	269258	306 093	306 093	0	100,00%	326 458	326 458	0	100,00%	324 025	324 025	0	100,00%
	Esteio	27,54	0,010%	496	25	70547	80 048	79 961	87	99,89%	78 816	78 728	88	99,89%	80 669	80 562	107	99,87%
	Porto Alegre	496,83	0,185%	126	4	1253697	1 360 590	1 320 739	39 851	97,07%	1 420 667	1 389 498	31 169	97,81%	1 409 939	1 409 939	0	100,00%
	São Leopoldo	102,31	0,038%	414	15	161654	193 547	192 895	652	99,66%	207 721	207 201	520	99,75%	214 210	213 361	849	99,60%
	Viamão	1.494,26	0,556%	43	2	178882	227 429	211 612	15 817	93,05%	253 264	239 930	13 334	94,74%	239 234	224 962	14 272	94,03%

Municípios da RMPA secundarizados na análise (MS):	Alvorada	70,81	0,026%	464	16	142046	183 968	183 365	603	99,67%	207 142	206 637	505	99,76%	195 718	195 718	0	100,00%
	Dois Irmãos	65,16	0,024%	468	17	14574	22 435	22 272	163	99,27%	24 815	24 645	170	99,31%	27 572	27 276	296	98,93%
	Estância Velha	52,38	0,019%	485	22	28190	35 132	34 367	765	97,82%	40 740	39 695	1 045	97,43%	42 589	41 496	1 093	97,43%
	Ivoti	63,14	0,023%	474	18	11192	15 318	13 785	1 533	89,99%	18 517	16 572	1 945	89,50%	19 877	18 065	1 812	90,88%
	Nova Hartz	62,56	0,023%	475	19	9824	15 071	12 879	2 192	85,46%	16 688	14 039	2 649	84,13%	18 346	15 269	3 077	83,23%
	Sapucaia do Sul	58,64	0,022%	482	21	104885	122 751	121 813	938	99,24%	122 231	121 799	432	99,65%	130 988	130 500	488	99,63%

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE D – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO ESTADO, DE TAQUARA E DOS DE MAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Municípios	População residente 1970				População residente 1980				População residente 1991				População residente 2000				População residente 2010			
	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)	Total	Urbana	Rural	Grau de Urbanização (Pop urb / Pop Total)
Rio Grande do Sul	6.755.458	3.620.588	3.134.870	53,60%	7.942.722	5.385.866	2.556.856	67,81%	9.135.479	6.994.134	2.141.345	76,56%	10.187.798	8.317.984	1.869.814	81,65%	10.693.929	9.100.291	1.593.638	85,10%
População da Região Pesquisada	111.853	93.229	18.624	83,35%	209.057	196.360	12.697	93,93%	320.411	308.253	12.158	96,21%	394.675	388.481	6.194	98,43%	435.090	428.324	6.766	98,44%
Taquara	31.167	18.270	12.897	58,62%	41.376	30.342	11.034	73,33%	42.467	35.100	7.367	82,65%	52.825	43.125	9.700	81,64%	54.656	45.276	9.380	82,84%
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.032	3.493	539	86,63%	4.868	4.000	868	82,17%
Glorinha	-	-	-	-	-	-	-	-	4.587	632	3.955	13,78%	5.684	1.285	4.399	22,61%	6.885	2.068	4.817	30,04%
Gravataí	52.462	36.237	16.225	69,07%	107.437	80.573	26.864	75,00%	181.035	167.863	13.172	92,72%	232.629	212.144	20.485	91,19%	255.762	243.590	12.172	95,24%
Novo Hamburgo	85.364	81.235	4.129	95,16%	136.494	133.206	3.288	97,59%	205.668	201.502	4.166	97,97%	236.193	231.989	4.204	98,22%	239.051	234.909	4.142	98,27%
Parobé	-	-	-	-	-	-	-	-	31.995	30.771	1.224	96,17%	44.776	43.439	1.337	97,01%	51.481	48.612	2.869	94,43%
Rolante	14.866	2.481	12.385	16,69%	11.769	5.491	6.278	46,66%	13.420	9.970	3.450	74,29%	17.851	13.928	3.923	78,02%	19.493	15.318	4.175	78,58%
Sapiranga	16.402	11.336	5.066	69,11%	37.288	30.776	6.512	82,54%	58.675	52.907	5.768	90,17%	69.189	65.785	3.404	95,08%	75.020	72.323	2.697	96,40%
Santo Antônio da Patrulha	53.626	15.705	37.921	29,29%	41.363	16.330	25.033	39,48%	40.607	21.065	19.542	51,88%	37.035	23.483	13.552	63,41%	39.679	28.105	11.574	70,83%
Igrejinha	7.062	2.970	4.092	42,06%	12.027	8.381	3.646	69,68%	20.514	18.997	1.517	92,61%	26.767	25.530	1.237	95,38%	31.663	30.193	1.470	95,36%
Três Coroas	6.370	2.392	3.978	37,55%	10.470	6.862	3.608	65,54%	15.087	11.862	3.225	78,62%	19.430	17.067	2.363	87,84%	23.855	20.553	3.302	86,16%
São Francisco de Paula	31.805	7.074	24.731	22,24%	23.137	9.899	13.238	42,78%	19.251	11.191	8.060	58,13%	19.725	12.269	7.456	62,20%	20.540	13.007	7.533	63,33%
Cachoeirinha	31.002	29.955	1.047	96,62%	63.196	62.752	444	99,30%	88.195	87.951	244	99,72%	107.564	107.564	-	100,00%	118.294	118.294	-	100,00%
Campo Bom	16.617	14.771	1.846	88,89%	33.785	32.162	1.623	95,20%	47.876	46.481	1.395	97,09%	54.018	51.838	2.180	95,96%	60.081	57.345	2.736	95,45%
Canoas	153.730	149.183	4.547	97,04%	220.446	214.970	5.476	97,52%	279.127	270.672	8.455	96,97%	306.093	306.093	-	100,00%	324.025	324.025	-	100,00%
Esteio	34.597	32.895	1.702	95,08%	50.963	50.206	757	98,51%	70.547	70.468	79	99,89%	80.048	79.961	87	99,89%	80.669	80.562	107	99,87%
Porto Alegre	885.545	869.730	15.815	98,21%	1.125.478	1.114.851	10.627	99,06%	1.263.403	1.247.529	15.874	98,74%	1.360.590	1.320.739	39.851	97,07%	1.409.939	1.409.939	-	100,00%
São Leopoldo	64.433	62.990	1.443	97,76%	98.588	94.868	3.720	96,23%	167.907	160.358	7.549	95,50%	193.547	192.895	652	99,66%	214.210	213.361	849	99,60%
Viamão	66.443	11.425	55.018	17,20%	117.670	106.636	11.034	90,62%	169.176	156.145	13.031	92,30%	227.429	211.612	15.817	93,05%	239.234	224.962	14.272	94,03%
Alvorada	40.322	39.656	666	98,35%	91.384	90.905	479	99,48%	142.046	141.881	165	99,88%	183.968	183.365	603	99,67%	195.718	195.718	-	100,00%
Dois Irmãos	13.803	2.760	11.043	20,00%	15.205	9.730	5.475	63,99%	18.951	17.851	1.100	94,20%	22.435	22.272	163	99,27%	27.572	27.276	296	98,93%
Estância Velha	8.916	7.732	1.184	86,72%	14.229	12.998	1.231	91,35%	28.190	26.713	1.477	94,76%	35.132	34.367	765	97,82%	42.589	41.496	1.093	97,43%
Ivoti	7.070	1.965	5.105	27,79%	8.878	3.881	4.997	43,71%	16.326	9.201	7.125	56,36%	15.318	13.785	1.533	89,99%	19.877	18.065	1.812	90,88%

Nova Hartz	-	-	-	-	-	-	-	-	10.013	8.121	1.892	81,10%	15.071	12.879	2.192	85,46%	18.346	15.269	3.077	83,23%
Sapucaia do Sul	41.742	41.116	626	98,50%	79.361	78.846	515	99,35%	104.885	104.486	399	99,62%	122.751	121.813	938	99,24%	130.988	130.500	488	99,63%

Fonte: IBGE (2010)



APÊNDICE E – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TAQUARENSE E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Municípios	Taxa de Crescimento População 1991-2000	Ranking Taxa de Crescimento 1991/2000 (RS e Região)	Taxa de Crescimento Pop 2000-2007 e Ranking Respetivo (RS e Região)									Taxa de Crescimento Pop 1991-2007 e Ranking Respetivo (RS e Região)						Taxa de Crescimento Pop 2000-2010 e Ranking Respetivo (RS e Região)						Área Total do Município em Km2	Área (em Km2) dos Municípios que perderam participação relativa na população total do RS entre										
			Total	Total	Total			Urbana			Rural			Total	Total	Total			Urbana			Rural			Total	1991-2000	1991-2007	1991-2010	2000-2010						
Município de referência	1	Taquara	2,48%	54	13	0,17%	197	23	0,44%	349	22	1,06%	197	17	1,48%	84	17	0,34%	171	23	0,49%	370	23	-	0,33%	109	18	1,34%	88	17	457,13	-	-	-	457,13
Municípios fronteiriços que pertencem à RMPA	2	Araricá	4,14%	17	3	2,59%	21	3	3,03%	94	2	-0,59%	153	16	3,47%	14	2	1,90%	32	7	1,36%	255	10	4,88%	3	3	2,95%	16	4	35,29	-	-	-	-	
	2	Glorinha	2,43%	55	14	2,97%	14	1	6,09%	25	1	1,95%	26	8	2,66%	27	8	1,94%	29	6	4,87%	37	1	0,91%	36	12	2,17%	40	9	323,64	-	-	-	-	
	2	Gravatá	2,85%	38	10	1,75%	45	8	2,10%	149	7	-2,34%	368	18	2,38%	37	11	0,95%	93	13	1,39%	253	9	-	5,07%	479	22	1,84%	55	10	463,76	-	-	-	-
	2	Novo Hamburgo	1,22%	134	22	1,04%	95	16	1,11%	277	14	-3,29%	454	22	1,14%	110	19	0,12%	213	24	0,13%	422	24	-	0,15%	95	17	0,64%	157	23	223,61	223,61	-	223,61	223,61
	2	Parobé	3,84%	19	4	1,27%	69	12	0,92%	299	17	10,07%	2	2	2,73%	22	5	1,41%	59	9	1,13%	284	11	7,93%	1	1	2,55%	24	5	109,03	-	-	-	-	
	2	Rolante	2,86%	37	9	1,11%	88	14	0,85%	307	18	1,99%	24	7	2,11%	46	13	0,88%	102	14	0,96%	309	14	0,62%	44	13	1,81%	56	11	296,99	-	-	-	-	
	2	Santo Antônio da Patrulha	1,13%	140	23	0,35%	170	22	1,84%	178	9	-2,56%	403	20	0,79%	143	23	0,69%	120	16	1,81%	201	6	-	1,57%	249	20	0,90%	121	21	1.048,90	1.048,90	1.048,90	-	-
	2	Sapiranga	2,36%	60	15	1,01%	97	17	0,71%	327	20	5,99%	4	3	1,78%	62	14	0,81%	106	15	0,95%	311	16	-	2,30%	359	21	1,54%	73	15	137,52	-	-	-	-
Municípios Fronteiriços que não pertencem à RMPA	3	Igrejinha	3,03%	29	6	2,28%	26	5	2,38%	129	5	0,19%	91	12	2,71%	25	7	1,69%	39	8	1,69%	219	8	1,74%	17	10	2,32%	33	7	136,82	-	-	-	-	
	3	São Francisco de Paula	0,27%	241	25	1,14%	84	13	1,13%	273	13	1,17%	35	10	0,64%	158	25	0,41%	154	21	0,59%	356	21	0,10%	66	14	0,34%	192	25	3.273,50	3.273,50	3.273,50	3.273,50		
	3	Três Coroas	2,88%	36	8	2,50%	22	4	2,67%	115	4	1,25%	31	9	2,71%	24	6	2,07%	25	3	1,88%	195	5	3,40%	7	6	2,45%	28	6	185,54	-	-	-	-	
Demais municípios da RMPA com elevada interação econômica via cooperação e/ou concorrência (MnFI):	4	Cachoeirinha	2,25%	63	16	0,69%	134	20	0,69%	331	21	0,00%	108	14	1,58%	78	16	0,96%	92	12	0,96%	310	15	0,00%	79	15	1,56%	70	13	43,77	-	-	-	-	
	4	Campo Bom	1,36%	120	21	0,70%	132	19	0,10%	383	23	11,16%	1	1	1,08%	120	20	1,07%	79	10	1,01%	297	12	2,30%	11	8	1,21%	98	18	61,41	-	-	-	-	
	4	Canoas	1,45%	114	19	0,97%	104	18	0,97%	292	16	0,00%	108	14	1,24%	105	18	0,57%	138	19	0,57%	358	22	0,00%	79	15	0,98%	112	20	131,10	-	-	-	-	
	4	Esteio	1,43%	115	20	-0,23%	271	25	-0,23%	418	25	0,17%	95	13	0,71%	153	24	0,08%	225	25	0,07%	428	25	2,09%	14	9	0,71%	144	22	27,54	-	27,54	27,54	27,54	
4	Porto Alegre	0,92%	165	24	0,65%	138	21	0,76%	323	19	-3,62%	465	24	0,81%	141	22	0,36%	167	22	0,66%	348	18	-	100,00%	495	24	0,62%	160	24	496,83	496,83	496,83	496,83		

	4	São Leopoldo	2,04%	75	17	1,07%	92	15	1,08%	281	15	-3,34%	456	23	1,62%	75	15	1,02%	87	11	1,01%	298	13	2,68%	8	7	1,50%	79	16	102,31	-	-	-	-
	4	Viamão	2,73%	42	11	1,63%	51	9	1,90%	169	8	-2,53%	397	19	2,26%	42	12	0,51%	143	20	0,61%	351	20	-1,02%	180	19	1,55%	72	14	1.494,26	-	-	-	-
Municípios da RMPA secundariza dos na análise (MS):	5	Alvorada	2,94%	31	7	1,80%	40	7	1,81%	184	10	-2,62%	409	21	2,45%	35	9	0,62%	128	18	0,65%	349	19	-100,00%	495	24	1,71%	62	12	70,81	-	-	-	-
	5	Dois Irmãos	4,95%	13	1	1,52%	58	11	1,53%	219	11	0,63%	60	11	3,47%	13	1	2,08%	23	2	2,05%	170	3	6,15%	2	2	3,43%	12	1	65,16	-	-	-	-
	5	Estância Velha	2,50%	52	12	2,25%	27	6	2,19%	140	6	4,79%	6	4	2,39%	36	10	1,94%	28	5	1,90%	189	4	3,63%	5	4	2,20%	39	8	52,38	-	-	-	-
	5	Ivoti	3,58%	20	5	2,89%	16	2	2,80%	104	3	3,64%	8	5	3,28%	16	4	2,64%	13	1	2,74%	111	2	1,69%	20	11	3,08%	14	3	63,14	-	-	-	-
	5	Nova Hartz	4,91%	14	2	1,54%	55	10	1,30%	245	12	2,88%	12	6	3,46%	15	3	1,99%	26	4	1,72%	216	7	3,45%	6	5	3,36%	13	2	62,56	-	-	-	-
	5	Sapuçaia do Sul	1,78%	91	18	-0,06%	239	24	0,00%	397	24	-10,98%	494	25	0,99%	12	6	21	0,65%	123	17	0,69%	343	17	-6,33%	488	23	1,18%	10	0	58,64	-	-	-

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE F – POPULAÇÃO TAQUARENSE E DOS DE MAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Municípios	População Residente 1970	População Residente 1980	População Residente 1991	População Residente 2000	População Residente 2010
	Total	Total	Total	Total	Total
Rio Grande do Sul	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.187.798	10.693.929
População da Região	111.853	209.057	320.411	394.675	435.090
Taquara	31.167	41.376	42.467	52.825	54.656
Araricá	-	-	-	4.032	4.868
Glorinha	-	-	4.587	5.684	6.885
Gravataí	52.462	107.437	181.035	232.629	255.762
Novo Hamburgo	85.364	136.494	205.668	236.193	239.051
Parobé	-	-	31.995	44.776	51.481
Rolante	14.866	11.769	13.420	17.851	19.493
Sapiranga	16.402	37.288	58.675	69.189	75.020
Santo Antônio da Patrulha	53.626	41.363	40.607	37.035	39.679
Igrejinha	7.062	12.027	20.514	26.767	31.663
Três Coroas	6.370	10.470	15.087	19.430	23.855
São Francisco de Paula	31.805	23.137	19.251	19.725	20.540
Cachoeirinha	31.002	63.196	88.195	107.564	118.294
Campo Bom	16.617	33.785	47.876	54.018	60.081
Canoas	153.730	220.446	279.127	306.093	324.025
Esteio	34.597	50.963	70.547	80.048	80.669
Porto Alegre	885.545	1.125.478	1.263.403	1.360.590	1.409.939
São Leopoldo	64.433	98.588	167.907	193.547	214.210
Viamão	66.443	117.670	169.176	227.429	239.234
Alvorada	40.322	91.384	142.046	183.968	195.718
Dois Irmãos	13.803	15.205	18.951	22.435	27.572
Estância Velha	8.916	14.229	28.190	35.132	42.589
Ivoti	7.070	8.878	16.326	15.318	19.877
Nova Hartz	-	-	10.013	15.071	18.346
Sapucaia do Sul	41.742	79.361	104.885	122.751	130.988

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE G – ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL DO ESTADO E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Ano	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Total	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Rio Grande do Sul	1494	1520	1,74	1309	-13,88	1307	-0,15	1196	-8,49	1162	-2,84	1064	-8,43	1088	2,26	
Taquara	10	5	-50	4	-20	8	100	5	-37,5	3	-40	3	-	6	100	
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Glorinha	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2	100	1	-50	
Gravataí	35	29	-17,14	25	-13,79	37	48	23	-37,84	29	26,09	18	-37,93	25	38,89	
Novo Hamburgo	39	49	25,64	29	-40,82	36	24,14	28	-22,22	20	-28,57	16	-20	22	37,5	
Parobé	10	12	20	2	-83,33	6	200	10	66,67	6	-40	9	50	3	-66,67	
Rolante	2	4	100	3	-25	1	-66,67	2	100	4	100	-	-	2	-	
Sapiranga	10	12	20	9	-25	13	44,44	9	-30,77	4	-55,56	6	50	11	83,33	
Santo Antônio da Patrulha	2	6	200	4	-33,33	1	-75	4	300	5	25	5	-	-	-	
Igrejinha	4	2	-50	1	-50	1	-	4	300	6	50	-	-	4	-	
Três Coroas	2	2	0	6	200	4	-33,33	5	25	1	-80	6	500	1	-83,33	
São Francisco de Paula	12	3	-75	5	66,67	3	-40	2	-33,33	1	-50	2	100	3	50	
Cachoeirinha	10	21	110	13	-38,1	16	23,08	17	6,25	18	5,88	7	-61,11	9	28,57	
Campo Bom	9	11	22,22	6	-45,45	3	-50	4	33,33	5	25	7	40	4	-42,86	
Canoas	42	55	30,95	39	-29,09	47	20,51	38	-19,15	50	31,58	39	-22	36	-7,69	
Esteio	18	15	-16,67	11	-26,67	8	-27,27	6	-25	12	100	9	-25	12	33,33	
Porto Alegre	179	193	7,82	177	-8,29	132	-25,42	152	15,15	149	-1,97	160	7,38	155	-3,13	
São Leopoldo	18	18	0	21	16,67	27	28,57	23	-14,81	14	-39,13	11	-21,43	17	54,55	
Viamão	27	33	22,22	31	-6,06	26	-16,13	37	42,31	22	-40,54	30	36,36	27	-10	
Alvorada	38	31	-18,42	38	22,58	41	7,89	19	-53,66	31	63,16	27	-12,9	30	11,11	
Dois Irmãos	-	-	-	-	-	3	-	1	-66,67	-	-	-	-	-	-	
Estância Velha	7	4	-42,86	4	-	4	-	2	-50	2	-	5	150	4	-20	
Ivoti	4	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	1	-50	2	100	
Nova Hartz	4	2	-50	2	-	3	50	3	-	1	-66,67	5	400	1	-80	
Sapucaia do Sul	8	16	100	17	6,25	23	35,29	16	-30,43	12	-25	15	25	22	46,67	

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE H – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Municípios	População 1970		População 1980		População 1991		População 2000		População 2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rio Grande do Sul	3.620.588	3.134.870	5.385.866	2.556.856	6.994.134	2.141.345	8.317.984	1.869.814	9.100.291	1.593.638
População da Região	93.229	18.624	196.360	12.697	308.253	12.158	388.481	6.194	428.324	6.766
Taquara	18.270	12.897	30.342	11.034	35.100	7.367	43.125	9.700	45.276	9.380
Araricá	-	-	-	-	-	-	3.493	539	4.000	868
Glorinha	-	-	-	-	632	3.955	1.285	4.399	2.068	4.817
Gravataí	36.237	16.225	80.573	26.864	167.863	13.172	212.144	20.485	243.590	12.172
Novo Hamburgo	81.235	4.129	133.206	3.288	201.502	4.166	231.989	4.204	234.909	4.142
Parobé	-	-	-	-	30.771	1.224	43.439	1.337	48.612	2.869
Rolante	2.481	12.385	5.491	6.278	9.970	3.450	13.928	3.923	15.318	4.175
Sapiranga	11.336	5.066	30.776	6.512	52.907	5.768	65.785	3.404	72.323	2.697
Santo Antônio da Patrulha	15.705	37.921	16.330	25.033	21.065	19.542	23.483	13.552	28.105	11.574
Igrejinha	2.970	4.092	8.381	3.646	18.997	1.517	25.530	1.237	30.193	1.470
Três Coroas	2.392	3.978	6.862	3.608	11.862	3.225	17.067	2.363	20.553	3.302
São Francisco de Paula	7.074	24.731	9.899	13.238	11.191	8.060	12.269	7.456	13.007	7.533
Cachoeirinha	29.955	1.047	62.752	444	87.951	244	107.564	-	118.294	-
Campo Bom	14.771	1.846	32.162	1.623	46.481	1.395	51.838	2.180	57.345	2.736
Canoas	149.183	4.547	214.970	5.476	270.672	8.455	306.093	-	324.025	-
Esteio	32.895	1.702	50.206	757	70.468	79	79.961	87	80.562	107
Porto Alegre	869.730	15.815	1.114.851	10.627	1.247.529	15.874	1.320.739	39.851	1.409.939	-
São Leopoldo	62.990	1.443	94.868	3.720	160.358	7.549	192.895	652	213.361	849
Viamão	11.425	55.018	106.636	11.034	156.145	13.031	211.612	15.817	224.962	14.272
Alvorada	39.656	666	90.905	479	141.881	165	183.365	603	195.718	-
Dois Irmãos	2.760	11.043	9.730	5.475	17.851	1.100	22.272	163	27.276	296
Estância Velha	7.732	1.184	12.998	1.231	26.713	1.477	34.367	765	41.496	1.093
Ivoti	1.965	5.105	3.881	4.997	9.201	7.125	13.785	1.533	18.065	1.812
Nova Hartz	-	-	-	-	8.121	1.892	12.879	2.192	15.269	3.077
Sapucaia do Sul	41.116	626	78.846	515	104.486	399	121.813	938	130.500	488

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE I – PERCENTUAL DO CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO E RURAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Municípios	População 1980		População 1991		População 2000		População 2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rio Grande do Sul	48,757	-18,438	29,861	-16,251	18,928	-12,68	9,405	-14,77
População da Região Pesquisada	110,621	-31,825	56,984	-4,245	26,027	-49,054	10,256	9,235
Taquara	66,076	-14,445	15,681	-33,234	22,863	31,668	4,988	-3,299
Araricá	-	-	-	-	-	-	14,515	61,039
Glorinha	-	-	-	-	103,323	11,226	60,934	9,502
Gravataí	122,35	65,572	108,337	-50,968	26,379	55,519	14,823	-40,581
Novo Hamburgo	63,976	-20,368	51,271	26,703	15,13	0,912	1,259	-1,475
Parobé	-	-	-	-	41,169	9,232	11,909	114,585
Rolante	121,322	-49,31	81,57	-45,046	39,699	13,71	9,98	6,424
Sapiranga	171,489	28,543	71,91	-11,425	24,341	-40,985	9,938	-20,77
Santo Antônio da Patrulha	3,98	-33,986	28,996	-21,935	11,479	-30,652	19,682	-14,596
Igrejinha	182,189	-10,899	126,667	-58,393	34,39	-18,457	18,265	18,836
Três Coroas	186,873	-9,301	72,865	-10,615	43,88	-26,729	20,425	39,738
São Francisco de Paula	39,935	-46,472	13,052	-39,115	9,633	-7,494	6,015	1,033
Cachoeirinha	109,488	-57,593	40,156	-45,045	22,3	-	9,975	-
Campo Bom	117,737	-12,08	44,521	-14,048	11,525	56,272	10,623	25,505
Canoas	44,098	20,431	25,912	54,401	13,086	-	5,858	-
Esteio	52,625	-55,523	40,358	-89,564	13,471	10,127	0,752	22,989
Porto Alegre	28,184	-32,804	11,901	49,374	5,868	151,046	6,754	-
São Leopoldo	50,608	157,796	69,033	102,93	20,29	-91,363	10,61	30,215
Viamão	833,357	-79,945	46,428	18,099	35,523	21,38	6,309	-9,768
Alvorada	129,234	-28,078	56,076	-65,553	29,239	265,455	6,737	-
Dois Irmãos	252,536	-50,421	83,464	-79,909	24,766	-85,182	22,468	81,595
Estância Velha	68,107	3,97	105,516	19,984	28,653	-48,206	20,744	42,876
Ivoti	97,506	-2,116	137,078	42,586	49,821	-78,484	31,048	18,2
Nova Hartz	-	-	-	-	58,589	15,856	18,557	40,374
Sapucaia do Sul	91,765	-17,732	32,519	-22,524	16,583	135,088	7,131	-47,974

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE J – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES – PIB DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Município	Produto Interno Bruto a preços correntes em mil															
	1970	1975	1980	1985	1996	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rio Grande do Sul	24.495.519,19	41.568.481,27	56.012.276,35	62.384.889,87	74.467.318,31	85.137.348,99	92.310.085,00	105.486.811,00	124.551.266,00	137.830.679,00	144.218.199,00	156.826.941,00	176.615.069,00	199.494.250,00	215.863.884,00	252.482.597,00
Região	9.808.497,52	17.213.871,74	25.315.690,12	25.510.160,17	34.923.724,38	32.452.935,89	38.092.061,00	42.830.381,00	47.662.228,00	53.720.363,00	59.529.684,00	63.214.957,00	70.518.753,00	79.065.263,00	85.591.867,00	98.833.619,00
Taquara	89.516,08	208.319,01	308.703,89	416.997,61	636.991,29	714.416,61	281.288,00	305.865,00	331.374,00	374.367,00	415.681,00	433.307,00	474.174,00	511.484,00	563.392,00	744.861,00
Araricá	-	-	-	-	-	-	17.147,00	21.530,00	27.015,00	31.666,00	35.394,00	39.048,00	40.382,00	45.917,00	59.706,00	70.344,00
Glorinha	-	-	-	-	-	-	28.764,00	36.749,00	50.213,00	88.685,00	104.636,00	125.673,00	186.543,00	185.214,00	188.675,00	232.232,00
Gravatá	135.413,01	283.827,66	775.534,02	1.129.497,75	1.289.436,06	1.860.862,84	2.121.199,00	2.372.004,00	2.644.193,00	3.250.805,00	3.547.232,00	3.869.984,00	4.864.820,00	5.088.837,00	5.628.743,00	7.081.795,00
Novo Hamburgo	478.453,92	927.805,49	1.448.625,51	2.219.355,48	1.912.704,28	2.242.490,93	2.419.036,00	2.955.521,00	3.161.432,00	3.731.503,00	3.838.605,00	3.896.190,00	4.103.038,00	4.336.207,00	4.499.416,00	5.395.053,00
Parobé	-	-	-	-	-	-	402.985,00	415.953,00	416.322,00	423.234,00	450.579,00	433.747,00	475.978,00	461.854,00	512.049,00	656.365,00
Rolante	25.607,96	30.270,80	53.787,55	103.161,84	71.642,00	143.707,89	93.621,00	102.200,00	114.425,00	129.521,00	144.074,00	164.348,00	178.972,00	189.820,00	218.810,00	269.631,00
Sapiranga	72.891,60	187.798,12	393.607,49	537.397,94	595.645,40	879.500,35	588.296,00	673.429,00	720.655,00	803.040,00	807.455,00	836.954,00	891.146,00	985.016,00	1.101.220,00	1.375.090,00
Santo Antônio da Patrulha	98.689,56	135.285,80	181.691,60	189.184,89	133.029,31	220.221,99	187.299,00	223.591,00	265.347,00	286.524,00	299.255,00	320.320,00	368.831,00	449.566,00	496.113,00	599.210,00
Igrejinha	33.002,71	69.254,95	134.973,19	143.312,65	173.761,02	305.893,65	292.307,00	296.883,00	306.793,00	378.331,00	437.817,00	457.067,00	489.819,00	589.460,00	690.711,00	877.190,00
Três Coroas	23.980,75	53.348,18	99.871,25	114.220,40	123.537,19	226.390,77	198.047,00	198.507,00	234.288,00	270.036,00	294.520,00	297.582,00	315.951,00	336.152,00	410.240,00	544.987,00
São Francisco de Paula	41.237,88	70.304,10	106.434,67	99.997,66	109.724,42	129.946,05	113.098,00	125.210,00	137.509,00	167.708,00	189.210,00	208.440,00	219.140,00	266.922,00	322.702,00	326.804,00
Cachoeirinha	55.663,83	172.651,64	322.113,49	436.340,86	544.557,88	1.106.272,47	1.114.158,00	1.278.355,00	1.556.581,00	1.857.590,00	1.956.142,00	2.033.205,00	2.344.680,00	2.695.863,00	3.224.374,00	4.363.658,00
Campo Bom	94.333,15	213.853,08	391.443,54	643.149,48	455.640,76	946.457,16	822.344,00	884.943,00	949.092,00	1.095.280,00	1.130.890,00	1.097.267,00	1.114.921,00	1.169.383,00	1.244.126,00	1.562.191,00
Canoas	963.972,68	1.978.265,18	4.172.946,02	2.426.511,63	3.732.924,59	5.513.723,04	5.872.728,00	5.952.951,00	7.342.940,00	8.674.003,00	8.868.100,00	9.596.231,00	10.763.588,00	14.783.276,00	16.444.476,00	16.547.966,00
Esteio	241.393,64	415.870,99	527.110,07	561.457,99	769.071,12	1.013.459,26	1.024.038,00	1.186.944,00	1.358.348,00	1.414.372,00	1.525.405,00	1.681.715,00	1.851.287,00	2.071.535,00	2.227.060,00	2.572.026,00
Porto Alegre	6.464.493,60	10.753.292,65	13.796.156,78	13.371.985,67	20.365.559,20	12.034.841,53	17.746.589,00	20.389.623,00	21.871.109,00	23.780.238,00	28.132.955,00	30.130.789,00	33.590.020,00	35.844.547,00	37.787.913,00	43.038.100,00
São Leopoldo	319.198,46	627.934,32	990.307,14	1.265.006,68	1.534.479,87	1.408.374,55	1.492.979,00	1.637.057,00	1.902.405,00	2.134.740,00	2.286.853,00	2.390.553,00	2.664.680,00	3.002.492,00	3.302.153,00	4.125.575,00
Viamão	112.429,26	181.181,72	344.094,95	262.525,99	501.384,12	850.411,61	768.640,00	933.855,00	1.096.794,00	1.218.743,00	1.329.721,00	1.423.008,00	1.532.806,00	1.655.207,00	1.838.204,00	2.224.541,00
Alvorada	50.130,75	118.606,39	245.122,25	294.528,78	297.939,75	480.541,73	490.581,00	582.723,00	637.091,00	695.045,00	788.898,00	852.209,00	943.154,00	1.074.664,00	1.187.824,00	1.473.405,00
Dois Irmãos	32.757,35	73.219,48	94.567,67	170.039,64	262.670,38	457.887,51	332.312,00	391.556,00	415.826,00	465.141,00	447.633,00	452.372,00	470.343,00	495.264,00	555.140,00	723.380,00
Estância Velha	45.409,36	99.848,21	147.791,77	286.591,04	298.769,11	369.882,09	355.795,00	416.168,00	477.068,00	491.261,00	485.247,00	491.755,00	495.947,00	587.822,00	633.553,00	822.326,00
Ivoti	28.475,26	54.454,89	78.615,67	160.865,82	200.649,77	401.681,53	228.225,00	235.296,00	258.667,00	342.774,00	301.049,00	295.256,00	312.025,00	358.624,00	364.619,00	455.246,00
Nova Hartz	-	-	-	-	-	-	164.473,00	178.419,00	186.133,00	194.073,00	207.800,00	228.571,00	251.631,00	279.207,00	323.489,00	435.340,00
Sapucaia do Sul	401.446,72	558.479,07	702.191,59	678.030,38	913.606,87	1.145.972,32	936.112,00	1.035.049,00	1.200.608,00	1.421.683,00	1.504.533,00	1.459.366,00	1.574.877,00	1.600.930,00	1.767.159,00	2.316.303,00

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE K – PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL NO PERÍODO ENTRE 1970 A 2009 DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Município	Taxa de Crescimento Anual													
	70-75	70-80	70-85	70-96	70-00	70-01	70-02	70-03	70-04	70-05	70-06	70-07	70-08	70-09
Rio Grande do Sul	0,112	0,086	0,064	0,044	0,042	0,044	0,047	0,051	0,052	0,052	0,053	0,055	0,057	0,057
Taquara	0,184	0,132	0,108	0,078	0,072	0,038	0,039	0,040	0,043	0,045	0,045	0,046	0,047	0,048
Araricá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Glorinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gravataí	0,160	0,191	0,152	0,091	0,091	0,093	0,094	0,094	0,098	0,098	0,098	0,102	0,100	0,100
Novo Hamburgo	0,142	0,117	0,108	0,055	0,053	0,054	0,059	0,059	0,062	0,061	0,060	0,060	0,060	0,059
Parobé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rolante	0,034	0,077	0,097	0,040	0,059	0,043	0,044	0,046	0,049	0,051	0,053	0,054	0,054	0,057
Sapiranga	0,208	0,184	0,142	0,084	0,087	0,070	0,072	0,072	0,073	0,071	0,070	0,070	0,071	0,072
Santo Antônio da Patrulha	0,065	0,063	0,044	0,012	0,027	0,021	0,026	0,030	0,032	0,032	0,033	0,036	0,041	0,042
Igrejinha	0,160	0,151	0,103	0,066	0,077	0,073	0,071	0,070	0,074	0,077	0,076	0,076	0,079	0,081
Três Coroas	0,173	0,153	0,110	0,065	0,078	0,070	0,068	0,072	0,074	0,074	0,072	0,072	0,072	0,076
São Francisco de Paula	0,113	0,099	0,061	0,038	0,039	0,033	0,035	0,037	0,042	0,044	0,046	0,046	0,050	0,054
Cachoeirinha	0,254	0,192	0,147	0,092	0,105	0,101	0,103	0,106	0,109	0,107	0,105	0,106	0,108	0,110
Campo Bom	0,178	0,153	0,137	0,062	0,080	0,072	0,072	0,072	0,075	0,074	0,071	0,069	0,068	0,068
Canoas	0,155	0,158	0,063	0,053	0,060	0,060	0,059	0,063	0,067	0,065	0,066	0,067	0,074	0,075
Esteio	0,115	0,081	0,058	0,046	0,049	0,048	0,051	0,054	0,053	0,054	0,055	0,057	0,058	0,059
Porto Alegre	0,107	0,079	0,050	0,045	0,021	0,033	0,037	0,038	0,039	0,043	0,044	0,046	0,046	0,046
São Leopoldo	0,145	0,120	0,096	0,062	0,051	0,051	0,052	0,056	0,057	0,058	0,058	0,059	0,061	0,062
Viamão	0,100	0,118	0,058	0,059	0,070	0,064	0,068	0,071	0,073	0,073	0,073	0,073	0,073	0,074
Alvorada	0,188	0,172	0,125	0,071	0,078	0,076	0,080	0,080	0,080	0,082	0,082	0,083	0,084	0,085
Dois Irmãos	0,175	0,112	0,116	0,083	0,092	0,078	0,081	0,080	0,081	0,078	0,076	0,075	0,074	0,075
Estância Velha	0,171	0,125	0,131	0,075	0,072	0,069	0,072	0,074	0,073	0,070	0,068	0,067	0,070	0,070
Ivoti	0,138	0,107	0,122	0,078	0,092	0,069	0,068	0,069	0,076	0,070	0,067	0,067	0,069	0,068
Nova Hartz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapucaia do Sul	0,068	0,058	0,036	0,032	0,036	0,028	0,030	0,034	0,038	0,038	0,037	0,038	0,037	0,039

Fonte: IBGE (2010)



APÊNDICE L – PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL NO PERÍODO ENTRE 2001 A 2009 DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Município	2001-2002	2001-2003	2001-2004	2001-2005	2001-2006	2001-2007	2001-2008	2001-2009
Rio Grande do Sul	0,143	0,162	0,143	0,118	0,112	0,114	0,116	0,112
Taquara	0,087	0,085	0,100	0,103	0,090	0,091	0,089	0,091
Araricá	0,256	0,255	0,227	0,199	0,179	0,153	0,151	0,169
Glorinha	0,278	0,321	0,455	0,381	0,343	0,366	0,305	0,265
Gravataí	0,118	0,116	0,153	0,137	0,128	0,148	0,133	0,130
Novo Hamburgo	0,222	0,143	0,155	0,122	0,100	0,092	0,087	0,081
Parobé	0,032	0,016	0,016	0,028	0,015	0,028	0,020	0,030
Rolante	0,092	0,106	0,114	0,114	0,119	0,114	0,106	0,112
Sapiranga	0,145	0,107	0,109	0,082	0,073	0,072	0,076	0,082
Santo Antônio da Patrulha	0,194	0,190	0,152	0,124	0,113	0,120	0,133	0,129
Igrejinha	0,016	0,024	0,090	0,106	0,094	0,090	0,105	0,113
Três Coroas	0,002	0,088	0,109	0,104	0,085	0,081	0,079	0,095
São Francisco de Paula	0,107	0,103	0,140	0,137	0,130	0,117	0,131	0,140
Cachoeirinha	0,147	0,182	0,186	0,151	0,128	0,132	0,135	0,142
Campo Bom	0,076	0,074	0,100	0,083	0,059	0,052	0,052	0,053
Canoas	0,014	0,118	0,139	0,109	0,103	0,106	0,141	0,137
Esteio	0,159	0,152	0,114	0,105	0,104	0,104	0,106	0,102
Porto Alegre	0,149	0,110	0,102	0,122	0,112	0,112	0,106	0,099
São Leopoldo	0,097	0,129	0,127	0,112	0,099	0,101	0,105	0,104
Viamão	0,215	0,195	0,166	0,147	0,131	0,122	0,116	0,115
Alvorada	0,188	0,140	0,123	0,126	0,117	0,115	0,119	0,117
Dois Irmãos	0,178	0,119	0,119	0,077	0,064	0,060	0,059	0,066
Estância Velha	0,170	0,158	0,114	0,081	0,067	0,057	0,074	0,075
Ivoti	0,031	0,065	0,145	0,072	0,053	0,054	0,067	0,060
Nova Hartz	0,085	0,064	0,057	0,060	0,068	0,073	0,079	0,088
Sapucaia do Sul	0,106	0,132	0,149	0,126	0,093	0,091	0,080	0,083

Fonte: FFE (2010)

APÊNDICE M – AS 10 MAIORES EMPRESAS ARRECADADORAS DE ICMS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA NO PERÍODO DE 2008

<b>ANO BASE 2008</b>			
	Razão Social	Saídas/Entradas	% do Município
1	Calçados Beira Rio S/A	32.307.444,02	23,78
2	Pirisa Piretro Ind. Ltda	9.758.461,68	7,18
3	Borrachas CV Ltda	7.387.685,25	5,44
4	Unida Sul Distribuidora Alimentícia S/A	5.881.408,07	4,33
5	Filler Aleminentos e Bebidas Ltda	5.279.915,74	3,89
6	Italforma Ind. De Componentes para Calçados Ltda	5.210.810,48	3,83
7	Prativita Alimentos Nutricionais Ltda	4.089.027,48	3,01
8	Cooperativa taquarense de Laticícios Ltda	4.080.660,49	3
9	Candemil Motos Ltda	3.535.537,19	2,6
10	Lins Ferrão Arts do Vest. Ltda	3.435.707,14	2,53
<b>TOTAL</b>			<b>59,59</b>

Fonte: Prefeitura municipal de Taquara (2010)

APÊNDICE N – AS 10 MAIORES EMPRESAS ARRECADADORAS DE ICMS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA NO PERÍODO DE 2009

<b>ANO BASE 2009</b>			
	Razão Social	Saídas/Entradas	% do Município
1	Calçados Beira Rio S/A	29.337.174,58	21,14
2	Filler Aleminentos e Bebidas Ltda	8.431.168,11	6,07
3	Pirisa Piretro Ind. Ltda	7.981.635,02	5,75
4	Borrachas CV Ltda	6.491.228,50	4,68
5	Unida Sul Distribuidora Alimentícia S/A	6.232.834,91	4,49
6	Mineoro Ind. Eletrônic Ltda	4.808.871,53	3,46
7	FH Comasseto Mat. De construção Ltda	3.917.065,58	2,82
8	Lins Ferrão Arts do Vest. Ltda	3.841.444,80	2,77
9	Italforma Ind. De Componentes para Calçados Ltda	3.593.627,19	2,59
10	Prativita Alimentos Nutricionais Ltda	3.554.434,70	2,56
<b>TOTAL</b>			<b>56,33</b>

Fonte: Prefeitura municipal de Taquara (2010)

APÊNDICE O – AS 10 MAIORES EMPRESAS ARRECADADORAS DE ICMS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA NO PERÍODO DE 2010

<b>ANO BASE 2010</b>			
	Razão Social	Saídas/Entradas	% do Município
1	Calçados Beira Rio S/A	34.913.499,44	18,03
2	Crysalis Sempre Mio Ind. E Com. De Calçados Ltda	17.694.024,25	9,14
3	Filler Alementos e Bebidas Ltda	10.944.861,67	5,65
4	Pirisa Piretro Ind. Ltda	9.283.869,23	4,79
5	Prativita Alimentos Nutricionais Ltda	6.963.305,86	3,6
6	Cooperativa taquarense de Laticícios Ltda	6.782.957,22	3,5
7	FH Comasseto Mat. De construção Ltda	5.865.460,87	3,03
8	Unida Sul Distribuidora Alimentícia S/A	5.665.226,94	2,92
9	Lins Ferrão Arts do Vest. Ltda	4.471.529,61	2,31
10	Osmar R. Rothmann e Cia Ltda	4.371.322,63	2,26
<b>TOTAL</b>			<b>55,23</b>

Fonte: Prefeitura municipal de Taquara (2010)

APÊNDICE P – PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARA COMPARADA COM A DA REGIÃO (1990-2010) EM PERCENTUAIS

	Produção da Lavoura Temporária do município de Taquara comparada com a da Região (1990-2010) em Percentuais																				
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alho	6,02	5,48	6,02	5,03	5,03	5,06		7,78	0,84	0,85	0,74	0,73	0,59	0,50	0,50	0,47	0,47	0,50	0,51	0,45	0,45
Amendoim	4,76	4,55	4,55	5,26	5,11	4,93	2,63	12,28	10,47	1,79	1,72	1,67	1,61	1,56	1,35	1,89	1,69	1,49	2,00	1,96	1,85
Arroz	1,42	1,40	1,33	1,30	1,27	1,46	0,36	2,37	0,40	0,57	0,54	0,99	0,84	1,83	1,59	1,52	1,56	1,53	2,20	1,85	2,26
Batata Doce	2,41	2,45	2,48	3,14	3,33	1,18	0,31	1,41	1,51	0,86	1,33	1,35	1,33	1,19	1,11	1,11	1,38	1,38	1,53	1,47	1,49
Batata Inglesa	1,63	1,74	1,74	2,52	2,90	3,22	0,14		1,65	0,35	0,39	0,33	0,35	0,25	0,17	0,09	0,11	0,08	0,08	0,08	0,10
Cana de açúcar	4,27	4,39	4,06	5,44	5,54	5,54	3,97	6,25	5,94	3,97	7,62	5,57	4,65	4,31	3,94	5,67	3,75	3,75	3,18	5,82	5,70
Cebola	1,87	3,37	3,51	4,86	5,06	5,17	2,17		1,69	3,57	3,95	3,84	4,39	5,25	4,90	5,19	4,67	4,40	5,08	5,19	5,19
Feijão	4,76	3,58	3,62	3,50	3,47	5,47	8,27	11,94	7,40	9,37	5,92	6,82	6,77	7,03	6,48	5,25	5,44	2,71	5,77	5,30	4,71
Fumo (folha)	1,04	0,09	0,09	0,08	0,09	0,09	0,31		1,46	2,94					27,84	23,89	15,25	27,27	18,00	20,00	13,25
Mandioca	3,08	2,98	4,81	4,91	4,49	4,61	6,99	9,22	6,35	6,90	8,58	6,45	5,78	5,26	5,25	5,82	5,52	5,31	5,40	5,99	4,33
Melancia	11,71	11,30	11,47	13,10	12,04	12,97	10,25	16,11	11,15	9,91	7,52	5,88	5,69	7,33	7,32	7,93	10,11	5,18	4,64	5,90	2,32
Melão	4,62	5,05	5,28	6,32	6,46	7,14	9,05	7,80	10,96	5,11	3,34	3,21	2,31	1,77	1,76	1,77	1,78	1,57	1,56	1,29	0,29
Milho	10,55	11,56	11,23	9,17	8,89	8,07	9,82	14,10	12,48	15,55	16,05	9,78	9,72	6,48	11,85	9,78	4,01	3,32	4,98	4,68	4,57
Tomate			0,89	2,92	2,71	36,79	3,39	17,11	13,55	14,01	17,49	19,31	17,03	18,71	18,80	19,63	16,25	16,17	10,11	9,66	10,06
Trigo	5,41	5,00	5,00	5,00	10,81	17,39															

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE Q – PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARA COMPARADA COM A DA REGIÃO (1990-2010) EM PERCENTUAIS

	Produção da Lavoura Temporária do município de Taquara comparada com a da Região (1990-2010) em Percentuais																				
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cebola	1,87	3,37	3,51	4,86	5,06	5,17	2,17		1,69	3,57	3,95	3,84	4,39	5,25	4,90	5,19	4,67	4,40	5,08	5,19	5,19
Feijão	4,76	3,58	3,62	3,50	3,47	5,47	8,27	11,94	7,40	9,37	5,92	6,82	6,77	7,03	6,48	5,25	5,44	2,71	5,77	5,30	4,71
Fumo (folha)	1,04	0,09	0,09	0,08	0,09	0,09	0,31		1,46	2,94					27,84	23,89	15,25	27,27	18,00	20,00	13,25
Mandioca	3,08	2,98	4,81	4,91	4,49	4,61	6,99	9,22	6,35	6,90	8,58	6,45	5,78	5,26	5,25	5,82	5,52	5,31	5,40	5,99	4,33
Tomate			0,89	2,92	2,71	36,79	3,39	17,11	13,55	14,01	17,49	19,31	17,03	18,71	18,80	19,63	16,25	16,17	10,11	9,66	10,06

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE R – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS PERMANENTES NO VAB AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA (2000-2009)

<b>Participação da produção das Lavouras Permanentes no VAB agropecuário do município de Taquara (2000-2009)</b>										
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Banana (cacho) (Ton.)	2,13	2,52	4,11	2,61	2,14	1,59	1,33	1,13	1,32	1,18
Goiaba (Ton.)	1,31	0,96	0,91	0,96	0,49	0,55	1,39	1,75	1,18	1,61
Laranja (Ton.)	11,13	11,67	16,12	12,29	8,24	8,98	6,94	8,07	7,59	7,65
Tangerina (Ton.)	4,24	1,37	2,36	0,66	0,57	1,06	1,03	0,89	0,68	1,35
Caqui (Toneladas)	0,23	0,22	0,21	0,39	0,30	0,35	0,30	0,32	0,21	0,32

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE S – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS PERMANENTES DO MUNICÍPIO DE TAQUARA- RS (1990-2009)  
EM TONELADAS

Produção da Lavoura Permanente do município de Taquara - RS (1990-2010) em Toneladas																					
Produto	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Abacate	-	90	90	90	90	100	121	125	121	114	116	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
Banana	128	128	128	135	128	128	29	128	45	37	37	375	375	375	375	375	375	375	375	374	375
Caqui	32	32	32	32	32	32	124	33	124	124	124	25	25	50	50	50	50	50	50	50	50
Figo	276	276	276	276	276	276	-	270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiaba	1250	750	750	750	750	744	200	1860	1860	1860	1860	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180
Laranja	0	4144	4144	4144	5600	5600	4599	11000	11000	11000	11000	1760	1760	1760	1760	1760	1760	1760	1760	1760	1760
Limão	1464	1464	1464	1464	1464	455	730	435	435	435	435	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Mamão	25	25	25	25	25	10	19	10	10	10	10	10	10	10	10	5	5	5	5	5	5
Pera	38	38	38	38	38	38	108	37	108	108	108	18	18	36	36	36	36	36	36	18	18
Pêssego	165	165	165	165	165	165	179	165	150	100	100	12	12	12	12	12	12	12	12	36	36
Tangerina	3040	3040	3040	3040	3040	3465	2800	3500	2800	3850	3850	270	270	270	270	270	270	270	270	402	403
Uva	30	5	5	5	5	50	-	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: IBGE (2010)



APÊNDICE T – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DA LAVOURA PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE TAQUARA COMPARADA COM A REGIÃO (1990-2010)

Percentual da produção da Lavoura Permanente do município de Taquara comparada com a Região (1990-2010)																					
Produto	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Abacate		4,81	4,93	6,19	7,05	7,52	15,45	12,08	16,31	16,64	16,64	20,77	22,29	20,35	20,29	20,23	20,53	20,53	20,83	21,47	21,15
Banana	38,21	38,10	37,21	38,46	37,10	37,10	14,65	38,79	20,27	17,37	27,41	31,57	21,20	21,10	20,30	20,42	20,42	20,88	20,88	20,69	20,37
Caqui	3,17	2,85	1,79	2,57	2,55	2,07	10,55	4,46	11,97	7,50	9,31	12,32	9,77	16,29	15,77	17,01	15,53	15,53	15,53	15,58	17,06
Goiaba	6,09	2,86	5,84	4,95	2,87	3,41	1,77	4,88	7,52	8,66	13,62	13,67	13,57	11,29	15,73	15,83	15,90	15,90	16,45	16,53	16,32
Laranja		4,16	4,03	4,38	6,19	6,19	6,66	17,94	12,98	13,65	13,47	13,38	12,60	13,34	13,57	13,60	13,49	15,03	15,12	15,20	14,40

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE U – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DA LAVOURA PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE TAQUARA COMPARADA COM A REGIÃO (1990-2010)

Percentual da produção da Lavoura Permanente do município de Taquara comparada com a Região (1990-2010)																					
Produto	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Abacate		4,81	4,93	6,19	7,05	7,52	15,45	12,08	16,31	16,64	16,64	20,77	22,29	20,35	20,29	20,23	20,53	20,53	20,83	21,47	21,15
Banana	38,21	38,10	37,21	38,46	37,10	37,10	14,65	38,79	20,27	17,37	27,41	31,57	21,20	21,10	20,30	20,42	20,42	20,88	20,88	20,69	20,37
Caqui	3,17	2,85	1,79	2,57	2,55	2,07	10,55	4,46	11,97	7,50	9,31	12,32	9,77	16,29	15,77	17,01	15,53	15,53	15,53	15,58	17,06
Figo	14,7	14,94	14,9	15,9	15,9	16		28,33													
Goiaba	6,09	2,86	5,84	4,95	2,87	3,41	1,77	4,88	7,52	8,66	13,62	13,67	13,57	11,29	15,73	15,83	15,90	15,90	16,45	16,53	16,32
Laranja		4,16	4,03	4,38	6,19	6,19	6,66	17,94	12,98	13,65	13,47	13,38	12,60	13,34	13,57	13,60	13,49	15,03	15,12	15,20	14,40
Limão	5,50	5,93	6,97	15,12	18,03	6,55	16,58	7,82	6,84	7,26	7,12	4,86	4,30	4,41	4,37	4,48	4,37	4,37	4,64	4,67	4,67
Mamão	21,37	20,49	20,49	17,86	18,12	8,13	28,79	8,70	11,36	11,49	12,66	12,35	10,75	10,20	10,20	6,41	6,49	6,49	6,94	8,20	8,20
Pera	2,82	3,01	3,13	3,19	3,23	3,26	8,48	4,47	11,04	15,17	11,16	2,36	5,36	10,17	10,20	10,20	10,43	10,43	5,50	21,18	17,48
Pêssego	0,39	0,40	0,41	0,38	0,38	0,47	1,42	1,70	0,99	0,27	0,65	1,20	0,49	0,47	0,91	0,91	0,93	1,35	3,07	2,98	2,65
Tangerina	10,84	10,76	9,11	10,46	11,26	12,32	12,63	14,89	15,94	15,18	15,27	9,88	10,84	9,75	9,48	9,52	9,65	8,77	8,77	12,52	12,55
Uva	0,81	0,07	0,06	0,06	0,06	1,25		2,10	1,87	1,73	1,76	1,97	1,76	1,86	1,80	1,76	1,79	1,68	1,60	1,50	1,53

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE V – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DA LAVOURA PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE TAQUARA COMPARADA COM A REGIÃO (1990-2010)

Percentual da produção da Lavoura Permanente do município de Taquara comparada com a Região (1990-2010)																					
Produto	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Abacate		4,81	4,93	6,19	7,05	7,52	15,45	12,08	16,31	16,64	16,64	20,77	22,29	20,35	20,29	20,23	20,53	20,53	20,83	21,47	21,15
Banana	38,21	38,10	37,21	38,46	37,10	37,10	14,65	38,79	20,27	17,37	27,41	31,57	21,20	21,10	20,30	20,42	20,42	20,88	20,88	20,69	20,37
Caqui	3,17	2,85	1,79	2,57	2,55	2,07	10,55	4,46	11,97	7,50	9,31	12,32	9,77	16,29	15,77	17,01	15,53	15,53	15,53	15,58	17,06
Figo	14,7	14,94	14,9	15,9	15,9	16		28,33													
Goiaba	6,09	2,86	5,84	4,95	2,87	3,41	1,77	4,88	7,52	8,66	13,62	13,67	13,57	11,29	15,73	15,83	15,90	15,90	16,45	16,53	16,32
Laranja		4,16	4,03	4,38	6,19	6,19	6,66	17,94	12,98	13,65	13,47	13,38	12,60	13,34	13,57	13,60	13,49	15,03	15,12	15,20	14,40
Limão	5,50	5,93	6,97	15,12	18,03	6,55	16,58	7,82	6,84	7,26	7,12	4,86	4,30	4,41	4,37	4,48	4,37	4,37	4,64	4,67	4,67
Mamão	21,37	20,49	20,49	17,86	18,12	8,13	28,79	8,70	11,36	11,49	12,66	12,35	10,75	10,20	10,20	6,41	6,49	6,49	6,94	8,20	8,20
Pera	2,82	3,01	3,13	3,19	3,23	3,26	8,48	4,47	11,04	15,17	11,16	2,36	5,36	10,17	10,20	10,20	10,43	10,43	5,50	21,18	17,48
Pêssego	0,39	0,40	0,41	0,38	0,38	0,47	1,42	1,70	0,99	0,27	0,65	1,20	0,49	0,47	0,91	0,91	0,93	1,35	3,07	2,98	2,65
Tangerina	10,84	10,76	9,11	10,46	11,26	12,32	12,63	14,89	15,94	15,18	15,27	9,88	10,84	9,75	9,48	9,52	9,65	8,77	8,77	12,52	12,55
Uva	0,81	0,07	0,06	0,06	0,06	1,25		2,10	1,87	1,73	1,76	1,97	1,76	1,86	1,80	1,76	1,79	1,68	1,60	1,50	1,53

Fonte: Autor (2010)

## APÊNDICE W – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DA LAVOURA PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE TAQUARA COMPARADA COM A REGIÃO (1974-2010)

Rebanho de Taquara – RS																																							
Produto	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Bovinos	3328 2	3258 5	3280 4	3306 0	33829	33200	3260 0	3191 7	3195 5	2578 4	2464 9	2520 0	2339 4	2229 2	2171 9	2500 0	2490 0	2520 0	2505 0	2560 0	2540 0	2617 7	2380 0	2430 0	2280 0	2348 4	2484 7	2517 6	2415 6	2853 9	2814 3	2538 5	2652 7	2626 1	2001 8	1941 7	2666 8		
Equinos	1315	1427	746	763	665	520	580	585	560	450	450	480	460	250	980	900	730	720	750	1500	1490	1564	426	430	450	459	440	450	761	752	774	712	744	758	688	660	640		
Bubalinos				60	40	36	48	52	43	14	14	20	152	235	400	380	450	490	455	878	883	1058	431	450	430	443	522	480	610	1661	1544	603	639	645	350	328	1282		
Asininos	13	13	1				3	3	3	3	3	3	5	8	15	12	10	8	8	7	7	8	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4
Muares	32	34	19	21	20	18	22	25	25	20	20	20	15	12	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	
Suínos	9600	9303	9137	9228	2077	1979	8200	7870	7120	6350	6500	7000	7566	6800	3100	3300	3962	4007	3622	3729	3390	3679	3314	3420	3525	3733	3172	3574	2473	2331	2463	2229	2351	2397	1375	1347	1369		
Caprinos	136	94	99	103	90	100	95	92	95	75	80	85	65	180	100	110	130	140	145	150	140	150	128	130	140	144	156	150	115	113	115	104	107	109	110	112	114		
Ovinos	603	630	717	706	733	773	1124	1130	965	890	850	830	289	325	120	1150	650	710	690	1315	1196	1430	737	800	760	775	814	800	475	532	494	450	470	479	524	513	502		
Frangos, galos	4500 0	2966 5	2774 5	3350 0				5568 0	5365 0	2871 0	3120 0	4840 0	8445 3	9668 0	8510 0	8300 0	5000 0	4650 0	4230 0	3430 0	3250 0	3130 0	2800 0	2850 0	2700 0	2835 0	2793 5	2711 8	2494 8	2345 1	2134 0	1924 9	2021 1	2000 8	7845	7531	7305		
Galinhas	7500 0	5530 0	5334 8	5073 0	10020 0	12010 0	9580 0	4032 0	3885 0	2585 0	2750 0	2650 0	6088 9	7070 0	6000 0	5800 0	2900 0	2700 0	2500 0	2050 0	2000 0	1950 0	1900 0	2000 0	2230 0	2341 5	2247 8	2379 5	2212 9	2124 3	2037 0	1839 4	1931 3	1911 9	1085 0	1041 6	1010 3		
Codornas	1000	1000	1110	1150	900	600	120	140	120	40	45	90	970	780	600	550	500	465	450	400	370	400	2659	2730	3050	2928	3425	3500	3203	3010	2754	2484	2608	2660	115	117	120		
Coelhos	1500	1620	1701	1200	1050	1100	780	850	980	750	630	650	1300	1400	1470	1650	1350	1280	1150	1000	930	1020	180	185	160	165	179	184	188	186	176	190	182	187	169	165	161		

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE X – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DO REBANHO DE TAQUARA COMPARADA COM A DO RS (1974-2010)

Percentual do Rebanho de Taquara comparada com a do RS																																						
Produto	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	
Bovinos	0,26	0,25	0,25	0,26	0,28	0,27	0,23	0,23	0,22	0,19	0,18	0,19	0,17	0,16	0,16	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,17	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,18	0,18	0,17	0,20	0,19	0,18	0,19	0,19	0,14	0,14	0,18	
Equinos	0,18	0,18	0,12	0,12	0,11	0,09	0,10	0,10	0,10	0,08	0,08	0,09	0,08	0,04	0,17	0,15	0,12	0,12	0,12	0,24	0,24	0,26	0,09	0,08	0,09	0,09	0,09	0,09	0,16	0,15	0,16	0,15	0,16	0,17	0,15	0,15	0,14	
Bubalinos				1,30	0,74	0,47	0,41	0,37	0,25	0,08	0,08	0,10	0,57	0,70	1,08	0,80	0,87	0,93	0,60	1,07	0,99	1,10	0,57	0,59	0,53	0,54	0,65	0,57	0,76	1,90	1,80	0,73	0,80	0,90	0,49	0,44	1,63	
Asininos	0,15	0,14	0,13				0,26	0,25	0,26	0,26	0,18	0,19	0,29	0,42	0,80	0,57	0,47	0,38	0,37	0,31	0,31	0,35	0,23	0,28	0,23	0,29	0,29	0,31	0,31	0,28	0,32	0,27	0,27	0,27	0,25	0,23	0,26	
Muares	0,08	0,08	0,06	0,07	0,07	0,07	0,09	0,10	0,10	0,08	0,08	0,08	0,06	0,05	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,03	0,04	0,05	0,05	0,05	0,06	
Suínos	0,22	0,16	0,16	0,20	0,05	0,05	0,14	0,16	0,14	0,14	0,14	0,16	0,17	0,17	0,09	0,09	0,11	0,10	0,09	0,09	0,08	0,09	0,08	0,08	0,09	0,08	0,09	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,02
Caprinos	0,16	0,15	0,14	0,15	0,14	0,15	0,14	0,13	0,13	0,10	0,10	0,11	0,08	0,20	0,11	0,11	0,12	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,19	0,19	0,20	0,19	0,21	0,20	0,15	0,15	0,14	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	
Ovinos	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Frangos, galos	0,20	0,14	0,15	0,15				0,12	0,12	0,07	0,07	0,11	0,20	0,21	0,17	0,15	0,09	0,07	0,06	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01
Galinhas	0,57	0,43	0,33	0,36	0,27	0,30	0,16	0,20	0,20	0,13	0,13	0,13	0,29	0,34	0,30	0,29	0,14	0,07	0,06	0,05	0,05	0,09	0,09	0,10	0,10	0,10	0,10	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,05	0,05	0,05	
Codornas	6,46	7,37	3,90	13,84	16,15	9,13	1,19	0,51	0,57	0,20	0,13	0,24	1,69	0,84	0,65	0,57	0,43	0,32	0,24	0,30	0,23	0,26	0,91	1,00	1,01	1,09	1,23	1,28	1,03	0,98	0,82	0,70	0,73	0,71	0,03	0,03	0,03	
Coelhos	0,73	0,68	0,67	0,59	0,56	0,58	0,41	0,42	0,55	0,50	0,44	0,44	0,86	0,84	0,81	0,88	0,65	0,58	0,48	0,42	0,40	0,50	0,19	0,18	0,15	0,16	0,16	0,16	0,17	0,17	0,16	0,19	0,18	0,19	0,18	0,18	0,19	

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE Y – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DO REBANHO DE TAQUARA COMPARADA COM A DO RS (1974-2010)

Percentual do Rebanho de Taquara comparada com a da Região																																					
	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Bovinos	6,26	6,05	6,02	5,99	6,44	6,36	5,83	5,67	5,78	4,77	4,84	4,96	4,93	4,80	4,68	5,91	6,10	6,21	6,14	6,30	6,09	6,15	6,49	6,84	6,53	6,76	7,22	6,73	6,25	7,01	6,78	6,42	6,86	6,81	5,33	5,18	6,69
Equinos	5,36	5,37	3,48	3,53	2,80	2,42	2,66	2,63	2,55	1,93	2,00	2,07	1,94	1,11	4,21	4,21	3,60	3,61	3,68	7,21	6,83	6,82	2,57	2,39	2,46	2,39	2,06	2,13	3,18	3,05	3,05	1,96	2,14	2,26	2,06	1,90	1,88
Bubalinos	0	0	0	14,63	10,13	5,55	5,78	5,68	5,20	1,78	1,79	2,25	8,54	9,95	13,72	14,25	21,36	17,94	15,08	17,96	15,25	17,50	10,32	8,18	8,07	8,29	9,23	8,62	10,12	25,96	22,97	11,57	12,57	12,42	8,18	7,20	16,45
Asininos	3,90	3,80	4,55	0	0	0	13,04	12,50	15,00	14,29	15,00	14,29	19,23	23,53	32,61	38,71	37,04	34,78	34,78	19,44	21,88	17,78	8,16	8,89	9,52	9,43	9,43	8,77	8,20	8,93	8,47	7,55	5,63	5,19	5,13	5,13	5,33
Muares	1,55	1,54	1,52	1,62	1,50	1,44	1,67	1,84	1,86	1,50	1,50	1,51	1,10	1,23	0,21	0,29	0,31	0,33	0,33	0,40	0,46	0,44	1,00	0,66	0,71	1,02	0,95	0,98	1,03	1,50	1,82	1,42	1,90	1,77	1,83	1,69	2,13
Suínos	7,55	6,72	6,61	7,67	2,03	1,90	6,10	6,06	6,01	5,45	5,62	6,09	5,98	6,20	2,98	3,19	3,22	3,10	3,00	3,33	2,98	2,92	4,06	4,37	4,46	4,98	4,08	4,39	3,28	3,85	4,01	3,50	3,77	3,96	2,31	2,41	2,43
Caprinos	5,76	6,30	5,88	6,39	5,61	5,45	4,96	4,37	4,05	3,08	3,26	3,28	1,97	4,31	2,24	2,75	3,48	3,90	3,79	4,10	3,97	4,10	4,24	4,27	4,53	4,06	3,79	3,39	2,81	2,66	2,82	2,51	2,58	2,66	2,40	2,29	1,66
Ovinos	1,18	1,42	1,61	1,56	2,50	2,36	3,08	2,68	2,37	2,16	2,06	1,96	0,68	0,76	0,27	2,82	1,64	1,70	1,67	3,13	2,43	2,82	1,63	2,15	2,01	2,06	2,27	2,38	1,58	1,99	1,89	1,90	1,99	2,02	2,04	1,96	1,39
Frangos, galos	1,64	1,45	4,00	2,07	0	0	0	2,40	2,11	0,89	0,97	1,45	2,75	3,53	2,82	2,92	0,81	0,42	0,41	0,32	0,37	0,10	1,58	1,51	1,43	2,83	2,86	3,27	3,41	2,83	3,45	2,96	3,05	3,05	1,29	1,36	1,32
Galinhas	4,67	7,05	3,24	5,94	3,56	3,34	2,59	2,03	1,95	1,14	1,25	1,15	2,51	2,74	2,27	2,34	0,99	0,13	0,11	0,08	0,08	0,49	0,57	0,77	0,87	0,55	0,58	3,45	3,48	3,32	2,85	2,83	2,89	3,93	2,44	2,64	1,87
Codornas	14,87	20,93	21,77	24,47	56,25	33,71	2,92	3,53	3,55	1,14	0,26	0,42	3,67	1,60	1,44	1,59	1,16	0,67	0,46	1,34	0,89	0,86	3,36	5,13	3,49	3,81	4,08	4,12	2,67	2,39	2,07	1,87	2,11	2,63	0,16	0,18	0,24
Coelhos	3,79	3,87	3,91	3,05	3,37	3,97	3,54	3,66	4,25	3,42	2,91	3,05	6,31	7,01	7,34	10,03	7,19	6,80	6,08	6,70	10,55	11,16	3,30	3,63	3,18	2,87	2,34	2,19	2,65	2,66	2,16	2,19	1,93	2,01	2,04	2,06	2,01

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE Z- EVOLUÇÃO DO VAB AGROPECUÁRIO DO ESTADO, REGIÃO E DE TAQUARA, BEM COMO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARA – RS (2000-2009)

	<b>VAB - Lavouras Temporárias (mil reais) dos produtos</b>									
<b>Território</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Rio Grande do Sul	5.983.465,00	8.315.648,00	9.241.862,00	13.935.616,00	12.674.434,00	8.764.511,00	12.570.977,00	15.118.205,00	18.121.799,00	18.622.363,00
Região	145.960,00	183.262,00	212.789,00	259.378,00	371.566,00	259.883,00	307.899,00	296.399,00	392.498,00	467.307,00
<b>Taquara</b>	<b>7.271,00</b>	<b>9.369,00</b>	<b>10.140,00</b>	<b>10.692,00</b>	<b>16.625,00</b>	<b>14.109,00</b>	<b>14.218,00</b>	<b>14.001,00</b>	<b>15.397,00</b>	<b>16.414,00</b>

<b>Produtos (t)</b>	<b>Valor da Produção da Lavoura Temporária (mil reais)</b>									
Alho	0,36	0,28	0,36	0,26	0,15	0,23	0,16	0,16	0,10	0,18
Amendoim (em casca)	0,01	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
Arroz (em casca)	3,12	3,96	4,85	17,70	32,93	30,53	10,47	11,78	18,54	18,23
Batata-doce	0,61	0,60	0,57	0,56	0,38	0,45	0,25	0,25	0,21	0,24
Batata-inglesa	0,39	0,53	0,50	0,52	0,29	0,23	0,44	0,10	0,25	0,26
Cana de açúcar	0,85	0,75	0,69	0,67	0,46	0,56	1,32	1,30	0,92	1,75
Cebola	0,39	0,44	0,35	0,49	0,31	0,33	0,23	0,16	0,19	0,26
Feijão (em grão)	1,25	1,04	1,62	1,08	0,76	0,93	0,67	0,17	0,95	0,79
Fumo (em folha)					0,60	0,69	0,78	0,77	0,18	0,49
Mamona (baga)								0,04		
Mandioca	21,32	13,24	17,08	21,32	16,87	17,01	24,76	8,94	11,42	9,54
Melancia	0,92	1,34	1,00	0,98	0,59	0,69	0,67	0,41	0,43	0,72
Melão	0,14	0,09	0,13	0,11	0,08	0,08	0,08	0,05	0,05	0,05
Milho (em grão)	8,94	3,84	4,83	4,16	7,43	2,86	1,61	2,04	4,14	2,74
Tomate	2,57	3,55	3,37	2,61	1,54	3,28	1,60	2,76	1,55	1,27

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE AA - EVOLUÇÃO DO VAB AGROPECUÁRIO DO ESTADO, REGIÃO E DE TAQUARA, BEM COMO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARA – RS (2000-2009).

Território	VAB Agropecuário de Taquara- RS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rio Grande do Sul	5.983.465,00	8.315.648,00	9.241.862,00	13.935.616,00	12.674.434,00	8.764.511,00	12.570.977,00	15.118.205,00	18.121.799,00	18.622.363,00
Região	145.960,00	183.262,00	212.789,00	259.378,00	371.566,00	259.883,00	307.899,00	296.399,00	392.498,00	467.307,00
<b>Taquara</b>	<b>7.271,00</b>	<b>9.369,00</b>	<b>10.140,00</b>	<b>10.692,00</b>	<b>16.625,00</b>	<b>14.109,00</b>	<b>14.218,00</b>	<b>14.001,00</b>	<b>15.397,00</b>	<b>16.414,00</b>

Produtos (t)	Participação dos produtos da Lavoura Permanente no VAB Agropecuário Taquarense									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacate	0,41	0,37	0,55	0,83	0,56	0,25	0,22	0,21	0,22	0,23
Banana	2,13	2,52	4,11	2,61	2,14	1,60	1,33	1,13	1,32	1,18
Caqui	0,23	0,22	0,21	0,39	0,30	0,35	0,30	0,32	0,21	0,32
Goiaba	1,31	0,96	0,91	0,96	0,49	0,54	1,40	1,75	1,18	1,61
Laranja	11,12	11,66	16,12	12,29	8,24	8,98	6,94	8,07	7,59	7,65
Limão	0,52	0,27	0,24	0,35	0,14	0,16	0,22	0,23	0,12	0,13
Mamão	0,07	0,05	0,10	0,09	0,06	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03
Pera	0,14	0,28	0,36	0,63	0,32	0,33	0,22	0,31	0,15	0,15
Pêssego	0,15	0,13	0,16	0,14	0,10	0,09	0,12	0,14	0,37	0,27
Tangerina	4,24	1,37	2,36	0,66	0,57	1,05	1,03	0,89	0,68	1,35
Uva	0,82	0,48	0,40	0,30	0,33	0,21	0,44	0,35	0,31	0,38

Fonte: IBGE (2010)



APÊNDICE AB - PARTICIPAÇÃO DO VAB AGROPECUÁRIO DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO VAB DO ESTADO (1990-2009)

Território	VAB Agropecuário														
	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Taquara</b>	2,87	4,31	6,42	5,20	4,71	4,98	5,11	4,77	4,12	4,47	5,43	4,62	4,72	3,92	3,51
Araricá			0,25	0,27	0,24	0,24	0,28	0,48	0,39	0,37	0,41	0,43	0,32	0,28	0,30
Glorinha	3,84	3,61	3,77	3,96	3,43	3,41	3,46	3,53	3,56	2,93	3,55	3,07	3,25	3,16	3,01
Gravataí	5,37	4,31	3,87	3,35	3,99	4,22	4,48	4,28	4,55	3,17	4,50	4,06	4,37	3,89	3,68
Novo Hamburgo	2,32	2,19	2,96	3,08	2,26	2,49	3,88	3,67	3,12	2,44	3,30	3,14	3,21	3,18	3,09
Parobé	0,57	1,17	1,24	1,32	1,47	1,60	1,96	1,69	1,44	1,16	1,38	1,34	1,11	1,01	0,99
Rolante	2,23	2,90	6,12	6,02	5,31	5,56	5,94	5,76	4,99	4,29	5,11	5,92	4,35	3,86	3,50
Sapiranga	0,54	0,94	1,44	1,49	1,72	1,84	1,91	1,75	1,55	1,20	1,35	1,09	0,94	0,86	0,86
Santo Antônio da Patrulha	12,95	18,29	14,97	16,60	12,06	11,53	11,49	12,16	15,74	12,57	13,14	12,48	12,09	13,21	13,59
Igrejinha	0,84	1,53	1,94	2,01	1,80	1,94	2,09	1,61	1,37	1,08	1,32	1,44	1,23	1,05	0,97
Três Coroas	0,72	1,60	1,80	2,53	2,43	2,43	2,57	2,42	2,08	1,47	1,59	1,79	1,35	1,19	0,89
São Francisco de Paula	8,71	10,81	14,24	12,08	20,54	20,52	21,56	21,43	18,47	16,51	24,87	26,54	26,50	29,08	31,97
Cachoeirinha	0,16	0,22	0,25	0,17	0,28	0,29	0,30	0,27	0,25	0,20	0,28	0,28	0,28	0,23	0,22
Campo Bom	0,42	0,20	0,25	0,28	0,43	0,48	0,61	0,53	0,47	0,58	0,66	0,59	0,66	0,54	0,42
Canoas	2,01	0,66	0,55	0,52	0,95	1,02	1,04	0,95	0,90	0,69	0,87	1,00	1,03	1,05	1,01
Esteio	0,15	0,15	0,13	0,10	0,09	0,19	0,15	0,15	0,16	0,12	0,14	0,10	0,13	0,19	0,16
Porto Alegre	22,83	5,18	4,20	3,92	5,31	5,52	5,52	7,88	6,21	4,06	5,63	5,71	5,35	4,39	4,63
São Leopoldo	0,73	0,42	0,52	0,38	0,41	0,43	0,47	0,45	0,48	0,38	0,55	0,55	0,66	0,57	0,54
Viamão	25,11	37,24	30,19	32,07	26,79	25,74	20,08	20,13	24,38	21,11	20,32	20,47	23,24	23,63	22,31
Alvorada	0,24	0,46	0,36	0,30	0,39	0,40	0,40	0,34	0,41	0,27	0,38	0,39	0,47	0,42	0,39
Dois Irmãos	3,26	0,99	1,52	1,42	1,62	1,61	2,07	1,64	1,97	1,66	2,09	1,93	1,84	1,79	1,68
Estância Velha	0,40	0,61	0,63	0,67	0,97	0,85	1,23	1,26	0,85	0,76	0,81	0,84	0,78	0,70	0,60
Ivoti	2,91	1,31	1,22	1,06	1,68	1,52	2,01	1,62	1,48	17,70	1,36	1,23	1,31	1,12	1,03
Nova Hartz	0,59	0,69	0,96	0,97	0,95	0,98	1,17	1,06	0,82	0,68	0,75	0,82	0,60	0,55	0,52
Sapucaia do Sul	0,23	0,20	0,21	0,21	0,18	0,24	0,22	0,18	0,23	0,12	0,22	0,17	0,17	0,16	0,13

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE AC - PARTICIPAÇÃO DO VAB DA INDÚSTRIA DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO VAB DO ESTADO (1990-2009)

Território	VAB Indústria														
	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Taquara</b>	0,83	0,65	1,00	0,73	0,72	0,64	0,63	0,59	0,54	0,53	0,56	0,55	0,53	0,52	0,47
Araricá			0,16	0,10	0,11	0,09	0,05	0,07	0,08	0,08	0,08	0,09	0,08	0,10	0,09
Glorinha	0,02	0,02	0,02	0,01	0,04	0,04	0,06	0,09	0,12	0,26	0,32	0,40	0,55	0,61	0,41
Gravataí	5,72	5,98	6,04	6,31	6,27	7,01	9,89	10,88	10,65	11,56	11,94	12,44	14,61	14,52	13,77
Novo Hamburgo	10,34	9,21	10,40	9,49	8,35	8,35	7,73	8,33	7,91	7,66	7,17	7,02	6,36	5,93	4,91
Parobé	2,45	4,27	3,78	4,66	2,53	2,34	2,17	2,02	1,55	1,41	1,34	1,18	1,08	0,99	0,84
Rolante	0,48	0,72	0,83	0,68	0,48	0,47	0,31	0,29	0,27	0,28	0,30	0,34	0,37	0,36	0,33
Sapiranga	3,60	4,27	3,83	3,82	3,56	2,97	2,86	3,14	2,76	2,60	2,17	2,13	2,05	2,06	2,03
Santo Antônio da Patrulha	0,57	0,49	0,47	0,57	0,59	0,50	0,53	0,65	0,58	0,53	0,57	0,58	0,65	0,79	0,72
Igrejinha	1,36	2,05	1,88	1,83	1,42	1,31	1,53	1,38	1,21	1,25	1,36	1,35	1,29	1,41	1,59
Três Coroas	1,06	0,99	0,90	0,86	0,89	1,02	0,98	0,89	0,92	0,94	0,95	0,95	0,90	0,93	0,91
São Francisco de Paula	0,23	0,16	0,14	0,25	0,20	0,18	0,16	0,14	0,13	0,17	0,18	0,15	0,15	0,16	0,14
Cachoeirinha	2,60	2,84	2,82	3,14	3,49	3,50	3,26	3,38	3,69	4,01	3,87	3,70	3,64	3,69	3,45
Campo Bom	4,44	5,09	4,88	4,39	4,30	4,11	4,00	4,07	3,74	3,81	3,39	3,20	2,72	2,41	2,09
Canoas	24,51	23,21	23,79	23,07	19,68	22,84	23,53	19,66	21,74	21,42	22,68	22,40	23,04	23,38	29,77
Esteio	3,36	4,37	3,72	3,31	3,51	2,84	2,71	3,06	3,22	2,80	2,61	2,49	2,21	2,10	1,87
Porto Alegre	22,20	18,92	17,63	18,99	26,65	24,56	23,54	24,11	23,34	23,40	23,89	24,69	24,24	24,69	22,29
São Leopoldo	6,17	4,85	4,86	4,92	4,37	4,18	3,92	4,16	4,52	4,60	4,57	4,71	4,76	4,60	4,42
Viamão	0,34	0,28	0,31	0,49	1,35	1,41	1,52	1,89	2,00	1,98	2,12	2,26	2,14	2,04	1,91
Alvorada	0,37	0,38	0,40	0,37	0,79	0,82	0,74	0,79	0,80	0,80	0,90	0,98	0,98	1,03	1,00
Dois Irmãos	1,17	1,79	2,11	1,87	1,78	1,78	1,89	2,03	1,79	1,72	1,36	1,23	1,06	1,00	1,01
Estância Velha	2,13	1,77	2,50	2,19	1,85	1,76	1,81	1,95	1,98	1,59	1,38	1,27	1,08	0,99	1,10
Ivoti	1,02	1,84	1,71	1,81	1,36	1,58	1,01	0,89	0,86	0,79	0,81	0,65	0,61	0,67	0,57
Nova Hartz	0,76	1,56	1,65	1,35	0,97	1,00	0,96	0,99	0,87	0,77	0,74	0,81	0,78	0,81	0,78
Sapucaia do Sul	4,29	4,28	4,18	4,79	4,74	4,71	4,20	4,55	4,73	5,03	4,73	4,43	4,13	4,20	3,56

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE AD- PARTICIPAÇÃO DO VAB SERVIÇOS DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO VAB DO ESTADO (1990-2009)

Território	VAB Serviço														
	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Taquara</b>	1,08	1,18	1,18	1,16	0,83	0,82	0,84	0,80	0,80	0,81	0,80	0,79	0,77	0,77	0,79
Araricá			0,09	0,10	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06
Glorinha	0,09	0,10	0,13	0,14	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,08	0,09	0,09	0,10	0,11	0,10
Gravataí	4,30	4,27	4,65	4,74	3,13	3,24	3,46	3,34	3,40	3,51	3,74	3,87	4,13	4,09	4,07
Novo Hamburgo	8,04	7,33	7,54	6,98	5,65	5,76	6,02	6,30	6,31	6,87	6,02	5,83	5,50	5,24	5,15
Parobé	0,75	1,29	1,29	1,29	0,74	0,70	0,68	0,63	0,61	0,60	0,60	0,59	0,58	0,55	0,56
Rolante	0,30	0,37	0,40	0,40	0,22	0,22	0,21	0,20	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,22	0,23
Sapiranga	1,59	1,75	1,69	1,58	1,15	1,14	1,14	1,10	1,14	1,17	1,17	1,16	1,12	1,13	1,11
Santo Antônio da Patrulha	0,77	0,82	0,73	0,76	0,44	0,45	0,44	0,43	0,47	0,45	0,44	0,45	0,45	0,48	0,47
Igrejinha	0,56	0,70	0,72	0,71	0,47	0,48	0,51	0,47	0,46	0,48	0,50	0,50	0,49	0,49	0,51
Três Coroas	0,40	0,42	0,43	0,44	0,30	0,32	0,34	0,31	0,32	0,33	0,34	0,33	0,32	0,32	0,33
São Francisco de Paula	0,44	0,47	0,45	0,47	0,23	0,23	0,24	0,23	0,23	0,24	0,24	0,24	0,24	0,25	0,25
Cachoeirinha	2,30	2,61	2,48	2,82	2,13	2,21	2,42	2,60	2,83	2,94	2,94	2,91	3,06	3,36	2,90
Campo Bom	1,75	1,69	1,78	1,73	1,32	1,39	1,44	1,35	1,31	1,36	1,43	1,31	1,26	1,25	1,25
Canoas	11,16	10,76	11,87	11,76	10,31	11,00	11,28	11,79	12,92	12,84	12,57	13,38	13,49	14,52	15,68
Esteio	3,76	2,79	2,95	3,01	2,52	2,73	2,69	2,70	2,71	2,63	2,61	2,79	2,83	2,86	2,94
Porto Alegre	49,60	47,71	45,80	46,22	59,35	57,59	56,47	56,22	54,54	53,96	54,83	54,15	54,27	53,09	52,23
São Leopoldo	4,13	4,42	4,35	4,29	4,14	4,23	4,13	3,91	3,92	3,84	3,83	3,78	3,75	3,75	3,93
Viamão	2,07	3,65	3,53	3,60	2,06	2,19	2,29	2,28	2,40	2,38	2,36	2,34	2,27	2,35	2,30
Alvorada	2,01	2,82	2,95	2,70	1,54	1,59	1,70	1,73	1,72	1,69	1,66	1,67	1,63	1,69	1,72
Dois Irmãos	0,56	0,57	0,62	0,59	0,45	0,49	0,51	0,54	0,54	0,54	0,55	0,55	0,54	0,54	0,52
Estância Velha	1,02	0,96	1,01	1,01	0,62	0,63	0,65	0,66	0,68	0,67	0,66	0,66	0,63	0,62	0,66
Ivoti	0,63	0,56	0,54	0,57	0,47	0,50	0,44	0,42	0,42	0,43	0,42	0,43	0,41	0,40	0,39
Nova Hartz	0,24	0,34	0,41	0,39	0,21	0,24	0,24	0,22	0,22	0,21	0,22	0,22	0,23	0,22	0,23
Sapucaia do Sul	2,47	2,42	2,42	2,56	1,63	1,75	1,76	1,67	1,69	1,70	1,73	1,68	1,66	1,65	1,63

Fonte: IBGE (2010)

APÊNDICE AE- PARTICIPAÇÃO DO VAB TOTAL DOS MUNICÍPIOS E DA REGIÃO EM RELAÇÃO AO VAB DO ESTADO (1990-2009)

Território	Valor Agregado Bruto (VAB) TOTAL														
	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Região</b>	<b>35,85</b>	<b>34,88</b>	<b>35,04</b>	<b>34,46</b>	<b>40,58</b>	<b>40,75</b>	<b>39,79</b>	<b>39,44</b>	<b>36,84</b>	<b>37,55</b>	<b>40,14</b>	<b>38,86</b>	<b>38,75</b>	<b>38,17</b>	<b>38,56</b>
Taquara	0,35	0,36	0,40	0,36	0,33	0,32	0,32	0,30	0,28	0,28	0,30	0,29	0,28	0,28	0,27
Araricá	-	-	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03
Glorinha	0,03	0,03	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,06	0,07	0,07	0,09	0,10	0,08
Gravataí	1,81	1,68	1,79	1,80	1,61	1,77	2,12	2,12	2,00	2,22	2,41	2,37	2,61	2,55	2,64
Novo Hamburgo	3,29	2,76	2,97	2,66	2,57	2,65	2,59	2,69	2,48	2,66	2,54	2,38	2,21	2,06	1,96
Parobé	0,59	0,79	0,74	0,80	0,49	0,48	0,44	0,40	0,32	0,32	0,33	0,29	0,28	0,25	0,25
Rolante	0,15	0,17	0,20	0,18	0,13	0,13	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Sapiranga	0,94	0,89	0,84	0,78	0,73	0,68	0,65	0,65	0,59	0,60	0,58	0,55	0,52	0,52	0,53
Santo Antônio da Patrulha	0,29	0,29	0,25	0,28	0,22	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,22	0,24	0,24
Igrejinha	0,35	0,40	0,39	0,37	0,30	0,30	0,32	0,28	0,25	0,27	0,30	0,28	0,27	0,28	0,32
Três Coroas	0,27	0,21	0,21	0,20	0,19	0,22	0,21	0,19	0,18	0,20	0,21	0,19	0,18	0,18	0,19
São Francisco de Paula	0,15	0,15	0,15	0,16	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12	0,13	0,14	0,15	0,14	0,15	0,16
Cachoeirinha	0,87	0,93	0,90	1,00	1,01	1,05	1,06	1,10	1,12	1,22	1,28	1,20	1,24	1,31	1,17
Campo Bom	1,13	0,97	0,98	0,87	0,85	0,89	0,86	0,82	0,73	0,78	0,79	0,70	0,63	0,59	0,57
Canoas	6,47	5,14	5,53	5,22	5,16	5,87	5,87	5,46	5,64	5,74	6,14	6,08	6,13	6,35	7,57
Esteio	1,26	1,15	1,12	1,06	1,12	1,12	1,07	1,10	1,05	1,00	1,04	1,05	1,03	1,01	1,01
Porto Alegre	12,52	13,29	12,69	12,95	20,47	19,43	18,58	18,66	16,78	16,70	18,47	17,96	18,03	17,46	16,71
São Leopoldo	1,85	1,58	1,58	1,54	1,70	1,71	1,61	1,56	1,50	1,52	1,61	1,56	1,55	1,51	1,56
Viamão	0,51	0,96	0,91	0,98	0,81	0,85	0,86	0,90	0,90	0,91	0,96	0,94	0,91	0,91	0,89
Alvorada	0,40	0,70	0,73	0,68	0,54	0,55	0,56	0,58	0,54	0,53	0,58	0,58	0,57	0,58	0,58
Dois Irmãos	0,33	0,34	0,39	0,34	0,33	0,35	0,36	0,37	0,33	0,34	0,31	0,29	0,26	0,25	0,26
Estância Velha	0,57	0,43	0,53	0,47	0,38	0,39	0,39	0,40	0,39	0,36	0,35	0,32	0,29	0,27	0,30
Ivoti	0,31	0,34	0,33	0,33	0,29	0,33	0,24	0,22	0,20	0,26	0,21	0,19	0,18	0,18	0,17
Nova Hartz	0,18	0,26	0,29	0,24	0,17	0,19	0,18	0,17	0,15	0,14	0,15	0,15	0,14	0,14	0,15
Sapucaia do Sul	1,22	1,05	1,05	1,11	0,99	1,06	0,98	0,96	0,93	1,01	1,02	0,93	0,88	0,87	0,84

Fonte: IBGE (2010)

**APÊNDICE AF- PARTICIPAÇÃO DO ICMS DOS MUNICÍPIOS ENTRE OS ANOS DE 1971 A 1990**

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
<b>Região</b>	<b>40,278</b>	<b>37,285</b>	<b>36,850</b>	<b>36,632</b>	<b>35,675</b>	<b>35,315</b>	<b>35,407</b>	<b>34,980</b>	<b>35,192</b>	<b>35,651</b>	<b>36,588</b>	<b>30,420</b>	<b>30,021</b>	<b>30,932</b>	<b>30,913</b>	<b>29,547</b>	<b>29,562</b>	<b>30,773</b>	<b>31,868</b>	<b>32,101</b>
Taquara	0,501	0,399	0,420	0,425	0,376	0,363	0,381	0,425	0,434	0,460	0,558	0,535	0,307	0,339	0,346	0,297	0,278	0,314	0,339	0,331
Glorinha																			0,043	0,037
Gravataí	0,491	0,568	0,584	0,671	0,778	0,839	0,856	0,879	0,996	1,145	1,444	1,583	1,802	1,804	1,670	1,631	1,838	1,889	1,921	2,091
Novo Hamburgo	3,269	2,576	2,497	2,459	2,360	2,058	2,128	2,401	2,442	2,701	3,047	2,355	2,289	2,547	2,738	2,891	2,938	2,989	3,053	2,954
Parobé													0,275	0,328	0,346	0,357	0,371	0,443	0,493	0,498
Rolante	0,085	0,100	0,086	0,075	0,071	0,065	0,069	0,079	0,077	0,081	0,093	0,135	0,138	0,138	0,148	0,181	0,201	0,185	0,157	0,176
Sapiranga	0,368	0,429	0,415	0,411	0,416	0,361	0,392	0,495	0,585	0,709	0,930	0,816	0,772	0,834	0,954	1,096	1,024	0,910	0,821	0,809
Santo Antônio da Patrulha	0,339	0,324	0,313	0,313	0,291	0,262	0,235	0,227	0,240	0,266	0,264	0,339	0,340	0,344	0,346	0,339	0,332	0,324	0,295	0,286
Igrejinha	0,164	0,173	0,168	0,172	0,177	0,154	0,164	0,195	0,226	0,268	0,316	0,280	0,267	0,285	0,270	0,242	0,246	0,300	0,318	0,297
Três Coroas	0,110	0,120	0,113	0,105	0,107	0,099	0,108	0,133	0,146	0,175	0,220	0,197	0,182	0,207	0,205	0,191	0,200	0,222	0,221	0,206
São Francisco de Paula	0,356	0,183	0,183	0,190	0,205	0,210	0,182	0,151	0,135	0,133	0,145	0,290	0,281	0,274	0,261	0,255	0,253	0,265	0,218	0,208
Cachoeirinha	0,148	0,169	0,193	0,235	0,258	0,280	0,309	0,343	0,385	0,436	0,495	0,476	0,491	0,552	0,568	0,560	0,599	0,678	0,753	0,772
Campo Bom	0,465	0,472	0,469	0,463	0,522	0,503	0,556	0,684	0,760	0,850	0,967	0,745	0,782	0,892	1,023	1,221	1,198	1,130	1,229	1,277
Canoas	2,166	3,173	3,141	3,074	3,153	3,552	3,842	3,725	3,539	3,461	3,339	2,728	2,886	3,225	3,358	3,078	3,170	3,240	3,385	3,753
Esteio	0,893	1,304	1,104	1,144	1,084	1,137	1,286	1,206	1,172	1,115	1,068	0,879	0,856	0,857	0,902	0,916	0,940	1,005	1,084	1,079
Porto Alegre	28,036	23,102	23,065	22,943	22,111	21,466	20,684	19,818	19,768	19,506	19,123	14,876	14,321	14,220	13,685	12,320	11,762	12,301	12,679	12,450
São Leopoldo	1,340	1,393	1,285	1,187	1,125	1,188	1,378	1,486	1,572	1,728	1,848	1,544	1,534	1,533	1,496	1,455	1,612	1,763	1,830	1,797
Viamão	0,300	0,256	0,268	0,297	0,295	0,321	0,314	0,293	0,314	0,295	0,263	0,397	0,391	0,387	0,367	0,350	0,352	0,363	0,355	0,341
Alvorada	0,061	0,042	0,048	0,055	0,054	0,046	0,044	0,061	0,088	0,103	0,099	0,190	0,199	0,203	0,191	0,180	0,188	0,214	0,216	0,202
Dois Irmãos	0,149	0,122	0,118	0,114	0,115	0,112	0,116	0,132	0,136	0,135	0,154	0,205	0,209	0,205	0,227	0,265	0,269	0,279	0,262	0,290
Estancia Velha	0,263	0,236	0,240	0,233	0,213	0,195	0,211	0,239	0,267	0,321	0,361	0,277	0,264	0,324	0,378	0,381	0,392	0,442	0,469	0,510
Ivoti	0,103	0,126	0,122	0,120	0,120	0,102	0,109	0,130	0,129	0,150	0,175	0,187	0,190	0,216	0,262	0,295	0,322	0,321	0,314	0,327
Nova Hartz																			0,108	0,108
Sapucaia do Sul	0,672	2,019	2,017	1,948	1,844	2,005	2,044	1,878	1,780	1,614	1,681	1,385	1,244	1,218	1,174	1,045	1,077	1,196	1,308	1,300

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE AG- PARTICIPAÇÃO DO ICMS DOS MUNICÍPIOS ENTRE OS ANOS DE 1991 A 2010

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Região</b>	<b>33,139</b>	<b>33,663</b>	<b>32,172</b>	<b>31,238</b>	<b>31,421</b>	<b>31,517</b>	<b>31,214</b>	<b>31,573</b>	<b>32,189</b>	<b>32,497</b>	<b>32,192</b>	<b>32,063</b>	<b>32,228</b>	<b>31,560</b>	<b>30,850</b>	<b>30,098</b>	<b>30,697</b>	<b>31,423</b>	<b>30,719</b>	<b>29,948</b>
Taquara	0,362	0,360	0,334	0,286	0,247	0,246	0,269	0,305	0,328	0,320	0,300	0,288	0,275	0,257	0,235	0,226	0,237	0,238	0,226	0,218
Araricá							0,027	0,022	0,021	0,020	0,021	0,030	0,022	0,026	0,029	0,026	0,033	0,033	0,033	0,037
Glorinha	0,033	0,035	0,035	0,035	0,037	0,033	0,033	0,035	0,036	0,039	0,047	0,047	0,039	0,045	0,039	0,075	0,114	0,128	0,156	0,179
Gravatá	1,878	1,594	1,526	1,452	1,494	1,552	1,575	1,631	1,617	1,571	1,561	1,639	1,894	2,136	2,089	2,100	2,359	2,604	2,904	3,009
Novo Hamburgo	2,896	2,872	2,910	2,774	2,763	2,826	2,646	2,456	2,415	2,236	2,110	2,230	2,264	2,199	2,066	1,949	1,971	2,006	1,908	1,748
Parobé	0,507	0,528	0,561	0,496	0,545	0,609	0,603	0,688	0,669	0,600	0,533	0,436	0,410	0,375	0,333	0,298	0,301	0,298	0,287	0,262
Rolante	0,155	0,111	0,126	0,146	0,122	0,114	0,117	0,111	0,119	0,124	0,119	0,117	0,113	0,105	0,101	0,103	0,114	0,131	0,134	0,122
Sapiranga	0,747	0,613	0,637	0,684	0,635	0,573	0,490	0,507	0,535	0,540	0,557	0,575	0,589	0,598	0,562	0,508	0,498	0,494	0,459	0,419
Santo Antônio da Patrulha	0,275	0,272	0,253	0,247	0,257	0,269	0,226	0,222	0,219	0,231	0,237	0,240	0,229	0,215	0,217	0,224	0,243	0,247	0,235	0,238
Igrejinha	0,296	0,316	0,337	0,337	0,339	0,351	0,355	0,351	0,349	0,344	0,358	0,345	0,337	0,319	0,287	0,264	0,323	0,376	0,354	0,340
Três Coroas	0,206	0,241	0,276	0,256	0,238	0,227	0,213	0,213	0,221	0,221	0,226	0,259	0,276	0,242	0,223	0,233	0,255	0,264	0,244	0,255
São Francisco de Paula	0,205	0,224	0,239	0,228	0,227	0,243	0,242	0,214	0,205	0,208	0,207	0,197	0,191	0,187	0,192	0,207	0,222	0,222	0,216	0,215
Cachoeirinha	0,788	0,810	0,837	0,799	0,786	0,791	0,800	0,838	0,875	0,972	1,055	1,105	1,113	1,044	1,093	1,194	1,273	1,294	1,290	1,450
Campo Bom	1,101	0,860	0,797	0,819	0,784	0,725	0,656	0,644	0,702	0,706	0,791	0,883	0,896	0,891	0,798	0,683	0,709	0,713	0,659	0,625
Canoas	4,632	5,492	5,029	5,114	5,367	5,611	5,272	4,573	4,618	4,992	5,263	5,417	5,641	5,314	5,570	5,777	5,215	4,854	4,511	3,998
Esteio	1,115	1,094	0,974	0,987	1,009	0,881	0,869	0,950	1,079	1,120	1,089	1,093	1,075	1,088	1,065	1,089	1,141	1,014	0,887	0,897
Porto Alegre	13,147	13,502	12,479	11,766	12,011	11,967	12,331	13,419	13,792	13,916	13,349	12,603	12,183	11,831	11,299	10,513	10,892	11,683	11,615	11,491
São Leopoldo	1,806	1,869	1,953	1,929	1,853	1,875	1,754	1,498	1,415	1,393	1,359	1,416	1,415	1,328	1,283	1,284	1,320	1,298	1,258	1,201
Viamão	0,337	0,388	0,444	0,439	0,441	0,422	0,432	0,462	0,463	0,492	0,573	0,644	0,672	0,729	0,839	0,879	0,895	0,918	0,895	0,887
Alvorada	0,220	0,249	0,274	0,262	0,252	0,267	0,287	0,332	0,344	0,362	0,341	0,321	0,348	0,361	0,360	0,361	0,387	0,393	0,386	0,409
Dois Irmãos	0,254	0,220	0,203	0,227	0,221	0,197	0,203	0,229	0,241	0,243	0,248	0,242	0,255	0,276	0,256	0,226	0,220	0,217	0,211	0,208
Estancia Velha	0,518	0,447	0,469	0,484	0,423	0,388	0,373	0,360	0,356	0,329	0,323	0,328	0,324	0,329	0,306	0,282	0,288	0,344	0,326	0,248
Ivoti	0,296	0,272	0,229	0,223	0,223	0,244	0,238	0,244	0,259	0,257	0,246	0,231	0,231	0,228	0,200	0,189	0,199	0,198	0,175	0,161
Nova Hartz	0,116	0,129	0,122	0,118	0,146	0,166	0,177	0,211	0,244	0,210	0,174	0,190	0,187	0,173	0,156	0,137	0,146	0,155	0,160	0,162
Sapucaia do Sul	1,248	1,166	1,129	1,130	1,002	0,942	1,028	1,057	1,066	1,051	1,105	1,187	1,248	1,266	1,251	1,274	1,342	1,300	1,191	1,170

Fonte: IBGE (2010)

## APÊNDICE AH – Ranking da Pontuação das Escolas da Região no ENEM nos anos de 2009

Município	Nome da Escola	Rede	2010	2009
Taquara	ESCOLA TECNICA ESTADUAL MONTEIRO LOBATO	Pública	568,48	571,78
Taquara	ESC EST ENS MED FELIPE MARX	Pública	548,72	553,42
Taquara	ESC EST ENS MED DIRCEU MARILIO MARTINS	Pública	525,52	-
Taquara	COLEGIO MUNICIPAL THEOPHILO SAUER	Pública	494,04	-
Taquara	CENTRO SINODAL DE ENSINO MEDIO DOROTHEA SCHAFKE	Privada	625,68	630,33
Taquara	COLEGIO SANTA TERESINHA	Privada	606,55	622,07
Taquara	INSTITUTO ADVENTISTA CRUZEIRO DO SUL	Privada	600,67	590,5
Araricá	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DE ARARICA	Pública	506,53	536,85
Glorinha	COLEGIO ESTADUAL DEOCLECIO FERRUGEM	Pública	539,33	564,18
Gravataí	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DOUTOR LUIZ BASTOS DO PRADO	Pública	558,35	509,57
Gravataí	ESC EST DE ENSINO MEDIO TUIUTI	Pública	554,28	545,95
Gravataí	ESC EST ENS MED JOSE MAURICIO	Pública	551,44	533,37
Gravataí	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO ANITA GARIBALDI	Pública	548,53	551,51
Gravataí	COLEGIO ESTADUAL BARBOSA RODRIGUES	Pública	543,19	555,44
Gravataí	ESC MUN DE ENSINO MEDIO SANTA RITA DE CASSIA	Pública	542,83	533,58
Gravataí	ESC EST DE ENS MEDIO EMILIA VIEGA DA ROCHA	Pública	541,05	538,4
Gravataí	ESC EST DE ENSINO MEDIO MORADA DO VALE I	Pública	538,91	542,76
Gravataí	ESC EST DE ENSINO MEDIO PONCHE VERDE	Pública	538,68	539,48
Gravataí	ESC EST ENS MED PADRE NUNES	Pública	537,92	510,45
Gravataí	COLEGIO ESTADUAL ANTONIO GOMES CORREA	Pública	535,16	519,24
Gravataí	COL ESTADUAL PROFESSOR NICOLAU CHIAVARO NETO	Pública	530,42	530,84
Gravataí	ESC EST ENS MED CARLOS BINA	Pública	524,81	562,06
Gravataí	ESC EST DE ENS MEDIO ADELAIDE PINTO DE LIMA LINCK	Pública	524,39	566,93
Gravataí	ESC EST ENS MED HEITOR VILLA LOBOS	Pública	511,29	-
Gravataí	COLEGIO DOM FELICIANO	Privada	630,51	636,91
Gravataí	COLEGIO CENECISTA NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Privada	614,7	566,39
Gravataí	COLEGIO FUNDACAO BRADESCO	Privada	599,95	602,15
Gravataí	COLEGIO ADVENTISTA DE GRAVATAI	Privada	567,76	590,69
Novo Hamburgo	UNIDADE ENSINO FUNDACAO EVANGELICA	Privada	623,12	629,62
Novo Hamburgo	COLEGIO MARISTA PIO XII	Privada	599,53	617,82
Novo Hamburgo	COLEGIO SINODAL DA PAZ	Privada	598,27	590,66
Novo Hamburgo	COLEGIO ADVENTISTA DE NOVO HAMBURGO	Privada	593,3	593,68
Novo Hamburgo	COLEGIO SANTA CATARINA	Privada	593,2	604,35
Novo Hamburgo	ESCOLA DE EDUCACAO BASICA FEEVALE-ESCOLA DE APLICACAO	Privada	579,47	620,73
Novo Hamburgo	FUNDACAO ESCOLA TECNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	Pública	635,89	646,12
Novo Hamburgo	COL ESTADUAL 25 DE JULHO	Pública	562,96	565,96
Novo Hamburgo	E E E MEDIO MAURICIO SIROTSKY SOBRINHO	Pública	556,88	586,42
Novo Hamburgo	COLEGIO ESTADUAL DR WOLFRAM METZLER	Pública	555,47	553,07
Novo Hamburgo	ESC EST DE ENS MEDIO OSVALDO ARANHA	Pública	552,09	578,06
Novo Hamburgo	COL ESTADUAL VILA BECKER	Pública	551,9	572,46
Novo Hamburgo	COL ESTADUAL ENG IGNACIO CHRISTIANO PLANGG	Pública	544,8	569,01
Novo Hamburgo	ESC EST ENS MED ANTONIO A BORGES DE MEDEIROS	Pública	544,08	565,22
Novo Hamburgo	COL ESTADUAL SENADOR ALBERTO PASQUALINI	Pública	539,28	539,79

continua...

Novo Hamburgo	INST ESTADUAL MADRE BENICIA	Pública	528,97	573,06
Novo Hamburgo	INST ESTADUAL SENO FREDERICO LUDWIG	Pública	517,67	510,24
Parobé	ESC EST ENS MED ENGENHEIRO PAROBE	Pública	536,29	537,27
Parobé	COL ESTADUAL JOAO MOSMANN	Pública	528,86	498,42
Parobé	ESC EST ENS MED ADELINA DA CUNHA	Pública	484	-
Rolante	ESCOLA ESTADUAL DE EDUCACAO BASICA COMENDADOR ALBINO SOUZA CRUZ	Pública	529,6	575,06
Rolante	ESCOLA TECNICA CENECISTA GENERAL OSORIO	Privada	589,09	-
Sapiranga	CENTRO SINODAL DE ENSINO MEDIO DE SAPIRANGA	Privada	613,38	-
Sapiranga	INST ESTADUAL CEL GENUINO SAMPAIO	Pública	572,09	571,85
Sapiranga	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO SAPIRANGA	Pública	569,04	571,24
Sapiranga	INSTITUTO ESTADUAL PROFESSORA NENA-CIEP	Pública	543,55	504,63
Sapiranga	INST ESTADUAL MATHILDE ZATAR	Pública	522,76	532,58
Santo Antônio da Patrulha	ESC EST ENS MEDIO PATRULHENSE	Pública	541,9	554,96
Santo Antônio da Patrulha	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO SANTO ANTONIO	Pública	533,02	558,95
Santo Antônio da Patrulha	E E E M PROFª GREGORIA DE MENDONCA	Pública	526,18	564,99
Santo Antônio da Patrulha	COLEGIO SANTA TERESINHA	Privada	650,14	-
Igrejinha	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO BERTHALINA KIRSCH	Pública	541,26	550,19
Igrejinha	INST EST EDUC OLIVIA LAHM HIRT	Pública	537,33	536,25
Três Coroas	C E 12 DE MAIO	Pública	548,04	533,68
São Francisco de Paula	COLEGIO ESTADUAL JOSE DE ALENCAR	Pública	520,42	521,36
São Francisco de Paula	ESC EST ENS MEDIO LAJEADO GRANDE	Pública	489,72	-
Cachoeirinha	ESC EST DE ENS MEDIO PRESIDENTE KENNEDY	Pública	565,57	564,71
Cachoeirinha	ESC EST ENS MED NOSSA SENHORA DE FATIMA	Pública	561,91	562,83
Cachoeirinha	ESC TECNICA EST MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES	Pública	560,54	559,22
Cachoeirinha	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO GUIMARAES ROSA	Pública	557,51	573,79
Cachoeirinha	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO PRINCESA ISABEL	Pública	554,76	528,81
Cachoeirinha	COLEGIO ESTADUAL RODRIGUES ALVES	Pública	546,8	577,04
Cachoeirinha	ESC EST DE ENSINO MEDIO OSVALDO CAMARGO	Pública	546,02	515,04
Cachoeirinha	ESC EST DE ENS MEDIO MARIO QUINTANA	Pública	538,18	536,05
Cachoeirinha	COLEGIO AGRICOLA EST DANIEL DE OLIVEIRA PAIVA	Pública	536,16	581,18
Cachoeirinha	E E DE ENS MEDIO FRANCISCO JOSE RODRIGUES	Pública	526,6	551,14
Cachoeirinha	ESC EST DE EDUCACAO BASICA LUIZ DE CAMOES	Pública	510,42	550,29
Cachoeirinha	COLEGIO INEDI	Privada	607,33	598,37
Cachoeirinha	ESC LUTERANA DE ENSINO MEDIO MARTINHO LUTERO	Privada	593,77	-
Campo Bom	COLEGIO SANTA TERESINHA	Privada	645,47	630,71
Campo Bom	COLEGIO SINODAL TIRADENTES	Privada	575,45	-
Campo Bom	ESC TECNICA EST 31 DE JANEIRO	Pública	552,66	571,83
Campo Bom	ESC EST ENS MED LA SALLE	Pública	552	543,19
Campo Bom	ESC EST ENS MED FERNANDO FERRARI	Pública	538,37	563,87
Canoas	ESC EST ENS MED ERICO VERISSIMO	Pública	583,6	589,28
Canoas	COL ESTADUAL MARECHAL RONDON	Pública	581,46	593,25
Canoas	COL ESTADUAL MIGUEL LAMPERT	Pública	579,17	577,07
Canoas	ESC EST ENS MED PROF MARGOT TEREZINHA NOAL GIACOMA	Pública	568,15	563,64



continua...

Canoas	ESC EST ENS MED ANDRE LEAO PUENTE	Pública	559,17	562,21
Canoas	ESC EST ENS MED GUARANI	Pública	558,71	592,02
Canoas	ESC EST ENS MEDIO SAO FRANCISCO DE ASSIS	Pública	555,84	577,52
Canoas	ESC EST ENS MED GUILHERME DE ALMEIDA	Pública	547,53	536,56
Canoas	ESC EST ENS MED JOSE GOMES DE VASCONCELOS JARDIM	Pública	544,73	553,57
Canoas	INST EST EDUC DR CARLOS CHAGAS	Pública	543,47	554,56
Canoas	ESC EST ENS MED VISCONDE DO RIO BRANCO	Pública	532,83	556,42
Canoas	ESC EST ENS MEDIO BARAO DO AMAZONAS	Pública	524,35	588,75
Canoas	ESC EST ENS MED AFFONSO CHARLIER	Pública	523,17	544,77
Canoas	ESC EST ENS MED BENTO GONCALVES	Pública	518,37	566,4
Canoas	COL ESTADUAL JUSSARA MARIA POLIDORO	Pública	516,41	537,85
Canoas	COLEGIO ESTADUAL TEREZA FRANCESCUTTI	Pública	491,14	544,74
Canoas	COLEGIO LA SALLE	Privada	621,62	622,8
Canoas	COLEGIO UNIFICADO CANOAS	Privada	615,01	658,06
Canoas	COLEGIO LUTERANO CONCORDIA	Privada	610,1	599,19
Canoas	COLEGIO DA IMACULADA	Privada	609,59	-
Canoas	COLEGIO MARIA AUXILIADORA	Privada	601,14	610,13
Canoas	COLEGIO ULBRA CRISTO REDENTOR	Privada	599,1	613,05
Canoas	COLEGIO LA SALLE NITEROI	Privada	599,05	576,07
Canoas	COLEGIO ESPIRITO SANTO	Privada	598,04	610,3
Canoas	INSTITUTO PRO-UNIVERSIDADE CANOENSE - IPUC	Privada	537,9	595,47
Esteio	COLEGIO CORACAO DE MARIA	Privada	587,29	571,84
Esteio	COLEGIO ADVENTISTA DE ESTEIO	Privada	579,95	627,3
Esteio	COLEGIO LA SALLE	Privada	573,48	582,57
Esteio	COL ESTADUAL AUGUSTO MEYER	Pública	563,86	572
Esteio	COLEGIO ESTADUAL JOSE LOUREIRO DA SILVA	Pública	555,36	546,98
Esteio	ESC EST ENS MED JARDIM PLANALTO	Pública	544,73	538,98
Esteio	ESC EST DE ENS MED BAIRRO DO PARQUE	Pública	533,43	-
Esteio	ESC EST ENS MED DYONELIO MACHADO	Pública	517,03	527,04
Esteio	ESC EST ENS MED BERNARDO VIEIRA DE MELLO	Pública	511,54	499,03
Esteio	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO PROFª MARIA SIRLEY VARGAS FERRAZ	Pública	483,56	476,95
Porto Alegre	COLEGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE	Pública	693,69	667,06
Porto Alegre	CENT EST DE ENS MEDIO TIRADENTES	Pública	665,93	648,56
Porto Alegre	COLEGIO DE APLICACAO UFRGS	Pública	598,15	604,28
Porto Alegre	ESC EST EDUC BASICA GOMES CARNEIRO	Pública	594,84	585,28
Porto Alegre	ESC EST EDUC BASICA PRESIDENTE ROOSEVELT	Pública	588,27	555,76
Porto Alegre	COLEGIO ESTADUAL FLORINDA TUBINO SAMPAIO	Pública	586,39	597,45
Porto Alegre	COLEGIO EST PROFESSOR OTAVIO DE SOUZA	Pública	579,67	511,98
Porto Alegre	CENT EST FORM DE PROFESSORES GENERAL FLORES DA CUNHA	Pública	579,57	588,38
Porto Alegre	ESC EST ENS MEDIO PROFESSOR JULIO GRAU	Pública	579,06	561,55
Porto Alegre	ESC EST ENS MEDIO PADRE REUS	Pública	575,42	561,52
Porto Alegre	COL EST PIRATINI	Pública	575,33	562,5
Porto Alegre	ESC TEC EST IRMAO PEDRO	Pública	573,98	562,8
Porto Alegre	COL EST CANDIDO JOSE DE GODOI	Pública	573,94	574,29
Porto Alegre	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO PAULO DA GAMA	Pública	573,57	546,58
Porto Alegre	COL EST PAULA SOARES	Pública	571,54	571,44

continua...

Porto Alegre	ESC EST EDUC BASICA APELES PORTO ALEGRE	Pública	569,97	546,15
Porto Alegre	ESC EST ENS MEDIO ROQUE GONZALES	Pública	569,45	563,55
Porto Alegre	COL EST DR GLICERIO ALVES	Pública	568,27	550,55
Porto Alegre	ESC EST DE ENS MEDIO PRESIDENTE COSTA E SILVA	Pública	565,45	627,58
Porto Alegre	ESCOLA TECNICA ESTADUAL PAROBE	Pública	565,23	553,62
Porto Alegre	INSTITUTO ESTADUAL DOM DIOGO DE SOUZA	Pública	564,11	542,24
Porto Alegre	ESC EST ENS MED ITALIA	Pública	562,53	594,84
Porto Alegre	COL EST DOM JOAO BECKER	Pública	560,72	570,73
Porto Alegre	COLEGIO ESTADUAL CONEGO PAULO DE NADAL	Pública	559,58	500
Porto Alegre	COL EST CEL AFONSO EMILIO MASSOT	Pública	554,97	563,02
Porto Alegre	COL EST ENG ILDO MENEGHETTI	Pública	554,94	549,71
Porto Alegre	ESCOLA TECNICA ESTADUAL SENADOR ERNESTO DORNELLES	Pública	554,7	543,73
Porto Alegre	ESC TEC EST JOSE FEIJO	Pública	554,51	539,43
Porto Alegre	COLEGIO ESTADUAL JAPAO	Pública	554,43	578,7
Porto Alegre	COLEGIO ESTADUAL FRANCISCO A VIEIRA CALDAS JR	Pública	553,57	559,99
Porto Alegre	COLEGIO LEONARDO DA VINCI-ALFA	Privada	661,68	655,29
Porto Alegre	COLEGIO MARISTA NOSSA SENHORA DO ROSARIO	Privada	647,43	647
Porto Alegre	COLEGIO JOAO PAULO I	Privada	647,07	632,31
Porto Alegre	COLEGIO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	Privada	643,46	636,55
Porto Alegre	COLEGIO VICENTINO SANTA CECILIA	Privada	642,66	645,09
Porto Alegre	COLEGIO SANTA ROSA DE LIMA	Privada	641,51	638,23
Porto Alegre	COLEGIO ANCHIETA	Privada	639,16	648,98
Porto Alegre	COLEGIO SANTA INES	Privada	636,81	645,08
Porto Alegre	COLEGIO SINODAL DO SALVADOR	Privada	631,67	622,1
Porto Alegre	COL JOAO PAULO I	Privada	631,09	623,06
Porto Alegre	COL LA SALLE SANTO ANTONIO	Privada	630,13	618,18
Porto Alegre	COLEGIO UNIVERSITARIO DE ENS MEDIO	Privada	629,35	647,19
Porto Alegre	CENTRO DE ENSINO MEDIO PASTOR DOHMS	Privada	626,79	648,19
Porto Alegre	COLEGIO LEONARDO DA VINCI-BETA - ESCOLA DE 1 E 2 G	Privada	626,6	642,41
Porto Alegre	CENT ENS MEDIO FARROUPILHA	Privada	625,25	640,42
Porto Alegre	COLEGIO MARISTA IPANEMA	Privada	624	567,4
Porto Alegre	INST EDUCAC JOAO XXIII-ESC DE 1 E 2 GRAUS	Privada	622,74	624,57
Porto Alegre	COL MONTEIRO LOBATO - ESC EDUC BASICA	Privada	621,92	652,1
Porto Alegre	COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO	Privada	621,82	591,47
Porto Alegre	COLEGIO ISRAELITA BRASILEIRO	Privada	621,73	678,52
Porto Alegre	COLEGIO UNIFICADO	Privada	618,68	613,33
Porto Alegre	COL ADVENTISTA MARECHAL RONDON	Privada	617,3	615,51
Porto Alegre	COLEGIO SANTA MARTA	Privada	615,99	614,7
Porto Alegre	COLEGIO SANTA DOROTEIA	Privada	614,12	593,36
Porto Alegre	COLEGIO MAE DE DEUS	Privada	613,73	595,95
Porto Alegre	COLEGIO BOM JESUS SEVIGNE	Privada	612,86	623,51
Porto Alegre	COL MARIA IMACULADA	Privada	612,42	640,59
Porto Alegre	COLEGIO MARISTA CHAMPAGNAT	Privada	612,14	638,29
Porto Alegre	COLEGIO MARISTA ASSUNCAO	Privada	611,85	591,44
Porto Alegre	COLEGIO SANTA TERESA DE JESUS	Privada	610,22	643,52
São Leopoldo	UNIDADE DE ENSINO COLEGIO SINODAL - SAO LEOPOLDO	Privada	682,2	710,95
São Leopoldo	COLEGIO SAO JOSE	Privada	660,07	626,12

continua...

São Leopoldo	INSTITUTO RIO BRANCO	Privada	624,77	643,33
São Leopoldo	COLEGIO LUTERANO CONCORDIA	Privada	612,83	583,86
São Leopoldo	COLEGIO SAO LUIS	Privada	590,25	643,83
São Leopoldo	COLEGIO PROFESSOR GUSTAVO SCHREIBER	Privada	586,94	600,2
São Leopoldo	COLEGIO PVSINOS ENSINO MEDIO ENSINOS FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS E MEDIO EJA E EDUCACAO PROFISSIONAL	Privada	557,03	589,33
São Leopoldo	ESC TECNICA EST FREDERICO GUILHERME SCHMIDT	Pública	608,29	624,09
São Leopoldo	ESCOLA ESTADUAL DE ENS MEDIO CAIC MADEZATTI	Pública	572,89	596,37
São Leopoldo	ESC EST ENS MED PROFESSORA HELENA CAMARA	Pública	563,35	571,04
São Leopoldo	EEEM POLISINOS	Pública	562,64	598,03
São Leopoldo	ESC TECNICA EST VISCONDE DE SAO LEOPOLDO	Pública	561,29	541,32
São Leopoldo	IEE PROF PEDRO SCHNEIDER	Pública	560,43	575,39
São Leopoldo	E E E M VILLA LOBOS	Pública	556,01	591,41
São Leopoldo	COLEGIO ESTADUAL PROF VICTOR L BECKER	Pública	550,8	-
São Leopoldo	E E E M OLINDO FLORES DA SILVA	Pública	548,09	570,67
São Leopoldo	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO CRISTO REI	Pública	546,94	564,25
São Leopoldo	ESC EST ENS MED AMADEO ROSSI	Pública	545,37	569,79
São Leopoldo	EEEM PROFESSORA HAYDEE MELLO ROSTIROLLA	Pública	544,81	533,75
São Leopoldo	ESC EST ENS MEDIO EMILIO SANDER	Pública	541,27	546,26
Viamão	ESC EST DE ENSINO MED PROF TOLENTINO MAIA	Pública	546,68	537,55
Viamão	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO GOVERNADOR WALTER JOBIM	Pública	544,87	544,22
Viamão	ESC EST ENS MEDIO FRANCISCO CANQUERINI	Pública	544,8	580,35
Viamão	ESCOLA ESTADUAL TECNICA DE AGRICULTURA	Pública	539,33	538,82
Viamão	E E DE ENS MEDIO PROFESSORA CELIA FLORES LAVRA PINTO	Pública	536,6	-
Viamão	COLEGIO EST ALCEBIADES AZEREDO DOS SANTOS	Pública	532,21	521,32
Viamão	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO NISIA FLORESTA	Pública	530,3	525,52
Viamão	COLEGIO ESTADUAL CECILIA MEIRELES	Pública	529,74	542,02
Viamão	ESC EST DE ENSINO MEDIO ORIETA	Pública	524,18	525,53
Viamão	ESC EST DE ENS MEDIO SETEMBRINA	Pública	522,43	550,46
Viamão	INSTITUTO EST DE EDUCACAO ISABEL DE ESPANHA	Pública	521,49	538,04
Viamão	ESC EST DE ENS MEDIO FARROUPILHA	Pública	521,2	524,82
Viamão	ESC EST DE ENSINO MEDIO DR GENESIO PIRES	Pública	518,56	-
Viamão	E E DE ENS MEDIO ACORIANOS	Pública	512,38	524,59
Viamão	ESC EST ENS MED AYRTON SENNA DA SILVA	Pública	501,75	502,44
Viamão	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO BARAO DE LUCENA	Pública	496,91	526,9
Viamão	INSTITUTO DE ED MARISTA NOSSA SENHORA DAS GRACAS	Privada	601,29	627,57
Viamão	COLEGIO STELLA MARIS	Privada	600,17	573,1
Viamão	COLEGIO ADVENTISTA DE VIAMAO - EDUCACAO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO	Privada	570,16	579,24
Viamão	ESC DE ENS MEDIO UNIENSINO	Privada	558,8	539,38
Alvorada	ESCOLA DE ENSINO MEDIO SALVADOR JESUS CRISTO	Privada	578,55	580,41
Alvorada	ESCOLA LUTERANA SAO MARCOS DE EDUCACAO BASICA	Privada	574,5	589,27
Alvorada	ESC EST DE ED BASICA PROF GENTIL VIEGAS CARDOSO	Pública	549,4	526,18
Alvorada	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO VALE VERDE	Pública	538,78	524,36
Alvorada	COLEGIO ESTADUAL ANTONIO DE CASTRO ALVES	Pública	534,64	535,41
Alvorada	ESC EST DE ED BASICA JULIO CESAR RIBEIRO DE SOUZA	Pública	526,12	509,43

continua.

Alvorada	ESC EST ENS MEDIO NOSSA SENHORA APARECIDA	Pública	525,76	522,46
Alvorada	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO CAMPOS VERDES	Pública	519,18	453,31
Alvorada	ESC EST DE ENS MEDIO SENADOR SALGADO FILHO	Pública	519,17	479,12
Alvorada	COLEGIO ESTADUAL ERICO VERISSIMO	Pública	509,41	510,49
Alvorada	ESC EST ENS MED CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	Pública	503,53	526,38
Alvorada	INSTITUTO ESTADUAL NOSSA SENHORA DO CARMO	Pública	498,6	526,36
Alvorada	ESC EST ENS MED AFFONSO WOLF	Pública	576,1	563,11
Alvorada	COLEGIO IMACULADA CONCEICAO	Privada	648,07	649,51
Estância Velha	ESCOLA TECNICA CENECISTA ESTANCIA VELHA	Privada	524,41	537,04
Estância Velha	COL ESTADUAL 8 DE SETEMBRO	Pública	555,24	552,46
Estância Velha	ESC EST ENS MED PRINCESA ISABEL	Pública	514,75	530,51
Ivoti	ESC EST ED BAS PROF MATHIAS SCHUTZ	Pública	552,15	537,26
Ivoti	INSTITUTO DE EDUCACAO IVOTI	Privada	600,2	596,77
Sapucaia do Sul	UNIDADE ENSINO SAO LUCAS	Privada	630,46	-
Sapucaia do Sul	ESC DE ENS MEDIO NOSSA SENHORA DE FATIMA	Privada	586,38	665,18
Sapucaia do Sul	INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE - CAMPUS SAPUCAIA DO SUL	Pública	567,52	599,38
Sapucaia do Sul	INST DE ED EST RUBEN DARIO	Pública	545,34	558,52
Sapucaia do Sul	ESC EST ENS MED VILA PRADO	Pública	544,22	548,95
Sapucaia do Sul	COL ESTADUAL GUIANUBA	Pública	531,63	536,97
Sapucaia do Sul	ESC EST ENS MED CECILIA MEIRELES	Pública	530,12	546,19
Sapucaia do Sul	E M E B ALBERTO SANTOS DUMONT	Pública	528,2	-
Sapucaia do Sul	ESC EST ED BAS MARCUS VINICIUS DE MORAES	Pública	516,75	526,26

Fonte: Folha de São Paulo (2013)

APÊNDICE AI – Ranking da Pontuação das Escolas da Região no Ineb entre os anos de 2005 a 2011.

Escolas Públicas													
Município		Ideb Observado				Metas Projetadas							
		2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Taquara	4ª série/ 5º ano	4.2	4.7	4.9	5.2	4.3	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
	9ª série/ 8º ano	3.4	3.6	3.7	3.5	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.4
Araricá	4ª série/ 5º ano	3.9	4.2	4.6	5.2	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1
	9ª série/ 8º ano	3.4	3.9	4.5	4.2	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
Glorinha	4ª série/ 5º ano	3.8	4.7	4.5	5.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	6.0
	9ª série/ 8º ano	3.7	3.6	3.3	3.4	3.7	3.9	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.7
Gravataí	4ª série/ 5º ano	4.2	4.5	4.5	5.1	4.3	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
	9ª série/ 8º ano	3.2	3.5	3.7	3.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3
Novo Hamburgo	4ª série/ 5º ano	4.5	4.8	4.9	5.4	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5
	9ª série/ 8º ano	3.5	3.7	3.7	3.9	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
Parobé	4ª série/ 5º ano	4.5	4.8	5.2	5.4	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
	9ª série/ 8º ano	3.8	3.7	4.3	4.4	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
Rolante	4ª série/ 5º ano	4.2	4.7	5.4	5.1	4.3	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
	9ª série/ 8º ano	3.6	4.0	4.8	4.4	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6
Sapiranga	4ª série/ 5º ano	4.7	5.1	5.6	6.1	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
	9ª série/ 8º ano	4.4	4.3	4.9	4.9	4.5	4.6	4.9	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3
Santo Antônio da Patrulha	4ª série/ 5º ano	4.4	4.8	4.7	5.2	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2	6.5
	9ª série/ 8º ano	3.8	3.9	4.3	4.2	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8
Igrejinha	4ª série/ 5º ano	4.7	5.0	5.7	5.9	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7
	9ª série/ 8º ano	4.1	4.2	4.5	4.8	4.1	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.0
Três Coroas	4ª série/ 5º ano	4.3	4.7	5.2	5.7	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
	9ª série/ 8º ano	3.5	4.4	4.6	4.2	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5
São Francisco de Paula	4ª série/ 5º ano	3.9	4.5	4.8	4.9	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8	6.1
	9ª série/ 8º ano	4.1	4.0	4.2	4.1	4.1	4.2	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0
Cachoeirinha	4ª série/ 5º ano	4.3	4.6	4.7	5.3	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
	9ª série/ 8º ano	3.3	3.6	3.6	3.7	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
Campo Bom	4ª série/ 5º ano	5.0	5.4	5.9	6.2	5.1	5.4	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9
	9ª série/ 8º ano	3.8	4.2	4.7	5.2	3.8	3.9	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.7
Canoas	4ª série/ 5º ano	3.8	4.1	4.5	4.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
	9ª série/ 8º ano	3.2	3.2	3.5	3.6	3.2	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2
Esteio	4ª série/ 5º ano	4.3	4.5	4.6	4.9	4.4	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4
	9ª série/ 8º ano	3.5	3.7	3.8	3.9	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Porto Alegre	4ª série/ 5º ano	3.8	4.1	4.3	4.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
	9ª série/ 8º ano	3.2	3.4	3.5	3.5	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2
São Leopoldo	4ª série/ 5º ano	4.2	4.3	4.8	4.9	4.3	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
	9ª série/ 8º ano	3.4	3.4	3.8	3.7	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
Viamão	4ª série/ 5º ano	3.9	4.1	4.2	4.5	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1
	9ª série/ 8º ano	3.2	3.3	3.3	3.3	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2
Alvorada	4ª série/ 5º ano	3.9	3.8	4.2	4.4	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1
	9ª série/ 8º ano	2.9	3.0	3.1	3.3	2.9	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	4.9
Dois Irmãos	4ª série/ 5º ano	4.8	5.2	5.6	6.0	4.8	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8
	9ª série/ 8º ano	4.2	4.3	4.2	4.5	4.2	4.4	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1
Estância Velha	4ª série/ 5º ano	4.6	4.9	5.2	5.7	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6
	9ª série/ 8º ano	4.0	4.2	4.2	4.6	4.0	4.2	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	5.9
Ivoti	4ª série/ 5º ano	4.7	5.3	6.0	6.6	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7
	9ª série/ 8º ano	4.5	4.3	5.1	5.1	4.6	4.7	5.0	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
Nova Hartz	4ª série/ 5º ano	4.2	4.7	5.0	5.6	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
	9ª série/ 8º ano	3.6	3.8	4.2	4.3	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6
Sapucaia do Sul	4ª série/ 5º ano	3.8	4.2	4.7	5.2	3.8	4.2	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0
	9ª série/ 8º ano	3.5	3.8	4.0	4.0	3.5	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5

Fonte: INEP (2013)

## APÊNDICE AJ – QUESTIONÁRIO EMPRESÁRIO

Prezado Sr. Empresário,

Estou desenvolvendo minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com o tema **A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara-RS**. Para tanto, solicito a sua colaboração, respondendo aos questionamentos abaixo, para identificar os relacionamentos do município de Taquara com os demais em seu entorno ou em sua região de abrangência/relacionamento comercial.

Saliento que nenhuma informação será divulgada de maneira individualizada de forma que seja possível identificar o respondente, e o sigilo às informações será preservado no texto que será apresentado na tese.

Agradecendo a sua colaboração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários através do *e-mail* [devisphilereno@hotmail.com](mailto:devisphilereno@hotmail.com) ou pelos telefones (51) 9341-9831 (Vivo) e (54) 9110-4727 (Claro).

Atenciosamente,

**Devis Philereno**

- 1- Há quantos anos a empresa está instalada no município de Taquara? Ela possui filial? Onde?
- 2- Quantos funcionários a empresa possui atualmente? E quantos ela tinha em 2008, 2009 e 2010 (pode ser o dado da Rais de dezembro de cada ano)?
- 3- A empresa tem planejamento estratégico formalizado?
- 4- A empresa já recebeu algum incentivo (federal, estadual ou municipal). E financiamento (público ou privado)?
- 5- Existe alguma relação/parceria entre a empresa e os órgãos públicos?
- 6- Como percebe a tecnologia utilizada/empregada em sua empresa? E qual o estágio tecnológico atual em relação à tecnologia *top*? A empresa está atualizada? A tecnologia do setor muda rapidamente ou as evoluções são lentas?
- 7- E a de seus maiores concorrentes?
- 8- Como percebe a qualificação da mão de obra taquarense? E a quantidade?
- 9- Como avalia a localização geográfica do município com relação aos seus clientes e fornecedores?

- 10- Onde estão localizadas as empresas que lhe fornecem matéria-prima?
- 11- Onde estão localizados os seus principais clientes?
- 12- Como avalia a atual gestão pública, bem como o trabalho dos vereadores?
- 13- Em sua concepção, quais são os pontos fortes do município?
- 14- E os pontos fracos?
- 15- Quais foram os investimentos, em nível municipal, que percebe ao longo dos anos em relação à infraestrutura? E o que está faltando?
- 16- Quais os diferenciais percebidos entre o município de Taquara e os demais municípios da Região em estudo (Araricá, Parobé, Rolante, Três Coroas, Igrejinha, Sapiranga, Campo Bom, Nova Hartz, Canoas, Cachoeirinha, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Gravataí e outros)?
- 17- Quais são os principais projetos para o futuro da sua empresa?
- 18- Como percebe o desenvolvimento do município nos últimos?
- 19- Quais os principais meios de transporte adotados pela empresa para escoamento e o recebimento de matéria-prima?
- 20- O que os gestores do município poderiam oferecer para contribuir para a expansão dos seus negócios?
- 21- E o que acredita que os gestores do município deveriam fazer ou que ações tomar, para que pudessem se desenvolver de forma sustentável?
- 22- Em sua concepção, qual deveria ser o papel fundamental da Gestão Pública?

## APÊNDICE AK – QUESTIONÁRIO SECRETÁRIOS

Prezado Sr. Secretário,

Estou desenvolvendo minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com o tema **A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara-RS**. Para tanto, solicito a sua colaboração, respondendo aos questionamentos abaixo, para identificar os relacionamentos do município de Taquara com os demais em seu entorno ou em sua região de abrangência/relacionamento comercial.

Saliento que nenhuma informação será divulgada de maneira individualizada de forma que seja possível identificar o respondente, e o sigilo às informações será preservado no texto que será apresentado na tese.

Agradecendo a sua colaboração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários através do *e-mail* [devisphilereno@hotmail.com](mailto:devisphilereno@hotmail.com) ou pelos telefones (51) 9341-9831 (Vivo) e (54) 9110-4727 (Claro).

Atenciosamente,

**Devis Philereno**

Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Cargo Exercido: \_\_\_\_\_

- 1) Quais as relações de troca (de bens e serviços) existentes entre este município e o de Taquara?
- 2) Existe algum tipo de parceria em nível de desenvolvimento regional entre os municípios? Em caso afirmativo, qual(is)? Se possível, descreva brevemente esta(s) iniciativa(s).
- 3) Acredita que, quando um município se emancipa de outro, o município mãe sai perdendo? Quanto? E em que sentido?
- 4) Acredita que o município de Taquara aproveitou as oportunidades surgidas ao longo do tempo?



continua...

- 5) O que acredita que o município taquarense deveria realizar, com vistas ao seu desenvolvimento?
- 6) Acredita que o município de Taquara tenha se desenvolvido tanto quanto os outros municípios da região?
- 7) Em sua concepção, qual é o diferencial que Taquara apresenta em relação aos demais municípios da região?
- 8) Como percebe a localização geográfica de Taquara? Quais os pontos positivos e negativos desta localização?
- 9) Em termos de vias de acesso e escoamento da produção, quais as vantagens e as dificuldades de Taquara?
- 10) Como percebe a qualidade da mão de obra no seu município e no de Taquara. E a quantidade ofertada?
- 11) Em sua concepção, quais são os principais atrativos que um município pode oferecer para atrair novos empreendimentos (empresas)?

## APÊNDICE AL- QUESTIONÁRIO EX-PREFEITO DE TAQUARA QUANDO HOUE A EMANCIPAÇÃO

Prezado Sr. Ex-Prefeito,

Estou desenvolvendo minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com o tema **A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara-RS**. Para tanto, solicito a sua colaboração, respondendo aos questionamentos abaixo, para identificar a relação do município de Taquara com o momento da emancipação do município de Parobé.

Agradecendo a sua colaboração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários através do *e-mail* [devisphilereno@hotmail.com](mailto:devisphilereno@hotmail.com) ou pelos telefones (51) 9341-9831 (Vivo) e (54) 9110-4727 (Claro).

Atenciosamente,

**Devis Philereno**

- 1) Acredita que, quando um município se emancipa de outro, o município “mãe” sai perdendo? Quanto? E em que sentido?
- 2) Como ocorreu o processo de emancipação do município de Parobé?
- 3) Foi alguma surpresa para a sua administração?
- 4) Quais foram as principais perdas/ganhos para o município de Taquara em sua concepção?
- 5) Quais foram as principais perdas/ganhos para o município de Parobé em sua concepção?
- 6) Acredita que o município de Taquara tenha se desenvolvido tanto quanto os outros da região após a emancipação do município de Parobé?
- 7) Em sua opinião, qual é o diferencial que Taquara apresenta em relação aos demais municípios da região?
- 8) Quais são os principais atrativos que um município pode oferecer para atrair novos empreendimentos (empresas)?

## APÊNDICE AM – QUESTIONÁRIO EX-PREFEITO DE TAQUARA APÓS A EMANCIPAÇÃO

Prezado Sr. Ex-Prefeito,

Estou desenvolvendo minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com o tema **A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara-RS**. Para tanto, solicito a sua colaboração, respondendo aos questionamentos abaixo, para identificar a relação do município de Taquara com os demais municípios da região.

Agradecendo a sua colaboração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários através do *e-mail* [devisphilereno@hotmail.com](mailto:devisphilereno@hotmail.com) ou pelos telefones (51) 9341-9831 (Vivo) e (54) 9110-4727 (Claro).

Atenciosamente,

**Devis Philereno**

- 1) Quais foram as principais perdas/ganhos para o município de Taquara com a emancipação de Parobé?
- 2) Acredita que o município de Taquara tenha se desenvolvido tanto quanto os outros da região após a emancipação do município de Parobé?
- 3) Na sua concepção, qual é o diferencial que Taquara apresenta em relação aos demais municípios da região?
- 4) Quais são os principais atrativos que um município pode oferecer para atrair novos empreendimentos (empresas)?
- 5) Quais foram as principais ações públicas (projetos) realizadas no período em que foi vereador e que contribuíram para o desenvolvimento de Taquara?
- 6) Quais são as principais especializações (no que o município se destaca) de Taquara em relação aos demais municípios da região?
- 7) Quais são os principais diferenciais que Taquara apresenta em relação aos demais municípios da região?
- 8) E hoje, em sua percepção, como percebe o desenvolvimento do município de Taquara?
- 9) Taquara se desenvolveu no mesmo ritmo que os demais municípios da região?
- 10) Quais são as ações públicas necessárias para que o município de Taquara consiga se desenvolver?

## APÊNDICE AN – ENTREVISTA EX-VEREADORES DE TAQUARA

- 1- O que os levou a votar pela emancipação do atual município de Parobé?
- 2- E qual foi o sentimento de votar pela sua emancipação?
- 3- Se pudesse voltar no tempo, mudaria o seu voto?
- 4- Como vocês, vereadores da época, imaginavam o futuro de Taquara sem o distrito de Parobé?
- 5- E hoje, em sua percepção, como percebe o desenvolvimento do município de Taquara sem Parobé?
- 6- Taquara se desenvolveu nesse período como imaginavas?

## APÊNDICE AO – ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DO SINDICATO RURAL DE TAQUARA

- 1- Para quem os produtores rurais vendem os seus produtos?
- 2- Por que os produtores rurais não comercializam os seus produtos para as grandes redes de supermercados?
- 3- Qual o tamanho médio das propriedades taquarenses?
- 4- O que você entende por pequena propriedade?

## APÊNDICE AP – ENTREVISTA COM O DIRETOR DO SINE DE TAQUARA

1. As empresas taquarenses ofertam mais vagas em quais setores?
2. Em sua concepção, como é a qualificação da mão de obra taquarense para as empresas?
3. Quais são as principais vagas ofertadas?
4. Quais os períodos que ocorrem o maior número de contratação?
5. Em sua percepção, houve um aumento no número de empresas no município? E em quais setores?

APÊNDICE AQ – ENTREVISTA COM OS COMPRADORES E OU GESTORES DA REDE DE SUPERMERCADO DE TAQUARA

- 1) A rede de supermercados costuma comprar produtos dos agricultores do município de Taquara?
- 2) Os produtos produzidos em Taquara apresentam preços compatíveis com os da Ceasa?
- 3) De onde vem o abastecimento hortifrutigranjeiro do supermercado?
- 4) Por que os agricultores não comercializam os seus produtos para as redes de supermercados do município?